TEXTO DE APOIO PARA OS ALUNOS

10ª Classe – 2º Ciclo

HISTÓRIA

10ª

Ministério da Educação
Cultura e Formação

CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
PORTUGAL

IMVF
Instituto Marquês de Valle Flôr
ONGD

escola+
Educação para Todos

Índice

RAÍZES MEDITERRÂNICAS DA CIVILIZAÇÃO EUROPEIA – CIDADE, CIDADANIA E IMPÉRIO NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA 3

1. O Modelo Ateniense 3
2. O Modelo Romano 16
3. O Espaço Civilizacional Greco-Latino à beira da Mudança 31

PODERES E CRENÇAS - MULTIPLICIDADE E UNIDADE 37

4. A MULTIPLICIDADE DE PODERES 37
5. A UNIDADE DA CRENÇA 40
6. O QUADRO ECONÓMICO E DEMOGRÁFICO - EXPANSÃO E LIMITES DO CRESCIMENTO 43
7. VALORES, VIVÊNCIAS E QUOTIDIANO 49

A ABERTURA EUROPEIA AO MUNDO E OS NOVOS CONTACTOS ENTRE CIVILIZAÇÕES NOS SÉCULOS XV E XVI. A AMPLIAÇÃO DO MUNDO CONHECIDO. A RENOVAÇÃO DA MENTALIDADE E DA RELIGIOSIDADE. 60

8. A GEOGRAFIA CULTURAL EUROPEIA NOS SÉC. XV E XVI 60
9. A PRODUÇÃO CULTURAL 67
10. A RENOVAÇÃO DA ESPIRITUALIDADE E DA RELIGIOSIDADE 75
11. AS NOVAS REPRESENTAÇÕES DA HUMANIDADE 83

ÁFRICA - POVOS E CIVILIZAÇÕES 88

12. O Golfo da Guiné nos séculos XIII a XV 93
13. A Arte Africana – manifestações artísticas 103
14. Contactos entre Africanos e Europeus 106
15. A Expressão Plástica em África 116

BIBLIOGRAFIA 123

Raízes Mediterrânicas da Civilização Europeia – Cidade, Cidadania e Império na Antiguidade Clássica

1. O Modelo Ateniense

1.1. A DEMOCRACIA ANTIGA

Foi na Grécia, mais propriamente na cidade-Estado de Atenas, que, cerca do século V a.C., nasceu a democracia. Era, então, uma forma de governo totalmente nova, que os seus criadores acreditavam ser a mais justa e a mais conforme com a dignidade do ser humano.

1.1.1. UM MUNDO DE CIDADES-ESTADO

A Grécia Antiga compreende não só a Península Balcânica propriamente dita **(Grécia Continental)** mas igualmente as costas da Ásia Menor **(Grécia Asiática)** e, entre estas duas margens, as numerosas ilhas que pontuam o mar Egeu **(Grécia Insular)**. É um território montanhoso e recortado que o mar Mediterrâneo penetra profundamente.

Habitada desde tempos muito recuados, a Grécia foi, entre os séculos XX e XVI antes da nossa era, invadida por sucessivas vagas de povos indo-europeus que aí se instalaram. Juntos, deram origem aos Gregos ou Helenos, como a si próprios se chamavam.

A pólis

Embora tivessem plena consciência da sua cultura comum, os Gregos nunca formaram uma unidade política. O mundo helénico era constituído por uma **multiplicidade de pólis,** minúsculas comunidades independentes organizadas em torno de um núcleo urbano.

Cada pólis (ou cidade-Estado como, muitas vezes, a designamos) ocupava, naturalmente, um **território próprio**.

Atenas, por exemplo, pertencia a Ática. A Ática incluía zonas agrícolas, montanhosas, um porto do mar, o Pireu, tudo girando em volta da cidade propriamente dita. Os cidadãos atenienses viviam indiscriminadamente em qualquer lugar da Ática, dedicando-se às mais variadas ocupações.

Dada a pequenez do território e a sua natureza montanhosa, o número de habitantes de cada cidade-Estado parece-nos, hoje, bastante pequeno. Atenas, a mais populosa pólis da Grécia Antiga, não contaria com mais de 400 000 residentes.

Esta população era, na sua maioria, formada por escravos e estrangeiros (muitas vezes oriundos de outras pólis da Grécia), aos quais não era reconhecido o estatuto de cidadão. Por isso, **o corpo cívico** (conjunto de cidadãos) era muito reduzido mas, mesmo assim, essencial à vida da pólis. Aos cidadãos, e só a eles, cabia a condução dos negócios públicos, a organização das cerimónias religiosas e a feitura das **leis,** às quais os Gregos devotavam um enorme respeito. Ficou célebre o caso do filósofo ateniense Sócrates que, condenado injustamente à morte, preferiu cumprir esta dura sentença a fugir, transgredindo as leis da cidade.

O território, o corpo cívico e um conjunto de leis próprias eram, pois, imprescindíveis à existência da pólis. Os Gregos pensavam que a sua sobrevivência como comunidade autónoma só estaria assegurada se a pólis se bastasse a si própria em todos os aspectos, nomeadamente no aspecto económico. Este **ideal de autarcia,** palavra grega que significa **auto-suficiência,** prendia-se não só com o espírito orgulhoso e independente dos Helenos, como com as profundas rivalidades que dividiram as cidades-Estado e semearam entre elas a discórdia e até a guerra.

A fragmentação política da Grécia num sem-número de pólis (estimam-se em mais de 2000) tem sido considerada, muitas vezes, como uma grave falha desta civilização superior que tão grandes contributos deu ao mundo ocidental.

No entanto, **para os Gregos, a pequena pólis tinha a dimensão ideal**, aquela que permitia, bem melhor do que a dos grandes impérios, desenvolver a habilidade política e as qualidades morais, estéticas e intelectuais dos cidadãos que a constituíam.

A organização do espaço cívico

A insegurança dos primeiros séculos da História grega privilegiou a criação de praças-fortes, em locais altos, de fácil defesa. Em caso de perigo, os camponeses poder-se-iam acolher nas suas muralhas. Foi em torno deste local alto, a acrópole, que nasceram as primeiras cidades.

Inicialmente, a **acrópole** era o centro da vida religiosa e política da cidade. Aí se situavam as residências do rei e dos nobres, bem como os principais templos. Porém, com o passar do tempo, a acrópole tornou-se sobretudo um **local de culto.** Nela se erguiam os principais templos da cidade e para ela se encaminhavam tanto as grandes procissões como aqueles que, individualmente, pretendiam honrar os deuses com as suas oferendas.

A vida quotidiana das cidades helénicas desenrolava-se, sobretudo, na parte mais baixa da cidade, onde se situava a **Ágora** ou **praça pública.**

É na **Ágora** que, durante a manhã, se realiza o mercado e, durante a tarde, os cidadãos se encontram para conviver e discutir os assuntos da pólis. A Ágora enche-se de pórticos *(stoas),* que abrigam do sol escaldante, e de construções destinadas ao funcionamento dos órgãos de governo da cidade. Constroem-se também templos e altares, porque a religiosidade dos Gregos obriga a que os deuses estejam por toda a parte**.**

Em redor da Ágora espalham-se as casas, de início desalinhadamente, depois, em algumas cidades gregas, alinhadas de forma geométrica, segundo os ensinamentos de Hipódamo, urbanista da cidade de Mileto, o primeiro que definiu a organização racional do espaço citadino.

Valorizando a vida cívica e religiosa, os Gregos erigiam templos e edifícios públicos requintados, obra dos seus melhores artistas. Na **Ágora** e na **acrópole** situavam-se, por isso, os mais belos edifícios da cidade. Em contrapartida, os bairros residenciais eram geralmente acanhados, com ruas estreitas e pequenas casas cúbicas.

O Homem grego desconhecia aquilo a que chamamos "comodidades", pois levava uma vida simples e austera. O céu da Grécia era a sua primeira casa. Era ao **ar livre** que passava grande parte do seu tempo, que tratava dos negócios públicos e privados, que convivia, que filosofava, que exercitava o corpo, que assistia às peças de teatro...

1.1.2. A DEMOCRACIA ATENIENSE

No conjunto das cidades-Estado gregas, Atenas ocupava um lugar destacado. Para além do seu poderio económico e militar, a pólis ateniense tornou-se num brilhante centro cultural e político, cujo exemplo irradiou por toda a Grécia.

Um dos aspectos que mais contribuíram para o prestígio da cidade foi a sua original forma de governo. Os Atenienses chamaram-lhe **democracia** e orgulhavam-se de ter lutado por ela durante mais de um século.

Com efeito, este primeiro sistema democrático não se implantou facilmente. De início, como era vulgar, o governo da cidade estava reservado, em exclusivo, a um conjunto de ricos proprietários que só muito dificilmente aceitaram abrir mão do seu poder. Foi um longo caminho de revoltas populares, de instabilidade e de reformas ousadas aquele que conduziu, no século V a.C., à igualdade política entre todos os cidadãos de Atenas.

Os direitos dos cidadãos: isonomia, isocracia e isegoria

Fundamento dos regimes democráticos, a igualdade entre todos os cidadãos foi solidamente estabelecida pelos legisladores atenienses.

Em primeiro lugar, **a igualdade perante a lei** ou **isonomia.** A nenhum cidadão eram concedidos privilégios baseados na riqueza ou no prestígio da sua família. As leis valiam para todos e todos, sem excepção, lhes deviam obediência.

Em segundo lugar, **igualdade de acesso aos cargos políticos** ou **isocracia.** Todo o cidadão ateniense tinha o direito (e o dever) de participar no governo da pólis. As decisões, normalmente tomadas em conjunto, respeitavam a vontade da maioria, pois todos tinham igual direito ao voto.

Esta audácia democrática levou Platão e Aristóteles a conotarem o sistema democrático com o "governo dos pobres", uma vez que estes, mais numerosos, tinham maior peso nas votações.
Por último, o **igual direito de todos ao uso da palavra** ou **isegoria.** Nas assembleias, nos tribunais ou no exercício das magistraturas, todos podiam defender, livremente, as suas opiniões. A liberdade de palavra só era limitada pelo interesse do Estado, o que deixava a todos uma larga margem de expressão.

O estabelecimento destes princípios igualitários ficou para sempre ligado à figura de Clístenes e às reformas que empreendeu, em 508 a.C.

Clístenes, justamente considerado o **fundador da democracia ateniense,** estabeleceu uma nova divisão administrativa do território, que fraccionou em10 tribos, subdivididas, por sua vez, em 10 demos (100 demos, ao todo). Destas circunscrições eram sorteados, todos os anos, os cidadãos que deveriam prestar serviço nos diferentes órgãos políticos da cidade. Daí a designação de **democracia,** palavra grega que significa, literalmente, **poder do** *demos* ou **poder do povo.**

Mais tarde, **Péricles**, o mais destacado de todos os políticos atenienses, completou estas reformas com a criação das **mistoforias,** espécie de pagamento feito pelo Estado aos que exerciam funções públicas. Foram as mistoforias que tornaram viável o sistema de democracia directa pois permitiram aos cidadãos mais pobres dedicar uma parte do seu tempo à participação na vida política, deliberando na Eclésia ou julgando nos tribunais, por exemplo.

Uma democracia directa

A pequena dimensão da pólis grega permitiu uma democracia amplamente participada. Não havia partidos políticos, um corpo profissional de juízes ou de altos funcionários do Estado. **Cada cidadão actuava por si próprio, desempenhando, à vez, os cargos necessários ao bom andamento dos assuntos da cidade**. Por outras palavras, ocupava-se da ***política,*** palavra que significa, à letra, ***governo da pólis.*** A democracia grega era, por isso, uma **democracia directa** e todo aquele que se desinteressava dos assuntos públicos era malvisto pela pólis. A verdadeira dimensão humana cumpria-se, na Grécia, através do **exercício da cidadania**.

Tornava-se, pois, necessário assegurar a todos a participação nos cargos públicos. Não apenas aos mais cultos ou aos que, por uma razão ou por outra, se faziam notar na cidade. É esta a razão que explica a preferência **pelo sistema de sorteio em relação ao sistema de eleição**, quando se tratava de escolher aqueles que, durante um ano, prestariam serviço à cidade.

O exercício dos poderes

Um pequeno conjunto de instituições bastava à pólis ateniense para assegurar o exercício dos poderes do Estado. Vejamos que instituições eram essas e de que forma funcionavam.

● **A Eclésia ou Assembleia Popular** servia de base a toda a estrutura governativa, nela se exprimindo a verdadeira vontade da pólis. Reunia-se três a quatro vezes por mês, ao ar livre, na

colina da Pnyx e nela deviam participar **todos os cidadãos.** Competia à Assembleia discutir e votar as leis, decidir da paz e da guerra, apreciar a actuação dos magistrados ou deliberar sobre qualquer outro assunto que, directamente, respeitasse ao governo da cidade. O voto exercia-se de braço no ar, mas os cidadãos podiam também exigir que ele fosse secreto.

•A **Bule ou Conselho dos 500** partilhava com a Eclésia o **poder legislativo,** cuja organização lhe competia, uma vez que elaborava as propostas de lei, os *prouboulema* sobre as quais a Assembleia do Povo devia deliberar. Se aprovados, os decretos começavam sempre pela fórmula "Quis a Bule e o Povo", o que mostra bem a importância destes dois órgãos na feitura das leis. No intervalo das sessões da Eclésia, a Bule era chamada a **resolver os assuntos correntes,** cabendo-lhe o poder de decisão. Como o nome indica, formavam este Conselho **500 membros, sorteados** anualmente, à razão de **50 por tribo.** Ninguém podia ser membro da Bule mais do que duas vezes na vida. Os buleutas trabalhavam numa espécie do sistema rotativo - as **Pritanias** -, em que alternavam no poder os 50 buleutas de cada tribo**.** Durante os cerca de 36 dias em que exerciam o poder, os prítanes não podiam ausentar-se da cidade, pelo que ficavam alojados em plena Ágora, num edifício próprio, o pritaneu, onde pernoitavam e comiam. Entre os prítanes sorteava-se diariamente um presidente (prítane epístata), que ficava guardião das chaves dos arquivos, do tesouro da cidade e do selo do Estado. O facto de o prítane epístata mudar todos os dias e de só exercer o seu cargo uma única vez mostra o cuidado tido em prevenir a corrupção e os abusos de poder.

• Os **arcontes,** tirados à **sorte, um por tribo,** eram magistrados prestigiados, embora os seus poderes, progressivamente reduzidos, se limitassem quase só ao desempenho de **funções religiosas e judiciais.** Competia-lhes a organização das grandes cerimónias funerárias e religiosas e a presidência dos tribunais. Era entre os antigos arcontes que se recrutavam, vitaliciamente, os membros do Areópago, o que conferia ao arcontado muito do seu prestígio.

• Os **estrategos,** únicos magistrados eleitos com base na sua competência, **comandavam a marinha e o exército.** A conjuntura de guerra vivida no século V a.C. contribuiu para que os estrategos se tornassem os **verdadeiros chefes de Atenas,** controlando a sua política externa e financeira. Alguns estrategos, dotados de grande espírito de liderança e de hábeis poderes oratórios, alcançaram um enorme prestígio. Ficaram famosos, entre outros, Temístocles, Címon, Alcibíades e, sobretudo, Péricles. Eleito para 15 mandatos (não consecutivos), Péricles dominou a política ateniense durante quase três décadas e ficou para a História como um dos homens mais notáveis do seu século.

Tal como as restantes funções governativas, a justiça era assegurada pelos cidadãos comuns, reunidos em **dois tribunais:**

> •**O Areópago,** tribunal formado por antigos arcontes, que exerciam o cargo vitaliciamente. Outrora o mais importante tribunal de Atenas, no século V a.C. as suas funções encontravam-se bastantes limitadas, competindo-lhe o julgamento dos crimes de homicídio e de desrespeito aos deuses da cidade.
> • **O Helieu,** ou **Tribunal Popular,** constituído por 6000 juízes com mais de 30 anos, sorteados anualmente à razão de 600 por tribo, a quem incumbia o julgamento da maior parte dos delitos. Funcionava por secções e a instrução dos processos competia aos arcontes e a outros magistrados. Finalizados os discursos da acusação e do réu, cuja duração era medida pela clepsidra, os juízes, até então passivos, pronunciavam-se pela absolvição ou pela condenação.

A importância da oratória

Nesta democracia directa, tão amplamente participada, não admira que a **oratória** fosse uma das capacidades mais úteis e apreciadas. Era o dom da palavra **que permitia convencer e brilhar em política**. Todo o cidad**ão devia estar preparado para apresentar propostas e discuti-las na Eclésia**, para **justificar** as medidas adoptadas, para **acusar** ou **defender** nos tribunais. Tal como ainda hoje acontece, os oradores brilhantes desfrutavam de elevado prestígio que, por vezes, ultrapassava as fronteiras da sua cidade e, mesmo, de toda a Grécia. Alguns, como

Isócrates, **fundaram concorridas escolas de retórica** (arte de bem falar), onde se instruíam os filhos das melhores famílias, desejosos de dominar as regras do discurso político, as suas subtilezas e os seus artifícios.

A protecção à democracia

Todavia, os Atenienses estavam atentos aos **perigos que a palavra**, incorrectamente manipulada, podia representar para a democracia. Muitos políticos, mais interessados nos benefícios que podiam conseguir para si próprios do que no bem comum, aliciavam os atenienses com propostas pouco sensatas e, até, irrealizáveis. Foi para atenuar estes excessos de **demagogia** que, ainda no decorrer do século V a.C., se introduziu a ***graphê paranomon*** medida segundo a qual uma proposta, mesmo seja aprovada pela Eclésia, podia ser revogada por ser contrária às leis fundamentais da cidade. O seu autor arriscava-se a ser julgado e condenado a pagar uma pesada multa por ter feito uma proposta "ilegal".

A honestidade exigida em tudo o que se relacionasse com os assuntos do Estado está também patente na importância dada à **prestação de contas** pelos magistrados no fim dos seus mandatos. Evitar os abusos de poder e a corrupção era uma preocupação constante, que explica, em parte, a grande rotatividade dos mandatos políticos.

Mas o grande perigo que a democracia receava era, sem dúvida, a tomada do poder por um só homem. Para o impedir, e também para evitar excessivos confrontos pessoais entre os cidadãos mais destacados, os legisladores atenienses estabeleceram o **ostracismo.** Todos os anos, reunidos na Ágora, os membros da Eclésia escreviam, numa pequena placa de barro *(ostrakon),* o nome de um cidadão que, pela sua excessiva proeminência, achassem perturbador do bom funcionamento democrático. Caso se reunissem 6000 votos com o mesmo nome, o ostracizado deixava a cidade por 10 anos, sem, no entanto, perder os seus bens ou os seus direitos políticos, que retomaria quando voltasse.

1.1.3. OS LIMITES DA DEMOCRACIA ANTIGA

Profundas diferenças separam a democracia antiga da actual. Apesar dos seus elevados ideais, o sistema político ateniense enferma, aos nossos olhos, de contradições graves que desvirtuam o espírito democrático. Na verdade, a democracia antiga funcionava apenas para um grupo restrito, ao qual era reconhecido o estatuto de cidadão. A maior parte da população via-se excluída não só da participação política como de muitos outros direitos civis, que hoje consideramos fundamentais.

A reduzida proporção do corpo cívico

A Ática teria, na segunda metade do século V a.C., uma população de cerca de 40 000 habitantes. Destes, **apenas 40 000 eram cidadãos atenienses.** Juntamente com suas mulheres e filhos, os cidadãos deveriam formar um conjunto de 120 000 pessoas. Mas as **mulheres** não contavam politicamente; eram apenas mulheres, não eram cidadãs.

A privação de direitos políticos abrangia igualmente 70 000 a 90 000 **metecos,** gregos oriundos de outras cidades-Estado e domiciliados, de forma permanente, na Ática. Finalmente, servindo de suporte à estrutura social, viviam 200 000 **escravos,** despojados de todos os direitos e, até, da sua condição de seres humanos.

A participação democrática estava, portanto, reservada a uma escassa minoria, o que é, em si, um contra-senso. Impensável no nosso mundo. Comum e até necessário no mundo grego. À ideia de pólis como comunidade esteve sempre subjacente uma dimensão reduzida, quase familiar. Por toda a Grécia, a condição de estrangeiro ou de escravo era semelhante e a ninguém (ou a muito poucos) parecia injusta ou estranha.

Os cidadãos tinham de ser filhos de pai e mãe atenienses e a eles estavam reservadas, em exclusivo, a **vida política** e a **posse de bens de raiz** (casas e terras)**.**

Aos 18 anos, os jovens pediam a sua inscrição nos registos ***do demos,*** fazendo prova da sua ascendência e da sua idade. Se aceites, entravam para o grupo dos *efebos,* jovens recrutas que, durante dois anos, recebiam preparação militar, já que a defesa da cidade era uma das obrigações mais sagradas do ateniense. Findo este período, entravam na posse plena dos seus direitos políticos, obrigando-se a tomar parte no governo da cidade.

Mas, se estes procedimentos eram iguais para todos os cidadãos, o mesmo não pode dizer-se das suas fortunas. Podiam ser grandes proprietários, pequenos camponeses, comerciantes, artesãos ou mesmo operários assalariados. Enquanto os mais pobres eram compensados pelos dias de trabalho perdidos em favor da cidade, aos mais ricos eram exigidos impostos suplementares, as *liturgias,* destinadas, por exemplo, a equipar navios de guerra ou à organização das festas cívico-religiosas.

Os excluídos: mulheres, metecos e escravos

Embora lhes coubesse um papel essencial na transmissão da cidadania, as **mulheres** atenienses poucos direitos tinham. A tradição e a lei remetiam-nas para uma vida bastante recolhida, dedicando-se aos **trabalhos domésticos** e à educação das crianças. Não lhes era reconhecido o direito de disporem da sua pessoa ou de administrarem os seus bens. O casamento fazia-as passar da **tutela do pai** para a **do marido,** que podia repudiá-las quando quisesse, sem outra obrigação além da de restituir o dote. Se enviuvavam, ficavam sob a autoridade do filho mais velho ou, no caso de não o terem, do parente masculino mais próximo.

Nas casas abastadas, as mulheres habitavam uma zona específica, o **gineceu,** onde, acompanhadas pelas escravas cujo trabalho vigiavam, passavam a maior parte da vida sem que lhes fosse permitido, sequer, assistir às reuniões oferecidas pelo marido. Com excepção das grandes festas religiosas, em que participavam, só muito raramente saíam à rua, sempre sob o recato de um véu e a vigilância de uma escrava. Não iam sequer ao mercado. As compras eram tarefa e privilégio masculino. A sua maior virtude era passarem despercebidas, "fazer com que os homens falassem delas o menos possível, para bem ou para mal", como terá afirmado Péricles.
Esta completa segregação de sexos, que hoje nos choca, foi, na altura, justificada por grandes pensadores como Aristóteles, para quem a inferioridade da mulher era ditada pela Natureza, que atribuía ao homem capacidades de mando e à mulher de submissão e obediência.

Autorizados a viver na cidade, os **metecos** passavam a sua condição de "estrangeiros" de pais para filhos. A lei impedia-os de participar no governo, desposar uma ateniense e até de possuir terras ou casas. Estavam, apesar disso, obrigados ao pagamento de um imposto, o *metécio,* e à prestação de serviço militar. Entre os poucos direitos cívicos que lhes eram concedidos conta-se o de recorrer aos tribunais (desde que representados por um cidadão) e o de participar nas festas religiosas.

Muito numerosos em Atenas, os metecos desempenhavam um **papel económico relevante,** assegurando a maior parte da produção artesanal e das trocas comerciais. No entanto, e a despeito do seu contributo para a vida da pólis, no século V a.C. foram poucos os que conseguiram elevar-se à condição de cidadãos.

Os **escravos** constituíam praticamente **metade da população da Ática.** Eram, na sua maioria, de origem estrangeira - prisioneiros de guerra ou adquiridos nos mercados da Ásia Menor. Propriedade pessoal de particulares e do Estado, **a lei não lhes reconhecia personalidade civil,** nem família e, muito menos, o direito a possuir bens.

Considerados uma vulgar mercadoria e até equiparados a animais, os escravos tinham, no entanto, uma condição que dependia da situação concreta em que se encontrassem. Assim, os escravos domésticos, encarregados dos cuidados da casa, podiam considerar-se privilegiados. Tal era o caso das amas-de-leite, especialmente estimadas. Com frequência, os escravos eram

contratados como artesãos, sendo pagos como trabalhadores livres; neste caso, o amo recebia parte do salário. Em condições mais difíceis viviam os escravos mineiros, pertença do Estado ou de particulares, que trabalhavam nas minas de prata do Láurio e na extracção de argila.

Embora o **trabalho dos escravos** fosse relevante para a economia ateniense, está hoje posta de lado a ideia de que todo o trabalho era realizado por eles, deixando aos cidadãos, como única tarefa, o governo da cidade. Conforme vimos, a maior parte dos cidadãos tinha um ofício e a completa dedicação à política de todo o corpo cívico só existiu na cidade ideal de que falam os escritos de Aristóteles.

Apesar de plenamente aceite em todo o mundo antigo, a existência de escravos é incompatível, aos nossos olhos, com os princípios da igualdade democrática.

A injustiça da condição escrava não passou, porém, despercebida a ilustres atenienses, como **Eurípides**, que, nas suas peças, repetidamente proclamou o escravo um homem como todos os outros. Esboçava-se, ainda que de forma ténue, a crença na unidade do género humano, sem dúvida uma das maiores conquistas do nosso tempo.

1.2. UMA CULTURA ABERTA À CIDADE

No mundo fragmentado dos Gregos, **é a cultura que assegura a unidade:** a mesma língua, os mesmos deuses, os mesmos santuários, a mesma forma de vida unem o que a política separa.

Os Gregos têm consciência dessa unidade espiritual. Chamam-se a si próprios **Helenos.** Todos os outros povos são ***bárbaros,*** quer pertençam ao civilizado Egipto, quer a uma tribo semi-selvagem da Trácia.

O Mundo está, pois, dividido em duas partes distintas: uma é grega; a outra não. Esta identidade cultural, que resiste a todos os conflitos, é constantemente renovada pelas incessantes viagens, de uma cidade para outra, de poetas, pensadores, artistas ou peregrinos a caminho de um santuário.

Destacada no mundo grego, **Atenas é também um centro cultural.** O desafogo económico em que vive e a abertura democrática das suas instituições permitem-lhe atrair os melhores artistas, organizar os espectáculos mais sumptuosos, cultivar a filosofia e o teatro.

AS GRANDES MANIFESTAÇÕES CÍVICO-RELIGIOSAS

A religião desempenhou um papel fundamental na vida dos Gregos e contribuiu fortemente para a sua identidade cultural. No dia-a-dia, dentro dos limites da cidade ou, mais espaçadamente, num santuário longínquo, os Gregos não negligenciavam nunca a obrigação de venerar os deuses.

Tal como hoje, o culto podia revestir um carácter privado, envolvendo apenas um indivíduo ou uma família, ou assumir um carácter público. Neste último caso, toda a pólis era chamada a participar e, por vezes, as manifestações religiosas atraíam peregrinos de todo o mundo grego, o que lhes conferia um carácter pan-helénico.

O culto cívico

Embora em toda a Grécia se adorassem as mesmas divindades, cada pólis tinha os seus cultos próprios, venerando, em especial, os **deuses protectores da cidade.** A deusa Atena, por exemplo, nunca assumiu, para o conjunto das cidades gregas, a importância de *Atena Polias,* "Atena, a protectora da cidade", que lhe era atribuída em Atenas. Da mesma forma, a Hera prestavam culto, como divindade do lar, todas as mulheres da Grécia. Mas só em Argos *Hera Argina* era distinguida como divindade suprema.

Uma vez que não existia, nas cidades gregas, uma classe sacerdotal propriamente dita, **a organização do culto ficava também a cargo dos cidadãos.** Realizar oferendas, velar pela manutenção dos templos e custear as festas religiosas eram considerados **deveres cívicos** tão relevantes como participar na política ou servir no exército.

Em Atenas, as funções religiosas ficavam a cargo dos arcontes e outros magistrados escolhidos para o efeito. As despesas com o culto eram suportadas pelo tesouro público e pelos cidadãos mais ricos que asseguravam, do seu próprio bolso, os fundos necessários às celebrações mais dispendiosas. Tal era o caso das festas em honra de Atena, a protectora da cidade, e de Dioniso, o deus do vinho.

As Panateneias

As festividades em honra de Atena - as **Panateneias** - realizavam-se no mês de Julho e assumiam um **carácter marcadamente cívico** pois, ao glorificarem a deusa, valorizavam também a cidade que ela protegia, alimentando o sentimento de orgulho e de união do povo ateniense.

De quatro em quatro anos realizavam-se as Grandes Panateneias, celebradas com um luxo extraordinário, que atraía participantes de toda a Grécia. Durante duas semanas, a deusa era honrada com concursos musicais, danças e provas desportivas que culminavam numa enorme procissão, em que a cidade presenteava a deusa Atena com um novo peplo, tecido e bordado pelas donzelas das melhores famílias.

As Grandes Dionisíacas

As principais festas em honra de Dioniso - as **Grandes** Dionisíacas - celebravam-se em Março, quando a vinha despontava. Duravam seis dias e foram os seus rituais que **deram origem ao teatro**.

Com efeito, no decurso do século VI a.C., os coros e danças com que se homenageava o deus evoluíram para verdadeiras representações dramáticas que ocupavam, por inteiro, os três últimos dias das celebrações.

Como era vulgar na Grécia, as festividades em honra de Dioniso aliavam ao culto sagrado um carácter competitivo. Os autores concorriam com um conjunto de três peças (trilogia) que depois de representadas, eram objecto da avaliação de um júri, que nomeava o vencedor. Para além de uma pequena soma em dinheiro e de uma coroa de hera, o autor premiado recebia a distinção de ver o seu nome inscrito nos registos de honra da cidade.

Dado o carácter alargado das Grandes Dionisíacas, **eram admitidos a estes concursos dramáticos poetas de todo o mundo grego.** São, porém, naturais de Atenas os três maiores vultos da tragédia antiga, **Esquilo** (525-456 a.C.**), Sófocles** (495-4O6 a.C.) e **Eurípides** (484-4O7 a.C.), cujas peças trágicas ainda hoje são representadas, mantendo-se no repertório das mais conceituadas companhias de teatro.

Visto servirem um fim religioso, as peças apresentam um pendor moralizante, pondo em evidência a sujeição do Homem aos deuses e aos seus desígnios. Mas, mostrando-se incapaz de contrariar o destino que os deuses lhe traçaram, o herói das peças trágicas luta e sofre dignamente, revelando toda a grandeza da alma humana.

Embora mais tardiamente que a **tragédia,** a **comédia** integrou também o programa das Grandes Dionisíacas.

De tom jocoso, a comédia encontrava os seus temas na sátira social, incitando ao riso e à boa disposição, sem, no entanto, negligenciar objectivos moralizadores. Nas peças de **Aristófanes** (445-385 a.C.), o maior dos autores cómicos, por detrás de argumentos fantásticos e de acções

burlescas, destaca-se a crítica à vida pública de Atenas, seja ao funcionamento das instituições democráticas, à moderna educação dos sofistas ou até à emancipação da mulher.

Considerado uma das mais originais criações do génio grego, o teatro espalhou-se por todo o mundo helénico, mantendo, até ao início da nossa era, o seu carácter de grande manifestação cívica e religiosa.

Os jogos

A crença nos mesmos deuses originou pontos de referência religiosa, lugares sagrados onde convergiam peregrinos de toda a Hélade. Embora existissem **numerosos santuários,** os mais famosos eram o de **Delfos,** o de **Olímpia,** o de **Nemeia** e o de **Corinto.** Em todos se realizavam, periodicamente, competições artístico-desportivas de carácter religioso que atraíam multidões: os jogos.

Os jogos eram uma forma de devoção tipicamente grega. O esforço dos atletas era considerado uma homenagem prestada aos deuses, que mostravam as suas preferências "escolhendo" o vencedor.

Os **Jogos Istmicos** realizavam-se no istmo de Corinto, em honra de Posídon, deus do mar. Os **Nemeus** eram promovidos pela cidade de Nemeia, em louvor de Hércules e Zeus. Em Delfos, no santuário de Apoio, organizavam-se os **Jogos Píticos.**

Mas **os mais famosos de todos os festivais pan-helénicos** eram os que se realizavam, de quatro em quatro anos, **em honra de Zeus,** no santuário de **Olímpia**. Eram, segundo a tradição, os mais antigos de todos, datando de 776 a.C., ano utilizado, mais tarde, para estabelecer o calendário grego. Na altura da sua realização proclamavam-se **tréguas sagradas** que interrompiam os conflitos locais em toda a Grécia.

Para além das **cerimónias religiosas** celebradas no templo de Zeus, eram as **provas desportivas** que atraíam atletas e peregrinos. Apenas os homens e os adolescentes livres, de pura ascendência grega, podiam participar nas competições olímpicas, o que se explica pelo carácter sagrado das festividades que exigiam aos atletas a comunhão dos mesmos valores cívicos e religiosos. Quanto aos espectadores, podiam ser bárbaros, escravos ou raparigas solteiras; mas as mulheres casadas nem sequer podiam entrar no recinto das festas.

O **prémio** atribuído aos vencedores resumia-se a uma coroa de ramos de oliveira brava. Era, porém, uma **coroa de glória,** já que as respectivas vitórias eram perpetuadas na poesia, na pintura e na escultura, o que os fazia ascender à categoria de heróis e usufruir de honras múltiplas, aquando do regresso à sua cidade.

Enquanto duravam as variadas provas e cerimónias, Olímpia era palco de uma grande movimentação que não só envolvia os atletas e peregrinos, como também comerciantes de alimentos e ex-votos, filósofos, retóricos, poetas e escritores, que aí davam provas do seu talento e procuravam recrutar novos discípulos. Como Lísias afirma num dos seus discursos, os Jogos Olímpicos assemelhavam-se a uma "parada da inteligência no lugar mais belo da Grécia".

Foi através das festividades pan-helénicas que os Gregos melhor tomaram consciência da sua cultura comum. Ao esquecerem os ódios e os antagonismos promoveram o são convívio entre homens e cidades e sentiram, talvez por breves instantes, o que era o patriotismo nacional.

1.2.1. A EDUCAÇÃO PARA O EXERCÍCIO PUBLICO DO PODER

Numa sociedade aberta, onde cada um vale por si próprio, todo o cuidado é pouco quando se trata de ensinar os jovens. É necessário que se convertam em homens cultos, corajosos, sensíveis ao belo e, sobretudo, empenhados na vida política da cidade.

- Até aos **7 anos,** as crianças eram educadas pela mãe, no gineceu. A partir daí eram orientadas para os papéis que, mais tarde, deveriam assumir na sociedade: as raparigas

ficavam em casa, onde aprendiam todos os lavores que competiam à mulher; **os rapazes iam à escola e preparavam-se para ser cidadãos.**

Em Atenas, o Estado pouco ou nada interferia na educação dos jovens, deixando-a ao critério dos pais. Recomendava, no entanto, que aprendessem a **nadar** (conhecimento precioso para um povo de marinheiros), a **ler** e a **escrever** e que praticassem **exercícios físicos**. Os mais pobres contentar-se-iam, certamente, com estes conhecimentos, ou até menos, mas todos os que o podiam fazer seguiam um programa de estudos bastante mais alargado.

Embora tenha sofrido algumas alterações ao longo do tempo, o currículo compreendia basicamente a aprendizagem da **leitura,** da **escrita** e da **aritmética.** Logo que dominavam estes conhecimentos, o gramático, mestre de ler e escrever, iniciava os seus alunos nos **poemas de Homero e de Hesíodo,** que deviam recitar de cor. A recitação tinha duas finalidades: a primeira era que as façanhas dos heróis servissem de exemplo aos jovens, ensinando-lhes a coragem e a honra; a segunda era que a harmonia e o ritmo penetrassem na alma do aluno, tornando-o num apreciador das coisas belas. A poesia era sempre acompanhada de **música,** ensinada pelo mestre de **cítara***.*

Os jovens mais abastados eram seguidos, nos seus estudos, por um **pedagogo**, normalmente um escravo culto que os acompanhava às lições e vigiava os trabalhos escolares.

A educação intelectual era complementada com a **preparação física,** a cargo do *pedotriba*. Exercitar o corpo era considerado tão necessário como desenvolver a mente. É que o cidadão tinha um serviço militar a cumprir, como sabemos, e deveria estar pronto para defender a sua pólis sempre que necessário. Para além disso, era claro para os Gregos que um espírito são só se consegue com um corpo igualmente saudável e que o desenvolvimento integral do indivíduo não pode desprezar nenhuma **destas duas componentes.**

A preparação física continuava, a partir dos 15 anos, em escolas próprias, os **ginásios** (de *gymnos* - nu), onde era praticada em recintos apropriados - as **palestras** (de *palé*- luta).

Embora o seu nome aponte para o exercício físico, **nos ginásios ensinavam-se também Matemática** e **Filosofia,** isto é, a "procura da sabedoria" em domínios muito amplos como a ciência, a moral, a religião e a governação política. Um dos ginásios mais famosos foi o que Platão instalou num pequeno bosque de Atenas, dedicado ao lendário herói Academo. Chamou-se, por isso, Academia.

Mais tarde, o seu discípulo Aristóteles escolhe o Lykeion, zona de passeio dos atenienses, para aí instalar a sua própria escola - o Liceu.

A **educação do cidadão completava-se,** depois, **no exercício da vida cívica,** através da participação nas assembleias, do exercício das magistraturas ou de animadas discussões na Ágora.

No entanto, caso pretendessem aprofundar os seus conhecimentos, os atenienses podiam sempre fazê-lo junto de um mestre conceituado pela sua sabedoria ou pelos seus dotes de eloquência.

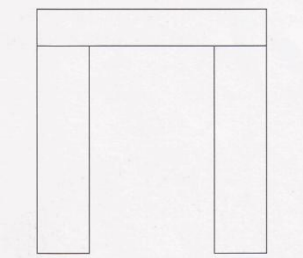
No decurso do século V a.C., correspondendo às necessidades oratórias abertas pela democracia, surgiram os **sofistas,** professores itinerantes que andavam de cidade em cidade, fazendo conferências e dando aulas. Apesar do escândalo que provocavam nos mais velhos pelo facto de se fazerem pagar, o facto é que deslumbravam os jovens, que acorriam em massa às suas lições. Os sofistas defendiam um saber enciclopédico e empenhavam-se no **desenvolvimento do espírito crítico e da facilidade de expressão.** Muitas vezes pouco escrupulosos, preocupavam-se mais em ensinara "arte de convencer", necessária ao sucesso político, do que com a formação moral dos jovens. Por isso, durante muito tempo, o termo "sofista" assumiu o sentido pejorativo de pessoa pouco recta, arrogante e superficial. Hoje, porém, reconhecemos o quanto contribuíram para a **criação de uma nova ordem de estudos** e para o conhecimento do ser humano, quer como indivíduo, quer como ser social.

1.2.2. A ARQUITECTURA E A ESCULTURA, EXPRESSÃO DO CULTO PÚBLICO E DA PROCURA DA HARMONIA

A arquitectura

A arquitectura grega é essencialmente uma arquitectura **religiosa.** Embora construíssem casas, edifícios públicos ou muralhas, os Gregos reservavam para os templos os projectos mais minuciosos e os materiais mais ricos, geralmente o mármore. Apesar de se encontrarem em ruínas, os templos gregos continuam a transmitir, a quem os vê, a proporção e a **harmonia** que, segundo o espírito clássico, **distinguiam as coisas belas.**

O que primeiro nos chama a atenção nos templos é a singeleza das suas linhas. Os Gregos não desconheciam o arco mas, nos seus edifícios, **raramente utilizaram linhas curvas**. Construíram a partir do sistema trílito, isto é, dois suportes verticais (as colunas) unidos por uma laje horizontal (a arquitrave). Esta **base** construtiva, extremamente **racional,** dá aos templos uma grande simplicidade, embora saibamos que eles eram pensados até ao mais ínfimo pormenor.



Esquema simplificado do sistema trílito.

Na Grécia, a **arquitectura era uma arte de números**, à qual só as regras matemáticas podiam garantir a perfeição. Esta ideia levou à criação de **ordens arquitectónicas**, que definiam as **medidas exactas de cada um dos elementos do edifício**. Distinguem-se três ordens:

- **Dórica**, mais antiga e mais sóbria;
- **Jónica,** mais leve e graciosa;
- **Coríntia,** pouco utilizada, que não é mais do que uma variante da ordem jónica.

Deixando de lado as proporções matemáticas e observando os elementos estéticos propriamente ditos, **as três ordens diferenciam-se rapidamente pelas colunas:**

- A coluna **dórica** é a mais robusta e sóbria, não tem base, o fuste tem caneluras de aresta viva e termina num **capitel** com moldura simples;
- A coluna **jónica** é a mais elegante e leve, tem base, as estrias do fuste são arredondadas e o capitel desenvolve-se em graciosas volutas;
- A coluna **coríntia** tem como principal característica um capitel profusamente decorado com folhas de acanto. Foi utilizada sobretudo no período helenístico e depois da conquista romana.

Em termos decorativos, as ordens diferem ainda no tratamento dado à **arquitrave** e ao **friso.**

- No friso **dórico** alternam **tríglifos** e **métopas.**
- O friso **jónico**, ao contrário, desenvolve-se de forma contínua.

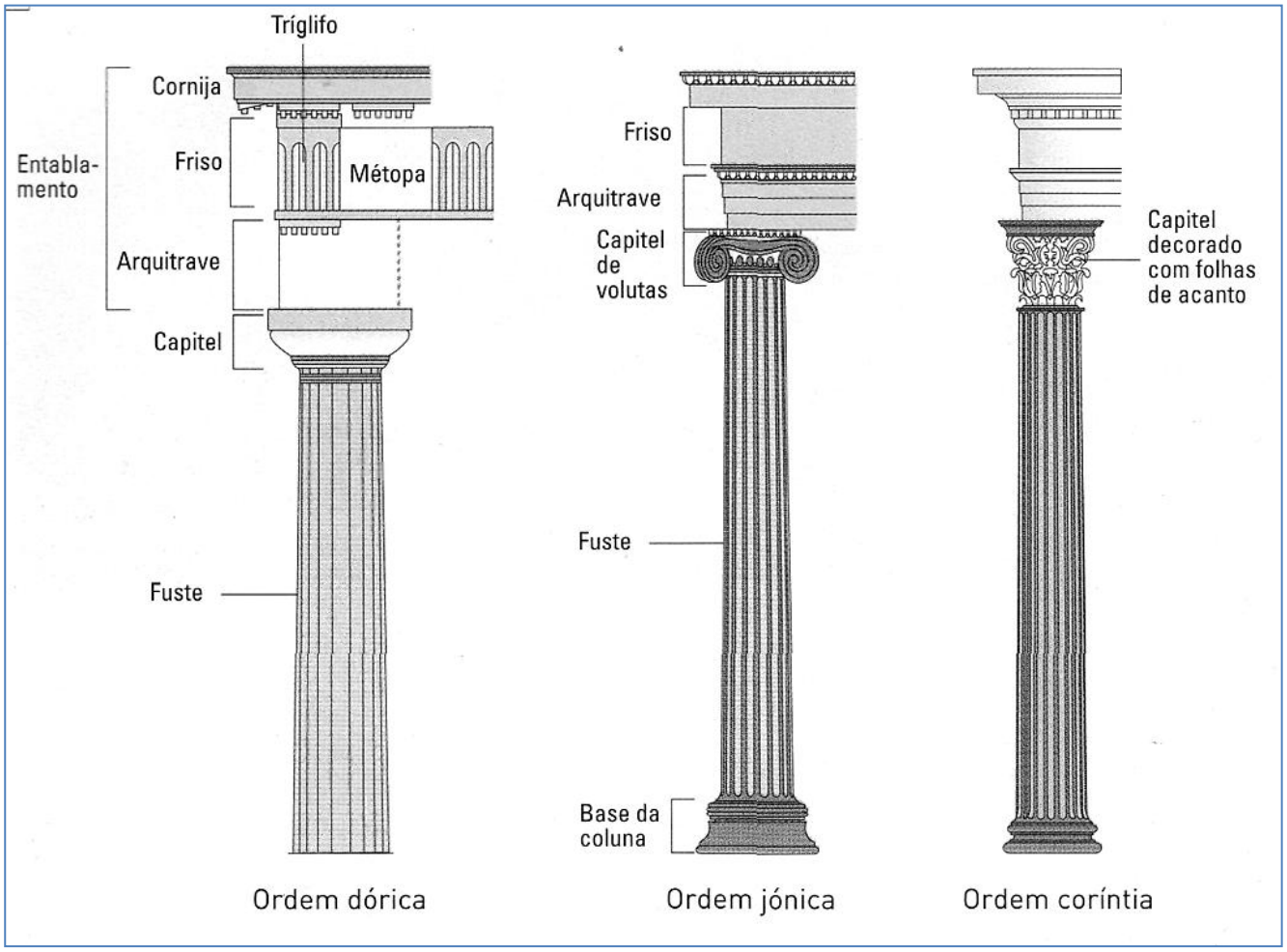
A cobertura dos templos fazia-se com um **telhado de duas águas**, o que criava, nos lados mais pequenos, um triângulo de suporte, o **frontão**. Os artistas valorizavam este espaço, adornando-o com magníficas esculturas. Outros espaços livres, como o friso, eram também decorados.

A função dos templos era, sobretudo, abrigar a **estátua da divindade**, visto que as cerimónias religiosas se processavam num altar exterior, situado ao lado do edifício. Por isso, a sua **planta era muito simples,** normalmente **rectangular**, compreendendo uma antecâmara *(**pronaos**),* uma sala grande onde era colocada a estátua, a *nãos* ou ***cella,*** e uma outra mais pequena, onde se guardavam as oferendas *(**opistodomo**)*. Havia também construções circulares, os *tholos,* mas eram raras e constituíam uma excepção.

Nestes edifícios, concebidos para serem vistos do exterior, sobressaiam as majestosas colunas que, nas construções mais importantes, rodeavam os quatro lados. Os templos mais pequenos podiam ter colunas apenas no lado em que se fazia a entrada.

O facto de partirem de regras e proporções predeterminadas deu aos arquitectos a possibilidade de se concentrarem nos pormenores. São hoje conhecidas e admiradas as correcções ópticas - ***entasis*** - introduzidas nas linhas direitas dos templos, de forma a conferirem-lhes uma perfeita simetria. Este artifício foi brilhantemente utilizado no **Pártenon**, a obra-prima da arquitectura grega.

A destruição da **Acrópole de Atenas,** durante as Guerras Persas, permitiu, recorrendo ao tesouro da Liga de Delos, contratar os mais destacados artistas de toda a Grécia para trabalharem na sua reconstrução. Daí resultou um **conjunto monumental único pela sua beleza,** de que se destacam o **Pártenon**, dedicado à virgem Atena, o **Erectéion**, consagrado a Atena e a Posídon, famoso pelas graciosas cariátides, e o pequeno **santuário de Atena Niké**, verdadeira jóia de delicadeza jónica.



A escultura

Pensavam os **Gregos que os deuses eram semelhantes ao Homem**. Embora imortais e dotados de poderes extraordinários, **partilhavam com os humanos o raciocínio, os sentimentos e a aparência física**.

Honrados com as mais belas construções da Grécia, os deuses eram-no também com as mais belas estátuas. Para os representar, o escultor procuraria o corpo perfeito que, naturalmente, só podia ser obtido pela conjugação de elementos retirados de diversos modelos: o nariz bem delineado de um, a boca carnuda de outro, o ventre liso de um terceiro.

Esta procura da **beleza física ideal** estava bem de acordo com o espírito grego, que sempre valorizou o corpo humano e sempre buscou a perfeição. Por isso, encontramo-la praticamente em

todas as obras escultóricas, quer representem deuses, jovens atletas ou personalidades insignes da política ou da cultura.

Embora, no último caso, se respeitassem os traços fisionómicos do retratado, procurava-se sempre retocar-lhe as imperfeições e dar ao rosto uma expressão serena e contemplativa. Por tudo isto, dizemos que a escultura grega é idealista.

Este **idealismo escultórico** conduziu os artistas à procura da fórmula exacta da beleza. Encontraram-na, à semelhança do que aconteceu na arquitectura, no rigor das proporções. Foi **Policleto** quem as definiu, estabelecendo o **cânone** que aplicou na execução das suas obras, nomeadamente no ***Dorífero***, escultura muito apreciada pelos contemporâneos, que tinham Policleto em grande conta.

- O jovem doríforo (portador da lança) de Policleto apresenta-se tal como os atletas concorriam aos jogos: nu. Esta forma de representar o corpo masculino iniciou-se na *época arcaica* (séculos VII-VI a.C.), com os famosos *kuroi* (rapazes).

Dos *kuroi,* ainda muito influenciados pela rigidez da arte egípcia, os escultores clássicos evoluíram para **obras-primas de naturalidade e movimento,** como é o caso do ***Discóbolo*** de **Míron** (490-430 a.C.).

De todos os escultores, **Fídias** (490-431 a.C.) é aquele que mais se identifica com o apogeu da arte grega.C.hamado por Péricles para dirigir os trabalhos da Acrópole, **concebeu toda a decoração escultórica do Pártenon** e é, em grande parte, responsável pela glória deste templo. Fídias realizou também a estátua criselefantina de Atena, cuja fama ultrapassou as fronteiras da Grécia. Mais tarde, quando foi expulso de Atenas, acusado de desviar dinheiros públicos, Fídias refugiou-se em Olímpia, onde dedicou vários anos a realizar, nos mesmos materiais, a estátua colossal de Zeus, destinada ao santuário. A estátua de Zeus foi considerada, por aqueles que a viram, a "primeira maravilha do Mundo".

O estilo de Fídias fez escola por mais de uma geração de artistas. **Calímaco** (século V a.C.) e **Praxíteles** (século IV a.C.) filiam-se directamente nos seus ensinamentos. Quer um quer outro **fizeram evoluir a figura feminina,** que Praxíteles teve a ousadia de representar, pela primeira vez, nua, numa famosa estátua de Afrodite.

A maior parte das estátuas gregas não chegou até nós, ou porque os seus materiais preciosos incitavam ao roubo, ou porque os séculos não respeitaram a sua fragilidade. Felizmente, os **Romanos fizeram abundantes cópias**, embora, na sua maior parte, de inferior qualidade. As cópias são todas de mármore, sem, no entanto, terem sido revestidas da **policromia** que os Gregos sobrepunham a este material.

Na verdade, toda a obra escultórica sobre mármore, quer se tratasse de uma estátua, de um relevo ou simplesmente da decoração geométrica de uma coluna, era, na Grécia, avivada com **pintura de cores variadas,** destinada a realçar o desenho ou a dar mais realismo às figuras. Vestuário, olhos, lábios e até a carnação eram completados com uma camada de tinta que escondia completamente a brancura do mármore.

As estátuas de bronze eram simplesmente polidas e incrustadas, nos olhos, pedras coloridas. Os lábios e os mamilos eram realçados com cobre vermelho e chegavam a ter pestanas, feitas de arame.

Estes acabamentos contribuíram para unir a arte da escultura e da pintura, normalmente separadas. Embora não tenham chegado até nós as grandes obras da **pintura grega,** podemos avaliá-la pelos **vasos de cerâmica,** destinados à vida de todos os dias. Em Atenas, todo um bairro se chamava "o cerâmico" e aí se produziam **autênticas obras de arte,** que eram exportadas para o mundo mediterrânico. Ao olharmos a cerâmica grega, seja uma simples taça de vinho ou um vaso funerário, torna-se clara a velha máxima que diz que, para os Gregos, *até as coisas úteis tinham de ser belas.*

2. O Modelo Romano

2.1. ROMA, CIDADE ORDENADORA DE UM IMPÉRIO URBANO

2.1.1. A CIDADE QUE SE FEZ IMPÉRIO

Diz a lenda que Roma foi fundada, no ano **753 a.C.,** por **Rómulo,** um dos gémeos que a sacerdotisa Reia Sílvia concebera de Marte, deus da guerra. Na realidade, Roma nasceu como qualquer outra cidade, de um pequeno povoado que, favorecido pela geografia e pela história, se foi engrandecendo.

Situada na fértil planície do Lácio, junto ao rio Tibre, Roma cedo atraiu a cobiça dos Etruscos, povo civilizado que habitava a actual Toscânia. **Os Etruscos dominaram Roma e engrandeceram-na:** a cidade foi dotada de novas muralhas, de uma rede de esgotos, de casas alinhadas. Sabemos pouco destes primeiros tempos, mas é certo que a cidade era governada por reis e que aos Etruscos se deve também a organização política e social de Roma.

Em **509** a.C., quando os aristocratas romanos expulsaram o último rei etrusco e instituíram uma **república**, não se registaram modificações de vulto nas instituições políticas ou nas classes sociais. Mas foi então que Roma cumpriu o seu destino de **grande nação conquistadora.** Primeiro por necessidades de defesa, depois por sede de glória e riquezas, os Romanos apoderaram-se de um imenso **império**. Numa expansão lenta mas sistemática, o seu domínio estendeu-se pelas duas margens do Mediterrâneo que, unido pela primeira e única vez na História, se tornou um verdadeiro lago interior, ao qual os Romanos chamavam, orgulhosamente, ***maré nostrum***, o nosso mar.

Com mais de três milhões de quilómetros quadrados de extensão, dez mil quilómetros de fronteiras e uma enorme diversidade de povos, o Império Romano resistiu aos séculos, marcando profundamente a história da civilização ocidental. Invulgarmente extenso foi, também, invulgarmente duradouro.

Um mundo de cidades

A cultura romana estava intimamente ligada à cidade, entendida, tal como na Grécia, não como um simples conjunto de edifícios, mas como uma **associação destinada a satisfazer hábitos, necessidades e interesses comuns aos que nela habitavam**. Para além disso, os Romanos consideravam as **cidades como células ideais de administração**, já que nelas se concentravam as instituições governativas.

Assim se entende que uma das primeiras tarefas, após a conquista, fosse a **reorganização ou a criação de centros urbanos:** em regiões como a Grécia, onde o sistema de cidade já era antigo, os Romanos souberam respeitar a sua forma de funcionamento limitando-se a introduzir pequenas alterações; noutros locais, como a Gália ou a Península Ibérica, onde as cidades eram raras ou mesmo inexistentes, os Romanos apressaram-se a criá-las proporcionando-lhes as condições necessárias ao seu desenvolvimento.

Deste modo, o Império Romano era um **mundo de cidades dotadas de relativa autonomia,** capazes de resolver localmente muitos dos seus problemas. E era sobre este espaço urbanizado que Roma estendia o seu domínio, impondo-se como modelo a seguir. Roma era a **urbe** por excelência, o centro de poder, o coração do Império.

O poder imperial

Embora as cidades constituíssem centros administrativos, capazes de gerir os assuntos correntes, o Império funcionava como um Estado centralizado, sujeito à autoridade máxima de Roma. A sua grande extensão exigia um poder forte e eficiente, capaz de salvaguardar a ordem e a segurança das províncias.

No entanto, durante os primeiros séculos de conquistas, as instituições governativas de Roma mantiveram-se inalteradas. No século I a.C., o Império conduzia-se ainda pelas primitivas **instituições republicanas - Senado, Comícios** e **magistraturas** que, embora prestigiadas, tinham sido concebidas para a administração de um pequeno território.

Fruto deste desfasamento, Roma mergulhou num período de profunda crise política, marcada por perseguições ferozes e sangrentas guerras civis, que fizeram nascer o desejo de encontrar um chefe que restaurasse a ordem e a estabilidade. Esse chefe surgiu na figura de **Octávio, o primeiro imperador** romano.

Octávio era hábil nas artes da política e da guerra. Em poucos anos conseguiu eliminar os seus rivais mais próximos, fazer regressar a paz e ganhar a admiração do povo e do Senado.

Embora aspirasse ao poder pessoal, Octávio conhecia bem o apego que os Romanos tinham pelas suas velhas instituições políticas. Por isso, não as eliminou. Pelo contrário, manteve-as e alicerçou nelas o seu próprio poder.

Honrado, em 27 a.C., com o título de *princepscivitatis* (o primeiro dos cidadãos), **Octávio acumulou nas suas mãos as várias magistraturas.** Foi, simultânea e repetidamente, *cônsul, censor, pretor, tribuno,* congregando em si toda a autoridade destes cargos. Por eles detinha o *imperium,* poder reservado aos magistrados superiores (cônsules e pretores), que lhe conferia uma autoridade suprema, civil e militar. Saudado como *imperator,* **Octávio inaugurou uma nova época da história de Roma, marcada pelo poder pessoal de um imperador.**

Embora continuassem formalmente a funcionar - assegurando uma continuidade com o passado e legitimando a autoridade imperial -, **os órgãos de governo republicanos** viram-se, a partir de então, **esvaziados dos seus poderes reais,** já que o imperador controlava as magistraturas e detinha também o poder de modificar a composição do Senado, excluindo dele os elementos que lhe desagradassem.

Paralelamente, foram-se criando **novos cargos e instituições** directamente ligados ao imperador. A este, que governava com o auxílio do seu Conselho privado, competia a nomeação dos altos funcionários do Estado, dos governadores das províncias e dos generais do poderoso exército romano**.**

Cumulada de poderes terrenos, a figura do imperador recebeu também as maiores honrarias, adquirindo uma essência divina, que fortalecia e legitimava a sua autoridade em toda a extensão do mundo romano.

2.1.2. A UNIDADE DO MUNDO IMPERIAL

O culto a Roma e ao imperador

Na mesma altura em que foi proclamado *princeps,* Octávio aceitou também, das mãos dos senadores, o título de **Augusto,** que acrescentou ao seu nome. Era um **título divino,** até aí reservado a certos deuses, como Júpiter, para designar que eram "engrandecedores", criadores de algo novo e melhor. Este título, que passou para os sucessores, foi um prenúncio da **divinização do imperador.**

Tinha sido sempre crença romana que os seus dirigentes eram, sobretudo em épocas difíceis, protegidos pelos deuses e cumpriam uma missão divina. As honras prestadas aos generais vitoriosos assumiam um carácter religioso e, sob influência das regiões orientais do Império, é natural que os Romanos estivessem dispostos a aceitar a divinização dos seus chefes.

Cauteloso por natureza, temendo qualquer excesso que pudesse prejudicar o seu governo, Octávio autorizou o culto à sua pessoa nas províncias mas, em Roma, ordenou que se adorasse apenas o seu *génio,* espécie de espírito protector a que os Romanos atribuíam a força vital e a perpetuidade da descendência.

Em contrapartida, numa hábil manobra de propaganda, Octávio promoveu a divinização das **virtudes imperiais,** isto é, dos benefícios que o seu governo trouxera ao mundo romano: a Vitória Augusta, a Paz Augusta, a Justiça Augusta, a Liberdade Augusta, entre outras Moca.

Quando Octávio morreu, em 14 d.C., o Senado atribuiu-lhe, oficialmente, o estatuto divino que o imperador rejeitara em vida: declarou-o *divus* (deus) e criou um novo corpo de sacerdotes, os augustais, para assegurar o seu culto. Os imperadores que se seguiram foram também agraciados com o título de Augusto e partilharam a sua essência divina. No fim do século I, o culto do imperador e da sua família tinha-se institucionalizado em todo o Império.

O culto imperial foi, desde logo, **associado ao da deusa Roma,** representação da cidade e do povo romanos vistos como uma força superior, predestinada para dominar o mundo sob o signo da paz, da prosperidade e da justiça.

A cidade de Roma foi, muito cedo, personificada, aparecendo, desde o século III a.C., em diversas moedas sob a forma de uma figura feminina armada. Mais tarde, quando o poder romano se engrandeceu, esta personificação deu origem a uma nova deusa cujo culto rapidamente se difundiu. Em louvor de *Thea Roma* ou *Roma Aetern* foram erigidos templos, designados sacerdotes e até, em várias cidades gregas, organizados jogos anuais, os *Romania.*

O culto a Roma e ao imperador tornou-se um importante elemento de **união política.** Símbolo do respeito à autoridade comum e de apreço pelos benefícios da dominação romana, constituiu uma **verdadeira devoção cívica, capaz de unir,** em torno dos mesmos altares, **os diferentes povos do Império.**

A codificação do Direito

Podemos definir Direito como o conjunto de normas jurídicas que rege a vida de um povo. Desta forma, ele existiu na Suméria, na Grécia e em todas as civilizações do mundo antigo, já que não é possível a convivência humana sem definir o conjunto de regras às quais não se deve desobedecer.

Os Romanos, porém, souberam ultrapassar a noção de **Direito** como simples soma de leis, fazendo dele uma **ciência,** que aperfeiçoaram de tal forma que ainda hoje o Direito Romano está vivo e é actual.

Foi **a necessidade** que conduziu os Romanos ao desenvolvimento do Direito. **A administração do seu vasto Império** e a convivência pacífica das suas gentes não seria possível sem um conjunto de leis abrangente e organizado, que definisse as normas a seguir nos grandes e pequenos problemas da vida quotidiana.

Considerada a mais importante criação do génio romano, o Direito espelha o espírito prático e metódico deste povo. Começando praticamente do nada, os **juristas romanos** não **só definiram os princípios básicos a que devem obedecer todas as leis** como sistematizaram as suas diferentes áreas de aplicação.

Tal como os outros povos, inicialmente os Romanos não tinham leis escritas. Todo o procedimento jurídico se baseava no costume - *Direito Consuetudinário* - e era transmitido

oralmente de geração em geração, o que dava origem a frequentes deturpações e arbitrariedades. Foi contra esta situação que, em meados do século V a.C., os plebeus, classe mais desfavorecida, se revoltaram. Perante as exigências plebeias, os nobres romanos encarregaram uma comissão de 10 membros, os decênviros, de **dar forma escrita às leis correntes.** Redigidas de forma clara e concisa, as leis foram gravadas em 12 tábuas, dando origem ao primeiro **código** do Direito Romano que, segundo a tradição, começou a vigorar em 452 a.C.

Os Romanos nutriram por este primeiro conjunto de leis escritas uma enorme admiração. Antes dele, as normas eram vagas e imprecisas. Depois, tornaram-se claras e fáceis de consultar. A **Lei das XII Tábuas** foi considerada, durante os 10 séculos que se seguiram, «a fonte de todo o Direito público e privado». No tempo de Cícero, os meninos decoravam-nas na escola, tal como acontecia com os poemas homéricos, na Grécia, por se entender que aí se concentrava a sabedoria e se multiplicavam os exemplos a seguir.

Embora nunca tivessem sido revogadas, as leis contidas nas XII Tábuas rapidamente se mostraram insuficientes. Novas situações exigiram novas leis. A maior parte resultou da actividade dos magistrados encarregados da justiça - os pretores; do trabalho dos jurisconsultos, espécie de advogados que, pelo seu saber, eram chamados a dar parecer sobre os casos de resolução mais complexa; de decisões do Senado *(Senatus Consultus)* ou do próprio imperador (decretos imperiais).

Século após século, os Romanos foram redigindo um gigantesco corpo de leis, orientados por princípios claros de justiça, capazes de dar resposta às questões mais complexas.

Conscientes do valor e da grandeza do legado romano em matéria de Direito, os últimos imperadores procuraram preservá-lo, ordenando a sua **compilação.** A mais completa foi a ordenada pelo **imperador Justiniano** (482-565), homem de grande cultura e prestígio que reinou na metade oriental do Império. A comissão encarregada pelo imperador de reunir 10 séculos de leis escritas, harmonizando-as de forma a eliminar repetições e contradições, fez um trabalho exaustivo, que Justiniano considerou perfeito e completo. Conhecido, no seu todo, por *Corpus Júris Civilis*, o **Código de Justiniano** sobreviveu aos séculos servindo de alicerce ao Direito ocidental.

A imensa obra legislativa dos Romanos actuou **como um importante factor de pacificação e união dos povos do Império.** Estes não se sentiam sujeitos a um poder discricionário mas protegidos por leis claras, justas e adequadas à vida em comunidade**.**

A progressiva extensão da cidadania

A sociedade romana organizava-se segundo uma estrutura complexa, que estabelecia, entre os homens livres, estatutos muito diversificados. Ser ou não ser cidadão era o ponto de partida de todo o escalonamento social.

A **plena cidadania romana** *(civitas)* implicava **um conjunto de direitos civis e políticos** que incluíam, entre outros, o direito de contrair matrimónio, o direito de proceder a actos jurídicos, o direito de possuir terra e de a transaccionar, o direito de votar e o de ser eleito para as magistraturas. Implicava também deveres, como o de servir no exército e o pagamento de determinados impostos ao Estado.

De início, a categoria de cidadão romano estava reservada unicamente aos naturais de Roma e seus descendentes. Aos habitantes das terras conquistadas foi concedido um estatuto inferior, muito variável de região para região. Como facilmente se compreende, Roma não podia conceder, de imediato, a plena cidadania, com os seus direitos políticos, aos seus inimigos da véspera.

A condição jurídica dos povos submetidos foi melhorando com o tempo, à medida que estes aceitavam o domínio romano e iam adquirindo a cultura dos conquistadores. Assim se

compreende que a **Itália,** a primeira região que Roma dominou, usufruísse de uma condição superior às restantes. Às suas cidades foi concedido o *Direito Latino,* até que, em 49 a.C., todos os homens livres foram equiparados a cidadãos romanos**.**

Quando, em 49 a.C., o *Direito Latino* foi abolido em Itália, ele ainda era considerado um privilégio nas restantes províncias, ficando reservado a algumas cidades, como forma de as honrar e distinguir.

Normalmente, a condição jurídica de uma cidade estendia-se aos seus habitantes. No entanto, era vulgar a **atribuição do título de cidadão romano àqueles que se distinguiam pelo seu mérito ou pelos bons serviços prestados a Roma.** Alguns destes novos cidadãos escolhiam viver na capital do Império, onde integravam, livremente, a vida política.

Este processo de progressiva elevação das províncias e dos seus habitantes ao mesmo estatuto dos seus dominadores concluiu-se, em 212 d.C., quando o imperador **Caracala concedeu a plena cidadania romana a todos os habitantes livres do Império.**

O Estado romano conseguiu, pois, desligar o conceito de corpo cívico de um único povo. Num processo lento, mas irreversível, soube estabelecer a **igualdade entre os povos conquistados e o povo conquistador.**

Este facto, sem paralelo na História dos impérios antigos, contribuiu como nenhum outro para a **unidade do mundo romano.**

Resumindo

Apesar da sua extensão, o **Império Romano constituiu um mundo politicamente coeso,** onde os povos conviviam em paz e respeitavam a autoridade estabelecida. Tal facto deveu-se, em grande parte, à forma hábil como os Romanos souberam administrar as regiões submetidas:

• **Promoveram a vida urbana como centro de poder local e de difusão da sua cultura.** O Império revestiu a forma de uma federação de cidades que, apesar de submetidas ao poderio de Roma, dispunham de estruturas administrativas próprias que lhes conferiam uma considerável autonomia.

• **Divinizaram a figura do imperador e, com ela, a autoridade do Estado.** Adorado como um deus em todas as regiões do Império, o imperador tornou-se o garante da paz e da prosperidade dos povos, detentor de um poder supremo e incontestado.

• **Organizaram um conjunto de leis notável** pelo seu rigor e pela sua amplitude. Os Romanos criaram o Direito tal como hoje o concebemos, alicerçado na justiça e na equidade, utilizando-o como elemento regulador da paz e da ordem imperiais.

• **Estenderam progressivamente a condição superior da cidadania aos povos dominados.** Participantes dos mesmos direitos e da mesma dignidade dos seus conquistadores, os habitantes do Império deixaram de se sentir súbditos e passaram a olhar-se como verdadeiros romanos.

Unida pelo mesmo modelo urbano, pela obediência às mesmas leis e à autoridade do imperador, a Europa adquiriu uma feição civilizacional própria, uma marca de *latinidade* que persistiu até aos nossos dias.

2.2. A AFIRMAÇÃO IMPERIAL DE UMA CULTURA URBANA PRAGMÁTICA

2.2.1. A CULTURA ROMANA: PRAGMATISMO E INFLUÊNCIA HELÉNICA

No início da sua História, os Romanos eram um povo de lavradores, repartindo as suas actividades entre o trabalho da terra e a necessidade de a defenderem dos inimigos que, de

perto, a cobiçavam. Desta vida ficou-lhes sempre um **sentido prático, realista, virado para o concreto.** Aplicaram-no a resolver os problemas mais próximos, de uma utilidade mais imediata. As conquistas não fizeram mais do que reforçar este **pragmatismo** que **marca todas as realizações romanas.**

Assim, ao contrário dos Gregos, para quem todas as coisas tinham de ser belas, os Romanos sentiam que todas as coisas tinham de ser úteis. E este sentimento estendia-se também às suas realizações culturais. Encontramo-lo na arte, na poesia, na História e, naturalmente, na excepcional obra jurídica que nos legaram.

O Direito é justamente considerado o expoente máximo do pragmatismo romano. Nenhuma outra disciplina revela melhor o sentido de organização deste povo, a sua capacidade para adequar a teoria à prática e daí retirar benefícios.

Foi este espírito pragmático que fez dos Romanos um povo aberto, capaz de apreciar a riqueza cultural das nações que submeteram e incorporá-la na sua própria forma de vida.

Assim, **a cultura romana é o resultado de influências várias,** uma fusão de elementos culturais diversos, que os Romanos souberam absorver e transformar, de acordo com o seu carácter. De todas as influências recebidas, a mais marcante foi, sem dúvida, a **influência grega.**

Diz-nos o poeta Horácio (65-8 a.C.) que "a Grécia conquistada conquistou o seu feroz vencedor". E em termos culturais assim foi. Grandes admiradores da civilização helénica, reconhecendo a sua originalidade e o seu brilhantismo, os Romanos imitaram-lhe a arte, a literatura, a filosofia e até a religião. Falar grego tornou-se, em Roma, sinónimo de cultura e a cidade encheu-se de artistas, pensadores e pedagogos helénicos.

Foi desta forma que a cultura grega chegou até nós: absorvida e adaptada pelos Romanos, estendeu-se pelas vastas regiões do Império. E é nesta **síntese cultural greco-latina** que, em boa parte, residem os fundamentos da civilização europeia.

2.2.2. A PADRONIZAÇÃO DO URBANISMO

Como vimos já, foi na cidade que Roma alicerçou o seu domínio sobre as terras conquistadas. Assim, à medida que o Império crescia, fundaram-se cidades novas e renovaram-se as antigas de acordo com as necessidades da administração e os padrões de vida romanos.

A fundação de uma nova cidade implicava um cuidadoso planeamento. Seguindo as práticas comuns nos acampamentos militares e, sobretudo, os ensinamentos do arquitecto grego Hipódamo (séc. V a.C.), a **cidade articulava-se a partir de duas ruas principais, o cardo,** com a direcção norte-sul, **e o decumanos,** no sentido este-oeste. Era geralmente perto do cruzamento destes dois eixos, que serviam de referência ao alinhamento das ruas, que se situava a grande praça **pública** - o ***fórum*** -, verdadeiro coração da cidade.

No fórum encontravam-se os principais edifícios administrativos: a **cúria** e a **basílica.** Na cúria reunia-se o Senado, conselho de notáveis que se ocupava do governo da cidade; a basílica servia de sala de reuniões para políticos e homens de negócios e também de tribunal público. No tempo de Augusto, por exemplo, era na **Basílica Júlia** que se reunia o tribunal dos centúnviros com competência para julgar certos processos civis, em particular os que respeitavam às heranças. Plínio, o *Novo,* deixou-nos descrições coloridas da multidão que aí acorria quando algum advogado, famoso pela sua eloquência, tomava a palavra em defesa do seu cliente.

Era também no fórum ou nas suas imediações que se erguiam os templos mais significativos. Os Romanos veneravam especialmente a tríade nacional Júpiter-Juno-Minerva, cujo templo, o Capitólio, simbolizava a presença e o poder dos Romanos. Dentro do mesmo espírito ergueram-se, nas províncias, os templos dedicados ao culto do imperador.

Centro administrativo e religioso da cidade, local de encontro das suas gentes, o fórum mereceu sempre a atenção dos governantes, que amiúde o renovaram e engrandeceram. Em Roma, os imperadores não só acrescentaram novas e grandiosas construções ao primitivo fórum da cidade - o Fórum Romano -, como construíram, nos espaços circundantes, novas praças - os fóruns imperiais.

Embora estas construções tenham, em parte, correspondido às necessidades geradas pelo aumento da população urbana, elas reflectem a vontade de dotar Roma de um conjunto monumental que espelhasse a glória da cidade e dos seus imperadores. Aliás, este **gosto pela monumentalidade** é uma das características mais salientes das cidades romanas, patente tanto em edifícios utilitários (aquedutos, circos, anfiteatros), como em obras meramente decorativas ou comemorativas (estátuas, arcos de triunfo, colunas).

Junto do fórum foram frequentemente construídas bibliotecas, assim como mercados públicos destinados ao abastecimento das cidades. Ficaram célebres os de Trajano, em Roma, em Óstia e em Timgad.

O sentido utilitário do **urbanismo** romano revelou-se ainda na construção das termas, estabelecimentos de banhos públicos, dotados de salas de temperaturas diferentes, vestiários, piscinas de água quente e fria, palestras, salas de descanso, de massagem, de reuniões.

Prática da mais elementar higiene, o banho era, para os Romanos, um momento cultural, permanecendo como uma das facetas mais civilizadas e agradáveis da vida quotidiana. Para a tornar possível, as cidades estavam equipadas com aquedutos, normalmente obras grandiosas, que conduziam as águas dos reservatórios naturais, muitas vezes longe da cidade, até aos fontanários públicos e às casas particulares.

O lazer e a distracção não foram esquecidos nas cidades romanas. Quase todas possuíam o seu **anfiteatro,** palco de lutas com animais selvagens e de combates entre gladiadores, O mais conhecido é, sem dúvida, o Coliseu de Roma, que serviu de modelo a muitos dos seus congéneres provinciais.

Outros espectáculos apreciados pelos Romanos eram as corridas de cavalos e de carros, realizadas no **circo,** assim como as tragédias, as comédias e as farsas, representadas nos **teatros.**

Quanto às **casas de habitação,** encontram-se sempre dois tipos:

- A ***domus,*** casa particular, onde moravam os cidadãos mais ricos e que, em Roma, se espalhava pelas colinas;
- A ***insula,*** prédio de aluguer, com várias habitações, a fazer lembrar os imóveis actuais.

Possuidora de um jardim interior e de outras comodidades e luxos, a *domus* em tudo contrastava com a alta e frágil *insula,* em tijolo e madeira, que facilmente se degradava e ruía com frequência, quando não era vítima de incêndios. No século IV, Roma tinha 46 600 *insulae* 1800 casas particulares.

Roma foi sempre um caso à parte em termos de planificação urbanística, quer pelo seu gigantismo, quer pela forma, um pouco anárquica, como foi crescendo. A cidade era ruidosa e, com excepção dos bairros residenciais mais ricos, os transeuntes acotovelavam-se em ruas estreitas e insalubres. Aliás, ruas como estas existiam um pouco por todo o Império. A planificação urbanística, em que os Romanos foram mestres, não as impediu, sobretudo nas cidades de fundação anterior ou de terreno acidentado.

Dispersas por três continentes, com particularidades próprias segundo a sua região e a sua antiguidade, as cidades romanas partilharam, no entanto, um padrão urbanístico comum. Todas são reconhecíveis pelo seu fórum, pelas suas calçadas de pedra, pelo mesmo tipo de casas, as mesmas termas. Todas mostram o mesmo desejo de monumentalidade, erguendo templos

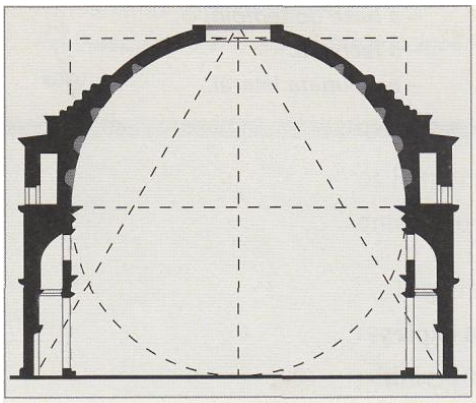
sumptuosos ou aquedutos colossais. Enfim, todas, apesar das suas diferenças, seguem o mesmo modelo: Roma, berço do Império, a cidade por excelência.

2.2.3. A FIXAÇÃO DE MODELOS ARTÍSTICOS

A arquitectura

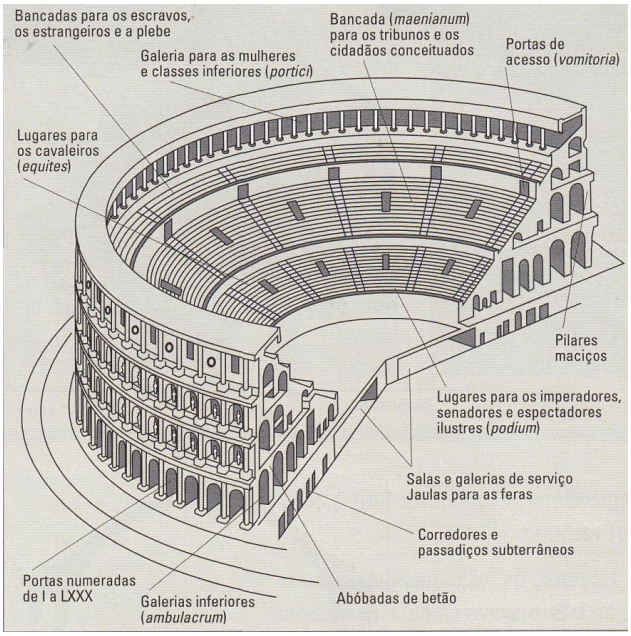
Foi no campo da **arquitectura** que o espírito romano encontrou a sua **expressão artística mais forte.** A paz prolongada e a prosperidade económica permitiram uma **grande actividade construtiva,** sobretudo no domínio das obras públicas. O exemplo de Augusto, que investiu empenhadamente no embelezamento da capital, foi seguido pelos seus sucessores, que estenderam a sua acção às cidades do Império, cooperando com os magistrados locais e incentivando as iniciativas particulares. Roma e as cidades provinciais enriqueceram-se com novos fóruns, templos, aquedutos, teatros, construções comemorativas.

Na arquitectura como em tantos outros aspectos, os Romanos deixaram-se influenciar pelos modelos gregos. Adoptaram as **três ordens,** embora revelassem uma nítida preferência pela ordem coríntia, de maior riqueza decorativa. Usaram-nas, no entanto, com maior liberdade do que os Gregos, sobrepondo-as num mesmo edifício ou aglutinando os seus elementos de forma a criar uma **ordem compósita.**



O Panteão (em grego *Todos os Deuses*) foi mandado restaurar pelo imperador Adriano em 121 d. C. O imperador conservou a fachada exterior do tempo de Augusto, mas o interior foi completamente renovado. Em vez de uma *cella* rectangular, para as estátuas divinas, construiu-se uma vasta área de planta circular, coberta por uma cúpula de betão de dimensões impressionantes (43,3 m de diâmetro). A cúpula simboliza, segundo o próprio imperador Adriano, a abóbada celeste, com os seus astros divinizados, sendo o Sol representado pela clarabóia central.
A grande sala tem uma geometria irrepreensível, nela se podendo inscrever uma esfera perfeita, considerada a "forma fundamental" que pode conter todas as outras. Talvez por isso, Miguel Ângelo, sempre tão crítico face a tudo o que via, tenha ficado fascinado a ponto de considerar que o desenho do monumento fora feito por anjos e não por humanos. Segundo o historiador romano Dion Cássio (c. 155-229), foi esta a sala régia que Adriano escolheu para ditar as leis e para presidir ao Supremo Tribunal. Protegido pelos deuses celestes, o imperador reclama, sobre a Terra, um poder igualmente divino.

É nos templos que mais se evidencia a influência helénica, quer no alçado, ritmado por colunas majestosas, quer na simplicidade da planta, na qual a *cella,* sala destinada a acolher a estátua do deus, assume o lugar central. Mesmo assim, os Romanos souberam imprimir nestas construções o seu **cunho próprio:** adossaram parte das colunatas laterais à parede da *cella,* transformando-as em simples pilastras; subverteram o sentido da proporção que os Gregos tanto prezavam em favor da imponência do edifício, quer aumentando as suas dimensões, quer erguendo-o sobre uma plataforma elevada, o *podium*. Na maior parte dos casos, os templos foram também despojados das esculturas ornamentais do frontão e do friso, adornando-se estes espaços com uma simples inscrição dedicatória, que elucida sobre os objectivos e as circunstâncias da edificação.



Muito mais livres e criativos que os seus colegas helénicos, **os arquitectos latinos souberam tirar partido de diferentes técnicas e materiais,** não se limitando ao uso da pedra cortada, sobreposta. O seu espírito prático fê-los adoptar materiais mais versáteis e baratos, como o tijolo e o betão.

A **construção em betão,** conhecida como *opuscaementicium,* foi-se aperfeiçoando desde os tempos da República e tornou-se uma imensa mais-valia arquitectónica. Além de barato (era constituído por uma mistura de cal, areia, argila e pequenos fragmentos de pedra ou tijolo), o betão possuía extraordinária solidez e adaptava-se a qualquer espaço pois, tal como o actual, vazava-se dentro de moldes de madeira que se retiravam após a secagem.

Estes materiais mais pobres eram, nas grandes construções, "escondidos" por **belos revestimentos de mármore e outras pedras,** que realçavam a imponência dos edifícios e as suas formas audaciosas.

Ajudados pela versatilidade dos materiais, os Romanos souberam ultrapassar a rigidez da construção trílita, substituindo a trave horizontal que repousava sobre as colunas por **arcos de volta perfeita** (semicirculares) e os tectos planos por **abóbadas de berço e de aresta**. Muito pouco usado pelos Gregos, o arco permite diminuir o peso exercido sobre as colunas, que podem espaçar-se, criando grandes vãos.

Este apuro técnico, que culminou na construção de enormes **cúpulas,** como a do Panteão, permitiu a criação de **espaços interiores impressionantes,** cenário perfeito para as solenes cerimónias oficiais que exaltavam a glória e o poder romanos.

Mas nem só ao serviço dos deuses e do imperador puseram os arquitectos o seu génio construtivo. Bem pelo contrário, o que mais se evidencia na arquitectura romana é o seu **carácter essencialmente urbano e utilitário.** Os Romanos constroem para a cidade e para os cidadãos: fóruns, teatros, anfiteatros bibliotecas, termas, aquedutos. Apesar do estado de ruína em que muitas se encontram, estas obras públicas continuam a impressionar-nos pela sua grandiosidade. Lembremos, como exemplo, as Termas de Diocleciano, com uma área coberta de 30000 m2 ou os 250 000 espectadores que podiam acomodar-se no Circo Máximo.

A este gosto pela grandiosidade não é alheia uma **intenção propagandística.** A imponência das construções espelha a grandeza de Roma, impressiona quem a vê, enche de admiração os povos submetidos.

Esta faceta foi, aliás, completada com grande número de **construções comemorativas,** como os arcos de triunfo, as colunas e os pórticos monumentais. Só aparentemente desprovidos de qualquer utilidade prática, elas produziam o efeito decorativo e cénico necessário à **exaltação do poder imperial.**

A escultura

As obras de escultura são, em Roma, muito numerosas. O Estado e os magistrados multiplicam-nas nos fóruns, nas ruas, nos monumentos antigos e novos da cidade. Os ricos adornam com elas as suas casas, quer em Roma, quer nas províncias que, em escala mais modesta, imitam a capital.

Mas os escultores romanos não mostram a mesma capacidade inovadora dos arquitectos. Deixam que a criatividade dos **artistas helénicos** domine a produção de estatuária. É a eles que os cidadãos abastados fazem as suas encomendas, contentando-se, muitas vezes, com **réplicas das grandes obras gregas.**

Porém, a atitude dos Romanos muda quando se trata de deixar a sua imagem para a posteridade. Aí, o seu sentido fortemente individualista impõe-se, dando origem a obras de notável **realismo:** feições do rosto, expressão no olhar, movimento dos cabelos, tudo é tratado com tal minúcia e fidelidade que os retratos frequentemente ultrapassam a representação física da personagem para nos darem a ideia do seu carácter. O **retrato** apresenta-se, pois, como uma **afirmação do indivíduo,** ressaltando os traços que definem a sua fisionomia e a tornam única.

No tempo de Augusto, ao lado deste pendor realista, desenvolveu-se um **estilo oficial,** solene, em que as personagens são representadas de forma mais idealizada, de faces serenas e gestos

compassados. Esta tendência está intimamente ligada à glorificação do imperador, cujas representações ora lembram as de um herói ou um deus grego, ora evocam um ser contemplativo, quase perfeito, que parece elevar-se muito para além de todas as paixões e fraquezas humanas.

O relevo

Os Romanos souberam também tirar partido de outra vertente da arte de esculpir: o **relevo.** Usaram-no profusamente como elemento decorativo, mas souberam dar-lhe outra função: a de **narrar os grandes feitos do povo romano e exaltar as virtudes dos seus chefes.**

Enquanto os artistas gregos se inspiravam sobretudo nos episódios mitológicos, os Romanos, fazendo jus ao seu espírito pragmático, preferiram imortalizar em pedra episódios significativos da sua História: campanhas e vitórias militares, procissões e sacrifícios religiosos, alocuções imperiais ou menções à paz e prosperidade de que gozavam os povos do Império.

Este tipo de relevo, vulgarmente designado **relevo histórico-narrativo,** foi utilizado, sobretudo, nas construções comemorativas, como as colunas e os arcos de triunfo. Mas encontramo-lo, também, noutros edifícios públicos e até em obras de carácter privado, como os sarcófagos, em cujas paredes os escultores imortalizaram os feitos da Pátria romana nos quais o defunto participara ou, simplesmente, admirava.

2.2.4. A APOLOGIA DO IMPÉRIO NA ÉPICA E NA HISTORIOGRAFIA

O principado de Augusto, e de uma forma geral, todo o século I d.C.. corresponderam a uma época de grande brilho cultural.

O imperador transformou Roma num verdadeiro centro artístico. Não só alterou a fisionomia da cidade, enchendo-a de obras de arte e construções monumentais, como chamou para a sua corte poetas e escritores a quem cumulou de provas de amizade e de bens materiais.

Um dos grandes amigos do imperador, Mecenas, reuniu também, junto de si, os maiores talentos literários da época e de tal forma os incentivou que o seu nome ficou para sempre ligado à protecção das artes, falando-se, ainda hoje, de um *mecenas* e de *mecenato.*

Acarinhada pelas altas esferas do poder, **a literatura atinge,** então, **o seu apogeu.** Poetas como **Virgílio**, **Horácio** e **Ovídio** souberam dar ao latim uma ressonância e uma expressão sublimes, criando obras que se tornaram modelos literários nos séculos seguintes.

Esta protecção das letras não era, todavia, completamente desinteressada. Octávio, que ouvia atentamente a leitura das obras, aplaudia e recompensava as de maior mérito, incentivava os autores a exaltarem as virtudes da sua pessoa e os benefícios do seu reinado. Deste modo, **a poesia fez-se também eco da glória de Roma e da grandeza do príncipe,** actuando como um poderoso meio de propaganda imperial.

A poesia épica

De entre todos os poetas contemporâneos de Augusto destaca-se Púbiio Virgílio Maro (70-19 a.C.), considerado «o poeta do príncipe e o príncipe dos poetas". A instâncias do imperador, dedicou os últimos sete anos da sua vida a uma grande obra épica, a ***Eneida***, que se tornou o **poema nacional** por excelência.

Inspirado nos poemas homéricos, Virgílio faz da *Eneida* um cântico às origens de Roma e à sua vocação conquistadora. Misturando tradições lendárias e factos históricos, o poema atribui as origens da cidade ao herói troiano Eneias, filho de um mortal, Anquises, e da deusa Vénus. Nesta **epopeia** é Eneias quem, depois de uma atormentada viagem pelo Mediterrâneo, aporta ao Lácio, dando origem à raça dos Romanos. Rómulo descenderia de Eneias, tal como a família de Augusto, a *gens Júlia,* que teria sido fundada por Iulo, filho do herói troiano.

Deste modo, o povo romano, em geral, e o imperador, em particular, são elevados a uma condição superior, a uma ascendência divina, que explica e legitima o seu enorme poder.

A História

As inúmeras vitórias dos Romanos e a grande tenacidade que demonstraram na construção do seu império impressionaram, desde cedo, os historiadores. Assim, a **História revestiu uma feição pragmática,** procurando justificar o domínio de Roma e pôr em evidência a sua acção civilizadora. Este objectivo está presente nas obras de Políbio, Júlio César, Tito Lívio e Tácito, entre outros.

Foi, no entanto, o historiador Tito Lívio aquele que mais glorificou a História da sua pátria. Tito Lívio deixou-nos uma imensa obra, que abrange toda a História de Roma, desde a fundação da cidade até ao ano 9 a.C. Escreveu, sobre este assunto, 142 livros, aos quais dedicou 40 anos da sua vida.

Desta *História Romana,* escrita com preocupações de rigor metodológico, chegou até nós apenas uma pequena parte. É, no entanto, o suficiente para podermos avaliar o patriotismo ardente e a profunda crença no destino grandioso de Roma que animou o seu autor.

Engrandecendo, como nenhuma outra, o nome romano, a *História* de Tito Lívio rapidamente se popularizou. Dela se fizeram numerosos resumos destinados, alguns, a servir como manuais na extensa rede de escolas que os Romanos tiveram o mérito de espalhar por todo o Império.

2.2.5. A FORMAÇÃO DE UMA REDE ESCOLAR URBANA UNIFORMIZADA

O ensino

Ir à escola era, em Roma, uma coisa comum. Ao completar 7 anos, rapazes e raparigas eram enviados ao ***litterator,*** espécie de professor primário, que lhes ensinava as primeiras letras. Só os mais abastados, que podiam dispor de mestres particulares, estudavam em casa.

A **escola primária,** situada nas imediações do fórum, dispunha de instalações bem modestas. Um simples alpendre, separado do ruído da rua por uma cortina, bastava para que um professor exercesse a sua actividade. Os alunos escreviam, normalmente, sobre os joelhos e rodeavam o mestre, que costumava instalar-se numa cadeira alteada, a cátedra, para que todos pudessem ouvir as suas explicações.

O dia escolar começava cedo, mesmo antes do romper do sol, e prolongava-se pela tarde. Tal como hoje, o ano lectivo durava cerca de nove meses (de Outubro a Junho), mas decorria praticamente sem interrupções.

É assim compreensível que os pequenos romanos esperassem impacientemente pelas férias de Verão, tanto mais que a disciplina era muito rígida. As pancadas com a vara e a correia de couro faziam parte do quotidiano escolar, tal como os puxões de orelhas, considerados muito apropriados já que, "sendo elas sede da memória, havia vantagem em desenvolvê-las".

O **currículo** deste ensino primário, que se estendia dos 7 aos 11 anos, não era muito diferente do das escolas helénicas. Para além da escrita, da leitura e do cálculo, que aprendiam com o *calculator,* os alunos decoravam os trechos poéticos mais edificantes e máximas morais. É que, tal como hoje e sempre, para além da aprendizagem propriamente dita, o ensino obedecia a determinados **fins educativos.** Cícero enumerou-os: o domínio de si, a obediência a toda a autoridade e a benevolência para com o próximo.

Para o **nível secundário** transitavam apenas aqueles (rapazes e raparigas) que tinham mais posses, já que era muito mais dispendioso. Um *gramático,* o mestre da escola secundária, recebia, de cada aluno, quatro vezes mais do que o seu colega *litterator.*

Embora as instalações desta escola partilhassem a mesma modéstia da anterior, a sala de aula estava adornada com bustos de grandes escritores e, inclusive, com mapas. Aí se aperfeiçoavam os conhecimentos da língua e se estudavam as principais obras literárias: a poesia de Virgílio, a retórica de Cícero e a História de Salústio e Tito Lívio encabeçavam o currículo. A matemática, a geometria, a música e a astronomia, embora ensinadas, ocupavam um lugar secundário.

Finalmente, aos 17 anos, uma minoria de rapazes ingressava no **ensino superior,** ministrado pelo ***rethor*** (mestre de retórica).

Embora tenha havido, em Roma, mulheres muito cultas, este terceiro nível de ensino não fazia qualquer sentido para as raparigas, já que se centrava na aprendizagem da Retórica e do Direito, destinados ao desempenho de altos cargos políticos e administrativos, reservados aos homens.

Frequentar o ensino de um *rethor* representava, pois, uma forma de aceder aos postos mais elevados da sociedade romana.

A difusão da rede escolar

Roma encheu de escolas as regiões que conquistou. Embora, na generalidade, a sua criação se devesse à iniciativa particular, o Estado desde cedo incentivou o ensino, no qual viu um **poderoso meio de unificação cultural do Império.** Assim:

- Insistiu com as autoridades municipais para que criassem escolas e suportassem os seus custos.
- Concedeu aos professores protecção e privilégios de ordem fiscal, isentando-os de impostos
- Custeou a actividade de alguns gramáticos e, sobretudo, de retóricos, a fim de tornar gratuito o seu ensino.

Por todo o mundo romano nos ficaram numerosas referências, quer às escolas, quer aos professores, quer ao sonho de ensinar e aprender na capital, onde exerciam os mestres mais famosos. A Escola foi, em Roma, uma instituição reconhecida, da qual se esperava a formação do *vir bónus,* o "homem bom", identificado com o cidadão cumpridor, honesto, inteligente e culto. Pragmáticos por natureza, os Romanos sabiam que a educação e a cultura fazem tanto ou mais por um império do que as proezas militares.

2.3. A INTEGRAÇÃO DE UMA REGIÃO PERIFÉRICA NO UNIVERSO IMPERIAL A ROMANIZAÇÃO

O mundo romano atingiu um notável grau de uniformidade cultural. Passadas as violências da conquista, enquanto o tempo sarava as feridas e a vida regressava à rotina do quotidiano, os povos submetidos deixavam-se cativar pela superioridade civilizacional dos Romanos e adoptavam, de bom grado, o seu modo de viver e os seus valores.

O mesmo urbanismo, as mesmas instituições, a mesma estrutura social uniam as províncias mais longínquas. Em todas se falava o latim, se honravam os deuses romanos e se aplicavam as normas do Direito.

A esta **integração plena das províncias no espaço civilizacional romano** chamamos, vulgarmente, **romanização.**

A romanização foi um **processo lento** mas seguro que, pouco a pouco, transformou em cidadãos romanos os povos conquistados. Embora algumas áreas tenham sido mais plenamente romanizadas do que outras, todo o Império sofreu a sua influência.

Assegura-nos o historiador Rostovtzeff que a Hispânia era considerada a província mais romanizada do Ocidente. Como se processou, aqui, a conquista romana? De que meios se serviu o processo de romanização?

2.3.1. A CONQUISTA

A Ibéria era, na Antiguidade, famosa pelas suas riquezas metalíferas. Por isso, desde cedo que Gregos e Cartagineses aqui estabeleceram o seu domínio, fundando colónias e entrepostos comerciais. Foram também estas riquezas, bem como a ânsia de dominar "todo o mundo conhecido", que trouxeram os Romanos à Península.

Os Romanos chegaram pela primeira vez à Península em 218 a.C. e começaram por fixar-se nas regiões do Sudeste. Aí não encontraram grandes dificuldades. Os habitantes, acostumados ao contacto com povos diversos, opuseram pouca resistência e o domínio romano estabeleceu-se com relativa rapidez.

O mesmo não se passou na zona central e norte da Hispânia. Tribos aguerridas, como a dos Lusitanos, lutaram tenazmente contra o domínio estrangeiro. Durante dois séculos, Roma concentrou na Península grande número de efectivos militares e confiou aos mais prestigiados generais o comando das operações contra os resistentes. Foi o caso de Décimo Júnio Bruto, o primeiro a conduzir os seus exércitos para além do rio Lima, de Júlio César, que aqui chegou em 61 a.C. e por fim, do próprio Octávio, que concluiu pessoalmente a pacificação do território.

Nesta última campanha, que se iniciou em 29 a.C. e se prolongou por 10 anos, foi vencida a resistência dos povos do Norte, Calaicos, Ástures e Cântabros, que atacavam repetidamente as regiões já pacificadas. A vinda de Octávio, em 26 a.C., interessa particularmente à História do território português, já que dela resultou, por exemplo, a criação de *Bracara Augusta,* a actual Braga, que veio a tornar-se uma das cidades mais importantes do Portugal romano.

A conquista da Península foi, pois, **difícil e atribulada,** prolongando-se por cerca de dois séculos. Mas, muito antes de estar terminada, os Romanos tinham já iniciado, nos territórios sob o seu domínio, o processo de romanização.

2.3.2. OS VEÍCULOS DA ROMANIZAÇÃO

A romanização estendeu-se, embora de forma desigual, por todo o território romano.

Por exemplo na Hispânia, a sul, a cultura romana penetrou tão rápida e profundamente que, segundo o relato de Estrabão, no tempo de Augusto, os Turdetanos (povos da Bética) tinham já esquecido o seu próprio idioma.

Apesar destes particularismos regionais, os Romanos deixaram, na sua permanência, uma obra notável e duradoura, que marcou profundamente a história da humanidade.

Uma densa rede de cidades

Como vimos, os Romanos fizeram da cidade o centro da sua vida política, económica, cultural e religiosa. Tinham consciência de que nela residia o cerne da sua cultura e do seu modo de viver. Assim sendo, não admira que a romanização tenha arrastado consigo o **desenvolvimento da vida urbana.**

Muitos foram os locais onde os Romanos sentiram a necessidade não só de remodelar profundamente alguns núcleos indígenas como de proceder à fundação de cidades completamente novas.

Estas **cidades,** que desempenhavam importantes funções administrativas, tornaram-se um **pólo de atracção dos habitantes locais,** que, lentamente, a elas afluíram, deixando ao abandono muitas das antigas povoações.

Tal como os habitantes do Império, **as cidades não tinham todas o mesmo estatuto.**

Algumas eram **colónias,** isto é, cidades criadas de novo e povoadas por **verdadeiros romanos,** que escolhiam viver nas novas regiões. Em muitas colónias estabeleciam-se antigos soldados,

cuja longa carreira de armas era recompensada com a concessão de boas terras. Assim nasceu, por exemplo, *Emérita Augusta* (Mérida – na actual Espanha), a capital da Lusitânia, que Augusto fundou para aí instalar os reformados *[emeritus]* das legiões V e X, que tinham combatido no Norte da Península.

Quer fossem de origem militar, quer povoadas por emigrantes em busca de uma vida melhor, as colónias tornaram-se um importante núcleo de desenvolvimento e de romanização, tendo contribuído fortemente para a **aculturação** dos povos locais.

Já que o seu povoamento resultava de um grupo de verdadeiros romanos, **as colónias tinham direitos e privilégios** iguais **aos de Roma,** isto é, eram cidades de **Direito Romano** e os seus cidadãos usufruíam da cidadania plena.

Um degrau abaixo ficavam os **municípios**. Os municípios eram povoações ou cidades preexistentes que os Romanos distinguiam com privilégios e se tornavam, por isso, activos focos de romanização.

Aos municípios era, geralmente, concedido o **Direito Latino,** mas, a título excepcional, podiam obter o Direito Romano, equiparando-se, neste caso, aos habitantes das colónias.

De qualquer forma, o estatuto de munícipe era sempre um estatuto invejado, tanto mais que estas cidades gozavam também de grande **autonomia administrativa,** isto é, possuíam instituições de governo próprias, muito semelhantes às de Roma: um conselho de notáveis, a Cúria, que correspondia ao Senado, e um corpo de magistrados que percorria, igualmente, uma "carreira das honras" em cujo topo se situavam os duúnviros, magistratura equivalente à dos cônsules, em Roma.

O elevado nível de romanização da Península proporcionou, ao longo da **segunda metade do século I,** a **elevação de muitas cidades estipendiárias a municípios,** o que, naturalmente, aproximou ainda mais conquistadores e conquistados, favorecendo o processo de romanização.

Este processo completou-se, como sabemos, em **212,** quando o imperador **Caracala** transformou em cidadãos todos os homens livres do Império.

O exército e a imigração

O exército foi outro importante veículo de romanização. Os **legionários** contactavam de perto com os habitantes locais e alguns, como vimos, estabeleceram-se definitivamente nas colónias.

Para além de serem **portadores da cultura romana,** os legionários iniciaram um processo de miscigenação com as populações nativas.

A **participação de hispânicos no exército,** contratados como auxiliares, actuou no mesmo sentido. Depois de licenciados, quando regressavam à sua terra natal, estes elementos desempenhavam um importante papel como divulgadores da cultura romana.

A acção das autoridades provinciais

Sob o domínio romano desenharam-se quadros administrativos eficazes que persistiram durante séculos, resistindo mesmo à queda do Império.

As autoridades romanas, fossem elas governadores de província ou simples magistrados urbanos, tiveram uma acção relevante na aculturação dos povos dominados.

Embora, em alguns casos, tivessem imposto pela força novas formas de viver, de um modo geral as autoridades romanas ***mostraram*** **uma atitude de tolerância e respeito pelos nativos,** que **puderam** preservar os seus costumes.

Esta atitude, que estabeleceu um **clima de paz e confiança,** foi muito positiva para o processo de romanização, já que favoreceu a atracção das populações pela civilização romana, à qual foram aderindo de forma gradual.

Para acelerar este processo, as autoridades provinciais não só se empenharam na construção de obras públicas como souberam atrair os filhos dos chefes indígenas, que fizeram educar à maneira romana. Assim se criaram **elites locais,** constituídas por indivíduos completamente romanizados que ocupavam as magistraturas e tomavam assento na cúria da cidade.

A língua, a religião e o Direito

A língua foi, com certeza, a herança mais duradoura que os romanos nos legaram. O **latim,** inicialmente limitado aos actos e documentos oficiais, rapidamente se difundiu, facilitando a comunicação entre conquistadores Vs conquistados. A partilha de uma **língua comum** tornou-se, como é evidente, um poderoso elemento de uniformização cultural.

No mesmo sentido actuaram a religião e o Direito.

A **religião,** porque estendeu os deuses romanos oficiais às regiões mais longínquas. Neste domínio, mais uma vez actuou positivamente a tolerância romana, que soube impor os seus cultos sem proibir os alheios. As antigas divindades locais coexistiram pacificamente com as divindades romanas às quais, porém, se destinavam os templos mais sumptuosos. É neste contexto que devemos integrar o **culto do imperador**, cuja importância como factor de coesão analisámos já.

Quanto ao **Direito**, ele desempenhou, como já vimos, um papel primordial nas relações entre os Romanos e os povos dominados. O respeito pela lei era imposto a todos e todos o aceitavam, vendo nele a garantia da ordem, da segurança e da paz. Para além disso, as regras definidas pelo Direito espelhavam a forma de pensar dos Romanos, os seus valores e a sua ideia de justiça que, por esta via, se iam disseminando pelo Império.

O desenvolvimento económico e a rede viária

Em termos económicos, o nosso território e a Península em geral sofreram, com a chegada dos Romanos, profundas alterações.

Excepção feita às cidades do Sul, desde há muito conhecidas pela sua prosperidade, predominava uma economia pobre, sustentada pela pastorícia, onde o comércio era raro e a moeda praticamente não circulava.

Os Romanos desenvolveram extraordinariamente as regiões ocupadas. Aproveitaram os solos, praticando uma **agricultura intensiva, virada para a exportação.** Grandes propriedades rústicas, tipicamente romanas, as *villae,* espalharam-se um pouco por toda a parte, produzindo, para além dos cereais, vinho e azeite de alta qualidade, muito apreciados na própria Roma.

Em complemento, manteve-se uma criação **pecuária** abundante, havendo muitas referências aos bovinos e suínos da Hispânia, bem como à excelente qualidade das lãs aqui produzidas.

A par desta intensa actividade agro-pastoril desenvolveram-se as **indústrias.** Em primeiro lugar as de extracção mineira, já que, neste âmbito, poucas regiões possuíam recursos tão ricos como a Península Ibérica. Mas as forjas, olarias, tecelagens e indústrias conserveiras tiveram também grande implantação. Famoso pelo seu sabor requintado ficou o *garum,* conserva de peixe muito apreciada em todo o Império, de cujo fabrico restam, no nosso país, numerosos testemunhos.

Em consequência desta vitalidade produtiva, crescem as feiras, multiplicam-se os mercados e uma azáfama ruidosa anima as cidades. A moeda, muitas vezes de cunhagem peninsular, circula abundantemente.

Cabe aqui uma referência à excelente rede de estradas com que os Romanos recobriram todas as regiões do Império. Embora construída com propósitos administrativos e militares, a rede viária romana foi essencial ao desenvolvimento do comércio. Graças a estas ligações fáceis, toda a Península formou um só espaço económico que, por sua vez, partilhava do dinamismo de todo o Império. É o primeiro mercado comum europeu, um espaço económico vasto, articulado e coeso, que só nos nossos dias, dois milénios passados, volta a ganhar forma.

3. O Espaço Civilizacional Greco-Latino à beira da Mudança

3.1. O IMPÉRIO UNIVERSAL ROMANO-CRISTÃO

3.1.1. O CRISTIANISMO

Verdadeiro caleidoscópio de religiões, o Império Romano acolhe os mais diversos cultos, dos quais apenas um é monoteísta: o dos judeus, povo da Palestina, nas margens orientais do Mediterrâneo.

É precisamente na Palestina que, cerca do ano 5 antes da nossa era, nasce Jesus, filho de um humilde artesão. Aos 30 anos, Jesus inicia a sua vida pública. Diz ser o **messias,** o salvador há muito esperado pelo povo hebreu. Por isso aceita que lhe chamem Cristo (messias, em grego), título que rapidamente se torna no seu segundo nome. Durante cerca de dois anos e meio, Jesus, acompanhado pelos seus discípulos, percorre cidades e aldeias anunciando a «boa-nova»: aos olhos de Deus não há diferenças entre os homens, todos podem alcançar a vida eterna.

Esta mensagem é, simultaneamente, universal e revolucionária. Universal porque, ao contrário do judaísmo, não privilegia qualquer povo; revolucionária porque, contrariando as profundas desigualdades sociais do seu tempo, prega a igualdade entre todos os seres humanos.

Após a morte de Jesus, a **mensagem cristã, reunida no Novo Testamento, difunde-se rapidamente,** beneficiando da unidade política do Império e das suas excelentes vias de comunicação.

Com a mesma rapidez com que ganha adeptos, a nova religião cria inimigos. Os cristãos são malvistos pela sociedade romana em geral: não respeitam os deuses tradicionais, condenam hábitos enraizados (como os espectáculos de gladiadores), defendem a igualdade entre o senhor e o escravo.

Alvo de uma segregação crescente, olhados como perturbadores da paz social e da ordem do Império, os cristãos serão objecto de **sucessivas e sangrentas perseguições**. Entre a primeira, ordenada por Nero, em 64, e a última, a de Diocleciano, entre 303 e 305, a História do cristianismo enche-se de mártires. Mas o número de cristãos não pára de aumentar.

3.1.2. O IMPÉRIO ROMANO-CRISTÃO

No **decurso do século III,** o **cristianismo** registou **um crescimento sem precedentes.** Em tempos de perseguição o heroísmo dos mártires suscitava numerosas conversões; nos tempos de tranquilidade e tolerância, os cristãos desenvolviam uma intensa actividade evangélica, granjeando adeptos em todas as esferas da vida social e política. Na administração, no exército e, até, na própria corte, cresceu consideravelmente o número de fiéis.

Em 312, a nova fé ganha um aliado de vulto: o imperador. Embora só tenha sido baptizado no seu leito de morte, em 337, tudo indica que o imperador **Constantino** se tenha convertido 25 anos antes. Em 313 publica a célebre carta conhecida como **Edicto de Milão**, em que garante inteira **liberdade de culto** aos seguidores de Cristo e ordena que lhes sejam devolvidos os bens confiscados na última perseguição.

A partir desta data, Constantino concede aos cristãos um tratamento preferencial: coloca-os nos mais altos cargos do Império, cumula-os de generosas ofertas, concede-lhes isenções fiscais, ergue, ao seu Deus, templos imponentes, quer em Roma, quer em Jerusalém. Preocupado com as divisões que começam a surgir entre os seguidores da fé cristã, é o próprio imperador que

convoca, em **325**, o **Concílio de Niceia**, onde se reúnem os bispos cristãos para definir **verdades doutrinais.**

A partir de Constantino, todos os imperadores, com excepção de Julião, *o Apóstata* (361-363), professaram o cristianismo. Apadrinhada pelo poder, a nova religião reforça-se ainda mais, sobrepondo-se aos antigos cultos. Este processo recebe um novo impulso quando, **em 380, o imperador Teodósio promulga o Edicto de Tessalónica,** pelo qual ordena a conversão de todos os habitantes do Império. O cristianismo torna-se **religião oficial do Estado romano.**

Nos anos que se seguem, os antigos deuses pagãos são proscritos e derrubados dos seus altares. Proíbe-se o seu culto, quer público, quer privado. Muitos templos são encerrados, outros são convertidos em igrejas.

Entre o Estado romano, personificado pelo imperador, e o cristianismo estabeleceu-se, pois, uma forte aliança. **O império universal romano era, agora, um império cristão.**

Única religião legal do espaço romano, o cristianismo simboliza também a sua unidade. De facto, o monoteísmo adapta-se perfeitamente à instituição imperial: **um só deus** e **um só imperador** concentram em si toda a autoridade.

O **imperador** já não é, naturalmente, olhado como um deus vivo. Mas o cristianismo confere-lhe, também, um enorme poder: ele é o **mandatário que Deus escolheu para governar a Terra, em Seu nome**.

É, pois, como aliada da autoridade terrena que a **Igreja romano-cristã** se consolida, quer sob o aspecto doutrinal, quer sob o aspecto administrativo, tornando-se um **elemento essencial do mundo romano nos últimos séculos da sua existência.**

Decalcada da do Império, a organização eclesiástica toma por base a diocese que corresponde à cidade -, dirigida por um bispo. As dioceses agrupam-se em províncias, sob a coordenação de um metropolita, isto é, do bispo da cidade capital de província.

Nesta estrutura, Roma, a cidade-mãe, vai ganhando progressiva importância. O seu bispo receberá o título de *papa* (pai, em grego) e, mais tarde, reivindicará para si a suprema autoridade sobre todos os fiéis. Deste modo, Roma continuará, por muitos séculos, a reinar sobre o Ocidente: **a cidade que foi sede do Império tornou-se sede do cristianismo.**

3.1.3. A IGREJA EA TRANSMISSÃO DO LEGADO POUTICO-CULTURAL CLÁSSICO

Nascido no seio da civilização romana, o cristianismo assimilou muito da sua cultura que, adaptada e reformulada, transmitiu às gerações vindouras.

Nos primeiros séculos, os cristãos encontravam-se sobretudo entre os habitantes das cidades. Foi nas cidades que os apóstolos mais exerceram a sua acção, começando pela própria capital do Império, Roma, onde S. Pedro morreu, pregando a nova fé. Nas cidades, centros do poder e da cultura romana, os cristãos foram atraindo grupos sociais cada vez mais elevados e, por isso, também mais cultos. Quando o imperador se converteu e ser cristão se tornou cada vez mais vantajoso, as elites romanas aderiram, em massa, à nova religião, ao serviço da qual puseram os seus conhecimentos, que não eram outros senão os da cultura greco-latina.

Esta transposição da cultura clássica para o cristianismo é bem evidente nos escritos dos primeiros teólogos e doutores da Igreja: S. Basílio de Cesareia, por exemplo, que era antigo aluno da Academia de Atenas, escreveu um "Discurso aos jovens sobre a utilização vantajosa da literatura pagã"; Santo Agostinho, um dos vultos mais notáveis do cristianismo, era, como já vimos, filósofo e professor de Retórica. Foram, certamente, a eloquência que adquiriu como *rethor* e as capacidades que lhe vieram do estudo da Filosofia antiga que fizeram dele um dos mais brilhantes autores cristãos, lido e comentado até aos nossos dias.

Uma vez dissociados do paganismo, os elementos culturais clássicos constituíram o suporte da cultura cristã:

- A **retórica** serviu aos bispos, ministros da palavra de Deus, nas suas pregações.
- Os métodos e conceitos da **Filosofia antiga** foram utilizados pelos teólogos para fundamentar a nova fé**;**
- O **Direito Romano** esteve na base do Direito Canónico que regula, no interior da Igreja, as questões administrativas e disciplinares;
- A liturgia foi enriquecida peila incorporação de aspectos do **cerimonial imperial;**
- A arquitectura religiosa tomou como modelo as **construções romanas,** quer públicas quer privadas: as basílicas cristãs reúnem elementos inspirados nos palácios imperiais, nas termas, nas basílicas romanas e em outros edifícios religiosos anteriores;
- Os **frescos, mosaicos, estátuas** e **relevos** cristãos inspiraram-se nos modelos romanos, atribuindo, frequentemente, um novo significado a imagens antigas;

Para além dos aspectos culturais propriamente ditos, **a Igreja preservou também o legado político da Antiguidade.** A ideia de um poder forte, centrado numa só pessoa (como o do imperador), manteve-se viva mesmo quando, nos tempos medievais, a autoridade dos reis se esbateu face ao poder dos grandes senhores. Mais tarde, cerca do século XIII, quando os reis iniciam o processo de centralização do poder, é nos escritos religiosos (como os de S. Paulo, por exemplo) que fundamentam as suas pretensões. Tal como os últimos imperadores romanos, os monarcas afirmar-se-ão mandatados por Deus para, na Terra, governarem em seu lugar. Na verdade, o próprio Papa servia de modelo a esse ideal político, exercendo sobre os crentes uma autoridade suprema, expressão da vontade divina e símbolo da unidade do mundo cristão ocidental.

3.2. PRENÚNCIOS DE UMA NOVA GEOGRAFIA POLÍTICA

3.2.1. O IMPÉRIO EM CRISE

No **século III,** o Império mergulhou numa **profunda crise político-militar**.

Esta crise foi, em primeiro lugar, uma **crise interna.** Ao assassinato do imperador Severo Alexandre, pelo seu próprio exército, em 235, seguiu-se meio século de caos político, durante o qual os imperadores se sucederam a um ritmo impressionante. Apesar dos esforços do Senado para impor a ordem, eram os exércitos que dominavam, aclamando como imperador aquele que melhor os recompensasse e assassinando-o se não distribuía pelos seus soldados dinheiro bastante ou se outro candidato ao trono prometia mais. Os historiadores designam este período de grande agitação política como "anarquia militar".

Para além do descalabro político, o Império confrontou-se, pela primeira vez, com outra grave questão: o **perigo** bárbaro. A época da ***pax romana,*** que Octávio tanto se orgulhava de ter instituído, chegara ao fim. O inimigo vinha de fora: os **povos que habitavam para lá dos limites do Império** *(limes)* pressionavam as fronteiras, e estas cediam sob o seu impacto. O mundo romano viu-se invadido em vários pontos. O seu exército, treinado durante séculos para uma guerra de ataque e amolecido por um longo período de paz, teve dificuldade em se defender e sofreu duros reveses. A própria Roma sentiu-se ameaçada.

O **Império conseguiu,** no entanto, **sobreviver a esta época turbulenta.** Os bárbaros foram vencidos, a autoridade política recuperou, em parte, o seu vigor. Sob a mão forte do imperador **Diocleciano** (284-305), efectuaram-se reformas profundas na administração e no exército.

Consciente da imensidão do território e das dificuldades que a sua defesa implicava, Diocleciano **desdobrou a autoridade imperial:** começou por associar ao trono um velho companheiro de armas, Maximiano, que, como ele próprio, recebeu o título de *augusto.* Pouco depois, cada um dos augustos "adoptou um sucessor", que recebeu o título de *césar.* Os quatro dirigentes dividiram entre si o encargo da administração e defesa do Império. Fixaram residência em cidades próximas das fronteiras, para melhor cumprirem a sua missão.

Este sistema, que ficou conhecido como **Tetrarquia Imperial,** não deu os resultados esperados. Mas, embora imperadores como Constantino ou Teodósio tenham conseguido dominar, novamente, o Império em toda a sua extensão, a ideia de que o mundo romano era excessivamente grande para se manter unido delineou-se claramente.

A divisão definitiva do Império

Beneficiando das reformas de Diocleciano e, logo a seguir, do governo sábio de Constantino, o mundo romano gozou, ainda, algumas décadas de relativa paz e prosperidade.

Todavia, no fim do século IV, a ameaça bárbara recrudesceu.

A gravidade da situação militar ditou a **divisão definitiva do Império. Teodósio,** o último imperador a reinar sobre um território unificado, dividiu-o, à sua morte (395), pelos seus dois filhos: a Honório coube o **Ocidente;** a Arcádio, o Oriente.

O Oriente estabeleceu a capital em **Constantinopla,** cidade fundada por Constantino, em 324, sobre a antiga cidade grega de Bizâncio.

Rapidamente elevada à dignidade de Segunda Roma, Constantinopla tornou-se uma cidade populosa e imponente que, durante os séculos vindouros, se verá a si própria como legítima continuadora da grandeza romana.

Entre períodos de dificuldades e períodos de glória, o **Império Romano do Oriente** (também chamado **Império Bizantino)** resistirá mais de um milénio, até 1453, ano em que cai às mãos dos Turcos.

Em contrapartida, **o Império do Ocidente teve uma vida breve,** sucumbindo, logo no século V, às grandes invasões bárbaras.

3.2.2. OS BÁRBAROS NO IMPÉRIO

A norte do Império, entre o mar Báltico e os rios Danúbio, Vístula e Reno, habitava um conjunto de **povos bárbaros** que os Romanos denominavam, genericamente, **Germanos.**

Os Germanos não formavam uma unidade, nem étnica nem política. Entre os diversos povos que os constituíam e, até, entre as várias tribos de um mesmo povo, eram frequentes as desavenças e as lutas. O historiador Tácito descreve-os como homens altos e louros, de índole guerreira e elevado sentido de honra.

A penetração destes bárbaros nas fronteiras do Império iniciou-se cedo, quer de forma violenta, como aconteceu no século III, quer de forma pacífica. Fortemente atraídos pela civilização romana, foram-se instalando, em pequenos grupos: Godos na Macedónia, Francos na Gália, Alamanos na Provença (Sul da Gália). Os Romanos serviam-se deles nas funções domésticas e em várias actividades económicas, para além de os aceitarem no exército, como mercenários. Estes grupos, claramente presentes desde o século III, foram-se romanizando.

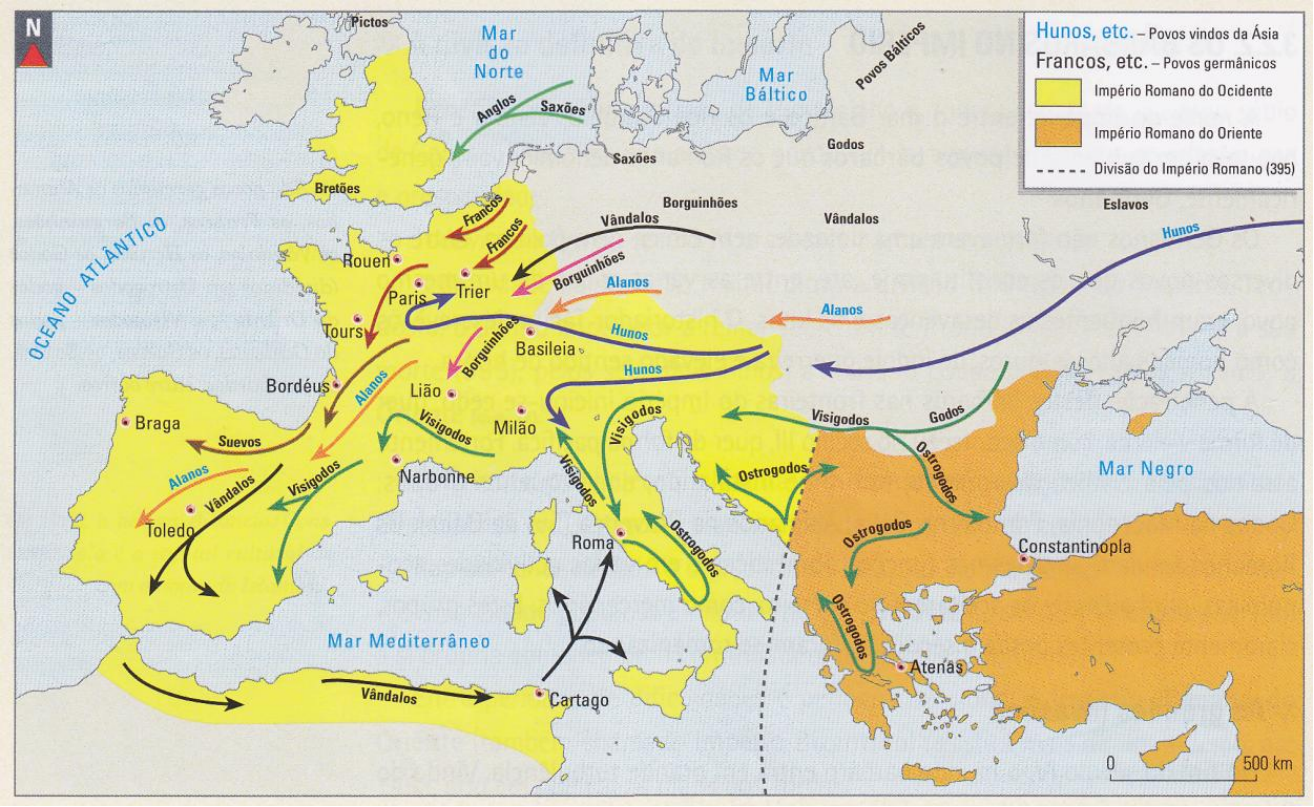
As grandes invasões

No fim do século IV, o mundo bárbaro entra em grande turbulência. Vindo do Oriente, um povo especialmente violento, os **Hunos**, chega às margens do Império e semeia o terror entre os povos germânicos, que se precipitam, num turbilhão, dentro do mundo romano.

Face ao perigo iminente, Honório transfere, em 404, a capital para Ravena, cidade do Norte de Itália, rodeada por pântanos e, por isso, impossível de cercar. Entretanto, as hordas bárbaras percorrem o Império, saqueiam-no e ocupam-no. **Todo o Ocidente está em guerra, da Itália às Ilhas Britânicas.**

Em **410,** os **Visigodos**, sob o comando de **Alarico**, atacam a Itália e entram em Roma, que pilham durante três dias**.** O **saque de Roma,** a cidade que se supunha "eterna", abalou profundamente os contemporâneos e agudizou a consciência do fim próximo do poder romano.

Alguns anos depois, uma nova incursão dos Hunos, agora chefiados por **Átila**, rei determinado e violento que se intitula, a si próprio, o *Flagelo de Deus,* põe a Gália a ferro e fogo. Átila acaba vencido por uma coligação de romanos e visigodos, em 451, mas, nessa altura, praticamente nada resta do poder romano no Ocidente. Em 476, o general Hérulo Odoacro põe-lhe oficialmente fim, ao depor o último imperador que, singular ironia, se chamava Rómulo (Rómulo Augusto) como o fundador da cidade.



3.2.3. O FIM DO MUNDO ANTIGO

Depois da queda de Roma, **uma multiplicidade de novos reinos substitui a antiga unidade imperial**. São, no geral, Estados efémeros, de fronteiras mal definidas, que rapidamente sucumbem à morte de um líder ou à ganância dos seus vizinhos. Praticamente, só o reino dos Visigodos, na Península Ibérica, e sobretudo, o dos Francos, na Gália, estabelecem um poder sólido e organizado, capaz de desafiar os séculos.

A Europa viveu, pois, um longo tempo de instabilidade e violência. **A crise do Império e as invasões bárbaras tiveram, sobre o mundo ocidental, efeitos devastadores.**

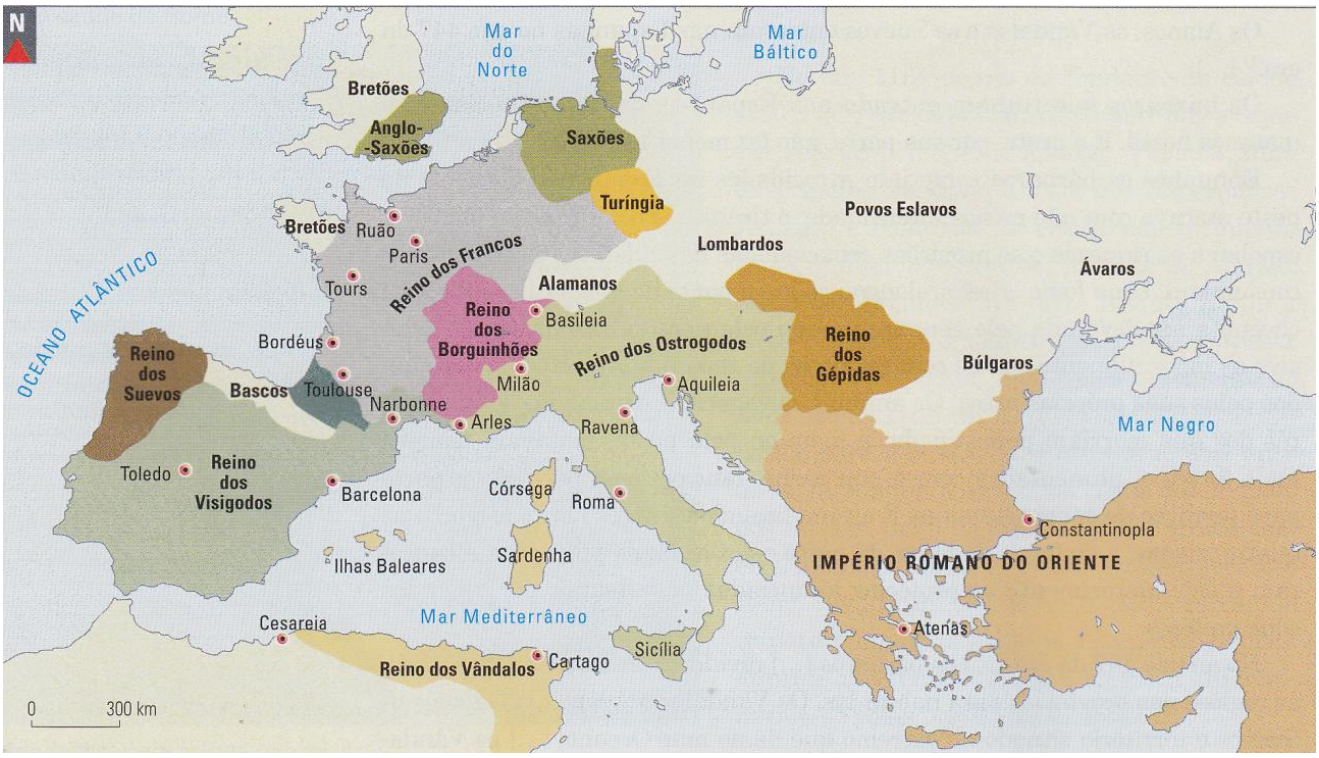
- O caos político favoreceu a anarquia e a injustiça. As leis e o Direito deixaram de ser respeitados, a autoridade legítima esbateu-se, substituída pela prepotência dos mais fortes;
- A insegurança de um longo período de guerras desestruturou a vida económica: os campos foram deixados ao abandono, as indústrias definharam, o comércio paralisou. Fomes e epidemias grassaram repetidamente, acrescentando outras mortes ao flagelo da guerra. A população diminuiu de forma acentuada;
- As cidades, alvo preferencial de pilhagens e violências, tornaram-se numa pálida imagem de si próprias. Muitos habitantes morreram, outros procuraram nos campos morada mais

segura. O número e a importância das cidades reduziram-se drasticamente, acompanhando a quebra demográfica e a decadência económica;

- A vida cultural esmoreceu. As letras, as artes, os requintes da vida quotidiana, que marcaram a **Época Clássica,** extinguiram-se pouco a pouco. Na verdade, a Europa barbarizou-se e, apesar da admiração que os povos germânicos nutriam pela **civilização** romana, assistiu-se também a um evidente retrocesso cultural.

Foi nesta Europa em mutação que **a Igreja assumiu um papel de relevo,** revelando-se uma verdadeira âncora para as populações. Com uma hierarquia rígida e uma organização eficiente, ela foi a única instituição que permaneceu sólida quando, à sua volta, tudo se desagregava.C.om grande espírito de iniciativa e apostolado, iniciou a evangelização dos reinos bárbaros que, um após outro, acabou por cristianizar. Assim, assumiu, de novo, uma posição destacada nas altas esferas do poder.

Do embate violento entre o mundo romano e o mundo bárbaro resultou um tempo novo: a Idade Média. Foi um tempo profundamente diferente da Idade Clássica, cujo legado, no entanto, soube preservar e transmitir. É esse legado greco-latino, amalgamado e enriquecido por séculos de História comum, que confere à Europa o seu cunho civilizacional próprio e nos une a nós, Europeus, numa mesma identidade cultural.



PODERES E CRENÇAS - MULTIPLICIDADE E UNIDADE

A Europa cerca de 1225

Sete séculos passados sobre a queda do Império Romano do Ocidente, a Europa mantém-se uma região politicamente instável, com fronteiras mal demarcadas e sujeitas a constantes flutuações.

4. A MULTIPLICIDADE DE PODERES

Após a queda de Roma, a Europa Ocidental permaneceu, durante muito tempo, um mundo politicamente instável. O poder fraccionou-se numa multiplicidade de células, de extensão e estrutura variadas. No século XIII, essa fragmentação persistia ainda: senhorios, principados, cidades independentes coexistiam com unidades mais vastas - os **reinos** - e até com um império, que teimava em manter vivo o legado político do mundo romano.

Os senhorios

Conforme o nome indica, o **senhorio** era a terra de um senhor, isto é, de um nobre ou de um membro do alto clero. Territorialmente, o senhorio era uma **propriedade fundiária**, de dimensão muito variável. As terras de um mesmo senhorio podiam formar um todo contínuo, mas, salvo em certas zonas de Inglaterra e do Norte de França, essa circunstância era rara. Normalmente, estas grandes propriedades eram formadas por um núcleo mais significativo, dominado pelo castelo do senhor, que agrupava terras aráveis, bosques e um ou mais

aglomerados populacionais; este núcleo completava-se com terras dispersas, frequentemente entremeadas por outros senhorios.

Para além dos rendimentos económicos que retirava da posse da terra, o senhor detinha também a autoridade sobre os homens que a habitavam, tendo o direito de julgar e aplicar penas, lançar impostos e outras taxas, levantar homens para o exército. Exercia, assim, um conjunto de poderes políticos que, nos nossos dias, pertencem apenas ao Estado. Nesta época, o rei aceitava que fossem os senhores a exercê-los. Este conjunto de poderes públicos, açambarcados pelos senhores, recebeu o nome de *ban* ou *bannus*.

Este duplo poder do senhor - o domínio económico e a autoridade sobre os homens - é uma das características mais marcantes dos tempos medievais. Estima-se que, cerca do ano 1200, quatro quintos das terras e dos homens da Europa estivessem sob a autoridade de um senhor privado.

Ducados e condados

Os duques e condes constituíam os escalões superiores da nobreza medieval. Geralmente aparentados com a casa real, possuíam senhorios imensos, cuja extensão muitas vezes se foi alargando; generosas doações régias e uma hábil política de casamentos contribuíram para juntar, numa só mão, parcelas senhoriais anteriormente separadas. Estes senhorios englobavam, para além das terras agrícolas e aldeias, numerosas vilas e, até, importantes cidades.

Senhorios deste tipo encontram-se um pouco por toda a Europa. Extremamente ricos e poderosos, estes grandes senhores chegam a afrontar o poder do rei ou do imperador, a quem, teoricamente, devem obediência.

Os reinos

Podemos considerar que a constituição de um reino estável implica dois elementos essenciais:

1. Em primeiro lugar, o reconhecimento da superioridade de uma família, à qual compete exercer a realeza, em regime hereditário. O rei detém sobre todos, independentemente da sua condição social, uma autoridade suprema, que deve utilizar para garantir o bem comum.
2. Em segundo lugar, a delimitação de um território, que se constitui como **base do vínculo entre o rei e os seus súbditos.** O facto de ter nascido no reino coloca, independentemente da sua vontade, todo o homem na dependência do rei. O critério que estabelece a subordinação ao rei é, pois, territorial. Afonso X, rei de Castela entre 1252 e 1284, ao falar deste assunto, diz que os súbditos são "homens de uma terra... que em latim chamam pátria".

Em resumo, a constituição de um reino corresponde sempre a um processo de **identificação entre um rei, um território e os seus habitantes.** Este processo gera a convicção de que existem laços de tipo étnico, histórico, cultural e político que unem toda a comunidade.

No século XIII, na zona ocidental da Europa, os reinos constituem já unidades políticas estáveis. Portugal, Castela, Aragão, França e Inglaterra são, por esta altura, reinos consolidados. Em contrapartida, mais a oriente, o processo de formação de reinos (como os da Polónia, Hungria ou Bulgária) dava ainda os primeiros passos.

O Império

A queda do Império Romano do Ocidente não apagou o ideal de uma autoridade comum. O sonho de reconstituição de um império universal e cristão pareceu concretizar-se no Natal do ano 800, quando o Papa coroou, em Roma, Carlos Magno, rei dos Francos, imperador do Ocidente. O império de Carlos Magno foi efémero e, após a sua morte, não tardou a dividir-se. Todavia,

depois de um período conturbado, o sonho imperial renasceu na pessoa de Otão I (936-973), rei da Alemanha (Germânia), que era, na época, o mais poderoso monarca do Ocidente. Tal como Carlos Magno, Otão aliou-se ao Papa, do qual recebeu, também, a coroa imperial.

Englobando territórios germânicos e italianos e resultando de uma aliança entre o imperador e o papado, este império recebeu o nome de Sacro Império Romano-Germânico.

O Sacro Império jamais concretizou o sonho de domínio universal que impulsionou a sua criação. Na Europa Ocidental, com vimos, afirmavam-se os reinos, cada vez mais organizados e fortalecidos. Internamente, o poder imperial foi enfraquecido pelas constantes disputas entre o Papa e o imperador (que aspiravam ambos à direcção da Cristandade), bem como pela afirmação dos grandes senhores, que constituíram principados praticamente autónomos.

No século XIII, politicamente, o Sacro Império não era mais do que um conjunto de territórios governados por príncipes locais que escolhiam entre si um imperador, cujo cargo, embora honroso, não conferia um poder efectivo.

As comunas

A partir do século XI, beneficiando de um clima de paz e prosperidade, a cidade renasce e anima-se. Centros de comércio e de artesanato, habitadas por homens activos e cheios de iniciativa, as cidades aceitam mal o domínio que sobre elas exercem os grandes senhores.

O facto de se encontrar, geralmente, dentro dos limites de um senhorio fazia pesar sobre o burgo e os seus habitantes pesados encargos, que eram sentidos como uma humilhação e um abuso de poder. Por isso, desde cedo, as cidades reivindicaram a sua autonomia face aos grandes senhores.

O movimento de luta pela liberdade citadina começou logo no século XI, no Norte de Itália, onde nunca se perderam as tradições urbanas. Rapidamente ultrapassou os Alpes e estendeu-se em direcção ao norte. Encabeçado pelos mercadores, o grupo mais activo, mais rico e mais influente, obrigou à coesão de todos os habitantes da cidade, a um esforço comum, selado por um juramento solene de entreajuda e lealdade: a comuna.

É a comuna, associação de gentes da cidade, que apresenta ao senhor as reivindicações e, se o senhor resiste, luta por elas. As lutas comunais estenderam-se a toda a Europa, dando origem a episódios violentos, como aconteceu nas cidades de Milão, Cambrai ou Colónia. Muitas vezes, porém, os privilégios urbanos foram adquiridos de forma pacífica, a troco de uma boa soma de dinheiro, que o senhor aceitou receber como compensação pela perda dos seus direitos. De forma violenta ou negociada, no século XII, boa parte dos burgos europeus recebeu a sua carta comunal, onde estavam exaradas as garantias e liberdades concedidas pelo senhor (ou pelo rei) à cidade. As cartas comunais, que os burgueses guardavam ciosamente, fechadas em cofres de ferro, estipulavam estatutos e privilégios muito diferentes, conforme a cidade e os usos da região.

Foi sobretudo nas regiões da Alemanha e da Itália que as comunas conseguiram maiores privilégios administrativos, libertando-se totalmente da tutela dos senhores. Aí, algumas cidades reorganizaram-se em moldes completamente novos. Governava-as um conselho de burgueses e um corpo de magistrados próprio, aos quais competia a definição de normas, o lançamento e a cobrança de taxas, a aplicação da justiça, enfim, a regulação de todos os aspectos da vida urbana, com excepção dos religiosos. Estes altos cargos eram, regra geral, assumidos pelos mercadores mais ricos, que assim controlavam, em seu proveito, a vida económica e política da comuna.

Algumas destas cidades independentes, sobretudo as da Itália, prosperaram extraordinariamente, assumindo um lugar destacado nos circuitos económicos europeus.

Concluindo

- Ao contrário do tempo em que vivemos, caracterizado pela existência de Estados duráveis, com um poder central forte e bem estruturado, nos tempos medievais o poder político fragmentava-se em múltiplas células e revestia as mais variadas formas.
- As fronteiras externas eram, em geral, imprecisas e alteravam-se frequentemente, em consequência de anexações, guerras, acordos políticos, entre outros factores. O mesmo acontecia a nível interno: o desmembramento ou a aglutinação de senhorios, as liberdades conquistadas pelos núcleos urbanos, as usurpações senhoriais ou, ao invés, os progressos da autoridade real traçavam delimitações efémeras, de contornos mal definidos.
- Nesta Europa ainda em formação podemos identificar três grandes áreas politicamente distintas:
    - **A oeste**, afirmam-se as grandes monarquias (Inglaterra, França, Aragão, Castela, Portugal). Do seu fortalecimento emergirá o que designamos por «Estado moderno»; - no centro, sob a designação de Império, fica uma extensa área que agrupa um conglomerado de principados territoriais e de cidades autónomas; -a leste, estende-se uma zona muito instável, de reinos embrionários, onde a autoridade real tem dificuldade em se afirmar face ao poder dos grandes senhores.
    - **No centro**, sob a designação de Império, fica uma extensa área que agrupa um conglomerado de principados territoriais e de cidades autónomas;
    - **A leste**, estende-se uma zona muito instável, de reinos embrionários, onde a autoridade real tem dificuldade em se afirmar face ao poder dos grandes senhores.

5. A UNIDADE DA CRENÇA

Pese embora o seu fraccionamento político, a Europa Ocidental assumia-se como um conjunto unido pela mesma Fé. A Igreja era a única instituição que ultrapassava fronteiras e se estendia, solidamente, por todos os países e regiões, contribuindo assim para a construção de uma identidade comum. Desta forma, a noção geográfica de Ocidente converteu-se numa realidade cultural, a Cristandade latina, conjunto de terras e povos cuja língua litúrgica era o latim e que, em matéria religiosa, obedecia ao bispo de Roma, o Papa.

Entre os séculos XI e XIII, o espaço geográfico ocupado pela Cristandade ocidental alargou-se consideravelmente. A evangelização dos povos do Norte e Este da Europa (Noruega, Boémia, Polónia, Hungria) e os progressos da Reconquista na Península Ibérica incorporaram na zona cristã, áreas até aí consideradas pagãs.

O poder do bispo de Roma

Embora, desde os primórdios do cristianismo, se tenha reconhecido ao bispo de Roma uma dignidade especial, a aceitação da sua supremacia sobre os outros bispos suscitou graves e prolongadas desavenças, que culminaram, no século XI, com o corte de relações entre o clero do Ocidente e o do Oriente. Foi, em grande parte, ao Papa Gregório VII (1075-1085) que ficou a dever-se a consolidação do poder da Igreja de Roma. A reforma empreendida por este Papa (reforma gregoriana) não só moralizou os costumes e a actuação dos clérigos como proclamou a supremacia absoluta do papado. Como máximo representante de Deus, o Papa considerou-se detentor do *imperium christianum* (poder sobre a Cristandade) que o colocava num plano superior ao de qualquer monarca, incluindo o imperador (do Sacro Império). Tal concepção originou, como era de esperar, numerosos conflitos entre o Papa, o imperador e os monarcas europeus, pouco dispostos a reconhecerem, em matéria política, a sua sujeição à Santa Sé.

Estes diferendos não resultaram numa vitória total das pretensões do papado que acabou por se ver obrigado a reconhecer as prerrogativas dos monarcas, no seu território. Eles contribuíram, no entanto, para o reforço da autoridade e do prestígio da Igreja que, no século XIII, é, sem dúvida, a instituição mais poderosa e organizada do Ocidente:

- Tem um centro reconhecido, Roma, e um chefe supremo, o Papa.
- Domina um território vasto e vincula todos os seus habitantes.
- Possui meios humanos e materiais. Um numeroso corpo de clérigos, bem organizado, representa-a junto dos fiéis; a cobrança de variadas taxas, das quais se destaca a dízima (um décimo de todas as colheitas), assegura-lhe riqueza, que se completa com extensas propriedades e generosas dádivas.
- Rege-se por um código de leis próprias - o Direito Canónico - que individualiza os seus membros face à restante população.

5.1. A Cristandade ocidental face a Bizâncio

O Império Romano do Oriente teve uma vida longa. Só em 1453, sensivelmente mil anos após a queda de Roma, Constantinopla sucumbe ao poder do Império Turco.

Este Império do Oriente, que normalmente designamos por Império Bizantino, considerava-se o herdeiro directo do mundo romano. Assumia-se como um espaço civilizado, possuidor de uma cultura requintada, que considerava muito superior à dos «bárbaros» ocidentais.

Constantinopla (ou Bizâncio), a «nova Roma» erguida pelo imperador Constantino, era o símbolo do esplendor deste império e o seu centro religioso. A cidade deslumbrava, com as suas 500 igrejas, entre as quais se destacava Santa Sofia, templo notável tanto pelas suas dimensões como pela sua riqueza decorativa. Aí oficiava, em língua grega, o patriarca de Constantinopla foi a figura mais reverenciada de todo o clero cristão do Oriente.

A rivalidade entre os bispos de Roma e de Constantinopla sempre se fez sentir. Discordavam em alguns pormenores doutrinais (como os relativos ao dogma da Santíssima Trindade e à forma de comunhão), mas o que sobretudo os opunha era a recusa do patriarca bizantino em aceitar a supremacia romana. Em 1054, este litígio tornou-se numa ruptura efectiva: os legados do Papa e o Patriarca de Constantinopla excomungaram-se mutuamente.

A partir de então, o cisma da Cristandade está consumado: a oriente, apoiada no Império Bizantino, existe uma Igreja de língua grega, que se proclama fiel aos primitivos dogmas e, por isso, se intitula ortodoxa, isto é, aquela que segue a «doutrina certa». A ocidente, apoiada no Sacro Império e nas monarquias em geral, existe uma Igreja latina, sob a égide de Roma.

Esta grave cisão religiosa reflecte e agrava o fosso político e cultural entre as duas partes da Cristandade que, de aí em diante, se afrontam declaradamente.

Em 1204, os cavaleiros da quarta cruzada, que haviam partido para o Oriente com a missão de combater o infiel muçulmano, tomam de assalto e saqueiam Constantinopla. Foram, decerto, motivados pela cobiça das imensas riquezas da cidade. Este episódio mostra, porém, como Bizâncio representava um outro mundo, que os ocidentais acreditavam ser «pérfido» e hostil, ao ponto de se esquecerem que partilhava a mesma Fé em Cristo.

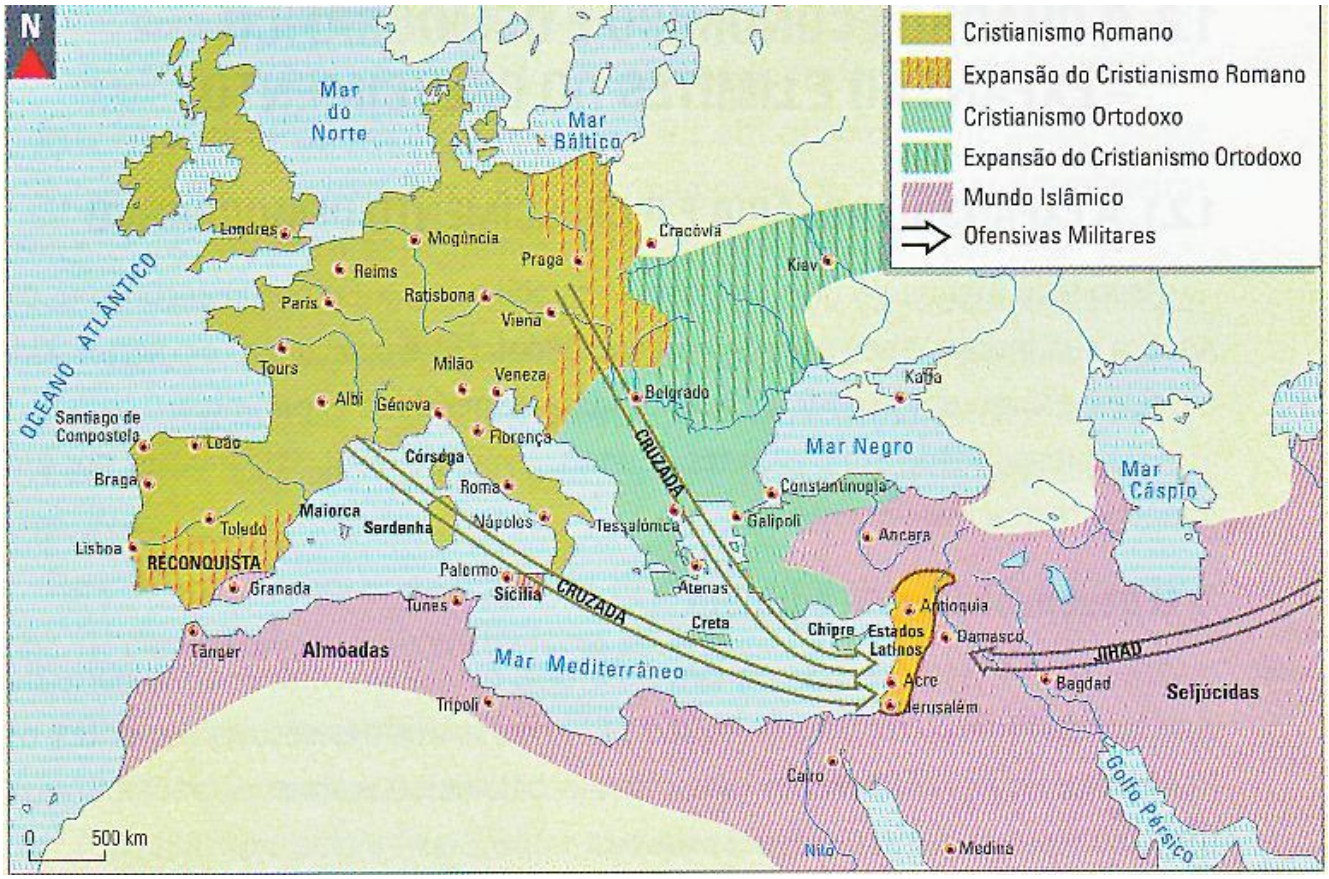
5.2. A Cristandade ocidental face ao Islão

Cerca do ano 610, Maomet, mercador e caravaneiro do deserto da Arábia, iniciou uma intensa actividade religiosa. Acreditava ter sido mandatado por Deus para tirar os Árabes da idolatria e conduzi-los à salvação. Uma noite, enquanto meditava na solidão do deserto, viu aparecer-lhe o anjo S. Gabriel, que lhe disse: «Maomet, tu és o profeta de Allah. Prega». Desde então até à sua morte, em 632, Maomet dedicou-se por completo à glória de Allah (Deus, em árabe) e à difusão da sua palavra. Fundou, assim, uma nova religião - o Islão -, cujos princípios fez registar num livro sagrado, o Alcorão (ou Corão). Segundo Maomet, estes princípios tinham-lhe sido confiados por S. Gabriel e constituíam a verdadeira revelação de Deus.

No Alcorão, que contém orientações sobre todos os aspectos de vida dos crentes, estão definidos os cinco pilares do Islão: a crença num Deus único, Allah, e o reconhecimento de Maomet como

seu profeta; a oração; a esmola; o jejum do Ramadão e a peregrinação a Meca. Mas, para além destes princípios, que devem ser integralmente respeitados, desde logo se estabeleceu o ideal da Jihad, a guerra santa, destinada a espalhar a Fé. Foi o próprio Maomet quem a iniciou, submetendo pelas armas as tribos árabes que perseveravam na idolatria.

O legado de Maomet ultrapassou, em muito, o aspecto religioso. Os Árabes, que até aí tinham vivido em tribos dispersas, tornaram-se num povo unido sob a bandeira de uma fé comum e dispuseram-se a conquistar o Mundo. Um século após a morte do Profeta, o Islão estendia-se por uma área imensa, que abarcava três continentes e uma grande multiplicidade de povos.



Durante cerca de quatro séculos (do século VIII ao início do século XII), a Cristandade apequenou-se face ao Islão. Este impôs o seu poder militar e apropriou-se do comércio mediterrânico. Desenvolveu uma civilização próspera e requintada, onde brilhavam cidades magníficas (Bagdad, Córdova...) e onde as ciências, a poesia, a filosofia floresceram intensamente. Comparado com o mundo islâmico, o mundo cristão parecia pequeno, pobre e rude.

Em 1095, a Cristandade deu um sinal claro de que as coisas estavam prestes a mudar. Atendendo ao apelo do Papa Urbano II, o Ocidente desencadeou a primeira de uma série de grandes ofensivas militares, conhecidas por Cruzadas. O seu objectivo era a libertação dos Lugares Santos da Palestina, que se encontravam sob o poder dos muçulmanos.

Embora, a nível militar, o êxito das expedições tenha sido reduzido (os cristãos não lograram estabelecer um domínio duradouro na Palestina o movimento das cruzadas fortaleceu a ideia de uma sociedade encabeçada por um ideal religioso, suficientemente forte para lutar, unida, contra os inimigos da Fé.

Este ímpeto guerreiro ultrapassou as expedições à Terra Santa e fez-se sentir em todas as zonas de confluência do mundo cristão com o mundo muçulmano: na Península Ibérica, a Reconquista avançou rapidamente; no Sul da Europa, diminuíram as razias muçulmanas às zonas costeiras;

no Mediterrâneo, as embarcações cristãs fizeram valer os seus direitos, retomando rotas há muito abandonadas.

No século XIII, a Europa Ocidental tinha, claramente, recuperado do seu abatimento face ao Islão. Seguir-se-iam tempos de uma rivalidade mais equilibrada, com avanços e recuos para ambas as partes. Mas, grosso modo, estavam já delimitadas as áreas de influência das duas religiões: o Ocidente era cristão; o Oriente muçulmano.

6. O QUADRO ECONÓMICO E DEMOGRÁFICO - EXPANSÃO E LIMITES DO CRESCIMENTO

6.1. A EXPANSÃO AGRÁRIA E O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

Depois de longos séculos de crise e instabilidade, a Europa reencontrou, de novo, a sua força e o seu espírito empreendedor. Entre o século XI e o século XIII, o Ocidente viveu um período de acentuada prosperidade económica.

Esta prosperidade atingiu, antes de mais, o mundo rural, saldando-se por um importante desenvolvimento agrícola.

O desenvolvimento agrícola

No ano mil, as florestas cobriam a Europa, ocupando uma enorme parte do solo, em detrimento da terra cultivada. No decurso dos três séculos seguintes, os homens desbravaram bosques, amanharam baldios e secaram pântanos, transformando-os em terras de lavoura.

Estes grandes arroteamentos ficaram a dever-se à acção individual de muitos camponeses, mas, sobretudo, à iniciativa conjunta de reis, senhores laicos, ordens monásticas (São Bento, Cluny, Cister) e até cidades. Eram, afinal, os que mais capacidade tinham para atrair os camponeses, fornecer as primeiras sementes, os instrumentos de trabalho, os materiais de construção.

A expansão da área agrícola não só fez renascer antigas povoações abandonadas como originou a fundação de muitas outras. Este fenómeno, que se acentuou no século XIII, é ainda reconhecível no nome de numerosos aglomerados. No nosso país, não faltam «aldeias novas» e «vilas novas», datando muitas delas desta época.

Para além da expansão da superfície cultivada, a agricultura beneficiou, também, de consideráveis avanços técnicos:

- O emprego crescente do ferro nos utensílios agrícolas, nomeadamente na charrua, auxiliou o esforço dos cultivadores, permitindo abrir mais profundamente o solo e fixar melhor as sementes.
- A canga frontal para os bois e a coelheira rígida para os cavalos possibilitaram um melhor aproveitamento da força animal.
- O afolhamento com rotação trienal de culturas, que substituiu a tradicional divisão da terra em apenas duas folhas (uma lavrada e outra em pousio), permitiu granjear, cada ano, uma maior parcela de terreno.
- A fertilização dos campos com marga (argila calcária) e cinzas e a maior utilização de estrume animal melhorou a qualidade dos solos.

Todos estes aspectos se traduziram por um aumento da produtividade agrícola que, acompanhado pelo incremento da pecuária, fez crescer significativamente as disponibilidades alimentares da Europa.

O crescimento demográfico

Nos tempos medievais, a abundância de alimentos reflecte-se, de imediato, no número de homens. Quando as grandes fomes recuaram, diminuíram também as epidemias porque, melhor alimentada, a população tornou-se mais resistente à doença. Dispondo de bens essenciais, de um clima geral de paz e de um desenvolvimento económico em todos os sectores, a Europa viu,

entre os séculos XI e XIII, a sua população prestes a duplicar. Na zona ocidental, onde este surto demográfico foi mais acentuada, a Europa tornou-se, no dizer dos historiadores, «um mundo cheio». De notar, no entanto, que a densidade populacional era, tal como hoje, muito variável. Embora seja difícil apresentar números exactos, sabemos que a França era o país mais povoado. No início do século XIV, os seus 22 milhões de habitantes representavam cerca de um quarto da população europeia.

6.2. O RENASCIMENTO DAS CIDADES E A DINAMIZAÇÃO DAS TROCAS

Para além do sector agrícola, a prosperidade fez-se sentir no comércio e no artesanato, que registaram, também, grande desenvolvimento. O seu dinamismo contribuiu, em muito, para o renascimento das cidades, que, finalmente, recuperaram do marasmo em que tinham mergulhado desde a queda do Império Romano.

O surto urbano

Diz-nos o historiador Cario Cipolla que «o desenvolvimento das cidades entre o século X e o século XIII representa um elemento novo que mudou o curso da História». Em torno dos velhos castelos senhoriais, junto aos portos ou às vias de circulação, de origem romana ou de fundação mais recente, as cidades aumentam em número e em tamanho. Para além de crescerem, as cidades transformam-se. Anteriormente eram, sobretudo, centros políticos, militares ou religiosos, derivando a sua importância da dignidade do nobre ou do bispo que as habitava. A partir do século XII, as cidades medievais assumem uma feição essencialmente económica. Nelas se estabelecem mercadores, banqueiros, artesãos, lojistas, que as animam e enriquecem. São eles os mais característicos habitantes do burgo e, por isso, tomam o nome de burgueses. Assim se individualiza um novo grupo social, a burguesia, que para sempre permanecerá ligado à cidade e às suas actividades.

Mas nem só de comerciantes e artesãos se anima a cidade medieval. A ela afluem nobres à procura de divertimentos e artigos de luxo, peregrinos em busca de hospitalidade, desenraizados na esperança de uma vida melhor. A cidade assume-se, pois, como um pólo de atracção, em permanente crescimento, atingindo o seu auge no início do século XIV, antes que a mortífera Peste Negra venha dizimar boa parte dos seus habitantes. Devemos ter presente que o conceito de cidade abrangia, então, aglomerados bem pequenos, às vezes com pouco mais de um milhar de habitantes. Paris, a maior cidade da Europa, não terá ultrapassado os 90 000 habitantes, enquanto Londres se ficaria por uns modestos 30 a 40 000. Esta pequenez ressalta ainda mais se as compararmos com as grandes cidades do Mediterrâneo oriental, como Constantinopla (1 milhão de habitantes) ou Alexandria (600 000).

A dinamização das trocas locais e regionais

Embora muitas cidades se animassem, em determinadas épocas do ano, com a realização de grandes feiras internacionais, eram os pequenos mercados de dominante agrícola que alimentavam a vida económica corrente, estabelecendo uma ligação contínua entre a cidade e os campos mais próximos.

As necessidades de abastecimento da população urbana representavam para o camponês um mercado certo, onde podia vender com proveito os seus excedentes: cereais, frangos, ovos, queijo, legumes, lã. Embora pesadas, as rendas senhoriais eram, normalmente, fixas, o que estimulava o agricultor a produzir mais, visto que o excedente revertia em seu benefício.

Evidentemente que só eram assíduos ao mercado os camponeses das aldeias mais próximas e esses não chegavam para satisfazer a procura. Estima-se que a área de abastecimento de uma cidade de 10 a 20 mil habitantes pudesse abranger um raio de 50 km e essa distância não era, salvo raras ocasiões, percorrida pelo camponês. As ligações cidade-campo estabeleciam-se, neste caso, através de profissionais, os almocreves, que actuavam como intermediários, abastecendo a cidade de géneros alimentícios e as zonas agrícolas de produtos manufacturados.

Também de realçar é o papel dos senhores, leigos e eclesiásticos, que na cidade tinham os seus palácios. Proprietários de grandes domínios, recebiam parte das rendas em géneros, que mandavam comercializar no mercado local. O mesmo se passava com mosteiros e abadias, cujos excedentes chegavam regularmente à cidade.

Regulamentar o mercado e abastecer eficazmente a cidade tornou-se uma preocupação e um dever das autoridades urbanas. Era necessário garantir que os produtos chegassem ao seu destino, pelo que se proibia a venda pelo caminho ou fora das horas regulamentares. Havia também que evitar os açambarcamentos e os aumentos exagerados dos preços. As medidas tomadas nesse sentido eram rígidas: limitavam-se as quantidades que cada um podia adquirir e puniam-se severamente todos os comerciantes que tentassem enganar o comprador, praticando um preço mais elevado. Este mercado local, pela sua incansável repetição, representava o maior volume de trocas desta época, contribuindo decisivamente para a afirmação da economia monetária. Toda a vida económica beneficiou do seu impulso e, pouco a pouco, a rede de trocas foi-se alargando a circuitos mercantis mais vastos e organizados. Um intenso comércio regional reanimou as estradas e os rios europeus, estabelecendo, de novo, as ligações entre os centros de produção e de consumo.

Em resumo, o renascimento urbano dinamizou toda a vida económica que, a partir de então, se orientou para o mercado e o lucro. O desenvolvimento das trocas e da economia de mercado desembocou numa autêntica revolução comercial que, promovendo o crescimento da burguesia, contribuiu decisivamente, tal como afirma Cario Cipolla, para "mudar o rumo da História".

6.3. AS GRANDES ROTAS DO COMÉRCIO EXTERNO

Nos séculos XII e XIII estrutura-se, em torno do comércio, uma «Europa nova» destinada a dominar o Mundo e a sua História. Organiza-se em dois conjuntos económicos que coincidem, basicamente, com as zonas industriais mais activas:

- O Norte, flamengo e alemão, navega e mercadeja no Atlântico, no mar do Norte e no Báltico; o Sul, liderado pelos mercadores italianos, utiliza o Mediterrâneo, ainda e sempre via privilegiada de circulação.

Estes dois mundos, geograficamente diferentes, atraem-se e completam-se. A sua ligação faz-se por via terrestre, numa longa estrada norte-sul. É nesta via de ligação, onde se cruzam mercadores e mercadorias, que se desenvolve um terceiro pólo económico: as feiras da Champagne.

A Flandres

Desde cedo que, na Flandres, uma activa indústria de lanifícios fez prosperar as cidades. Gand, Ypres, Bruges, Donai, entre outras, eram cidades manufactureiras cujos tecidos chegavam a toda a Europa e até, por intermédio dos Italianos, ao Oriente.

À prosperidade trazida pela indústria juntava-se a riqueza conseguida no comércio. A Flandres atraía, por força da sua posição geográfica, mercadores dos quatro cantos da Europa. Do Norte, vinham os Alemães, das cidades hanseáticas. Traziam os produtos do Báltico e das longínquas regiões da Rússia. Do Sul, chegavam os Italianos, primeiro por terra, atravessando os Alpes e a França, depois por via marítima, através do estreito de Gibraltar. Transportavam produtos mediterrânicos e especiarias orientais. Com eles misturavam-se também Castelhanos, Portugueses, Ingleses, Franceses, entre muitas outras nacionalidades que aqui acorriam para comprar e vender.

As cidades flamengas, com destaque para Bruges, acolhem os mercadores estrangeiros com privilégios, concedendo-lhes residência e autorização para construírem as suas casas de comércio, com oficinas, armazéns, locais de carga e descarga. Bruges torna-se o local mais cosmopolita da Europa, onde se transaccionam as peles, a madeira e a cera do Norte, os vinhos,

o sal e o azeite da Península Ibérica, as lãs de Inglaterra, o alúmen da Síria e as especiarias do Oriente.

O comércio da Hansa

Quando, no século XI, as trocas se reactivaram, o comércio à distância era uma aventura arriscada, em que se perdiam muitas vezes homens e mercadorias. Cedo se desenvolveram, por isso, associações mercantis destinadas a assegurar a protecção dos comerciantes de uma cidade ou região e a defender os seus interesses: as hansas ou guildas. De todas estas associações, a que uniu as cidades do mar do Norte e do mar Báltico, conhecida como Hansa Teutónica, foi, sem dúvida, a mais poderosa, de tal modo que, muitas vezes, a ela nos referimos simplesmente como «a Hansa». Constituída formalmente em meados do século XIII, a Hansa Teutónica atingiu o seu apogeu no século seguinte. A Hansa era uma vasta associação de cidades (cerca de 90, nos seus tempos áureos) destinada a assegurar o monopólio do comércio do mar Báltico e, quanto possível, do mar do Norte. Hamburgo, Dantzig, Riga, Colónia e, em especial, Lubeque eram as principais cidades hanseáticas.

Muito activos, os comerciantes hanseáticos carregavam rumo ao Sul os cereais da Prússia e da Polónia; as peles, as gorduras, a cera e as madeiras da Rússia e da Noruega. De volta, enchiam os seus navios, grandes e pesados, os Kogge, com vinho e sal da França, lãs da Inglaterra, azeite do Mediterrâneo, tecidos da Flandres. Desempenhavam igualmente um papel importante no comércio entre a Flandres e a Inglaterra, chegando a transportar, no século XV, mais de 70°/o das mercadorias inglesas para a Flandres.

As cidades italianas e o domínio do comércio mediterrânico

De todas as regiões europeias, as cidades italianas foram as que melhor preservaram, após a destruição do Império Romano e as conquistas do Islão, a memória e o saber das ligações mercantis. Amalfi, Génova, Pisa e Veneza dedicaram-se, bem antes do século XI, ao comércio marítimo, mantendo ligações com o Império Bizantino e, até, com Alexandria.

O desencadear da 1ª Cruzada, em 1095, marcou o recuo do domínio muçulmano no Mediterrâneo e a sua abertura ao comércio europeu. Inimigos e rivais, apesar de falarem a mesma língua, Genoveses, Venezianos e Pisanos concorriam entre si nas rotas comerciais que levavam à Ásia Menor, à Síria, ao Egipto. Por elas faziam chegar aos mercados europeus as especiarias, os tecidos, as pérolas, as pedras preciosas, o alúmen. Nas especiarias, sobretudo, assentava a sua riqueza: leves, de fácil transporte, tinham a venda sempre garantida e nunca frustravam, se a carga se não perdia, as expectativas de bons lucros.

Da prosperidade das cidades italianas, industriosas e mercantis, falam as suas moedas de ouro, as primeiras a serem cunhadas na «Europa nova», e a ousadia dos seus mercadores, os primeiros a demandarem o longínquo Oriente. Durante mais de dois séculos, até os Portugueses desvendarem as Índias e os seus caminhos, foi o relato das viagens de Marco Polo, mercador veneziano, que alimentou a imagem do Oriente, das suas riquezas e do seu poderio.

As feiras da Champagne

Os mercadores eram sobretudo viajantes, «pés poeirentos» que calcorreavam as estradas europeias, ou homens capazes de afrontar os riscos do mar. Deslocavam-se incessantemente, comprando num lado, vendendo no outro, acorrendo aos locais onde o negócio era mais certo ou prometia maiores ganhos.

Em algumas regiões, favorecidas pelas condições geográficas e pelos privilégios dos senhores, desenvolveram-se feiras periódicas que, rapidamente, atingiram dimensão internacional.

Para atrair os feirantes, reis e senhores ofereciam condições vantajosas de alojamento e armazenamento, bem como isenção ou redução dos impostos costumeiros. Garantiam, também, a segurança dos mercadores, quer na própria feira, quer na viagem de ida e volta, através de um conduto que os punha a salvo de agressões e processos judiciais (salvo-conduto).

Entre todas as feiras medievais destacam-se as que, na Champagne, se realizavam nas cidades de Lagny, Bar-sur-Aube, Provins e Troyes.

Situadas em pleno eixo de ligação entre o Norte flamengo e o Sul italiano, as feiras champanhesas eram o ponto de encontro dos mercadores da Europa e de tudo o que eles tinham para oferecer. O calendário das feiras, muito preciso e encadeado, estendia-se ao longo de todo o ano, o que tornava a Champagne num autêntico mercado contínuo.

As novas práticas comerciais e financeiras

O desenvolvimento comercial dos últimos séculos da Idade Média estimulou a criação de novas técnicas de negócio. Grandes negócios implicam grandes investimentos, grandes riscos e abundantes meios de pagamento. É, pois, natural que os mercadores medievais tenham inventado práticas novas que lhes proporcionassem facilidade e segurança nas suas transacções. Foi assim que surgiram as primeiras sociedades comerciais, os primeiros seguros e os primeiros pagamentos em papel, como o cheque e a letra de câmbio. Em apoio de todo este pioneirismo financeiro e comercial desenvolveu-se a actividade dos cambistas ou banqueiros. Estes, sempre presentes nas feiras e nas principais praças comerciais, onde era constante a troca de moedas, depressa alargaram a sua actividade, aceitando depósitos e realizando transferências de dinheiro, bem como operações de crédito. Deste modo se esboçaram as primeiras actividades bancárias tal como as concebemos hoje. Inicialmente encarados com maus olhos pela Igreja, que condenava o lucro e o comércio de dinheiro, mercadores e banqueiros viram, a partir do século XII, a sua posição social reconhecida e o seu ganho legitimado pelos benefícios que a vida económica deles retirava. Profissões novas, pioneiras, tinham conquistado, na expressão de Lucien Febvre, "o direito à História".

6.4. A FRAGILIDADE DO EQUILÍBRIO DEMOGRÁFICO

Durante a Idade Média, a morte era uma presença permanente. Ceifava sobretudo as crianças, que, frequentemente, morriam à nascença ou de tenra idade. Chegar à idade adulta era já um privilégio e os que atingiam a velhice eram olhados com reverência e admiração, por terem alcançado uma idade tão excepcional. O desconhecimento dos princípios básicos da puericultura, a falta da mais elementar higiene, o atraso da medicina, que não conseguia curar doenças hoje benignas, contribuíam para a elevada mortalidade. Eram, porém, as fomes e as pestes as principais responsáveis pelo frágil equilíbrio demográfico dos tempos medievais.

Nesta altura, um mau ano agrícola provocava, de imediato, a subida do preço do pão, condenando à fome os mais pobres e desprotegidos. Quando os anos de más colheitas se sucediam e as reservas se esgotavam, a fome assumia proporções catastróficas. Normalmente, seguiam-se as epidemias (genericamente designadas por pestes), que rapidamente se propagavam numa população subnutrida. A esta elevada mortalidade correspondia uma natalidade igualmente alta. No entanto, nas épocas mais difíceis, sobretudo quando à fome e à peste se juntavam os efeitos devastadores da guerra, as mortes ultrapassavam os nascimentos e a população diminuía. Inversamente, em épocas de paz e de boas colheitas, a população aumentava.

Os séculos XI a XIII correspondem a um destes períodos mais felizes. Foram tempos de paz e de prosperidade, em que a população não cessou de crescer. Embora a fome e as epidemias continuassem presentes, elas manifestaram-se de forma mais branda e espaçada, permitindo que a natalidade ultrapassasse significativamente a mortalidade. O ocidente tornou-se, como sabemos, «um mundo cheio». Mas esta multidão humana punha sérios problemas. Será, em

parte, no crescimento populacional anterior que devemos procurar as razões da quebra demográfica do século XIV.

A quebra demográfica do século XIV

A fome

No fim do século XIII, a quantidade de alimentos que era possível produzir já não bastava para alimentar tantos homens. Mais, as lavras intensas tinham esgotado os solos, tornando ainda mais precárias as colheitas de cada ano. Ao esgotamento dos solos somaram-se as mudanças climáticas. O século XIV corresponde a um período de pluviosidade intensa e arrefecimento generalizado. As chuvas e o frio faziam apodrecer as sementes e as colheitas perdiam-se. A fome regressou ao Ocidente, como uma maldição sempre repetida: na Provença, um ano em cada três era de más colheitas. Em Navarra, quase todo o século XIV é de escassez e subalimentação. As fomes e o cortejo de doenças que se lhes seguia deixavam um rasto de miséria e de morte, que os medievais interpretavam como um castigo divino para os pecados da Humanidade.

A grande peste

Repentinamente, em 1348, uma terrível epidemia - a Peste Negra - abateu-se sobre o Ocidente. Trazida do Oriente por marinheiros genoveses que haviam entrado em luta com os Tártaros, nas feitorias de Crimeia, a Peste Negra foi a mais grave epidemia de que há memória. Num ápice atingiu a Sicília e a Toscana, propagando-se por toda a Europa, até à França, Península Ibérica, Inglaterra, Alemanha, Escandinávia, numa marcha quase circular. Transmitida ao Homem pela picada da pulga do mus rattus (rato negro), a Peste Negra tinha um carácter bubónico, fazendo nascer tumefacções (bubões negros e azulados) nas virilhas, nas axilas e no pescoço. Além disso, era pulmonar, propagando-se pelo ar respirável, o que a tornava altamente contagiosa e fatal, levando à morte em dois ou três dias. Por isso se evitava a aproximação dos doentes, muitas vezes cruelmente abandonados à sua sorte. Como os historiadores reconhecem, nenhuma outra doença implicou semelhantes loucuras e dramas colectivos.

Espantamo-nos, hoje, com a ingenuidade dos físicos (médicos), fruto da primitiva medicina. Protegiam-se usando luvas, uma túnica e uma máscara em forma de bico de pássaro, onde acumulavam ervas aromáticas, de odor intenso, com o objectivo de filtrar o ar. E, no entanto, o mal estava ali: na ausência de higiene individual e colectiva que rodeava tudo e todos; nos homens, infestados de pulgas, que coabitavam com os animais; nos dejectos acumulados nas ruas; no vestuário predominantemente de lã, que raramente era mudado. A peste grassou durante meses a fio, causando uma elevada mortandade. As cidades e os mosteiros, onde a concentração populacional era maior, foram particularmente atingidos. No total, entre 1348 e 1350, um terço da população foi ceifada pela Peste Negra que, até ao século XVIII, não deu tréguas à Europa. Permanecendo endémica nas populações, periodicamente irrompia, fazendo as suas vítimas sem distinção de classe social, sexo ou idade.

A guerra

Um terceiro flagelo contribuiu decisivamente para a quebra demográfica: a guerra. Guerras civis, conflitos entre Estados, revoltas populares ensombraram o quotidiano dos Europeus. Nesta época, os efeitos devastadores da guerra resultavam mais das violências exercidas pelos exércitos sobre as populações do que das batalhas propriamente ditas. A aproximação de tropas, amigas ou inimigas, punha os camponeses em pânico: searas espezinhadas, celeiros roubados, gado confiscado, violações e assassínios eram atitudes comuns, que deixavam atrás de si a fome e a destruição. Nas cidades, as malfeitorias não eram menores, temendo os povos pelos seus haveres e pelas suas vidas. Em suma, nos séculos XIV e XV a vida assumia, de novo, um conteúdo violento e sombrio. Não admira que, nas suas orações, os homens não deixassem de implorar: «o bello, peste et fame, libera nos, Domine» («da guerra, da peste e da fome, livra-nos, Senhor»).

7. VALORES, VIVÊNCIAS E QUOTIDIANO

A EXPERIÊNCIA URBANA

Nos últimos séculos da Idade Média, a cidade é um mundo à parte. Ao contrário do campo, onde os dias passam rotineiros e o tempo da História parece não avançar, a cidade é um cadinho de inovações, uma espécie de porta aberta para o futuro. O mundo de negócios e de negociantes que fervilha dentro das suas muralhas desencadeia mudanças profundas nos mais diversos sectores: no ordenamento social, na vivência religiosa, na cultura, na arte. Alterando valores e vivências quotidianas, o mundo urbano contribuiu decisivamente para o declínio da época medieval.

7.1. UMA NOVA SENSIBILIDADE ARTÍSTICA: O Gótico

O burguês é um homem orgulhoso de si próprio e da sua cidade, de cuja existência depende estreitamente. Não se poupa, por isso, a esforços para a embelezar e a engrandecer. Uma espécie de «patriotismo local» impele-o à comparação com as cidades vizinhas, das quais não quer ficar atrás. Generosamente (mas não desinteressadamente), contribui com quantias avultadas para as grandes construções urbanas: muralhas, portas monumentais, palácios, igrejas.

Coincidindo com este afã construtivo, um novo estilo artístico, o Gótico, dá expressão ao orgulho citadino. Uma combinação engenhosa de elementos arquitectónicos permite elevar as construções góticas a alturas até então desconhecidas. As torres dos palácios comunais e, sobretudo, das igrejas, podem ser vistas de muito longe, anunciando, deste modo, a importância do burgo e das suas gentes. Embora tenha dado corpo a numerosos edifícios civis e abarque todas as vertentes artísticas (arquitectura, escultura, pintura, artes decorativas...), a arte gótica permaneceu intimamente ligada à arquitectura religiosa e teve, na catedral, a sua melhor expressão.

Diabo da Catedral de Notre-Dame de Paris.

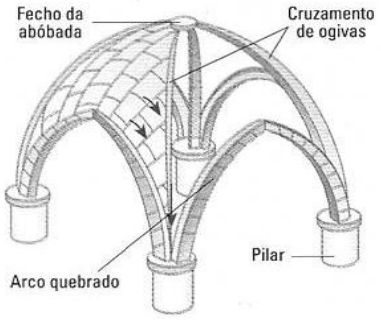
A catedral, expoente do Gótico

O que imediatamente distingue as catedrais góticas é a sua elevação e verticalidade. Impressionantes por um exterior imponente e profusamente decorado, as igrejas góticas impressionam também por um interior amplo, elevado e luminoso, de formas arquitectónicas graciosas e leves, quase sem peso, se as compararmos com a solidez maciça dos interiores românicos.

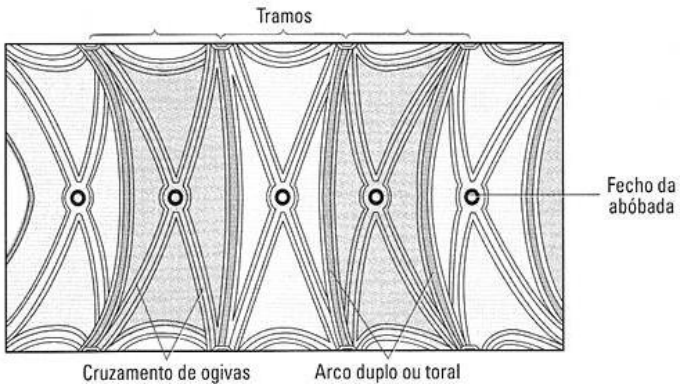
Grandes janelas, adornadas de magníficos vitrais, dão ao interior das igrejas góticas uma luminosidade coada, diáfana, que simultaneamente deslumbra e convida à meditação e à ascese. «Deus é luz» e essa vivência espiritual é deliberadamente realçada pelo estilo gótico. O abade Suger, de Saint-Denisido, sob cujos auspícios se construiu a primeira igreja gótica, refere «a miraculosa» luz que, passando através das «sacratíssimas janelas», inunda a capela-mor, transformando-se numa luz divina, numa revelação do espírito de Deus.

Os elementos construtivos

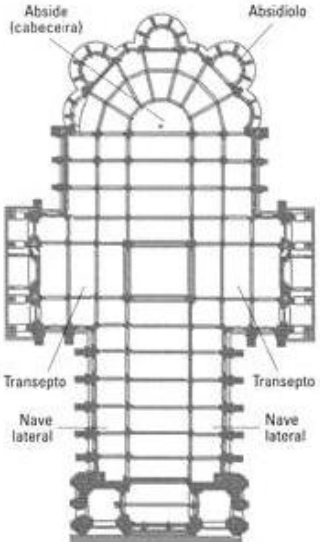
As potencialidades e características do estilo gótico estão, como é natural, intimamente ligadas aos seus elementos construtivos. Destes, devemos realçar o arco quebrado, a abóbada de cruzamento de ogivas e o arcobotante.



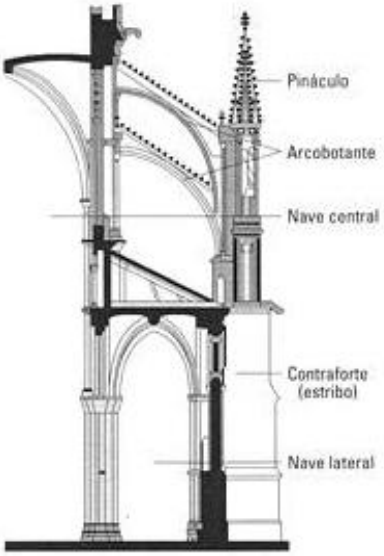
Abóbada de cruzamento de ogivas



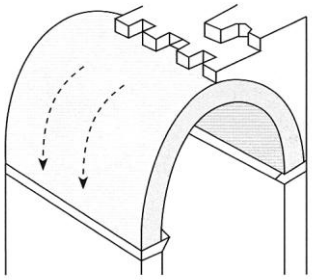
Esquema do tramo de uma abóbada de cruzamento de ogivas



Planta da Catedral de Chartes



Corte. Posição dos contrafortes e arcobotantes relativamente à nave.



Arco de volta inteira e abóbada de berço (estilo românico)

O arco quebrado vem substituir o arco de volta inteira, semicircular, utilizado na arte românica. Este tipo de arco, que se identifica com a arquitectura gótica (por isso também chamado arco gótico), pode ser «estirado» em altura, independentemente da largura da sua base, o que confere aos portais e às arcaturas interiores um aspecto de verticalidade e elevação.

A abóbada de cruzamento de ogivas deriva da abóbada de aresta, já utilizada na arquitectura românica, que lhe dava uma utilização essencialmente decorativa. Identifica-se facilmente pelos arcos diagonais de suporte (ogivas). Ao contrário das abóbadas de berço do estilo românico, que descarregam o seu peso, de forma contínua, sobre as paredes, as abóbadas góticas são articuladas, isto é, compostas por secções independentes (tramos), simplesmente justapostas.

Os arcos de cada tramo desempenham o papel de uma armação, suportando o peso da abóbada e descarregando-o nos quatro ângulos onde se encontram os pilares. É esta concentração do peso em pontos específicos que permite fragilizar as paredes, introduzindo-lhes grandes aberturas preenchidas por vitrais. Com o fim de reforçar os pontos de pressão, surgem, no exterior, arcobotantes. O arcobotante compõe-se de duas partes: uma massa sólida, espécie de contraforte, o estribo, e um ou mais arcos que, partindo do estribo, vêm apoiar as paredes da nave central. Para reforçar o estribo, este é, muitas vezes, encimado por um pináculo. Arcobotantes, pináculos e elementos decorativos formam um autêntico emaranhado de formas, que confere à catedral gótica grande parte da sua imponência e identidade.

O "livro de imagens" da Cristandade

Durante o século XIII, a relação arquitectura-escultura é tão intensa que, muitas vezes, os próprios canteiros são escultores. Uma nuvem de imagens invade as fachadas, os portais, os telhados. Serenas, de um naturalismo idealizado, as esculturas góticas perfilam-se de forma ordenada e simétrica, destacando-se dos elementos arquitectónicos aos quais se encontram unidas. Elas valem por si próprias e revelam uma qualidade no tratamento dos rostos e das vestes que o Ocidente não conhecia desde o declínio da arte romana.

Para além do seu valor artístico, a decoração escultórica das catedrais mantém o valor doutrinal que já assumia no estilo românico. Ela é o «livro de imagens» da Cristandade, relatando a vida e a lenda dos santos, os passos do Antigo e Novo Testamento. A imagem central, porém, é Cristo, e grande parte da iconografia gira à sua volta: Cristo «em majestade», representações da infância, da vida pública, da Paixão.

A lição das esculturas completava-se com a do vitral. O abade Suger, que se fez retratar a si próprio em Saint-Denis, considerava os vitrais da sua igreja uma forma de ensinar à gente simples, que não sabia ler a Bíblia, quais as verdades em que devia acreditar.

7.2. AS MUTAÇÕES NA EXPRESSÃO DA RELIGIOSIDADE: ORDENS MENDICANTES E CONFRARIAS

Tal como hoje, na Idade Média a cidade era um lugar de múltiplos contrastes. À medida que as actividades económicas prosperaram, os ricos tornaram-se mais ricos e, porque a cidade é propícia à ostentação, rivalizavam entre si no luxo das suas vestes e na opulência das suas casas. Este cortejo de riqueza deixava mais em evidência a miséria, que também se alojava na cidade. A cidade atraía as gentes pobres do campo que, uma vez aí chegadas, nem sempre encontravam trabalho certo e bem remunerado. Viviam tão ou mais pobres do que tinham chegado, sem família nem amigos a quem pedir ajuda. Quebrando este isolamento, desenvolveram-se novos laços de união e cooperação que, com o tempo, se estruturaram em organismos de solidariedade destinados à ajuda mútua e à prática da caridade. Embora nascidos quase espontaneamente, muito do seu êxito ficou a dever-se à renovação espiritual trazida pelas ordens mendicantes, cujo exemplo e pregações deram origem a uma mentalidade mais fraterna e preocupada com o sofrimento alheio.

O papel das ordens mendicantes

A Igreja católica, contrariando os seus ideais, identificava-se com o grupo dos ricos. O alto clero levava a vida faustosa dos grandes senhores laicos, pouco atento às situações de pobreza que se multiplicavam à sua volta. Esta actuação valeu-lhe o repúdio de muitos crentes, que se afastaram do catolicismo aderindo a heresias que a Igreja reprimiu severamente.

Outros movimentos de contestação ao luxo do clero e de retorno à humildade e pobreza originais do cristianismo nasceram dentro da própria Igreja. De todos, o que mais contribuiu para mudar comportamentos e mentalidades foi o das ordens mendicantes, criadas por S. Francisco e S. Domingos.

S. Francisco nasceu em 1182, na cidade italiana de Assis. Era filho de um dos mais ricos mercadores da cidade e, até aos 20 anos, levou uma vida de boémia e dissipação. Uma grave doença fê-lo cair em si, renunciar aos bens terrenos e dedicar a sua vida a ajudar os outros e a pregar a palavra de Deus.

Uma frase do Evangelho, que S. Francisco ouviu na missa, constituiu o seu chamamento: «E pondo-vos a caminho, pregai, dizendo que está próximo o reino dos Céus. Curai os enfermos, ressuscitai os mortos, limpai os leprosos, expulsai os demónios; de graça recebeste, de graça dai. Não queirais possuir ouro nem prata, nem dinheiro nos vossos bolsos, nem albergue no caminho,

nem duas túnicas, nem calçado, nem bordão; porque digno é o operário do seu alimento» (Mat, X, 7-10).

S. Francisco cumpriu à risca as palavras do Evangelho de tal forma que, com o seu exemplo, granjeou rapidamente numerosos seguidores. A ordem que fundou, a dos Frades Menores (no sentido de humildes), vivia numa pobreza absoluta, trabalhando e esmolando para garantir o sustento diário (daí o termo mendicantes). Dedicava-se à pregação e à ajuda dos mais infelizes e necessitados. Depois da morte do Santo, em 1226, os franciscanos acabaram por se instalar em conventos, mas nunca levaram a vida recolhida dos monges: saíam sempre para pregar e fazer caridade, deste modo reconciliando os crentes com a Igreja.

A ordem fundada pelo espanhol Domingos de Gusmão (1170-1221) partilhava os mesmos ideais. Os dominicanos, porém, davam maior ênfase à pregação como forma de combate às heresias, pelo que os seus membros se dedicaram afincadamente ao estudo da Teologia, atingindo alguns deles, como S. Tomás de Aquino, grande fama como professores universitários. As ordens mendicantes contribuíram grandemente para a renovação da vida religiosa e das vivências comunitárias medievais, desenvolvendo os sentimentos de solidariedade e amor ao próximo que inspiraram a criação das confrarias e outras associações de socorros mútuos.

As confrarias

Entre as associações de solidariedade da época medieval destacam-se, pelo seu elevado número e grau de organização, as confrarias. As confrarias eram associações de entreajuda, de cariz marcadamente religioso, que se organizavam sob a protecção de um santo. Mesmo numa pequena cidade, contavam-se às dezenas, agrupando homens ligados pelo ofício, pelos laços de vizinhança ou apenas pela devoção ao mesmo santo e o desejo de praticar a caridade.

As confrarias ligadas aos ofícios eram muito vulgares já que, nas cidades medievais, os diversos grupos profissionais se organizavam em corporações.

Cada corporação agrupava os trabalhadores de um mesmo ramo (os carpinteiros, os sapateiros, os ourives...) e regulamentava, de forma bastante rígida, todos os aspectos que respeitavam ao exercício da profissão: quem tinha, ou não, o direito de a exercer, os salários, os preços, a qualidade dos produtos, etc. Para além destas questões competia também à corporação promover a solidariedade social entre os seus membros, pelo que era vulgar associar a si uma confraria onde, sob a égide do respectivo santo, os colegas de profissão ajudavam-se, em caso de dificuldades.

Cada confraria tinha os seus estatutos, que os confrades se obrigavam a observar. Em geral definiam, com clareza, o tipo de ajuda e as ocasiões em que esta deveria ser prestada, bem como os actos de caridade pública a desenvolver: distribuição de esmolas, manutenção de hospitais, etc.

Os fundos para estas actividades provinham não só de uma pequena quotização anual, obrigatória para todos os «irmãos», como das generosas ofertas dos confrades mais ricos. Deste pecúlio retirava-se também o dinheiro necessário à realização de eventos religiosos, como, por exemplo, as missas pelos defuntos, as procissões e as festas do santo padroeiro, celebradas com toda a pompa possível. Estas actividades eram cuidadosamente planeadas e organizadas na casa da confraria onde, periodicamente, os confrades se reuniam, quer para se ocuparem das suas obrigações quer, simplesmente, para conviverem.

7.3. A EXPANSÃO DO ENSINO ELEMENTAR; A FUNDAÇÃO DE UNIVERSIDADES

As primeiras escolas urbanas

Até ao século XI, a leitura e a escrita, aprendidas nas escolas, eram privilégio quase exclusivo de clérigos e monges. Os mosteiros mais conceituados eram verdadeiros centros de saber, com as

suas livrarias e as suas escolas monacais, destinadas à preparação de jovens candidatos a monges e ao aprofundamento dos conhecimentos dos religiosos professos. A revitalização das cidades fez decair as escolas monacais, que, pela localização do mosteiro, se inseriam em áreas predominantemente rurais.

No século XI, organizam-se as primeiras escolas urbanas. A tutela da Igreja mantém-se mas o local e os destinatários destas novas escolas - as escolas catedrais - são bem outros: junto das sés, estão no centro da cidade e participam do seu dinamismo e do seu espírito. Dirigem-se a um público muito mais vasto, admitindo, além de clérigos, numerosos leigos. A multiplicação das escolas urbanas corresponde às novas necessidades da administração e da economia. As cidades precisam de juristas para os seus tribunais, de notários e escrivães para as repartições públicas, isto é, de homens de letras que constituam o novo funcionalismo. A mesma necessidade sentem os príncipes, que reorganizam e ampliam, nesta época, as suas chancelarias.

O aumento do volume das trocas e a formação das grandes companhias comerciais obrigam também a registos minuciosos. Nas cidades mercantis, como Londres, Lubeque, Florença ou Veneza, fundaram-se escolas, por vezes privadas, que ministravam uma espécie de «ensino secundário», onde, além das tradicionais disciplinas de Lógica e Gramática, se insistia na Aritmética. A acreditar no testemunho do mercador italiano Giovanni Villani, só na cidade de Florença funcionavam, no início do século XIV, cerca de dez destas «escolas secundárias», com um total de 1200 alunos.

As universidades

No decurso do século XII, algumas escolas catedralícias obtiveram, pela qualidade dos seus mestres, fama internacional. Atraíam numerosos estudantes estrangeiros e especializaram-se em áreas como o Direito, a Teologia ou a Medicina.

À medida que a estrutura da escola se foi complicando, mestres e alunos sentiram necessidade de uma organização mais rígida, de tipo corporativo, que definisse claramente as matérias a estudar e a forma de obtenção dos graus académicos, bem como defendesse os seus membros, docentes e discentes, de pressões externas. A esta organização se chamou universidade (universitas). Duas das escolas catedrais que primeiro se organizaram nestes moldes foram a de Notre-Dame, em Paris, e a de Bolonha.

Em Paris, o desejo de autonomia da universitas lançou professores e estudantes em acesas lutas com as autoridades laicas e eclesiásticas, até que, em 1231, o Papa Gregório IX autorizou-a a estabelecer as suas leis e regras em tudo o que respeitasse aos cursos, estudos e graus, colocando a universidade sob jurisdição directa do Papa. Enquanto a Universidade de Paris se notabilizou no ensino da Teologia, a de Bolonha especializou-se no estudo do Direito. A estas universidades, as mais importantes da Europa, acorriam todos os anos entre 3000 e 6000 estudantes.

Os estudos universitários organizavam-se em faculdades, termo que designa o grupo de professores e alunos de um mesmo ramo do saber. Tal como hoje, o seu número variava conforme as universidades, embora todas tivessem a de Artes, considerada a base dos estudos universitários. O curso de Artes durava seis anos. Iniciava-se entre os 14 e os 16 anos e conferia o grau de licenciado (licencia docendi).

Uma vez licenciado em Artes, o estudante podia especializar-se em Medicina, Direito ou Teologia. Enquanto os cursos de Direito e Medicina obrigavam a mais seis anos de estudos, o de Teologia chegava a exigir 15. O ensino baseava-se sobretudo na leitura e comentário, pelo mestre, dos escritos das autoridades no assunto versado.

A partir do século XIII, as universidades tomaram uma feição mais nacional, isto é, mais ligada ao Estado. Entre os estudiosos de Direito, os legistas, recrutavam os reis os seus mais chegados

colaboradores. Fundar e privilegiar universidades, sobretudo onde as não havia, tornou-se uma tarefa régia, embora ainda dependente do aval e supervisão da Igreja.

7.4. CULTURA LEIGA E PROFANA NAS CORTES REGIAS E SENHORIAIS

O clima de paz e prosperidade económica que impulsionou o renascimento das cidades reflectiu-se também no domínio cultural. O gosto pela erudição, por uma vida mais requintada fez-se sentir não só nos recintos urbanos, onde proliferaram escolas e universidades, mas também nas cortes dos reis e grandes senhores. A violência dos sentimentos e a rudeza das maneiras cede lugar à contenção e à delicadeza. 0 nobre passa a identificar-se com o cavaleiro ideal, bom, corajoso e desinteressado, capaz de defender a causa dos fracos e da justiça e de cortejar a sua dama segundo as regras do «amor perfeito».

Nesta nova vivência cortesã a literatura assumiu um papel central. Foi pela palavra escrita que se difundiram os ideais cavaleirescos, se exprimiram sentimentos amorosos e se honraram as memórias dos antepassados, cujos feitos ilustres serviram de exemplo e inspiração às gerações nobres dos últimos séculos da Idade Média.

O IDEAL DE CAVALARIA

Por volta de 1300, o espírito cavaleiresco impregnara já as cortes da Europa. Embora os tempos fossem ainda de violência e as cruas realidades da vida guerreira pouco diferissem das dos séculos anteriores, a nobreza identificava-se agora com um ideal mais elevado: o do perfeito cavaleiro.

A primeira condição exigida ao cavaleiro é o seu bom nascimento. Para aspirar à cavalaria é necessário ser nobre. Todos aqueles que o não são devem ser excluídos das suas fileiras. Seguem-se depois uma série de virtudes militares herdadas dos séculos anteriores: a honra, a coragem, a lealdade para com o seu senhor. A estas somam-se a virtude e a piedade, pois a cavalaria é, simultaneamente, um ideal profano e religioso. O cavaleiro combate por Cristo e o arcanjo S. Miguel, chefe dos exércitos celestes que defendem o trono de Deus, é considerado o fundador da cavalaria. As suas proezas devem iluminar os cavaleiros terrenos, embora estes sigam, também, modelos mais humanos como os grandes vultos da Antiguidade (Aníbal, César, Alexandre) ou o lendário rei da Bretanha, Artur, e os seus «Cavaleiros da Távola Redonda».

Estas e outras figuras, coloridas com as tintas da fantasia, foram objecto de narrativas romanceadas que os reis e grandes senhores faziam ler ao serão, na presença de toda a sua corte. Diz-nos o historiador Georges Duby que, nesta época, a narrativa de cavalaria era «o agente de uma verdadeira intoxicação no conjunto da aristocracia».

As novelas arturianas foram, indiscutivelmente, as mais difundidas de todas as sagas cavaleirescas, tendo inspirado muitos outros relatos do mesmo género. A sua acção desenrola-se a partir da corte de Bretanha, onde Artur reúne, como iguais, os seus cavaleiros, numa «távola redonda». Estes tomam sobre os ombros a mais nobre das tarefas: a procura do Santo Graal, cálice místico onde José de Arimateia teria recolhido o sangue de Cristo, na hora da Paixão.

Na Península, o interesse por estas narrativas desembocou, no século XIV, no romance Amadis de Gaula, que obteve extraordinário sucesso. Amadis, jovem virtuoso, destemido e profundamente apaixonado, tornou-se no modelo do «cavaleiro andante» que percorre o mundo em defesa das causas nobres e, no fim, é recompensado com o amor da sua dama, Oriana, a Sem Par (cuja beleza não tem par). A concretização dos ideais cavaleirescos, que arrebatavam o espírito dos nobres do fim da Idade Média, fazia-se, em primeiro lugar, através de uma educação rigorosa. Só depois de ter transposto todas as suas etapas e de ter dado provas da sua destreza e valentia, o jovem tinha a suprema honra de ser «armado cavaleiro», passando então a integrar uma das muitas ordens de cavalaria que, nesta época, proliferavam pela Europa.

A educação cavaleiresca

Passados os primeiros anos de vida sob os cuidados de sua mãe, o rapaz era, geralmente, enviado para uma «casa grande», isto é, o paço de um senhor de maior estatuto, onde permanecia até à idade adulta. Aí servia, primeiro, como pajem (cerca de sete anos), iniciando-se na equitação e no manejo de armas. Já adolescente e conhecedor dos rudimentos da arte de cavalgar, tornava-se escudeiro. Nesta qualidade servia, durante outros sete anos, um cavaleiro, a quem tratava do cavalo e das armas, acompanhando-o nas suas expedições e assistindo-o em tudo o que respeitasse às lides da cavalaria. Durante este período, o jovem desenvolvia um treino intenso, de forma a adquirir a mestria técnica necessária à sua futura condição de cavaleiro.

Mesmo em tempos de paz, a destreza de cavaleiros e escudeiros era posta à prova com muita frequência, pois boa parte do tempo de que dispunham era ocupado em desportos mais ou menos violentos, que contribuíam para manter o vigor físico. Entre estes desportos, cuja prática se considerava essencial, destacam-se a caça, os torneios e as justas. A caça, sobretudo a montaria obrigava a grandes cavalgadas pelos bosques, mas nada era mais apreciado do que um bom torneio, espécie de combate simulado de natureza amigável, no qual se defrontavam dois grupos de cavaleiros.

Os torneios realizavam-se, geralmente, num espaço vedado, junto do qual se montavam bancadas para os espectadores. Não havia festividade que os não incluísse, tendo-se tornado estes combates, nos séculos XIV e XV, em autênticos desfiles teatralizados, com os participantes vestidos de forma extravagante e disputando um prémio preestabelecido.

Sobre as normas a seguir nestas actividades e tudo o que dissesse respeito aos conhecimentos da cavalaria, escreveu o rei português D. Duarte (1391-1438) o Livro da Ensinança da Arte de Bem Cavalgar em Toda a Sela, considerado o primeiro tratado de equitação da Europa, que deve ter servido de manual a várias gerações de cavaleiros portugueses.

Finalmente, depois de cerca de 14 anos de dura aprendizagem, o jovem escudeiro proferia os votos da cavalaria. Eram votos sagrados, de grande significado espiritual. Por isso, eram enquadrados por um ritual solene que incluía, geralmente, uma noite de vigília na igreja, a assistência à missa e a comunhão. Muitas vezes, para além de purificar a alma, o cavaleiro purificava também o corpo através de um banho simbólico. Por fim, era investido numa ordem de cavalaria, recebendo as esporas de cavaleiro e a tão desejada espada, «emblema do direito e do dever de combater».

O AMOR CORTÊS

Capaz das maiores proezas guerreiras, o cavaleiro deve mostrar-se delicado e tímido em frente da sua amada. O código de cavalaria integra, também, um código de amor, um conjunto de regras que dizem a quem e como se deve amar. Definem o lugar que o amor ocupa na vida do cavaleiro ideal e esse lugar é deveras importante: o cavaleiro é o herói que serve por amor. O florescimento das cortes régias e senhoriais proporcionou um convívio mais mundano entre os dois sexos que, a partir do século XII, revestiu uma forma específica, conhecida por amor cortês.

Sem quebrar os laços com a sensualidade e o amor físico, o amor cortês é essencialmente espiritual, um campo aberto a todas as perfeições morais. O amante cortês é abnegado e virtuoso. A contenção dos gestos e das palavras, a paciente espera, o esforço para, pela bravura das suas acções, "ganhar" a sua dama, elevam-no perante Deus e perante os homens. Ele torna-se, em suma, um exemplo de educação e refinamento, o contraponto da simplicidade rústica, da violência primária das emoções.

Por sua vez, espera-se que a dama corresponda ao tipo idealizado de mulher: bela, serena, bem-falante mas simultaneamente recatada, capaz de alimentar a tensão amorosa com um sorriso, a dádiva de um lenço, de um anel, mais tarde de um beijo.

A influência da literatura

Na propagação do ideal de amor cortês tiveram importância decisiva os poetas que fizeram dele o tema central das suas composições. Este tipo de poesia amorosa - conhecida como poesia trovadoresca - nasceu no Sul de França, em particular na região da Provença. Trovadores e jograis rapidamente a espalharam por todas as cortes da Europa, animando os serões com os seus versos, cantados com acompanhamento musical. Outros escritos versando a temática amorosa adquiriram também grande projecção. É o caso do Romance da Rosam cuja popularidade perdurou por dois séculos. Este romance, uma alegoria ao Amor em que a rosa simboliza a amada, que só após duras provas pode ser «colhida» pelo seu cavaleiro, foi objecto de um verdadeiro culto (e de muitas polémicas também) entre os homens mais ilustrados da época.

Na Península Ibérica a poesia trovadoresca desenvolveu-se cedo, acarinhada por Afonso X, o Sábio (1221-1284), rei de Castela e avô do nosso D. Dinis. Em Portugal, tornou-se a primeira forma de literatura em língua portuguesa (ou melhor, galaico-portuguesa), assumindo dois géneros principais: as cantigas de amigo e as cantigas de amor. Embora com peculiaridades próprias, é inegável a forte influência provençal que inspira os nossos poetas, em particular nos cantares de amor.

O amor foi, pois, uma componente essencial da sociabilidade cortesã e da cultura erudita da Idade Média. Sobre ele, a sua essência e a sua valia travaram-se longos debates e escreveram-se algumas da obras mais belas deste período. Ele foi, para muitos, um código de vida, senão mesmo um ideal de vida.

O CULTO DA MEMÓRIA DOS ANTEPASSADOS

«Naquele tempo os mortos estão vivos, ninguém duvida», diz-nos Georges Duby. Estão vivos nas recordações dos seus descendentes, da sua linhagem, que frequentemente os evoca, os relembra. Esta memória dos antepassados é característica das famílias nobres que assim trazem ao presente os feitos valorosos da sua ascendência. Pois não é a herança de um nome ilustre que confere e legitima a nobreza? Aos serões, quando os membros da família se reúnem no salão do castelo, na presença dos seus cavaleiros, muitas vezes se recitam as genealogias, se relembra quem é filho de quem, que bravuras foram praticadas e que honras, por via delas, foram atribuídas à linhagem.

Estas lembranças familiares eram passadas de boca em boca, de geração em geração. Mas, mesmo assim, corriam o risco de se perder. Por isso, tornou-se necessário registá-las para a posteridade. Os túmulos e os seus longos epitáfios cumpriam essa função. Mas não bastava. No século XII, quando o nível cultural da nobreza se elevou e os paços se encheram de gente letrada, capaz de compor poemas e de os transcrever para o pergaminho, os senhores fizeram escrever estas memórias ancestrais.

Nasceu, assim, uma literatura genealógica que se difundiu largamente entre a nobreza europeia dos séculos XIII e XIV. Em Portugal, este género literário foi cultivado com esmero, dando origem aos livros de linhagens (ou nobiliários). Tal como na restante Europa, procurava-se acautelar os direitos patrimoniais das famílias fidalgas, pondo em evidência o papel relevante que tinham desempenhado na reconquista do país aos mouros. A mais interessante das obras deste género é o 3.° Livro de Linhagens, da autoria de D. Pedro, conde de Barcelos, filho bastardo do rei D. Dinis (1285-1354). O Nobiliário do Conde D. Pedro é uma espécie de História Universal escrita numa perspectiva genealógica, pois começa nos filhos de Adão e, passando pelos reis de Tróia, de Roma, dos Godos, entre outros, chega às nobres linhagens da reconquista peninsular, onde entroncam as famílias portuguesas.

Este livro que, naturalmente, não esquece o rei Artur, é uma mistura de lendas e narrativas fantásticas com personagens reais, fortemente impregnado do espírito da cavalaria, que marcou tão profundamente os últimos séculos da História medieval.

7.5. A DIFUSÃO DO GOSTO E DA PRATICA DAS VIAGENS

Nos séculos XIII e XIV, os Europeus adquirem uma nova visão do Mundo. Sob o impulso do comércio, as velhas barreiras geográficas, que tinham fechado a Europa sobre si mesma e isolado as suas regiões, começam a ceder.

Um bom número de viajantes percorre agora os caminhos e alguns ousam mesmo ir mais além, até à longínqua Ásia. São mercadores mas também peregrinos, missionários, diplomatas, cavaleiros andantes ou simples desenraizados em busca de uma vida melhor. O gosto pelos relatos de viagens difunde-se e os geógrafos revelam um mundo mais vasto que se torna possível explorar e conhecer. Lentamente, a Europa prepara-se para a grande aventura dos Descobrimentos.

VIAGENS DE NEGÓCIOS E MISSÕES POLÍTICO-DIPLOMÁTICAS

Os mercadores são, naturalmente, grandes viajantes. Partir em viagem de negócios passou a ser, nesta altura, coisa comum, embora não isenta de riscos e incómodos. Práticos e expeditos, os mercadores cedo se muniram dos conhecimentos essenciais a estas deslocações, aprendendo línguas e elaborando dicionários e guias de viagem, como o que escreveu o florentino Giovanni Frescobaldi, em que explicava aos seus colegas «o que é preciso saber quando se vai a Inglaterra».

Até meados do século XIII, nenhum viajante europeu se aventurara ainda até ao longínquo Oriente. O pioneirismo destas expedições ficou a pertencer aos italianos que, incentivados pela abertura do Império Mongol, ousaram percorrer o grande continente asiático. Os irmãos Niccolò e Matteo Polo foram os primeiros a chegar à China onde, para além de realizarem excelentes negócios, foram recebidos na corte do imperador Kubilai Khan. Regressados a Veneza, de onde eram naturais, as suas narrativas entusiasmaram o jovem Marco, filho de Niccolò, de tal forma que, quando, em 1271, decidiram empreender nova viagem, este acompanhou-os. Marco Polo chegou a Pequim com vinte e um anos e, graças à sua facilidade em aprender línguas e aos seus dotes diplomáticos, recebeu as maiores honrarias de Kubilai Khan, que chegou a nomeá-lo governador de uma das suas províncias.

Os Polo regressaram à pátria vinte anos passados, ricos em mercadorias e em conhecimentos. Pouco depois, Marco fez o relato da sua extraordinária aventura, dando origem ao mais famoso livro de viagens de todos os tempos. O Livro de Marco Polo, também conhecido como O Milhão e O Livro das Maravilhas, descreve o longínquo Oriente, as suas gentes e as suas fabulosas riquezas. Num estilo directo e simples, mistura o real e o imaginário, inventa prodígios e exagera os acontecimentos. Durante dois séculos, até os Portugueses desvendarem a Índia e os seus caminhos, foi o livro de Marco Polo que alimentou a imaginação dos europeus, sedentos de magia e de novos horizontes.

O desenvolvimento do grande comércio criou laços entre os mercadores e os governantes, que àqueles recorriam frequentemente para o financiamento das suas empresas militares. Assim, não admira que muitas viagens aliassem ao negócio missões político-diplomáticas e que afamados comerciantes tivessem desempenhado o papel de embaixadores das cortes da Europa. Tal aconteceu, por exemplo, com Dino Rapondi, mercador e banqueiro de Luca (Itália), que o conde da Borgonha e duque de Flandres João Sem Medo incumbiu de numerosas questões diplomáticas. Lembremos também, a este propósito, o papel do mercador portuense Afonso Martins Alho que negociou, junto do rei de Inglaterra, em nome do nosso Afonso IV, o célebre Tratado de Comércio de 1353. Convém notar que, nesta altura, as relações diplomáticas não se estabeleciam apenas entre soberanos, ficando também à iniciativa dos grandes senhores e até, por vezes, das próprias cidades, o que implicava uma constante troca de emissários.

Era, porém, em Roma que se cruzavam os embaixadores de todas as nações pois aí se resolviam, para além das questões de natureza religiosa, muitas contendas políticas, já que o Papa

desempenhava, nesta época, o papel de medianeiro entre os Estados e, muitas vezes, de juiz em matéria de Direito Internacional.

ROMARIAS E PEREGRINAÇÕES

O fervor religioso ajudou também a vencer as dificuldades dos caminhos. Na Idade Média, a religião assumia contornos muito concretos exprimindo-se pela prática dos actos rituais: a oração nas horas canónicas, a assistência aos ofícios religiosos, a confissão, a penitência, os jejuns e as peregrinações eram obrigações de todos os que aspiravam à vida eterna. Em toda a Cristandade abundavam igrejas, capelas e ermidas que eram objecto de uma devoção especial, quer pelas relíquias que guardavam, quer pelo poder miraculoso das suas imagens ou do seu santo patrono. A elas acorria grande número de pessoas em busca de alívio para as suas doenças, em pagamento de promessas feitas, como penitência pelos seus pecados ou, simplesmente, para satisfação da sua fé.

Estas deslocações tanto podiam fazer-se localmente, obrigando a uma jornada curta, como implicavam uma longa viagem, que podia durar meses ou mesmo anos. No primeiro caso incluem-se as romarias, celebrações organizadas em honra de um santo, numa data fixa do ano. Atraíram numerosos fiéis, geralmente gente simples das zonas circundantes, que vinham em grupos, a maior parte das vezes a pé, levando o percurso entre um e vários dias. Esta jornada, relativamente curta, assumia muitas vezes um carácter lúdico e folgazão.

Chegados ao santuário, os romeiros pagavam as suas promessas e participavam das cerimónias religiosas, que incluíam sempre uma missa e, geralmente, também uma procissão. Depois, aproveitava-se a ocasião para realizar negócios (não raro as romarias coincidiam com feiras), trocar notícias, cantar e bailar ao som dos instrumentos tradicionais.

Pela sua constante repetição e pela estreita aliança entre a componente religiosa e profana, as romarias foram uma das expressões mais notáveis da cultura popular medieval. Fortemente enraizadas nos hábitos das populações, persistiram até hoje, continuando a animar os meses de Verão.

Componente maior da tradição judaico-cristã, o hábito das grandes peregrinações reavivou-se a partir do século XI. Para as grandes peregrinações partia-se individualmente ou em grupo, geralmente por um caminho pré-determinado. Percorriam-no homens, mulheres e crianças, velhos e novos, doentes e sãos. Grandes senhores viajavam a cavalo e com comitiva, enquanto outros senhores, igualmente grandes, em sinal de penitência, se despojavam de honrarias e se juntavam à multidão de humildes, de mendigos e de estropiados que, penosamente, venciam as longas etapas do percurso. Entre os muitos locais de peregrinação da Cristandade ocidental, havia três que ocupavam um lugar cimeiro: Jerusalém, cenário da paixão e da morte de Jesus; Roma, sede do papado e local de martírio de S. Pedro, que aí repousava; e Santiago de Compostela onde, em meados do século IX, se encontrou um túmulo identificado como sendo o do apóstolo São Tiago. Destes três locais, a peregrinação mais redentora, mas também a mais longa e perigosa, era a que levava a Jerusalém. Redimia todos os pecados pessoais e foi para garantir a continuidade da sua realização que, em 1095, partiu a Primeira Cruzada.

O Ocidente da Europa afluía, em geral, a Santiago de Compostela, confiante nas curas milagrosas do apóstolo e na força sobrenatural que emanava do seu túmulo. Ao longo dos trilhos seguidos pelos peregrinos multiplicaram-se os mosteiros, as albergarias e os hospitais que ofereciam aos caminhantes exaustos uma cama (por vezes apenas um fardo de palha), bom fogo, água límpida e uma refeição frugal. Multiplicaram-se também os santuários, de visita obrigatória, cujas relíquias iam alimentando o fervor religioso dos viajantes.

Estas peregrinações preparavam-se cuidadosamente, tendo, também, dado origem a guias especializados. O Guia de Santiago, por exemplo, descrevia com rigor os itinerários, as distâncias entre as diversas escalas, a melhor forma de vencer os acidentes naturais, os santuários a visitar pelo caminho e muitos outros pormenores de interesse. Fazia também severas advertências

contra o comércio de relíquias falsas e as excessivas portagens cobradas na travessia de alguns rios, amaldiçoando todos os que se aproveitavam da fé e da ingenuidade dos crentes para, ilicitamente, encherem os seus bolsos.

Chegados por fim ao seu destino, os peregrinos recebiam a bênção e as indulgências próprias do local e ouviam uma missa votiva *pro peregrinantibus*.

Passavam, em seguida, muito tempo na igreja, o mais próximo possível das relíquias ou do túmulo do santo, para melhor receberem a sua força sobrenatural. Depois, cumpridas as promessas e as penitências, os devotos encetavam o caminho de regresso, com o corpo cansado mas com a alma renovada, sentindo-se agradecidos e contentes por tudo quanto tinham visto e pelo muito que tinham para contar.

A Abertura Europeia ao Mundo e os novos contactos entre civilizações nos séculos XV e XVI. A ampliação do mundo conhecido. A renovação da Mentalidade e da religiosidade.

8. A GEOGRAFIA CULTURAL EUROPEIA NOS SÉC. XV E XVI

Principais centros culturais de produção e difusão de sínteses e inovações

8.1. AS CONDIÇÕES DA EXPANSÃO CULTURAL

A Época Moderna inicia-se por volta de 1450 e coincide com um notável dinamismo civilizacional do Ocidente. Praticamente recuperadas da fome, da peste e da guerra, as cidades europeias reanimam-se e, nelas, elites burguesas e aristocráticas fazem fortunas. As curvas demográficas elevam-se e o velho continente volta a ser um "mundo cheio". A cargo dos povos ibéricos, a abertura ao Mundo concretiza-se com a descoberta das rotas do Cabo e das Américas. Uma pluralidade de mares, terras e gentes oferece-se ao olhar curioso dos Europeus. Revolucionam-se as técnicas e os conhecimentos. A náutica e a cartografia sofrem transformações de vulto, acompanhando o domínio do espaço planetário. A pólvora e as armas de fogo ditam a supremacia do Ocidente no mar e em terra. A imprensa - melhor dizendo, os caracteres metálicos e a prensa de impressão inventados pelo alemão Gutenberg (1394-1468) - disseminam-se pela Europa e pelo Mundo. Torna-se um poderoso veículo de expansão cultural, de intercâmbio de ideias e de difusão de notícias.

8.1.1. O RENASCIMENTO - ECLOSÃO E DIFUSÃO

É no contexto atrás descrito que o Renascimento eclode e se expande. De facto, das letras às artes e às ciências esteve-se perante uma renovação cultural que, invocando o legado greco-latino, marcou, de forma indelével, a história da Europa nos séculos XV e XVI. Antes de mais, descobriu-se o Homem, como criatura boa, livre e responsável, feita medida de todas as coisas. Ele foi o protagonista do movimento humanista, que combinou a erudição clássica com a pureza das Escrituras e a moral do cristianismo. Também na arte a Antiguidade Clássica foi mestra. Os seus temas e estilos, os seus cânones, até o nu, foram retomados pelos artistas de Quatrocentos e Quinhentos, que os souberam fundir com tradições locais.

A Itália

O berço do Renascimento localizou-se nas prósperas cidades da Itália. Governada pela família Médicis, grande protectora das letras e das artes, Florença assumiu-se, na segunda metade de Quatrocentos, como o "farol" da nova cultura renascentista. Entre as geniais figuras que albergou, contam-se os humanistas Marsílio Ficino e Pico delia Mirandola, o arquitecto Brunelleschi, o escultor Donatello, os pintores Botticelli e Leonardo da Vinci. Em inícios do século XVI, Roma emergiu como um grande centro cultural renascentista. Deveu-o, sem dúvida, ao mecenato dos papas Júlio II e Leão X, que contrataram prestigiados artistas (como Rafael e Miguel Ângelo) e a nada se furtaram para dar beleza e monumentalidade à capital da cristandade. Também a República de Veneza se afirmou no panorama cultural renascentista. O seu brilho derivou tanto da pintura colorida e exuberante dos irmãos Bellini, de Giorgione, Tintoretto, Veronese ou Ticiano, como das famosas oficinas tipográficas que imprimiram grandes obras do Renascimento.

O resto da Europa

O Renascimento italiano contagiou a Europa. Estudantes, bolseiros, intelectuais e artistas, que demandavam a Itália em busca de novidades, regressaram aos seus reinos e cidades com outros saberes literários, filosófico-morais e artísticos. Deram-nos a conhecer nas universidades, nas cortes régias e principescas, nos círculos aristocráticos e burgueses. Assim germinou e se

desenvolveu o Renascimento europeu, que fundiu a lição italiana com as tradições locais, dando origem a curiosas sínteses e reinterpretações. No Norte da Europa, os Países Baixos cedo rivalizaram com a Itália. No século XV, quando governados pelos duques da Borgonha (então os mais ricos soberanos da Europa), viram a pintura atingir um elevado grau de aperfeiçoamento técnico. Os flamengos Van Eyck, Van der Weiden, Van der Goes, entre outros, notabilizaram-se pelo segredo de uma pintura a óleo de grande riqueza cromática e pormenor descritivo, em temáticas religiosas, burguesas ou populares. Natural dos Países Baixos, o holandês Erasmo de Roterdão é considerado o melhor representante do ideal humanista. Notável filósofo e moralista, serviu-se do seu domínio do latim e do grego para revelar a pureza original dos textos bíblicos. O seu conselho foi disputado por soberanos e o seu saber fez-se ouvir nas universidades de Paris, Cambridge, Basileia e no Colégio de Lovaina, onde ensinou. É sob o mecenato de Francisco I que a França brilha no panorama cultural renascentista. Aquele monarca não só impulsionou os estudos humanistas ao fundar, em 1530, o Colégio de França, em Paris, como favoreceu, nos castelos que levantou, a aplicação de uma decoração classicizante. Lyon foi outro centro francês que atraiu humanistas. Tal ficou a dever-se ao dinamismo que o livro impresso aí registou. Em centros de imprensa, como Colónia e Basileia, ou em universidades como as de Heidelberg, Erfurt ou Nuremberga, o Humanismo e o saber do Renascimento floresceram no Império Germânico. Nuremberga tornou-se um importante pólo de estudos matemáticos, astronómicos e cartográficos. Da Alemanha provieram os pintores Dürer e Holbein, cujos retratos combinam o pormenor descritivo e a percepção psicológica, de tradição nórdica, com a técnica italiana. Holbein mereceu a protecção de Henrique VIII de Inglaterra, a cuja corte Erasmo chamou, em princípios do século XVI, "assento e cidadela dos estudos humanistas". O humanismo inglês celebrizou-se, também, pelas figuras de John Colet e Thomas More, bem como pelo magistério das universidades de Oxford e Cambridge. No Ocidente da Europa, a Península Ibérica não ficou imune ao movimento de recuperação dos clássicos. A Universidade de Alcalá de Henares, fundada em 1508 pelo cardeal Cisneros, ou o Colégio das Artes e Humanidades, (criado em Coimbra, em 1547, pelo monarca D. João III) foram importantes focos do Humanismo. E damos por terminado este périplo cultural da Europa nos séculos XV e XVI com uma breve passagem pelas cortes de Matias Corvino, da Hungria, e de Casimiro IV, da Polónia. Em fins do século XV, ambos os monarcas já se tinham deixado seduzir pelos meios intelectuais italianos. Ao mecenato do primeiro se deve a Biblioteca Corviniana, com mais de 3 mil volumes. Por sua vez, na Polónia, a Universidade de Cracóvia desempenhou um papel primordial na irradiação das novas ideias. Nela, Nicolau Copérnico iniciou os seus estudos que tanto deram que falar.

O COSMOPOLITISMO DAS CIDADES HISPÂNICAS

A participação da Península Ibérica na Europa do Renascimento revestiu-se de características bem específicas. Sem desdenharem a cultura clássica, foi, no entanto, pelo afluxo das mercadorias ultramarinas, pelos conhecimentos geográficos e pelo saber técnico forjado na experiência dos mares que os reinos ibéricos se projectaram na Europa do tempo. Para Lisboa e Sevilha, cabeças dos dois primeiros impérios coloniais da Europa moderna se voltaram as atenções dos coevos. Cidades cosmopolitas, uma e outra fascinavam pelas riquezas que acolhiam e pelas muitas e variadas gentes que as demandavam.

LISBOA

Mercê das navegações portuguesas para os arquipélagos atlânticos, a África, a Índia e o Brasil, Lisboa transformou-se, nos primeiros anos de Quinhentos, na metrópole comercial do Mundo.Qual placa giratória na comunicação entre a Europa, a África, a Ásia (via rota do Cabo) e a recém-descoberta América, o porto de Lisboa espantava pela concentração de navios que o visitavam. Nele se cruzavam as tripulações das armadas, os soldados, missionários, mercadores e aventureiros que partiam ou chegavam do Império; os funcionários da Alfândega, das Casas de Ceuta, da Mina e da Índia; os mercadores e banqueiros europeus; os humildes carregadores,

tantos deles escravos. Bem próximo, nos grandes estaleiros da Ribeira das Naus, vigorosos calafates construíam e reparavam muitos dos navios portugueses que percorriam os mares do Globo. Certamente pairava no ar o cheiro da canela e da pimenta. As especiarias exerciam, com efeito, um fascínio nos mercadores e curiosos que visitavam Lisboa. Mas não nos esqueçamos que os bazares da Rua Nova dos Mercadores ou os armazéns da Coroa à beira-rio, que eram as já referidas Casas da Mina e da Índia, abarrotavam, também, de marfim e ouro africanos; de sedas, porcelanas, tapetes, âmbar, pérolas, rubis e diamantes orientais; de madeiras exóticas, açúcar e plantas tintureiras do Brasil; de prata e cobre da Alemanha; de tecidos da Itália, Flandres ou Inglaterra; de trigo dos Açores e da Europa Oriental. Metrópole comercial e porta aberta para o Mundo, Lisboa assumia, desde o século XV, o lugar de metrópole política. Nela se instalara a alta administração do Reino e do Ultramar e permaneciam, por períodos cada vez mais longos, o rei e o seu séquito. Rei Venturoso e Mercador, D. Manuel (1469-1521) não conseguiu conter-se no seu paço medieval situado no castelo. Na faixa ribeirinha, mandou erguer uma nova morada, o Paço da Ribeira, para cujo rés-do-chão se transferiram os armazéns da Casa da Mina e da Índia.C.omo convinha, naturalmente, a um monarca de poder forte e centralizado, que organizava os tráficos ultramarinos pela via do monopólio régio. D. Manuel deixou memória do fausto do seu reinado na reconstrução urbanística de Lisboa. Além do Paço da Ribeira, o Armazém do Trigo, a Alfândega Nova, a Casa dos Bicos, o Arsenal, o Hospital de Todos-os-Santos, a Igreja da Misericórdia, os mosteiros dos Jerónimos, da Madre de Deus e a Torre de Belém atestam a época áurea dos Descobrimentos portugueses. Testemunho da grandeza da capital do reino foi o seu dinamismo demográfico. De 1527 a meados do século, Lisboa passou de uns 70 000 residentes para uns 100 000, número que se elevou a 165 000 ao terminar o primeiro quartel de Seiscentos. Nela convergiam os contingentes de escravos (1/10 da sua população), que emprestavam exotismo às ruas; mas também os fluxos migratórios que despovoavam o interior. No reino nenhuma outra cidade se comparava a Lisboa. No dizer do historiador Oliveira Marques, constituía uma "cidade monstruosa, cabeça demasiado grande para corpo tão diminuto". Na Europa, era também das maiores e mais populosas urbes.

SEVILHA

Em lugar de chegar à Índia, conforme prometera aos Reis Católicos, Cristóvão Colombo conduziu a Espanha, em fins do século XV, à glória da descoberta de um continente, por todos, ignorado - a América.C.om tal proeza, Colombo não deu à Espanha as cobiçadas especiarias mas pôs-lhe aos pés torrentes inimagináveis de ouro e prata. Foi, pois, na América que a Espanha concentrou os seus projectos coloniais. Apoiada nos Conquistadores, ergueria, no século XVI, um imenso império territorial. A articulação entre a Espanha e os territórios americanos efectuou-se pela Carreira das Índias, com início e fim na cidade andaluza de Sevilha. A Sevilha coube o papel de capital económica da Espanha, no século XVI, disputando, juntamente com Lisboa, o domínio mundial das rotas oceânicas. Duas vezes por ano largava de Sevilha a Carreira das Índias. Em Abril/Maio, o destino era Vera Cruz, no México. Em Agosto, a frota dirigia-se para Cartagena das Índias, na Colômbia. Eram estes dois portos que drenavam as riquezas da América Central e do Sul, para eles transportados de barco e em dorso de mulas: o ouro e a prata, o açúcar, os couros, as plantas tintureiras. A Vera Cruz afluíam, ainda, carregamentos de pérolas e especiarias das Filipinas; transportados, de barco, de Manila para Acapulco, seguiam desta, por terra, para Vera Cruz. Imagine-se a azáfama de Sevilha nos preparativos das armadas ou na expectativa das chegadas. Nada foi deixado ao acaso pela centralizada monarquia espanhola. Criada em 1503 pelos Reis Católicos e instalada nas dependências do próprio Alcázar (palácio real), a Casa da Contratação de Sevilha geria o apetrechamento e envio das embarcações, concedia licenças para comerciar, cobrava os impostos reais, dirigia a política migratória da Coroa. Tal como Lisboa, Sevilha acolheu os representantes das grandes firmas comerciais estrangeiras. Chamaram-lhe "mapa geográfico de todas as nações", com as suas colónias de genoveses, flamengos, franceses e portugueses. Só estes últimos eram cerca de 20 000 dos 150 000 habitantes que a cidade

contabilizava em finais do século XVI. Todos eles, naturalmente, aguardavam com ansiedade a chegada dos galeões, cujos carregamentos de ouro e prata, depois de impulsionarem o desenvolvimento de Sevilha, da Andaluzia e da Espanha, insuflavam nova vida ao capitalismo comercial europeu. Veja-se só a curiosa coincidência entre a chegada dos metais preciosos e a imediata inflação dos preços (e dos lucros) que o século XVI conheceu. Como as demais metrópoles da Europa, Sevilha era uma cidade de contrastes, de grandezas e misérias. Fascinava pela beleza e frescura dos pomares e jardins que pontuavam o terreno urbano; pela riqueza arquitectónica dos seus edifícios góticos, mouriscos e renascentistas (a catedra., o alcázar, os vários palácios); pelos seus nobres e abastados burgueses cuidadosamente trajados; pelos escritores, pintores e músicos que nela se inspiraram (entre eles, Castiglione e Cervantes); pelas suas festas sumptuosas, como as procissões da Paixão de Cristo e do Corpo de Deus, as visitas reais ou o próprio casamento de Carlos V com Isabel de Portugal, em 1526. Mas Sevilha assustava, igualmente, pelas lixeiras infectas; pela fragilidade da sua ponte das barcas sujeita a acidentes; pelas fomes, cheias do rio e terramotos que a assolaram; pelas contendas de marinheiros no bairro de Triana; pelos mendigos, delinquentes e prostitutas que enxameavam o seu porto; pela crueldade dos seus autos-de-fé. Nada, porém, que impedisse de em Sevilha "pulsar o coração do Mundo", como reconheceu o historiador Fernand Braudel.

8.2. O ALARGAMENTO DO CONHECIMENTO DO MUNDO

Nos séculos XV e XVI, os descobrimentos marítimos proporcionaram a Portugal avultados saberes técnicos e científicos. Ora, foi pela inovação na náutica e na cartografia, bem como pela observação e descrição da Natureza, que Portugal contribuiu para o alargamento do conhecimento do Mundo e para a síntese renascentista.

8.2.1. A Inovação Técnica

A náutica

Quando, em 1415, os Portugueses iniciaram a sua empresa expansionista, beneficiavam já de uma herança de invenções nas técnicas de navegação. Na verdade, o pioneirismo português não foi fruto do acaso. Teve, nas suas origens, os conhecimentos divulgados por Árabes e Judeus e testados, na bacia mediterrânea, por Venezianos, Genoveses, Catalães e Maiorquinos. Entre esses conhecimentos devemos citar:

- O leme montado no cadaste, com dobradiças e imerso. Era mais fácil de manobrar que os antigos remos laterais e permitia mudar de direcção com maior rapidez.
- A bússola, invenção chinesa, formada por uma agulha magnética e uma rosa-dos-ventos. Permitiu o traçado de rumos na navegação, que se traduziram nas linhas de rumo das cartas-portulano. Estas eram um misto de carta geográfica e de roteiro, com os nomes dos portos escritos perpendicularmente às costas e informações diversas sobre a navegação.
- O astrolábio, invenção grega, e o quadrante, também de origem remota, instrumentos de orientação a partir da altura dos astros.

Mercê dos avanços da navegação portuguesa no Atlântico, as técnicas náuticas evoluíram desde meados do século XV. Nas viagens de regresso da Guiné, os marinheiros defrontavam-se com os ventos alísios, que sopravam para Sudoeste, e com as correntes de Norte e Nordeste, que dificultavam a navegação costeira. A necessidade de navegar à bolina motivou mudanças estruturais na construção naval. Surgiram as caravelas, com dois e depois três mastros dotados de velas triangulares ou latinas, mais manobráveis, permitindo tirar partido de todas as variações de direcção do vento. A caravela revelou-se um navio veloz, com as suas formas adelgaçadas, cerca de 15 metros de quilha e um porte raramente superior a 150 toneladas. Mais tarde, as longas viagens em direcção ao Oriente e à América levaram à construção de navios mais

resistentes e de maior porte, susceptíveis de receber uma carga mais avultada. Foram a nau e o galeão, que à vela latina associavam a vela redonda (também chamada quadrangular), de 20 a 70 metros de quilha e de 500 a 700 toneladas de porte. Fortemente artilhados, estes navios dominaram os oceanos, forçando os contactos com outras civilizações. A navegação com ventos contrários esteve ainda na origem de outra grande mudança na arte de navegar. Abandonando a navegação costeira, os marinheiros portugueses praticavam, no regresso da Guiné e da Mina, a chamada volta pelo largo, ou volta da Guiné e Mina, que os levava ao mar dos Açores. Era uma navegação no mar alto, por um período que podia atingir os dois meses, sem qualquer referência terrestre. Navegar por rumo e estima, como até então se fazia, com o apoio da bússola e dos seus rumos e o cálculo por estimativa das distâncias percorridas, revelava-se insuficiente. Para responder ao desafio da navegação no mar alto, os Portugueses ensaiaram, na segunda metade do século XV, um conjunto de práticas metódicas que tiveram um alcance extraordinário na história da náutica, dando origem à chamada navegação astronómica. Começaram por simplificar o astrolábio e o quadrante e inventaram a balestilha: com eles mediam a altura dos astros. Numa primeira fase, comparavam essas alturas com aquelas que o mesmo astro atingia, por exemplo, em Lisboa. Mais tarde, socorreram-se de tábuas solares e de regimentos dos astros, elaborados por matemáticos e astrónomos, a fim de introduzirem correcções (aditivas ou subtractivas) na medição das alturas entretanto efectuadas. A latitude estava finalmente encontrada. Guias náuticos e roteiros dão-nos conta do inquebrantável labor de sábios e marinheiros portugueses na arte de navegar. Neles encontramos, a par dos regimentos, das tábuas solares e das latitudes, os regimes de ventos e de correntes, as horas das marés nos portos e lugares ribeirinhos, os cursos de rios e acidentes das costas. Por isso, aos Portugueses se deve a criação de um imenso e precioso banco de dados astronómicos, oceanográficos, meteorológicos e hidrográficos que tornou possível o conhecimento físico da Terra.

A Cartografia

Se excluirmos a precisão que as cartas-portulanos da bacia mediterrânea atingiram nos séculos XIV-XV, a cartografia medieval mostrava-se incipiente e simplista. Por exemplo, nos chamados planisférios T-O, a Terra apresentava-se como um disco plano, constituído por três continentes e rodeado de oceano. Um outro planisfério corrente no século XV decompunha a Terra em zonas, considerando como inabitáveis as zonas equatorial e polares. Assinale-se que estas representações eram puramente simbólicas, não existindo critérios científicos nas formas, nas dimensões ou na disposição relativa das terras, dos mares e dos rios. Outras concepções de representação cartográfica, em voga no século XV, derivavam da obra do geógrafo grego Ptolomeu (século II) e, entre várias incorrecções, não admitiam a comunicabilidade entre os oceanos Atlântico e Indico. Fruto da expansão marítima dos séculos XV e XVI, a cartografia europeia registou um aperfeiçoamento notável. Em primeiro lugar foram revistas as concepções medievais, dando-se a conhecer, com razoável exactidão, muitas regiões da Terra até então ignoradas ou mal conhecidas na Europa. Simultaneamente, contornos de mares e terras adquiriam um traçado mais rigoroso e as distâncias tornaram-se mais próximas da realidade. As edições da Geografia de Ptolomeu ficaram interrompidas em 1490, quando os editores se aperceberam de que elas não correspondiam à real configuração da África e do Oriente, pois não tinham em conta as recentes navegações. Um ano antes, já o cartógrafo alemão Henricus Martellus, fazendo eco da viagem de Bartolomeu Dias (1487-88), produzira um curioso planisfério onde, pela primeira vez, se representava o cabo da Boa Esperança. Outro exemplo da constante actualização e revisão da cartografia é-nos fornecido pelo chamado planisfério de Cantino (1502), um dos mais famosos mapas da colecção de cartas portuguesas de Quinhentos. Representa a África com bastante exactidão e é a mais antiga carta a esboçar um largo trecho do litoral brasileiro, desvendado dois anos antes. Apesar dos seus erros na representação da Indochina, serviu de modelo a vários cartógrafos europeus da primeira metade do século XVI. Numa época em que a descoberta da Terra significava poder económico e prestígio político, os cartógrafos

portugueses eram, na verdade, os mais aptos para traduzirem o mundo conhecido. Não só graficamente, mas também através do desenho de pequenas áreas terrestres. Introduziram, nos mapas, a par das escalas de latitudes, dos planos hidrográficos com vistas de costas e dos registos de sondas, toda uma explosão informativa de etnias, faunas, floras, apresentadas através de ricas iluminuras. Embora a graduação das longitudes fosse ainda fictícia, os estudos portugueses sobre a declinação magnética (desvio para leste da agulha) haveriam de contribuir para as projecções mais rigorosas da cartografia europeia. Foi o caso do chamado sistema de projecção cilíndrica do flamengo Mercator, posto em prática em 1569. Pedro e Jorge Reinei, Lopo e Diogo Homem, Sebastião Lopes, Bartolomeu Velho, Fernão Vaz Dourado e Luís Teixeira foram alguns dos cartógrafos mais representativos do século XVI, a época dourada da cartografia portuguesa. A sua fama atravessou fronteiras: Jorge Reinei trabalhou em Sevilha, Diogo Homem na Inglaterra e Bartolomeu Velho na França. Por toda a Europa, aliás, a cartografia progredia, associando a ciência à arte. Cartógrafos de nomeada foram o espanhol Juan de La Cosa, os flamengos Abraham Ortelius e Gerard Mercator, o genovês Battista Agnese, o francês Pierre Desceliers, o holandês Hondius e os alemães Henricus Martellus e Martin Waldseemüller.

8.2.2. OBSERVAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA

A expansão marítima dos séculos XV e XVI proporcionou uma atenta observação da Natureza, que pôs em causa muitas das conclusões dos Antigos. Adquiriu-se uma mais correcta percepção dos continentes e mares. Explicaram-se regimes de ventos e de correntes marítimas, tal como se calcularam distâncias e latitudes. Provaram-se a habitabilidade das zonas equatoriais, a esfericidade da Terra e a existência de antípodas (pontos diametralmente opostos na superfície da Terra). Alargaram-se os registos étnicos, botânicos, zoológicos e cosmográficos. Em suma, substituiu-se a acanhada perspectiva mediterrânico continental por uma visão oceânica do Globo. Nos Roteiros e noutras obras sobre geografia física, humana e económica, os Portugueses descreveram com notável escrúpulo as informações da realidade observada: "Observavam o que se passava no mundo em que viviam e apontavam o resultado das observações directas, quer dizer, da experiência adquirida. Foi o caso de D. João de Castro, governador e vice-rei da Índia, além de notável geógrafo e cosmógrafo. Os seus Roteiros contêm observações rigorosas sobre a hidrografia de baías e portos, a determinação de latitudes, o magnetismo terrestre. A mesma análise realista e pormenorizada evidencia-se nas descrições da fauna e flora africanas, Oriente e Brasil, que seduziram os Europeus. Pela primeira vez, foram dados ao seu conhecimento animais como a girafa, o elefante e o rinoceronte, frutos, alimentos e plantas como o ananás, a manga, o milho ou as drogas da Índia. A Tomé Pires, Amato Lusitano, Garcia de Orta e Cristóvão da Costa devemos precisas informações sobre a botânica e a farmacopeia orientais. Os Colóquios, de Garcia de Orta, escritos sob a forma de diálogo entre o autor e o seu discípulo Ruano, constituem um magnífico exemplo de exercício do espírito crítico renascentista. Frequentemente, Orta endereça censuras aos autores clássicos de farmacopeias, sobrepondo-lhes as suas opiniões baseadas na observação directa e na experiência, únicas formas de se atingir a verdade. Ao negar ou corrigir os Antigos, os Portugueses ajudaram a construir um novo saber, um saber de experiência feito, que tem o nome de experiencialismo. Com razão e evidenciando a superioridade dos Modernos, que, apoiados na observação da Natureza, abateram mitos dos sábios antigos, pôde o geógrafo e cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira concluir que "a experiência nos faz viver sem engano das abusões e fábulas". Algumas décadas depois, Pedro Nunes, insigne matemático, que inventou o nónio, e cosmógrafo régio, numa inegável manifestação de espírito crítico relativamente ao saber da Antiguidade, não deixou também de prestar homenagem ao contributo das viagens transoceânicas dos Portugueses para o conhecimento da Terra, dos astros e dos povos. Todavia, os novos conhecimentos derivados do experiencialismo resumiram-se, na maior parte dos casos, a observações e descrições empíricas da Natureza e não a resultados de experiências propositadamente praticadas para a verificação de hipóteses. Só neste último caso se podem elaborar leis e princípios universalmente válidos. Mas se o saber dos séculos XV e XVI

ainda não foi ciência na verdadeira acepção da palavra, a verdade é que ele contribuiu, de modo irreversível, para o exercício do espírito crítico que se encontra nas raízes do pensamento moderno. Pela Europa fora, as verdades indiscutíveis das Antigos foram revistas, ao mesmo tempo que alastrou o sentido da curiosidade pelo mundo terrestre, pela fisiologia do ser humano, pelo movimento dos astros, pelo conhecimento do Universo.

8.2.3. O CONHECIMENTO CIENTIFICO DA NATUREZA

MATEMATIZAÇÃO DO REAL

O verdadeiro conhecimento científico da Natureza só veria a luz do dia no século XVII, quando os resultados da observação e da vivência experiencial puderam ser justificados pela reflexão teórica e matemática. Convém referir, a propósito, o papel precursor que Leonardo da Vinci (1452-1519), talvez um dos mais brilhantes homens do Renascimento europeu, teve na definição do método científico. Liberto da tradição e do preconceito de veneração pela Antiguidade, Leonardo defendeu a experiência como a grande mestra do Homem. Contudo, reconhecia o grande pintor, só a demonstração matemática das hipóteses suscitadas pela observação permitiria a formulação de leis científicas. Entretanto, o Renascimento produziu um conjunto de notáveis progressos nos domínios da álgebra e da geometria, que favoreceram o raciocínio matemático. Fra Luca Paccioli (1445-1510) dissertou sobre a divina proporção na arte. Tartaglia (1510-1537) descobriu a solução de equações cúbicas. Cardan (1501-1576) elaborou a teoria das equações e o cálculo das probabilidades. Viète (1540-1603) aplicou a álgebra à trigonometria e fez surgir o espírito do cálculo infinitesimal. Stevin (1548-1620) substituiu as fracções sexagesimais pelas decimais. Pedro Nunes (1502-1578), que jamais escondeu a sua atracção pelas demonstrações "mediante os princípios certíssimos da matemática", foi autor de um afamado Tratado de Álgebra (1567). Fruto dos progressos referidos e suporte de explicações científicas, a Matemática impregnou a vivência humana da realidade. O Homem renascentista revelou uma mentalidade quantitativa ao recorrer à utilização dos números (indo-árabes e não já romanos) com uma frequência que não era habitual. Como navegador, geógrafo e astrónomo, calculava distâncias, durações, latitudes, funduras, proporções. Como mercador e financeiro, procedia ao câmbio de moedas, calculava pesos e preços, avaliava lucros e prejuízos. Como funcionário do Estado, determinava rendas, impostos, receitas das alfândegas; recenseava famílias ou recrutava homens para a guerra. Sem o número já não era possível passar.

A REVOLUÇÃO DAS CONCEPÇÕES COSMOLÓGICAS

O entendimento que o homem tinha do Cosmos sofreu grandes alterações nos séculos XVI e XVII. Combinando o cálculo matemático com a observação e o saber experimental, operou-se a chamada revolução das concepções cosmológicas que está na génese da ciência moderna. Tudo começou com Copérnico (daí falar-se em revolução coperniciana), que se atreveu a contrariar a teoria geocêntrica de Ptolomeu, respeitada desde o século II. De acordo com as ideias ptolemaicas (que reforçavam, aliás, as de Aristóteles), a Terra, completamente imóvel e formada por terra, ar, fogo e água, ocupava o centro do universo finito. À sua volta, moviam-se os corpos celestes, de formas imaculadas e incorruptíveis, num movimento perfeito, na medida em que descreviam órbitas circulares uniformes. De modo algum se admitia movimento na Terra. Argumentava-se que, se tal acontecesse, os objectos lançados ao ar nunca cairiam junto daquele que os lançava, mas um pouco mais atrás; ou então que, se a Terra se movesse, cairia para o centro do Mundo, em virtude do seu peso. Para a Igreja, por sua vez, soava a blasfémia dizer que a Terra se movia e não o Sol, pois contrariava-se uma passagem da Bíblia em que Deus «parava o Sol» para que Josué triunfasse dos inimigos do povo hebreu. Como atrás dissemos, Copérnico negou Ptolomeu. Não concordando, entre outros aspectos, com a solução do astrónomo grego para a questão do movimento retrógrado de alguns astros, o qual contrariava o princípio do movimento circular uniforme dos corpos celestes, o sábio polaco criou uma nova teoria. Expô-la

na obra De Revolutionibus Orbium Coelestium, publicada em 1543. Segundo Copérnico, o movimento circular uniforme das esferas celestes é verdadeiro. Já o movimento retrógrado de alguns deles resulta de uma ilusão, devendo-se ao facto de a Terra ter movimento. Com efeito, para Copérnico, a Terra não é o centro do Universo, mas o Sol (teoria heliocêntrica). Todas as esferas celestes, incluindo a Terra, giram em volta do Sol, num movimento chamado de translação, tal como giram em torno do próprio centro, num movimento de rotação. Apenas a Lua gira em volta da Terra. Aos movimentos de rotação e de translação da Terra se deve a sucessão dos dias e das noites e das estações do ano. Quanto ao movimento do Sol, que a visão humana confirma, Copérnico explicou-o como sendo o resultado da projecção na abóbada celeste do movimento da Terra. As repercussões culturais das conclusões de Copérnico não foram, de imediato, sentidas. A publicação da obra, com uma dedicatória ao Papa Paulo III, deu-se nas vésperas da morte de Copérnico e fez-se acompanhar de um prefácio abusivo, da parte de um teólogo protestante, que a apresentou como uma hipótese e não como uma realidade científica propriamente dita. Na verdade, Copérnico foi mais matemático do que astrónomo, fez mais cálculos do que observações: a sua teoria necessitava de bases experimentais mais profundas e escrupulosas. Mas se o astrónomo polaco não convenceu os contemporâneos, a inquietude instalou-se. Outros sábios, com as suas teorias explicativas e os seus dados experimentais, prosseguiram o caminho iniciado por Copérnico, abalando, de forma irreversível, o universo geocêntrico de Ptolomeu e a doutrina da Igreja. No espaço de um século, a revolução das concepções cosmológicas receberia um grande impulso. Refiram-se, a propósito, os contributos de:

- Giordano Bruno (1548-1600), filósofo e frade italiano, que a Inquisição fez queimar pela ousadia de defender a teoria de um mundo infinito, semeado de sóis (estrelas), que eram o centro de outros tantos sistemas planetários.
- Ticho Brahe (1546-1601), astrónomo dinamarquês, que concebeu um novo sistema planetário que conciliava a teoria heliocêntrica (os planetas giram à volta do Sol) e a geocêntrica (o Sol e a Lua deslocam-se em torno da Terra).
- Johannes Kepler (1571-1630), astrónomo alemão, que formulou matematicamente as leis do movimento dos planetas em torno do Sol.
- Galileu Galilei (1564-1642), astrónomo italiano, que comprovou, finalmente, a teoria heliocêntrica de Copérnico.

9. A PRODUÇÃO CULTURAL

9.1. DISTINÇÃO SOCIAL E MECENATO

A prosperidade material e o progresso do conhecimento durante o Renascimento fizeram-se acompanhar de curiosas atitudes socioculturais que testemunham a crença na superioridade do Homem e no poder do indivíduo. Salientemos a ostentação das elites cortesãs e burguesas, a prática do mecenato e o estatuto de prestígio dos intelectuais e artistas.

9.1.1. A OSTENTAÇÃO DAS ELITES CORTESÃS E BURGUESAS

O tempo do Renascimento viu nascer uma atitude optimista de exaltação da vida, pouco habitual na Idade Média. A alegria pela existência foi naturalmente mais vincada naqueles a quem a sorte sorria: as elites sociais, também apelidadas de cortesãs, onde se misturavam nobres e burgueses em busca de ascensão. Trata-se de uma situação particularmente notória na Itália, mercê da próspera situação económica das suas cidades-Estado e da sua bem sucedida burguesia de negócios. Rodeadas de luxo, conforto, beleza e sabedoria, as elites ostentavam vestes sumptuosas, ricos palácios e solares, consumiam requintadas iguarias, investiam na aquisição de obras de arte e no reforço das suas bibliotecas. Às elites se deveu a criação de famosas cortes,

como a dos Médicis em Florença ou a dos príncipes de Urbino, que rivalizaram com as cortes de reis e papas. A corte ou, melhor, as cortes constituíram um círculo privilegiado da cultura e da sociabilidade renascentistas. Fomentaram a erudição humanista e os talentos artísticos, pelo que se converteram em focos de poderoso mecenato. Foram palco de animadas festas e tertúlias. Nelas emergiu a figura paradigmática do cortesão, considerado a imagem perfeita e ideal do homem do Renascimento. Descrito pelo escritor Baltasar Castiglione (1478-1529) na obra homónima, o cortesão apresentava-se como modelo de talentos físicos e intelectuais, de qualidades morais e boas maneiras. Deveria ser imediatamente reconhecível pelo seu porte e pela linguagem do seu corpo, revelados no modo como cavalgava, andava, gesticulava e dançava. A sua figura, em suma, aproximar-se-ia de uma autêntica obra de arte. A vida quotidiana das elites cortesãs, ou de quem aspirava a elas pertencer, estava, aliás, fortemente condicionada por exigentes regras de comportamento social. Conhecidas por civilidade, instruíam sobre o modo como se deveria comer, vestir, cumprimentar, falar, estar e, inclusive, sobre preceitos de higiene pessoal. A par do esclarecimento intelectual, da superioridade moral e, se possível, da beleza da figura, damas e cavalheiros procuravam sobressair pela delicadeza das maneiras. A sociabilidade renascentista tornou-se bem mais polida e contida que nos tempos medievais.

9.1.2. O ESTATUTO DE PRESTIGIO DOS INTELECTUAIS E ARTISTAS

Falámos há pouco do papel das cortes na promoção do mecenato. Distintos nobres e burgueses, eclesiásticos, monarcas e papas notabilizaram-se, durante o Renascimento, pelas encomendas que fizeram a eruditos e artistas, que acolhiam com generosidade. Solicitavam-lhes, encarecidamente, manuscritos antigos, originais ou copiados, e obras literárias que exibiam nas suas bibliotecas. Encarregavam-nos de grandiosos projectos de arquitectura, de estátuas, túmulos, retratos. Eram mecenas na verdadeira acepção da palavra, procurando, com as obras que patrocinavam, deixar o seu nome imortalizado. Mas não só a vaidade pessoal movia os mecenas. Ao disputarem nas suas residências e nas cortes a presença de letrados, pintores, escultores e arquitectos, os mecenas expressavam, igualmente, o prestígio e a consideração que o Renascimento nutria pelos seus intelectuais e artistas. Porque símbolo da força criadora do Homem que se eleva à perfeição divina pelas obras do espírito, intelectuais e artistas mereceram dignidades e posições cimeiras. Alguns receberam elogios sem fim, como Erasmo, cognominado de "príncipe das letras", ou Leonardo da Vinci, qualificado de "admirável e celeste", ou ainda Miguel Ângelo, alvo de um verdadeiro culto após a morte. O estatuto de artista, como ser criador que, orgulhosamente, assina as suas obras, é, aliás, uma invenção renascentista, já que, na Idade Média, pintores, arquitectos e escultores se não distinguiam de um qualquer e anónimo artífice habilidoso.

OS CAMINHOS ABERTOS PELOS HUMANISTAS

Conhecidos pelo nome de humanistas, os intelectuais do Renascimento sobressaíram em diferentes ramos da produção literária, como a poesia, a história, o teatro, a sátira, a filosofia, a retórica. Em todos eles defenderam a excelência do ser humano, que consideravam um ser bom e responsável, inclinado para o bem e para a perfeição. Veicularam, portanto, o ideal do antropocentrismo, tão em voga no Renascimento. Ao humanista florentino Pico de La Mirandola (1463-1494) coube a redacção de uma das mais belas páginas sobre a dignidade do Homem. Porque o único ser da criação dotado de razão, o Homem era, para Pico, também o único completamente livre, já que possuía capacidade de construir o seu destino e de escolher a sua missão. O livre arbítrio superiorizava o Homem.

VALORIZAÇÃO DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA

Os humanistas alimentaram uma notável paixão pela Antiguidade. Admiraram os seus autores como Homero, Platão, Tucídides, Heródoto, Demóstenes, Virgílio, Horácio, Cícero, Séneca ou Tito

Lívio, em cujas obras consideravam estarem contidas a verdadeira sabedoria e beleza. Acreditando que os copistas medievais tinham adulterado os textos e o pensamento dos clássicos, os humanistas procuraram com avidez manuscritos antigos em bibliotecas e mosteiros. Para devidamente os compreenderem e traduzirem, estudaram o grego - esquecido há séculos - e aperfeiçoaram a língua latina. Os humanistas foram grandes cultores do latim. Nele se correspondiam, elogiando-se mutuamente e expressando a sua confiança na dignidade do ser humano. Considera-se que, dos contactos havidos, nasceu uma autêntica república das letras. Ao mesmo tempo que divulgaram os clássicos, os humanistas recuperaram as Sagradas Escrituras. Os conhecimentos do grego, permitiram-lhes ler o Novo Testamento, do qual a Idade Média fizera uma tradução latina (o Vulgata) não isenta de erros. Para conhecerem o Antigo Testamento os humanistas aprenderam a língua hebraica. A vontade de mergulhar nas fontes clássicas e nas Sagradas Escrituras mostra-nos os humanistas como homens de grande rigor linguístico e exigência ética.C.om os humanistas, efectivamente, as letras antigas renasceram, tal como os valores antropocêntricos perfilhados pelos clássicos e a pureza da mensagem bíblica. Lembramos que a descoberta da imprensa e a acção de mecenas forneceram um particular impulso à expansão da cultura antiga. As edições de autores clássicos multiplicaram-se, efectivamente. Com elas se preencheram estantes de famosas bibliotecas, como as de Florença e do Vaticano, fundadas por Lourenço de Médicis e pelo Papa Nicolau V, respectivamente. O ensino, de igual modo, fomentou o conhecimento da Antiguidade. Colégio que se prezasse deveria, incluir, no seu currículo, o estudo do latim, do grego, do hebraico, da literatura, da história e da filosofia antigas. Considerava-se serem estas áreas de estudo fundamentais para a formação moral de um ser humano digno deste nome. Receberam, por isso, o nome de *studia humanitatis* ou "humanidades", designação por que, ainda hoje, são conhecidas.

AFIRMAÇÃO DAS LÍNGUAS NACIONAIS E CONSCIÊNCIA DA MODERNIDADE

Para além da pesquisa, tradução e divulgação dos textos clássicos, os humanistas criaram obras onde imitavam os autores greco-latinos. Deixaram-se influenciar pelo seu estilo, praticaram os mesmos géneros literários (como a ode, a elegia, a epístola, a sátira, a epopeia, a tragédia, a história), seguiram temáticas afins, recorreram à mitologia. Em Portugal, por exemplo, Luís de Camões cantou, em Os Lusíadas, a glória dos feitos heróicos portugueses, tal como, 15 séculos antes, Virgílio fizera, na Eneida, com o povo romano. Já António Ferreira, na Castro, reviveu o espírito e a forma da tragédia clássica. Nas obras produzidas, Camões e Ferreira cultivaram de forma exímia a língua portuguesa, cuja dignidade defenderam. Pela Europa fora, verificou-se um movimento de afirmação das línguas nacionais, que adquiriram regras mais precisas, uniformidade ortográfica e um vocabulário mais rico e elegante. Rabelais e Montaigne, na França, Maquiavel, na Itália, Cervantes, na Espanha, ou Shakespeare, na Inglaterra, são alguns dos humanistas que fizeram a glória das línguas e literaturas nacionais durante o Renascimento. Os humanistas tiveram, aliás, consciência do seu valor literário e da inovação civilizacional que a sua época lhes proporcionava. Orgulharam-se dos talentos coevos e elogiaram o tempo presente. Veja-se, a propósito, o caso de Camões que, em Os Lusíadas, conciliou o respeito pelos Clássicos com a proclamação da excelência do saber dos modernos, um "saber de experiência feito". Esta consciência da modernidade levaria os humanistas a entenderem o estudo dos Clássicos não como um fim, mas antes como um instrumento formativo que possibilita ao indivíduo o desenvolvimento das suas capacidades intelectuais e morais e o auxilia a conhecer-se a si próprio e ao mundo. Não por acaso, no romance Pantagruel, Rabelais faz o gigante Gargântua conceber para o filho Pantagruel um plano enciclopédico de estudos que harmoniza a erudição clássica com o conhecimento da Natureza e das Sagradas Escrituras.

INDIVIDUALISMO, RACIONALIDADE, ESPÍRITO CRÍTICO E UTOPIA

Valorizadores da excelência do ser humano (antropocentrismo), os humanistas consideravam que o indivíduo se distinguia e afirmava no mundo pelo uso da razão. A racionalidade deveria ser logo

exercitada nos jovens pelos respectivos professores. Como afirma Montaigne, o mestre ideal seria aquele que ensinasse o aluno a discernir, julgar, duvidar, inclusive, da autoridade dos clássicos. Extremamente atentos ao mundo que os rodeava, os humanistas procuraram torná-lo melhor e mais perfeito. Fazendo uso da razão e de um aguçado espírito crítico, denunciaram comportamentos indignos e imaginaram sociedades ideais - as utopias. No Elogio da Loucura, Erasmo de Roterdão criticou o Papa e o clero corrupto, abrindo caminho à reforma da Igreja. Mas também reis, cortesãos e mercadores não escaparam à sua indignação. Profundamente crente, Erasmo procurou recuperar os valores de humildade, caridade, fraternidade e tolerância do cristianismo primitivo, conciliando-os com os clássicos, que considerava exemplos de verdade e de virtude. A crítica social conduziu, frequentemente, à construção de utopias. Muitas obras literárias do Renascimento perspectivaram mundos de perfeição e harmonia, onde se praticava um novo ideal de vida centrado nos valores humanos. Aponta-se, como exemplo, a Utopia, de Thomas More, que nos fala de um mundo ideal, racionalizado, com paz espiritual, igualdade, fraternidade e tolerância. A Utopia revela-se o oposto da Inglaterra e dos Estados europeus do século XVI, a quem More criticava o despotismo das monarquias, a ociosidade dos nobres, o luxo dos monges, a corrupção do funcionalismo.

9.2. A REINVENÇÃO DAS FORMAS ARTÍSTICAS - IMITAÇÃO E SUPERAÇÃO DOS MODELOS DA ANTIGUIDADE

A par do florescimento da produção literária, proporcionado pelo movimento humanista, o Renascimento assistiu a uma autêntica revolução no campo da arte. A nova estética irradiou da Itália e, tal como o Humanismo, apresentou-se imbuída de profundo classicismo. Se os humanistas procuravam avidamente manuscritos, os artistas deleitavam-se com as estátuas e os monumentos descobertos pelas escavações arqueológicas levadas a cabo em Roma. Papas e outros mecenas coleccionavam peças antigas, que veneravam como relíquias. Imitar as formas e as temáticas clássicas tornou-se, então, um imperativo para os artistas renascentistas que na arte greco-romana viam o paradigma da harmonia, proporção e suprema beleza. Porém, a admiração pelos clássicos jamais conduziu a uma imitação servil. Assim como os humanistas tiveram consciência dos seus talentos e se revelaram pessoas críticas e interventivas, também os artistas souberam superar os modelos da Antiguidade. Demonstraram uma notável capacidade técnica ao conceberem espaços perspectivados e ao pintarem a óleo. Ultrapassaram, decididamente, os clássicos com o seu naturalismo na representação de seres humanos, animais, paisagens. Pela Europa fora, aliás, produziu-se uma arte rica e inovadora, resultado, tantas vezes, de curiosas sínteses das influências clássicas com as tradições nacionais.

9.2.1. A PINTURA

É durante o Renascimento que a pintura europeia, da Itália aos Países Baixos, da Alemanha a França e à Península Ibérica, se promove e emancipa, adquirindo uma dignidade e elevação sem precedentes. A revolução pictórica renascentista foi anunciada pelo florentino Giotto (1266-1337), que se soube libertar da rigidez e das convenções próprias do Gótico. As suas figuras, inseridas em paisagens, têm uma autenticidade comovente e uma solidez escultórica. Masaccio (1401-1428) levou às últimas consequências o realismo de Giotto. As suas composições são tridimensionais e as suas personagens convincentes. Os artistas do Quattrocento escolheram-no para modelo e fonte de inspiração. Um salto qualitativo produziu-se, desde fins do século XIV, na Flandres, na corte dos duques da Borgonha, importante foco de irradiação cultural. Pintores como van der Weyden (1399-1464), van der Goes (1432-1482) ou Jan va Eyck (1385-1441) ficaram célebres pela perícia e minúcia do desenho, pela luminosidade da cor, pelo naturalismo das composições. Dominavam, já, a técnica da pintura a óleo. Um pouco mais tarde, Leonardo da Vinci (1452-1519), expressando-se de acordo com o platonismo em vigor, elevava a pintura ao cume das artes. Ela era a arte por excelência e o pintor um criador. Na verdade, se a Natureza fornecia o mundo das coisas visíveis, só o pintor, todavia, podia criar sentimentos, o mesmo é

dizer, tirar os seres das trevas, insuflando-lhes vida. O seu génio deixou-nos algumas das maiores obras-primas da pintura de todos os tempos. Falando, agora, das características gerais da pintura renascentista, diremos, antes de mais, que ela comungou da paixão pelos clássicos. Tal fez-se sentir no gosto pela representação da figura humana, quer se tratasse de temas profanos - retirados da Antiguidade Clássica e do quotidiano -, quer de assuntos religiosos, inspirados no Antigo e Novo Testamentos. Deste modo, a pintura reflectia, também, a redescoberta do Homem e do indivíduo, o que foi uma imagem de marca da cultura renascentista. Porém, o que mais vinca a pintura do Renascimento é a sua originalidade e criatividade. Com propriedade, podemos falar na existência de um novo espaço pictórico. Para ele contribuíram diversos progressos e inovações.

A pintura a óleo

Esta invenção flamenga do século XV é atribuída a Jan van Eyck. Realizada sobre madeira ou tela, a pintura a óleo conheceu uma grande aceitação. Não só pela durabilidade e possibilidades de retoque que conferia às obras de arte, mas também pela variedade de matizes e de gradações de cor, que garantiam representações pormenorizadas e efeitos de luz e sombra jamais conseguidos.

A terceira dimensão

A descoberta da terceira dimensão ficou a dever-se aos estudos matemáticos sobre a perspectiva dos arquitectos Brunelleschi e L. B. Alberti e do pintor Piero delia Francesca. De acordo com tais estudos, o campo de visão do observador é estruturado por linhas que tendem a unificar-se no horizonte, confluindo no ponto de fuga. É esse campo de visão, também chamado pirâmide visual, que os artistas do Quattrocento exploram. Servindo-se, entre outros processos, do cruzamento de oblíquas, de efeitos de luzes e cores, de aberturas rasgadas nos fundos arquitectónicos, construíram um espaço tridimensional, marcado pela profundidade, pelo relevo e pelo volume das formas. Deste modo, concretizaram a perspectiva linear, que lhes permitiu compor cenas de invulgar monumentalidade. No século XVI, Leonardo da Vinci tornou-se um grande teórico da perspectiva aérea, que praticava nos seus quadros. Para o efeito, utilizava o sfumato, gradação infinitesimal da luz, que nos permite ver os objectos locais com maior nitidez, enquanto os mais afastados se transformam em sombras azuladas. Relacionada com o novo olhar que a Humanidade tinha do Mundo, a perspectiva representou uma autêntica desmontagem e dessacralização do conceito medieval de espaço. Na verdade, poder-se-á dizer que o espaço renascentista se apoiou na observação, na experiência, no real, logo, na verdade. Tal não acontecia nas representações medievais, onde a disposição e o tamanho dos objectos eram determinados pela hierarquia social e pelo simbolismo.

A geometrização

Para a composição das cenas, os pintores renascentistas adoptaram formas geométricas, com preferência pela piramidal. Considera-se que perspectiva e geometria foram os grandes fundamentos da composição artística no Renascimento.

A proporção

A procura da proporção entre as dimensões perseguia os pintores renascentistas. Se bem que o sentido da ordem e do equilíbrio seja um legado da Antiguidade, a verdade é que só no Renascimento o espaço pictórico foi construído com um rigor matemático, indo-se ao ponto de o projectar a partir de uma medida-padrão (módulo), que servia de referência para as diferentes dimensões.

As representações naturalistas

As representações naturalistas enquadram-se no movimento de descoberta da Natureza e de valorização do real, numa época em que despontava uma nova concepção de Homem. Atento ao espectáculo da Natureza, o artista esforçava-se por compreender as leis que a regiam. A sua minúcia e o seu espírito analítico permitiram-lhe várias conquistas pictóricas. Em primeiro lugar, a expressividade dos rostos, aos quais não se inibia de apontar imperfeições, e que eram, frequentemente, de figuras coevas, quando não auto-retratos. Não lhe bastou, porém, a veracidade dos traços fisionómicos. A grandeza dos retratos renascentistas residiu na sua capacidade de exprimir sentimentos e estados de alma (alegria, tristeza, ternura) e de reflectir os traços da personalidade (firmeza, doçura, bondade). Ressalta, também, a espontaneidade dos gestos e a verosimilhança das vestes e dos cenários, que eram de casas e paisagens da época, em lugar dos fundos dourados das pinturas góticas. Por sua vez, o corpo, de humanos ou animais, foi pintado com verdadeiro rigor anatómico, que resultou, muitas vezes, de pesquisas e dissecações em cadáveres. Quanto à variedade de rochas, plantas, rios, lagos, montanhas e cidades, foram consequência de um conhecimento experimental do mundo envolvente, que permitiu fazer da paisagem um elemento essencial da composição pictórica. Este foi o naturalismo na pintura, que tanto revestiu matizes realisticamente terrenos, como deixou transparecer, com laivos de neoplatonismo, atmosferas de sonho, mistério, doçura e serenidade.

9.2.2. A ESCULTURA

No Renascimento, a escultura recuperou a grandeza e a preeminência alcançadas na Antiguidade Clássica. Para tal contribuíram, sem dúvida, as campanhas arqueológicas, levadas a cabo em Roma, que deram a conhecer muitas das obras-primas da estatuária greco-romana. Nelas se inspirariam os escultores do Renascimento para traçar os novos caminhos da sua arte. Por outro lado, ao deixar de estar subordinada ao enquadramento arquitectónico, para onde a Idade Média a relegara, a escultura ganhou desenvoltura e naturalidade. O corpo nu readquiriu a dignidade perdida e a estátua equestre voltou a triunfar na praça pública. Os próprios túmulos tornaram-se local de exaltação dos feitos e da superioridade do Homem. Humanismo e Naturalismo são, efectivamente, as grandes características da escultura do Renascimento, que teve uma forte base de dinamização em Florença. Inspirados na Bíblia, na mitologia ou nos seus contemporâneos, os escultores renascentistas interessaram-se pela figura humana, pelo indivíduo dotado de ossos, músculos e personalidade. Foram excelentes no rigor anatómico e na expressão fisionómica que produziram nas suas obras. As formas rígidas da escultura medieval deram lugar à espontaneidade e à ondulação das linhas. Se a Natureza era fonte de inspiração, havia, com toda a legitimidade, lugar para as linhas curvas e sinuosas. O equilíbrio e a racionalidade marcaram, igualmente, a escultura renascentista, que mostrou uma especial predilecção pela composição geométrica, nomeadamente pela piramidal. Acrescentamos, finalmente, o elevado aperfeiçoamento técnico de que os escultores do Renascimento mostraram ser capazes. Dominaram com perícia os materiais utilizados - mármore, pedra, bronze, madeira ou terracota - e criaram novos processos na projecção e na execução das suas obras. Salientam-se os estudos de perspectiva, baseados em rigorosos desenhos prévios, que permitiram a proporção e o naturalismo da escultura, quer nos baixos-relevos, quer na estatuária. Entre os grandes escultores do Renascimento, devemos citar: Lorenzo Ghiberti (1378-1455), Donatello (1386-1466), Bernardo Rosseline (1409-1464), Andrea de'Verrochio (1435-1488) e Miguel Ângelo (1475-1564).

9.2.3. A ARQUITECTURA

Foi na Itália, primeiro em Florença, depois em Roma e em Veneza, entre outras cidades, que a arquitectura renascentista se afirmou e definiu as suas principais características.

Simplificação e racionalização da estrutura dos edifícios

De costas voltadas para o estilo gótico e influenciada pela Antiguidade e pelo românico toscano, a arquitectura procedeu, antes de mais, a uma simplificação e racionalização da estrutura dos edifícios. Com efeito:

a) Verificou-se uma matematização rigorosa do espaço arquitectónico a partir de múltiplos de uma unidade-padrão. As relações proporcionais, estabelecidas entre as várias partes do edifício (nave central, nave lateral, transepto, cruzeiro, capela-mor, capelas laterais), estenderam-se, igualmente, às suas medidas principais: altura, largura e profundidade (comprimento). Se estas coincidissem, o edifício inscrever-se-ia num cubo. Cubos e paralelepípedos eram, aliás, as formas ideais para a integração das estruturas arquitectónicas.
O florentino Filippo Brunelleschi (1377-1446) considerava ser a proporção o segredo da beleza harmoniosa das construções dos Antigos, que ele procurava ressuscitar. Posteriormente, Leon Battista Alberti (1404-1472) confirmaria, no seu tratado *De reaedificatoria*, impresso em 1485, que a arquitectura se devia reger por relações aritméticas.
b) Procurou-se a simetria absoluta, partindo-se do princípio de que o edifício ideal é aquele em que todos os eixos, na horizontal e na vertical, são simétricos. Daí a preferência pela planta centrada, inspirada no Panteão e nos mausoléus de cúpula. Alberti escreveu, no tratado de arquitectura atrás referido, que a planta das igrejas deveria ser circular ou de forma derivada do círculo (quadrada, hexagonal, octogonal). Entendia-se que o círculo era a figura geométrica mais perfeita e natural, qual símbolo de perfeição divina, sem início e sem fim. Adeptos da planta centrada vieram a ser Bramante (1444-1514) e Miguel Ângelo, que, sob a forma de cruz grega, a conceberam para a Catedral de S. Pedro do Vaticano. Sob a forma de círculo, já anteriormente Bramante projectara outra igreja, o pequeno mas majestoso Tempietto. Quanto às fachadas, a simetria é, por sua vez, visível no rigoroso enquadramento que preside às portas e janelas. As portas têm dimensões próximas, tal como as janelas entre si, e mesmo os intervalos caracterizam-se pela regularidade.
c) Aplicou-se a perspectiva linear, segundo a qual os edifícios ou o espaço se assemelham a uma pirâmide visual, em cuja base se encontra o observador e em cujo vértice está o ponto para onde se deve olhar (ponto de fuga) e para o qual convergem as linhas de fuga. Brunelleschi foi o grande teorizador da perspectiva e primeiro praticante no pórtico do Hospício dos Inocentes, em Florença, onde a pirâmide visual nos é transmitida por uma sucessão de cubos espaciais. Efeitos perspécticos foram, igualmente, conseguidos na Igreja de S. Lourenço, onde a nave central é considerada uma "demonstração convincente de perspectiva" e as naves laterais reflectem a sucessão de arcos e cubos espaciais atrás referidos. Tal como na pintura, também na arquitectura o espaço surge concebido em função do observador, que ocupa um lugar central na percepção da obra. Seja o observador um artista ou um simples leigo, a verdade é que, de uma posição fixa, o seu olhar deve abarcar o conjunto para se deter no ponto fulcral que mais não é do que o ponto de fuga.
d) Retomaram-se as linhas e os ângulos rectos, característicos da estética clássica, tal como o predomínio da horizontalidade dos edifícios, numa clara oposição à verticalidade do estilo gótico.
e) Preferiram-se as abóbadas de berço e de arestas, em vez das de cruzaria ogival, mais difíceis de erguer e visualmente mais complicadas. Casos houve em que se renunciou à

abóbada, substituída por uma cobertura plana em madeira que permite paredes de sustentação mais delgadas.

f) Fez-se da cúpula, símbolo do Cosmos, um elemento dominante em quase todas as igrejas renascentistas, tomando como fonte de inspiração a grande cúpula do Panteão de Roma. Novas soluções foram, no entanto, ensaiadas na construção das novas cúpulas, cabendo a Brunelleschi, mais uma vez, um papel precursor ao projectar a primeira cúpula renascentista, na Catedral de Santa Maria das Flores, em Florença. Embora tenha aproximadamente o mesmo diâmetro da do Panteão, a verdade é que a do templo romano é de uma só peça semiesférica e está embebida na enorme parede cilíndrica, enquanto a de Santa Maria das Flores, erguida sobre um tambor octogonal, tem por suporte arcos e pilares, parecendo suspensa. A proeza de Brunelleschi residiu na repartição do peso entre uma cúpula interior, mais baixa, e uma cúpula externa, de arco quebrado peraltado, unidas por nervuras. O impulso para o exterior da primeira equilibra o peso exercido em sentido contrário pela segunda cúpula, permitindo uma construção tão imponente como esbelta. Pela sua audácia, a cúpula de Santa Maria das Flores bastaria para imortalizar Brunelleschi, a quem não foram poupados os mais rasgados elogios.

g) Utilizou-se preferentemente o arco de volta perfeita, visto a sua forma depender apenas do raio, facilmente ligado com relações geométricas ao resto da construção.

A gramática decorativa greco-romana

Para além dos aspectos estruturais, a influência da Antiguidade fez-se também sentir na adopção da gramática decorativa greco-romana. Assim:

a) Empregaram-se as colunas (base, fuste e capitel) e os entablamentos (arquitrave, friso, cornija) das ordens clássicas, com preferência pelas coríntia e compósita. No século XVI, os arquitectos elaboraram uma nova teoria das regras de proporção entre os componentes principais da ordem, segundo a qual o entablamento deveria ter 1/4 da altura da coluna e a base do edifício 1/3. Cada ordem repousava numa unidade de medida específica - o módulo -, expressando-se todas as medidas relativas à ordem como seus múltiplos. O módulo coincidia com o raio ou o diâmetro da coluna, no ponto da sua maior largura.

b) Retomaram-se os frontões triangulares, a coroar fachadas ou simplesmente janelas.

c) Utilizaram-se os grotescos, ornamentação parietal inspirada na de monumentos da época imperial romana. Aplicava-se, geralmente, em pilastras, sob a forma de frescos ou de baixos-relevos, tendo, como motivos, formas vegetais, volutas e carrancas, associadas a figurinhas humanas e animais.

Arquitectura civil e urbanismo

Para além de igrejas, o Renascimento construiu palácios e *villae*, habitações destinadas ao conforto terreno de nobres e da rica classe de mercadores. Um dos tipos mais frequentes de palácio assume o formato de um cubo vazado no centro, isto é, dispõe os seus quatro corpos em torno de um pátio central, para o qual - conforme exigia a intimidade da época - se abriam as portas das câmaras. Estas comunicavam entre si por corredores (as célebres *loggia*), constituídos por séries de arcadas apoiadas em colunas. Quanto às fachadas dos palácios, podem ser revestidas de almofadados, constituídos por grossas pedras esquadriadas, ou, então, reproduzir o princípio clássico das ordens e janelas sobrepostas , como acontece no Palácio Rucellai, em Florença. A *villa* era, por sua vez, uma casa de campo caracterizada pela simetria das fachadas, a que não faltava um toque de classicismo. Decoradas com magníficos frescos, faziam-se rodear de aprazíveis jardins, onde sobressaíam as fontes e os jogos de água, tal como estátuas decorativas. Pela Europa fora, os palácios italianos serviram de modelo a reis, príncipes e elites sociais. Em

França, por exemplo, os castelos do vale do Loire, erguidos nas primeiras décadas do século XVI, testemunham o gosto francês pela arte italiana. De um modo geral, integram a decoração clássica, à base de pilastras com capitéis coríntios e de frontões, numa estrutura arquitectónica tipo fortaleza gótica, dotada de torreões e altos telhados com águas-furtadas e chaminés.

A racionalidade no urbanismo

Adeptos da perfeição, harmonia e proporção - princípios absorvidos da Antiguidade Clássica -, os intelectuais e artistas do Renascimento conceberam projectos de mundos e cidades ideais e racionalizados. Falámos já das utopias, criação dos humanistas, locais onde o bem, a virtude, a beleza e a justiça pautavam as relações sociais, económicas, políticas e religiosas. Até o urbanismo era neles criteriosamente regulamentado, para que os homens tivessem uma função precisa e se realizassem. As 54 cidades da Utopia de T. More, por exemplo, seguem o mesmo plano, apresentam casas "belas" com 3 andares e 2 portas, têm ruas "atraentes" e todas se fazem rodear de uma útil muralha de pedra. Um urbanismo regular e racionalizado brotou, igualmente, do génio de artistas e arquitectos do Renascimento, a quem repugnava o caos e a assimetria da cidade medieval. Projectaram, por isso, planos urbanísticos rectilíneos, submetidos a regras de higiene, funcionalidade e beleza. Alberti defendeu que as ruas principais fossem amplas, com edifícios da mesma altura de ambos os lados. Leonardo da Vinci mostrou-se favorável ao levantamento de várias praças públicas, todas dotadas de fontes, concebeu esgotos e desviou carroças e coches da parte alta das cidades. Porém, os projectos urbanísticos dos artistas do Renascimento quase nunca saíram do papel. As poucas obras realizadas ficaram-se pela abertura de ruas novas, mais largas e rectilíneas, e de praças de traçado geométrico.

10. A RENOVAÇÃO DA ESPIRITUALIDADE E DA RELIGIOSIDADE

10.1. A REFORMA PROTESTANTE

INDIVIDUALISMO RELIGIOSO E CRITICAS À IGREJA CATÓLICA

Tempos difíceis viveram a Cristandade e a Igreja romana nos fins da Idade Média. O cortejo de fomes, pestes e guerras, em que os séculos XIV e XV foram férteis, fez renascer os terrores apocalípticos e as preocupações com a salvação da alma, tanto mais quanto se acreditava serem as calamidades punições divinas para os pecados dos homens. Em vez de apoiar os crentes nesses momentos de angústia, a Igreja oferecia uma triste imagem de desunião. De 1378 a 1417, o Cisma do Ocidente manteve a Cristandade dividida na obediência a dois papas: um residia em Roma, o outro estava em Avinhão. A qual obedecer? O fim do Cisma não significou o fim da crise da Igreja. Os papas do Renascimento não foram modelos de virtudes nem de concórdia cristã. Inocêncio VIII e Alexandre VI nunca esconderam os seus filhos, que cumularam de honras e riquezas. Júlio II imiscuiu-se nas guerras de Itália, desejoso de aumentar o poderio temporal do Vaticano. Leão X escandalizou com o luxo da sua corte. Os maus exemplos frutificavam há muito no seio da hierarquia religiosa. Bispos e prelados acumulavam benefícios e ausentavam-se das paróquias. O clero regular revelava-se ignorante e relaxado. A reacção da Cristandade não se fez esperar. Desde o século XIV, há alterações nas práticas religiosas e violentas críticas à Igreja.

10.1.1. As práticas religiosas

Sentindo que a Igreja e os seus ministros não prestavam o auxílio adequado, muitos caíram na superstição e no fanatismo. A feitiçaria ganhou adeptos e as procissões de flagelantes, aquando da Peste Negra (1348), foram frequentes na Alemanha, nos Países Baixos e em certas regiões da França. Outros protagonizaram formas de piedade bem mais intimistas e individualistas. Nos Países Baixos desenvolveu-se, nos inícios do século XV, um movimento religioso que apelava à

espiritualidade interior e à relação mística do Homem com Deus. Foi a Devotio Moderna, fundada por Geert Groote. Irmanava clérigos e leigos numa vida de desapego dos bens materiais, de devoção a Deus e de ajuda ao próximo através da assistência e da educação. É na obra Imitação de Jesus Cristo, do monge alemão Thomas de Kempis (1379/80-1471), que os princípios da Devotio Moderna se expressa. Nela se defendia a oração fervorosa, considerada a chave do conhecimento e a garantia da graça divina. Escrita em língua vulgar, a Imitação de Jesus Cristo exerceu uma forte influência no individualismo religioso dos finais da Idade Média.

10.1.2. As críticas à Igreja

As críticas à Igreja começaram por assumir uma faceta herética. Na Inglaterra, por volta de 1380, Wiclif, professor em Oxford, pôs em dúvida a utilidade do clero e o valor dos sacramentos. Apelou para o estudo directo da Bíblia, que considerava a única fonte de Fé. Associado a esta heresia esteve o movimento dos lolardos, padres pobres que se aliaram aos camponeses na sua luta contra os senhores. As ideias de Wiclif receberam um bom acolhimento, na Boémia, por parte de Jan Huss, reitor da Universidade de Praga. Pugnou pela criação de uma Igreja nacional, desligada da obediência ao Papa, e defendeu a possibilidade de os leigos praticarem a comunhão sob as duas espécies (do pão e do vinho), reservada apenas ao clero. Jan Huss mereceu a condenação do Concílio de Constança, em 1415, sendo levado à fogueira.C.ondenado como herético, surge-nos o monge Savonarola, que também morreu na fogueira, em 1498. Estava-se em Florença e Savonarola atrevera-se a denunciar os vícios do clero e do papa Alexandre VI, além de instigar à revolta contra a família Médicis. Ninguém melhor que os humanistas soube, no entanto, traçar o quadro dos abusos da Igreja.C.riticaram a corrupção e a hipocrisia do clero em geral, não poupando a ambição dos papas, cardeais e bispos. Vimo-lo em Erasmo de Roterdão. Mas já no século XV, Lourenço Valia se revelara um humanista empenhado na busca de uma religião sincera e evangélica e de uma Igreja baseada na pureza do cristianismo primitivo. Com a palavra dos humanistas preparou-se o terreno para a Reforma.

10.1.3. A RUPTURA TEOLÓGICA

A questão das indulgências

A Reforma da Igreja concretizou-se, efectivamente, no século XVI, mas custou a unidade cristã. A Martinho Lutero (1483-1546), monge agostinho alemão, coube dar o passo decisivo. Mestre em Filosofia pela Universidade de Erfurt, doutor em Teologia e professor na Universidade de Wittenberg desde 1512, Lutero vivia torturado pelos seus escrúpulos e obcecado pela salvação da alma. Profundamente místico, dotado de elevada espiritualidade e desejoso do contacto próximo com Deus, Lutero colocava a si próprio permanentemente a questão: "Como pode alguém levar uma vida perfeita perante Deus?". Várias leituras bíblicas, entre elas a das Epístolas de São Paulo, permitiram a Lutero vislumbrar a solução para o problema da salvação da alma, inspirando-lhe uma verdadeira ruptura teológica no seio do cristianismo. Ficou conhecida por Reforma protestante e foi despoletada pela questão das indulgências. Consideradas formas de redimir as penas devidas pelos pecados perdoados, as indulgências eram, desde o século XI, concedidas pelo Papa aos fiéis pela prática de boas obras. Nestas se incluíam as peregrinações, as esmolas, as orações, os jejuns, mas também a oferta de somas de dinheiro, o que equivalia à compra das indulgências. Este último procedimento dirigia-se a quem não podia efectuar grandes penitências (como as peregrinações) e, desse modo, resgatava as suas penas. Acontece que se vulgarizou nos últimos séculos da Idade Média, tornando-se uma forma cómoda, para muitos, de redimir ou aligeirar as penas devidas. Ora, necessitando de dinheiro para prosseguir as obras da Basílica de São Pedro do Vaticano, o Papa Leão X autorizou, em 1515, a pregação da venda de indulgências na Alemanha do Norte. E, atraídos pela campanha dos dominicanos (a quem foi confiada a venda de indulgências) que garantiam que as almas saíam do Purgatório "mal o dinheiro tilintasse nos cofres", os crentes acorreram a comprar as indulgências em seu próprio

benefício e no das almas de falecidos. Contra essa situação insurgiu-se Lutero quando, no dia 31 de Outubro de 1517, afixou na porta da Catedral de Wittenberg, as «95 teses contra as indulgências». Nelas acusava o Papa e os dogmas da Igreja, pois afirmava que a salvação depende da Fé e não das boas obras. Face à hostilidade encontrada, Lutero extremou as suas posições. Recusou retractar-se perante os superiores da Ordem de Santo Agostinho, o legado papal e o imperador Carlos V, senhor do Santo Império, onde se incluía a Alemanha. Reiterou as suas ideias em quatro escritos fundamentais («Sobre o Papado de Roma»; «Da Liberdade do Cristão»; «Manifesto à Nobreza Alemã», «Prelúdio sobre o Cativeiro da Babilónia»), publicados em 1520. Excomungado pelo Papa e banido do Império em 1521, restou a Lutero reunir forças para impor a doutrina que acabava de criar - o luteranismo.

A justificação pela Fé e a doutrina da predestinação

A justificação pela Fé é a grande base doutrinária da reforma praticada por Lutero; foi-lhe inspirada pela leitura das obras de Santo Agostinho e, especialmente, das Epístolas de São Paulo aos Romanos, aos Gálatas, aos Efésios e aos Hebreus. Lutero fez da justificação pela Fé uma nova doutrina da salvação. Considerava o Homem um ser irremediavelmente inclinado para o pecado, pelo que as suas obras seriam sempre maculadas e não o poderiam salvar. Só a Fé da Humanidade na infinita misericórdia de Deus tornava o homem justo e o conduzia à salvação. Acontece que, para Lutero, a Fé era uma questão de eleição, de graça divina. E como apenas alguns mereciam da parte de Deus a Fé ardente que os salvaria, independentemente das acções praticadas, diz-se que o luteranismo abriu caminho à teoria da predestinação. De facto, ao determinar quem seriam os merecedores da Fé, Deus escolhia uns para a salvação, destinando os outros à condenação.

Primazia da Palavra sobre o rito; sacerdócio universal; desvalorização dos sacramentos; a relação do crente com Deus

Era no contacto com a Palavra de Deus, presente nas Sagradas Escrituras, que a Fé do ser humano se robustecia. Por isso, Lutero considerava a Bíblia como única fonte de Fé e autoridade doutrinal, rejeitando as obras dos Padres da Igreja e as decisões dos concílios que, como simples palavras humanas, estavam sujeitas à crítica e à revisão. Negou o monopólio papal na interpretação das Escrituras, proclamando que qualquer crente as poderia ler sem a intervenção do clero. Lutero advogou que a missa em latim desse lugar a uma cerimónia litúrgica em alemão, com orações, cânticos e sermões acompanhados da comunhão (Santa Ceia). O culto da Virgem e dos Santos foi abandonado, pois nenhum mediador entre Deus e os homens se tornava necessário. Rejeitada foi, igualmente, a distância entre clero e laicos, pela proclamação do sacerdócio universal: "O Baptismo consagrou-nos a todos, sem excepções, e fez-nos padres". O celibato e as ordens religiosas deixaram de existir e Lutero deu o exemplo, casando-se. Defendeu a renúncia da Igreja sobre os bens materiais, que passariam para a posse dos fiéis luteranos. No que se refere à organização eclesiástica, Lutero negou o primado do Papa, que, como qualquer cristão, considerava submetido à autoridade da Escritura. Propôs às autoridades temporais que, nos países luteranos, o chefe de Estado desempenhasse a função de "bispo provisório". Criaram-se, então, as Igrejas Nacionais Evangélicas e as alianças entre trono e altar, que engrandeceram os príncipes com a secularização dos bens eclesiásticos. Quanto aos sacramentos, Lutero só reconheceu dois: o Baptismo e o Eucaristia, os únicos verdadeiros porque sinais externos de uma graça instituída por Cristo. Considerou os restantes como falsos, porque prescritos pelo papado, uma instituição humana e não divina. No que se refere à Eucaristia, Lutero rejeitou a transubstanciação, isto é, o milagre operado pelo sacerdote de transformar o pão e o vinho na carne e no sangue de Cristo. Propôs a consubstanciação, segundo a qual, na Eucaristia, o sangue e o corpo de Cristo coexistem com o vinho e o pão. Em conclusão, para Lutero a prática cristã define-se pela relação pessoal do crente com Deus e não pelo comprometimento com regras, leis

e ritos estabelecidos pelos homens. Para o reformador alemão, a vida religiosa é acima de tudo, uma acção de amor fraternal e incondicional a Deus, a quem se devia expressar uma fé profunda.

10.2. AS IGREJAS REFORMADAS

10.2.1. A expansão do luteranismo

O luteranismo rapidamente se expandiu na Alemanha. Os burgueses das cidades entusiasmaram-se com os princípios mais simples da nova religião, pois o seu espírito prático não apreciava as interpretações subtis dos teólogos católicos. Os príncipes e a pequena nobreza aderiram tanto por convicção como por interesse, já que a doutrina luterana lhes permitia apoderar-se dos bens da Igreja alemã, que deveriam ser secularizados. Quanto aos camponeses, também esperaram vir a obter alguns desses bens, vendo na pregação de Lutero o anúncio do reino de Deus sobre a Terra. Em 1524-25, a Alemanha do Sul assistiu, inclusivamente, a uma autêntica guerra civil, provocada pela revolta dos camponeses contra os seus senhores. Alegando que a justiça prometida por Cristo não era deste mundo, Lutero distanciou-se da revolta e apoiou os príncipes na feroz repressão levada a cabo. Até do ponto de vista cultural, o luteranismo contou com preciosos apoios. A imprensa, invenção alemã, auxiliou na disseminação dos escritos de Lutero e da nova Bíblia traduzida. Humanistas justificaram as ideias luteranas, como o teólogo Philipp Melanchton que esgrimiu argumentos nas discussões religiosas com os católicos e redigiu o credo protestante conhecido por Confissão de Augsburgo (1530). E artistas, como Durer e Lucas Cranach, o Jovem, colocaram os seus talentos ao serviço da propaganda luterana. No contexto atrás referido, o católico Carlos V, que em 1519 acedera ao trono imperial, defrontou-se com sérias dificuldades para manter a unidade da Igreja. Tão depressa reconheceu a liberdade religiosa aos Estados alemães reformados, como lhes retirou esse privilégio ou se decidiu a enfrentá-los pelas armas. Em 1555, finalmente, o imperador rendeu-se à cisão religiosa e aceitou a Paz de Augsburgo, onde se declarava a liberdade de credo na Alemanha. Fora do Santo Império, a expansão do luteranismo foi, também, um êxito. Em 1525, Alberto de Hohenzollern criou um novo Estado luterano - o ducado da Prússia -, em território da Ordem Teutónica, de que era grão-mestre. E, ainda o século XVI não findara, já a Suécia, a Finlândia, a Dinamarca e a Noruega se haviam convertido à nova religião.

10.2.2. O Calvinismo

O protestantismo de Calvino foi o mais significativo dos movimentos reformistas que se seguiram à ruptura luterana. Estudioso de Humanidades, Direito e Teologia, o francês João Calvino (1509-1564) abandonou o seu país, em 1534, na sequência de perseguições religiosas. Fixou-se em Genebra, onde publicou a tradução francesa de "Da Instituição da religião cristã", que redigira anteriormente em latim e que contém o essencial da sua doutrina - o calvinismo. Tal como Lutero, Calvino baseava o cristianismo na justificação pela Fé, no sacerdócio universal e na autoridade exclusiva da Bíblia. Introduziu, porém, algumas alterações que dotaram a nova doutrina de um maior rigor e, até, inflexibilidade. Em primeiro lugar, Calvino entendeu a predestinação como absoluta ao afirmar que o ser humano jamais perderia a graça da Fé, se nascesse com ela. Já Lutero considerava que, se uma pessoa deixasse de crer, a sua salvação deixaria de estar garantida. Da predestinação absoluta de Calvino resultou uma acentuada intolerância para com outros credos, uma vez que os fiéis calvinistas, seguros da salvação, sentiam-se parte de um grupo de eleitos - os predestinados. E logo em vida a marca da eleição divina se fazia sentir. Por exemplo, um homem de negócios bem-sucedido era, para os calvinistas, um predestinado. No que se refere ao papel da Bíblia como única fonte de Fé, Calvino defendeu só a ele competir a interpretação do Evangelho. Quanto aos sacramentos, reconheceu o Baptismo e a Eucaristia, esta com a simples presença espiritual de Cristo. Recorde-se que Lutero admitia a presença real de Cristo na Eucaristia. Outra especificidade do calvinismo diz respeito à sua concepção de Igreja. Embora defendesse, como Lutero, a possibilidade de todos os crentes

exercerem o sacerdócio, sem qualquer hierarquia entre eles, Calvino não aceitou que a chefia da Igreja fosse entregue aos chefes de Estado, como acontecia com os luteranos. Pelo contrário, Calvino defendia a supremacia da Igreja sobre o Estado, o que o levou a transformar Genebra (apelidada de "Roma do calvinismo) numa sociedade teocrática dirigida por um consistório eclesiástico, através do qual Calvino perseguiu católicos e protestantes. De Genebra, o calvinismo propagou-se à França, aos principados renanos da Alemanha, aos Países Baixos, Hungria, Boémia, Polónia, Inglaterra e Escócia. Logrou o apoio de nobres, mas também de burgueses, homens dos ofícios e eruditos.

10.2.3. A Reforma na Inglaterra: o anglicanismo

A Reforma implementou-se na Inglaterra de uma forma original, evoluindo de uma ruptura com a Igreja romana para uma faceta calvinista e desta para o anglicanismo. Tudo começou com o rei Henrique VIII (1491-1547) que, sem um filho varão do seu casamento com Catarina de Aragão e apaixonado por Ana Bolena, solicitou ao Papa Clemente VII, em 1529, o divórcio. E, face à recusa papal, o monarca proclamou o Acto de Supremacia (1534) que o fez chefe supremo da Igreja na Inglaterra. Embora autorizasse a tradução da Bíblia para língua inglesa e secularizasse os bens dos conventos, Henrique VIII manteve-se fiel ao dogma católico, lembrando-se do título de Defensor fidei (Defensor da Fé), que recebera do Papa, por ter refutado Lutero. Foi só no reinado do seu filho Eduardo Vl (1537-1553) que o cisma inglês se identificou com o calvinismo, ao contemplar apenas os sacramentos do Baptismo e da Eucaristia (com presença espiritual de Cristo), ao proibir o culto das imagens e suprimir os altares, entre outras mudanças. Depois do breve reinado de Maria Tudor (1516-1558), que se reconciliou com o catolicismo e perseguiu ferozmente os protestantes, subiu ao trono Isabel l (1533-1603). Com ela se consolidou o protestantismo, sob a forma de anglicanismo, cuja carta doutrinal é a Declaração dos Trinta e Nove Artigos, adoptada em 1563. Podemos definir o anglicanismo como um compromisso entre o catolicismo e o calvinismo. De facto, defendia a justificação pela Fé (não aceitando, porém, a predestinação absoluta) e a autoridade eclesiástica da Bíblia em matéria de Fé; reconhecia exclusivamente o Baptismo e a Eucaristia com a presença espiritual de Cristo; negava o culto dos santos, imagens e relíquias. Mas, apesar de o celibato dos padres ter sido abolido como consequência do sacerdócio universal, a verdade é que a Igreja anglicana possuía uma hierarquia eclesiástica que fazia lembrar a católica com os seus bispos, prelados e diáconos. E, embora com menos ornamentos, os templos anglicanos mantinham os altares e os órgãos e neles se continuavam a entoar salmos. Os esforços conciliadores do anglicanismo não pouparam dissabores a Isabel I. Os católicos sempre a consideraram uma "bastarda" e o Papa, em 1570, excomungou-a e depô-la. Quanto aos calvinistas, queixavam-se de as igrejas anglicanas lhes parecerem igrejas católicas, não vendo com bons olhos o papel tutelar que a rainha exercia sobre a Igreja. O seu rigorismo valer-lhes-ia a designação de puritanos. A oposição sistemática de católicos e puritanos seria motivo para Isabel I os perseguir e fazer executar. Dotada de invulgar capacidade política, Isabel I fez da Reforma um instrumento do reforço da autoridade real, ao mesmo tempo que promoveu o desenvolvimento marítimo e colonial da Inglaterra, elevando-a à categoria de grande potência europeia.

10.2.4. As lutas religiosas

Não foi fácil ao Europeu confrontar-se com a ruptura reformista. Da Alemanha à Grã-Bretanha, da Suíça aos Países Baixos e à França, estalaram as perseguições entre católicos e protestantes e entre as próprias igrejas reformadas; saquearam-se e destruíram-se templos; as execuções sucederam-se e as "matanças" ensombraram a História europeia. Mas algo mais existiu para lá das páginas da intolerância. As disputas de teólogos e leigos não deixam de expressar um desejo ardente de renovação espiritual por parte do Homem europeu. Talvez o cristianismo tenha vindo a ganhar, purificando-se. Afinal e a despeito das variantes católica e protestante, a Europa permaneceu fiel a um conjunto de valores cristãos que enformam a sua matriz cultural.

10.3. CONTRA-REFORMA E REFORMA CATÓLICA

A resposta da Igreja católica à dissidência protestante assumiu-se, em simultâneo, como uma contra-reforma e uma reforma católica.C.ontra-Reforma porque efectuou um combate doutrinário, ideológico e repressivo ao protestantismo. Reforma católica porque procurou responder às expectativas dos crentes, renovando-se e restaurando o catolicismo. As resoluções do Concílio de Trento, o proselitismo de novas congregações religiosas, como a Companhia de Jesus, e a acção repressiva e vigilante da Inquisição e do Índex foram os instrumentos que permitiram operacionalizar a Contra-Reforma e a Reforma católica.

10.3.1. REAFIRMAÇÃO DO DOGMA E DO CULTO TRADICIONAL A REFORMA DISCIPLINAR - O Concílio de Trento

Em 1545 reuniu-se, finalmente, o concílio, que pretendia debelar a crise da Cristandade. Convocado por iniciativa do Papa Paulo III (1534-1549), o Concílio de Trento teve lugar nesta pequena cidade imperial, situada no Tirol italiano. Depois de várias interrupções e de outros tantos recomeços, o concílio terminou os seus trabalhos, em 1563, com uma condenação inequívoca do protestantismo.

Com efeito, em matéria de dogmas e de culto nenhuma concessão se fez às igrejas reformadas:

- Condenaram-se os princípios da predestinação e da justificação pela Fé, reafirmando-se o papel das obras humanas na salvação.
- Confirmou-se a existência do Purgatório.
- A par da Bíblia, proclamou-se o valor sagrado da tradição como fonte de Fé, através dos ensinamentos dos Padres da Igreja.
- Aos dois sacramentos dos protestantes opuseram-se os sete sacramentos do Baptismo dos recém-nascidos; da Confissão auricular; da Eucaristia com presença de Cristo na hóstia consagrada e repúdio pela comunhão sob duas espécies; do Crisma; do Matrimónio; da Penitência; da Extrema-Unção.
- Reforçou-se o poder do Papa relativamente aos concílios; foi considerado "Pastor universal da Igreja", reconhecendo-se-lhe competências deliberativas em matéria de Fé.
- Legitimou-se o culto dos santos e da Virgem Maria, cabendo ao clero a instrução cuidadosa dos fiéis no que se refere à invocação dos santos e ao culto das relíquias.
- Insistiu-se nos ritos privados e públicos: orações com o rosário, contemplação dos "mistérios", participação na missa.
- Manteve-se o latim como língua litúrgica, reservando-se a língua vulgar para os sermões e as pregações.
- Regulamentou-se o culto das imagens, consideradas imprescindíveis na formação espiritual do povo iletrado.

Ao reafirmar o dogma e o culto tradicional, sem quaisquer cedências, o Concílio de Trento dotou a Igreja católica de uma maior capacidade doutrinária para se opor ao protestantismo. Todavia, a intransigência revelada impediria a reaproximação entre católicos e protestantes, consolidando o processo de divisão da Cristandade ocidental. Talvez por isso quisera o imperador Carlos V que o Concílio se tivesse unicamente debruçado sobre questões disciplinares, evitando as discussões dogmáticas. Na verdade, a fim de corrigir os abusos de um passado recente, a reforma disciplinar impunha-se. O Concílio de Trento também a contemplou, decretando:

- A proibição da acumulação de benefícios eclesiásticos.
- A residência obrigatória dos padres e dos bispos nas paróquias e dioceses, respectivamente.
- As visitas pastorais dos bispos às paróquias das dioceses.
- A manutenção do celibato eclesiástico.

- A proibição da ordenação de sacerdotes e de bispos com idades inferiores a 25 e a 30 anos, respectivamente.
- A fundação de seminários diocesanos para a formação moral, intelectual e religiosa dos futuros clérigos, tornando-os mais aptos à transmissão da Fé.

Pio V (1566-1572), Gregório XIII (1572-1585) e Sisto V (1585-1590) foram três grandes papas reformadores a quem coube a implementação das decisões do Concílio. Entre as medidas tomadas, contam-se a redacção de um Catecismo romano (1566), onde se compilaram os princípios religiosos definidos em Trento, de um breviário (1568) e de um missal, destinados a regular a oração e o culto. Mais do que nunca, urgia disciplinar a sociedade espiritual dos fiéis, impondo-lhes uma doutrina unânime e alimentando a sua religiosidade com práticas devotas e edificantes.

10.3.2. O COMBATE IDEOLÓGICO

O Índex

Segundo a Igreja católica, o combate à heresia protestante deveria passar pela prevenção e vigilância intelectual da Cristandade, de quem seriam afastadas leituras nocivas. Entre estas encontravam-se, naturalmente, os escritos dos reformadores, mas também as obras de conteúdo humanístico e científico que poderiam fazer perigar os dogmas do catolicismo. Uma apertada censura pendeu, então, sobre aquelas publicações. Coube à Congregação do Índex, criada em 1543, elaborar a lista das obras perigosas para a ortodoxia católica. A lista, conhecida por índex, tinha actualizações periódicas. Particularmente severa foi a relação publicada em 1564 pelo Papa Pio IV - o *Index Líbrorum Prohibitorum*, onde figurava Erasmo (falecido em 1536) e toda a sua obra. Elaborado para todo o espaço católico, este índex acabou por apenas ser aplicado na Itália, nos Países Baixos, na Baviera e em Portugal. Com todas as consequências nocivas no panorama cultural europeu, a condenação do Index haveria, mais tarde, de recair sobre personalidades chave da ciência e da filosofia modernas como Galileu, Descartes, Newton e Leibniz.

A Inquisição

A Inquisição remonta ao século XIII (1231) quando o Papa se decidiu pela opressão dos focos de heresia que assolavam a Europa católica. Na altura, os albigenses (ou cátaros) e os valdenses foram as vítimas das grandes perseguições efectuadas no reino de França. Apesar de os hereges não faltarem (recordem-se as condenações de Huss e Savonarola), a actividade inquisitória esmoreceu nos fins da época medieval. Uma excepção abriu-se para Castela, onde o Papa autorizou, em 1478, a criação do temível tribunal. Respondia ao pedido insistente dos soberanos Isabel e Fernando, empenhados em castigar a «traição» de judeus e mouros que se haviam convertido ao catolicismo e, depois, voltado secretamente às suas antigas práticas religiosas. Ora, tão eficiente fora a actuação da Inquisição espanhola (de Castela estendera-se à Espanha unificada pelos Reis Católicos) que, meio século volvido, Paulo III entendeu que o Tribunal da Inquisição seria o instrumento ideal de erradicação do protestantismo. Para o efeito, encarregou, em 1542, o cardeal Caraffa (futuro papa Paulo IV) de reorganizar, em Roma, o tribunal da Inquisição, ao qual o próprio pontífice presidia. Embora a perseguição aos protestantes estivesse na mira do Papa quando restaurou a Inquisição romana, a verdade é que, nos países católicos onde o tribunal se instalou, outros alvos como os cristãos-novos, os homens de ciência, ou até os feiticeiros mereceram a perseguição inquisitorial. Do caso português, muito em particular, falaremos mais adiante. Mas, quaisquer que tenham sido as suas vítimas ou o país onde actuou, a Inquisição distinguiu-se tristemente pelos seus métodos cruéis, se bem que usuais no tempo. Instruía os processos com base em denúncias anónimas. Não dava a conhecer aos réus as faltas de que eram acusados - eles tinham simplesmente que as confessar, muitas vezes sob a ameaça

de tortura. Decretava a prisão para os arrependidos e reconciliados com a fé católica e entregava à justiça secular os impenitentes, para que os condenasse à morte. Confiscava sempre os bens dos declarados culpados.

O proselitismo das novas congregações: a Companhia de Jesus

À renovação cristã, que também caracterizou a resposta da Igreja católica, não foi alheio um renascimento místico e espiritual protagonizado por novas congregações religiosas. Entre elas destacam-se os Agostinhos Descalços, os Capuchinhos, os Carmelitas Descalços, os Jesuítas. De todas, foi a Companhia de Jesus a que mais impacto exerceu no seio da Cristandade. Com Inácio de Loyola (1491-1556), fidalgo basco que fez a carreira das armas antes de professar, e mais seis companheiros de estudo, nasceu a Companhia de Jesus, em 1534, em Paris. Desde o reconhecimento do Papa Paulo III, em 1540, a ordem não cessou de crescer, distinguindo-se das demais pela acção empenhada e militante. O seu proselitismo em muito ajudou a expansão do catolicismo. O funcionamento da Companhia de Jesus fazia lembrar o de um exército, o que se relacionava com a formação militar de Inácio de Loyola. Para começar, a Ordem chamava-se Companhia e era dirigida por um general, ou geral, que superintendia nas províncias (países ou regiões onde estava implantada). Submetidos a uma dura disciplina, os jesuítas consideravam-se "soldados de Cristo", acrescentando aos três votos tradicionalmente pronunciados (pobreza, castidade, obediência ao superior), um quarto voto de obediência incondicional ao Papa, sob cuja tutela a Ordem foi colocada. Senhores de uma grande preparação intelectual, nomeadamente no âmbito da teologia e da oratória, e vestidos como seculares, os jesuítas viveram no meio da população, onde desempenhavam um papel fortemente interventivo. Como missionários, chegaram aos confins da Ásia, da África e da América. Quando Santo Inácio morreu, em 1556 a Companhia contava já mais de 100 missões. Como professores jesuítas distinguiram-se pela sua rede de colégios que forneciam um excelente ensino secundário e uma sólida formação cristã. Este ensino de qualidade permitiu aos padres da Companhia de Jesus um ascendente notável sobre a juventude. Na Alemanha, na Bélgica, na Áustria e na Hungria verificaram-se, inclusive, conversões de alunos oriundos dos meios protestantes. Foi, no entanto, como pregadores que os jesuítas se notabilizaram na recuperação para o catolicismo de regiões que haviam caído sob a influência protestante. Fazendo dos seus sermões belas peças de oratória, fascinavam os crentes e persuadiram luteranos e calvinistas a abdicarem das ideias reformadoras.

O IMPACTO DA REFORMA CATÓLICA

O Concílio de Trento e a Companhia de Jesus

Com uma eficiência notável, Portugal integrou-se no movimento da Reforma católica e da Contra-Reforma. O Concílio de Trento contou com a presença de distintos membros da Igreja portuguesa, os quais, regressados ao país, se apressaram a cumprir os ditames aprovados. Os bispos passaram a residir nas dioceses e a supervisionar, em visitas pastorais periódicas, a religiosidade, a moral e os costumes da população. Melhor instruído e disciplinado, em virtude da esmerada formação recebida nos novos seminários e das regras definidas em frequentes reuniões de prelados (sínodos), o clero português soube, de uma forma geral, responder às dúvidas e inquietudes das populações, confortá-las e aproximá-las de Deus. Assim se reabilitou e dignificou a imagem dos clérigos junto da opinião pública. Muito em particular, impressionou o zelo religioso dos padres jesuítas. Ciente da sua utilidade, D. João III fê-los entrar em Portugal no próprio ano (1540) em que o Papa aprovou os estatutos da Companhia de Jesus. A missionação do Oriente e do Brasil foi o grande campo de intervenção dos jesuítas de Portugal, ficando célebres os nomes de Francisco Xavier, Manuel da Nóbrega e António Vieira. Aos jesuítas se deveu, também, uma rede escolar de assinalável envergadura, com colégios espalhados no continente e nos domínios ultramarinos. A tal ponto chegou a confiança na capacidade dos jesuítas para controlarem

consciências e impedirem desvios heterodoxos que, em 1555, lhes foi entregue o Colégio das Artes (até então viveiro de humanistas) e, em 1559, a recém-criada Universidade de Évora.

A Inquisição e o índex

Na segunda metade de Quinhentos, o espírito de livre crítica e o Humanismo davam mostras de esmorecer, perante o clima de intolerância religiosa instalado. O Tribunal da Inquisição, introduzido em 1536, instituíra a censura prévia em 1540 e, em 1547, fizera publicar o primeiro índex de livros proibidos.

Os indexes portugueses revelaram-se, aliás, de grande rigor e violência. Atingiam obras e respectivos autores, bem como impressores, livreiros ou simples possuidores de livros proibidos. Todos eles eram passíveis de denúncia e condenação pelo terrível tribunal. Neste ambiente de atrofia intelectual surgiram as acusações a humanistas, como Damião de Gois, e a professores do Colégio das Artes. O facto de admirarem e conhecerem Erasmo (que, apesar das críticas ao Papa e ao clero, permaneceu católico) ou algum dos reformadores tornava-os imediatamente suspeitos de simpatia protestante. Para além das acusações de heresia protestante, a bruxaria, a bigamia, a sodomia e a blasfémia constituíram motivos fortes para se incorrer na ira da Inquisição. As maiores vítimas do Tribunal, durante a sua longa vigência em Portugal (1536-1821), contam-se, porém entre os cristãos-novos, isto é, todos os judeus (e seus descendentes) que, ameaçados pelo édito de expulsão de D. Manuel em Dezembro de 1496, optaram pela conversão ao catolicismo. Ora foi com o facto dos conversos continuarem secretamente a judaizar que D. João III argumentou para que o Papa introduzisse o Santo Ofício em Portugal. Naturalmente, os falsos conversos abundavam. Outra coisa não seria de esperar de quem não aderira por convicção à nova fé. Mas também é verdade que a opinião pública preconceituosa, que sempre responsabilizara os judeus pela morte de Cristo e lhes invejava os negócios bem-sucedidos e a superioridade cultural, não via com bons olhos a integração dos cristãos-novos na sociedade. A matança verificada em Lisboa, em 1506, documenta bem o quão traumático se estava tornando essa integração. Muito em particular, os cristãos-velhos receavam ser ultrapassados no acesso às ordens militares, à docência universitária, aos benefícios eclesiásticos, aos governos municipais. Por isso, os cristãos-novos viviam permanentemente espiados pelos vizinhos cristãos-velhos. Vestir roupa lavada aos sábados, recusar comer carne de porco ou não jejuar na Quaresma, por exemplo, eram motivos mais que suficientes para a denúncia à Inquisição, pois indiciavam sinais de apego ao antigo credo. Vinham, depois, os procedimentos habituais: a tortura para arrancar confissões e apurar a verdade; a condenação em auto-de-fé, cerimónia vexatória que bem podia terminar com a morte na fogueira; o confisco de bens, que revertia a favor da Inquisição. Não estranha que vagas de cristãos-novos tenham deixado o país. Principalmente os ricos homens de negócio, cujas fortunas faziam deles alvos apetecidos. Dirigiram-se com os seus bens para a Síria, Turquia, Holanda, Itália, Inglaterra, França. Bem falta fizeram os seus capitais e os seus talentos a Portugal, que se viu devorado pela inveja, pela intriga e pela delação. No conjunto da sociedade portuguesa, a Inquisição deixou marcas terríveis. Impôs severos padrões morais e doutrinais, que modelaram as consciências e os comportamentos. Inculcou um angustiante sentimento de pecado e culpa. Instalou o medo da punição, terrestre e divina.

11. AS NOVAS REPRESENTAÇÕES DA HUMANIDADE

Éden, dele fazendo descender toda a Humanidade. E se nem todos os homens falavam a mesma língua ou tinham os mesmos rituais religiosos ou ainda - dizia-se - se alguns se assemelhavam a monstros, tal se devia ao facto de a Humanidade estar marcada, desde cedo, pelo pecado: o original, primeiro, e depois o de Caim, que assassinou o seu irmão Abel. Acontece que, para o pensamento cristão, todos aqueles seres eram humanos, logo merecedores de receberem a palavra de Deus e o sacramento do baptismo que a todos redime. Santo Agostinho assim o

afirmava. Face a tais concepções, imagina-se a curiosidade e o assombro com que os navegadores europeus enfrentaram os novos povos. Em primeiro lugar, puderam constatar que a existência de "monstros humanos" não passava de uma mera fantasia. A estupefacção e a decepção, talvez, cedo deram lugar a relatos antropológicos pormenorizados sobre os Africanos, os Asiáticos, os Ameríndios. O Europeu procurava descrever e interpretar o Outro. Cristóvão Colombo, por exemplo, tranquilizou os Reis Católicos, dizendo-lhes que os índios eram «muito bem constituídos, com corpos muito perfeitos e excelentes caras». Um pouco mais tarde, Pêro Vaz de Caminha descreveu os indígenas brasileiros como «pardos, maneira d'avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos». Para além das fisionomias, os costumes, as crenças, as actividades, as formas de organização, eram, também, referidos. Nas regiões da Serra Leoa e da Guiné, mereceram reparo a nudez, a poligamia, a pontual antropofagia, o animismo. Na Índia, Duarte Barbosa dá conta do sistema de castas. Na China, este mesmo autor ficou impressionado com os pequenos olhos dos homens e mulheres e, numa época em que comer com as mãos era ainda regra na Europa, espantou-se com as tenazes de prata e de madeira que permitiam aos Chineses levar a comida à boca. Do encontro de povos ao confronto de culturas foi breve o passo. Testemunhos vários dão-nos conta do olhar desconfiado e hostil com que o Outro via o Europeu. Na África Ocidental, os Negros atribuíam à presença branca os efeitos negativos da guerra e da miséria. No Japão, encaravam-se os Portugueses com estranheza, devido à sua falta de maneiras e ao modo de vida errante. Na melhor das hipóteses, o Outro não reagia por desconhecer os ambiciosos projectos dos dominadores. Quanto ao Europeu, revelou-se, desde sempre, bem preconceituoso e racista. Acreditava na superioridade da raça branca e da religião cristã. Em seu nome não hesitava em recorrer às armas, especialmente quando o domínio de fabulosos recursos naturais o justificava. Talvez por isso, os islâmicos, espécie de antimundo dos cristãos e seus inimigos comerciais, tenham sido objecto de um repúdio total. Já os hindus e budistas, porque considerados susceptíveis de conversão cristã, mereceram alguma contemporização. Aos idólatras africanos e ameríndios esperava-os, por sua vez, uma reacção ambígua. Ora se lhes louvava a inocência, crendo-se ter encontrado o Paraíso; ora se lhes recriminavam as «bestialidades» de «furar os beiços» e da antropofagia. Acentuava-se o seu barbarismo e a sua selvajaria. Foi assim que, num tempo em que se afigurava impensável a existência de homens fora da geração de Adão, o Europeu começou a duvidar da humanidade de Africanos e Ameríndios. Nesta sua dúvida encontraria um motivo para justificar a escravatura.

11.1. A ESCRAVIZAÇÃO. OS ANTECEDENTES DA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Não sendo um fenómeno inédito na História da Humanidade, a escravização conheceu um elevadíssimo impulso com as descobertas marítimas e a construção dos impérios coloniais da Época Moderna. O recurso à escravatura foi, então, considerado o método mais eficaz para a obtenção de grandes quantidades de mão-de-obra. Nas plantações dos arquipélagos atlânticos, nas fazendas e nas minas americanas, o escravo tornou-se o suporte indispensável da colonização europeia. Já o Padre António Vieira lembrava que, sem negros, não haveria açúcar e, sem açúcar, não haveria Brasil. Simultaneamente, na Europa, crescia a parcela de mão-de-obra escrava. Empregues nos trabalhos agrícolas, na pesca, nos ofícios, em serviços domésticos ou em actividades da vida urbana (limpeza de ruas, distribuição de água, transporte de mercadorias), quase não havia cidade europeia ou família de médias posses que pudesse dispensar os escravos. Em Lisboa e em Sevilha, em meados do século XVI, representavam 10% dos seus habitantes. Em virtude do pioneirismo na empresa das Descobertas, coube a Portugal e depois à Espanha um importante papel no tráfico de escravos da Época Moderna. E, embora os ibéricos tivessem feito escravos em todas as parcelas dos seus impérios (mouros do Norte de África, guanches das Canárias, negros da Guiné, do Congo, de Angola e de Moçambique, índios da Índia e do Brasil, chinas, japões e jaus, estes naturais de Java), foi em África que tiveram origem as grandes correntes do tráfico esclavagista. Em 1445, quando os Portugueses fundaram a feitoria de Arguim, na costa da actual Mauritânia, teve início o tráfico negreiro organizado. Desde então e

durante aproximadamente quatro séculos e meio, a África viu-se amputada de cerca de 15 a 20 milhões de seres humanos. O continente americano foi o destino da maioria. Todo o tráfico negreiro é uma história de violência e de desrespeito dos direitos humanos. Desde a captura ao transporte e à venda nos mercados. Prisioneiros das guerras intertribais ou negros esfomeados e sem recursos, eis a origem dos escravos traficados. Depois era a longa e penosa marcha, através do sertão, até aos navios, com propriedade apelidados de tumbeiros. Não só porque o espaço (exíguo) reservado ao negro era o que um morto ocuparia no caixão, mas porque os barcos se converteram na sua sepultura. À chegada à América, mais de 1/3 dos escravos havia já perecido de fome, sede, doença, asfixia ou em consequência de acidentes, revoltas e sua repressão. Nos mercados, a condição de homem-objecto dos negros era especialmente chocante. Não eram homens mas vulgares, apesar de valiosas, mercadorias, sobre as quais os colonos avidamente se precipitavam. Jamais eram contados em número de pessoas, mas em peças. A peça equivalia a um negro com 1,75 m, de 15 a 25 anos, no auge da sua força física. Três peças equivaliam a uma tonelada, pois supunha-se ocuparem outro tanto espaço de carga ordinária. Quadro pungente da partilha dos escravos num mercado, neste caso europeu, foi-nos deixado por Gomes Eanes de Zurara, na Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné. Estava-se em Lagos, no ano de 1444, e o cronista não pôde deixar de lamentar o sofrimento humano dos escravos, que, no auge do seu desespero, arrancavam gritos lancinantes e apertavam seus rostos ao ponto de se ferirem dolorosamente. Especialmente comovente era o drama da separação de famílias: às mães tiravam os filhos, às mulheres os maridos. Como mercadorias, os escravos eram loteados, vendidos a um dono (particular ou Estado) que, no seu corpo, marcava a posse com um ferro em brasa. Na América, em particular, a odisseia dos escravos estava longe de terminada. Juridicamente incapazes, nem sequer gozavam do direito de asilo eclesiástico, quando fugiam aos seus donos, que lhes infligiam sádicos castigos e os podiam, inclusive, matar sem sofrerem qualquer pena. Não se deveram, porém, aos cruéis sofrimentos dos escravos negros as primeiras manifestações de defesa dos direitos humanos. Foi na América espanhola que elas sucederam, a propósito da escravização dos índios.

Em defesa dos índios americanos

Nas Antilhas e no continente americano ficaram tristemente célebres os abusos dos conquistadores e colonizadores sobre as populações amerÍndias. Senhores de extensas terras doadas pela Coroa (as encomiendas) e obrigados a evangelizar e a proteger os indígenas nelas residentes, a quem pagariam um salário, os *encomenderos* depressa esqueceram os seus deveres. Pelo contrário, argumentando com a «natural inferioridade dos índios», a quem apelidavam de «bestas estúpidas», impuseram-lhes pesados trabalhos forçados no cultivo da terra, na pesquisa de areias auríferas, na exploração de minas. Somados aos efeitos da conquista sangrenta do continente americano e às doenças que os brancos propagaram, os trabalhos forçados contribuíram para a brutal queda demográfica da população amerÍndia. Felizmente havia quem estivesse atento e cedo denunciasse os abusos. Os frades Francisco de Vitória e António de Montesinos lançaram do púlpito das suas igrejas um violento ataque aos colonos sem escrúpulos que tratavam cruelmente os índios, seus irmãos aos olhos de Deus. Entretanto, chegavam a Roma as disputas sobre o estatuto humano dos índios americanos. Paulo III (1468-1549), o papa que se dispôs a restaurar a dignidade da Igreja católica, afirmou logo o seu apoio à missionação do Novo Mundo. A bula Sublimis Deus (1537) foi eloquente na defesa da humanidade dos índios, considerados tão aptos a receber as doutrinas da Fé como os seus irmãos europeus. Nesta altura, um outro frade dominicano, Bartolomeu de Las Casas (1474-1566), dedicava a sua vida e a sua obra à causa dos índios. Carlos V, rei de Espanha e imperador da Cristandade, bem o ouviu e compreendeu, mas as Leis Novas (1542), que pretendiam pôr cobro à servidão decorrente das encomiendas, tiveram resultados efémeros. Na sua brilhante defesa da humanidade dos índios e da injustiça da sua escravização, Las Casas ergueu contra si conquistadores, colonos, teólogos e eruditos. Entre estes figurava o Dr. Juan Ginés de Sepúlveda (1480-1573), que argumentava

serem os índios inferiores por natureza aos Espanhóis, sendo, como tal, legítimo guerreá-los e escravizá-los. A oposição entre os dois homens atingiu tais proporções que Carlos V fez reunir uma assembleia de teólogos e conselheiros, em Valladolid, em Julho de 1550. Dela se esperava uma opinião, «com justiça e razão», sobre o rumo a dar à colonização da América. Poderia esta recorrer à mão-de-obra escrava Índia? Seria legítimo usar da força na conversão dos nativos? A delicadeza da questão e os interesses em jogo inviabilizaram uma deliberação convincente. Já Bartolomeu de Las Casas havia falecido quando o novo soberano, Filipe II, ao regulamentar futuras descobertas e conquistas espanholas, aconselhou prudência na conversão dos indígenas e concedeu a liberdade aos convertidos. Embora o século dos direitos humanos ainda viesse longínquo, algo da mensagem de Las Casas tinha surtido efeito. A História consagrá-lo-ia como o heróico defensor dos índios, mas, no fundo, toda a Humanidade lhe é tributária pela defesa que empreendeu da dignidade do ser humano.Também Portugal teve, em terras brasileiras, o seu defensor dos direitos dos índios contra a prepotência dos colonos. Foi o Padre António Vieira (1608-1697), ilustre jesuíta, cujos sermões são considerados obras-primas da oratória cristã.

11.2. A MISSIONAÇÃO E A MISCIGENAÇÃO

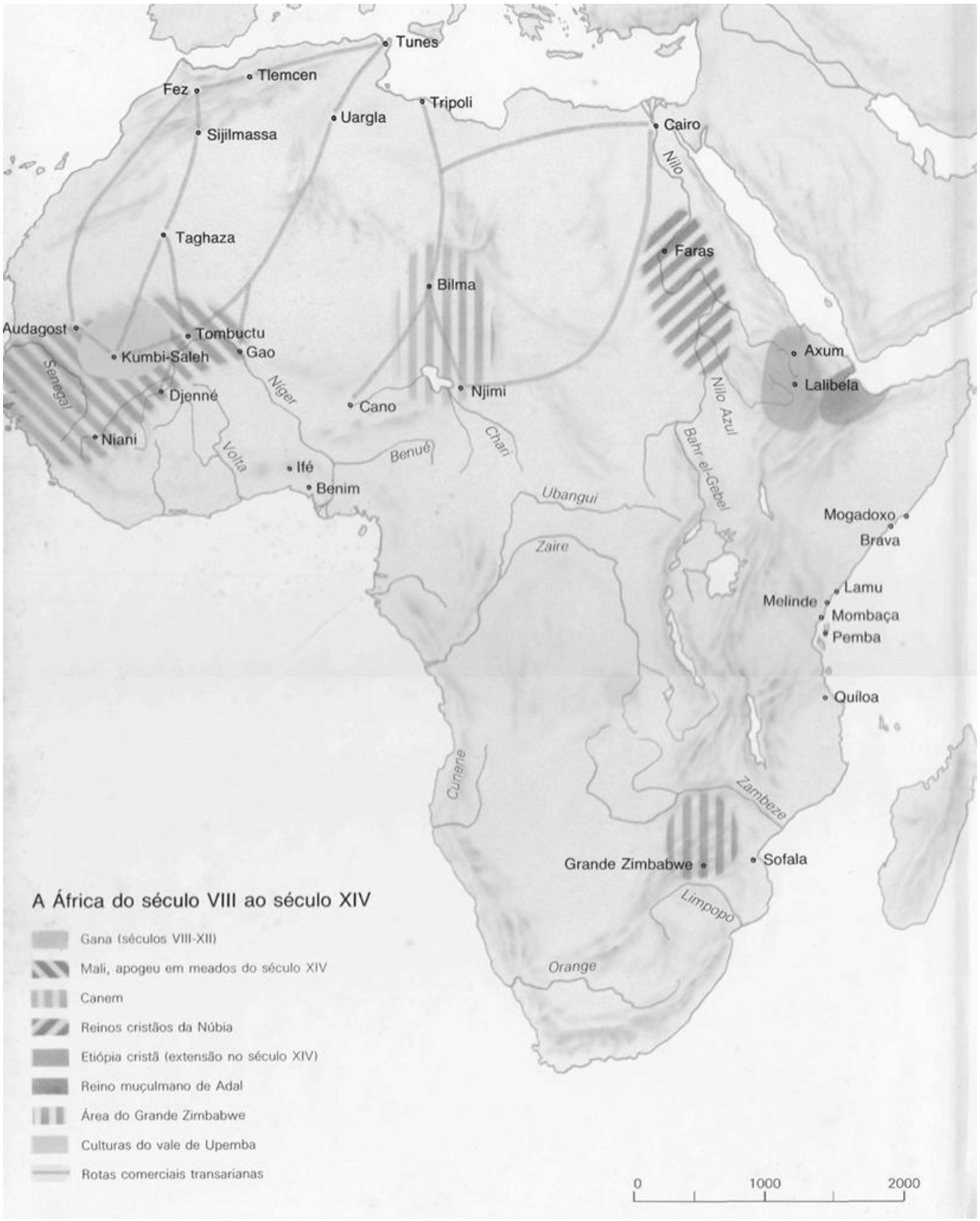
O encontro de povos, que as Descobertas marítimas proporcionaram, é uma história de práticas ambíguas, aparentemente contraditórias, mas que se complementaram. Ou não estivesse sempre a espada ao lado da Cruz. Na verdade, ora se conquistava com brutalidade ou se escravizava, como tão depressa se salvavam almas, se missionava, se integravam povos. E, quantas vezes, não se disfarçava a violência com o zelo da fé cristã. A religião constituiu, efectivamente, uma das forças impulsionadoras das expansões portuguesa e espanhola. Defender a Cristandade de possíveis ataques dos não-cristãos, aniquilar os infiéis ou salvar as almas dos descrentes foram motivos que animaram os navegadores, os conquistadores e os colonizadores. Não admira, por isso, o apoio e a bênção calorosa da Igreja aos projectos expansionistas de Portugal e de Espanha. Através de sucessivas bulas papais, os monarcas ibéricos ficaram senhores do chamado padroado, que lhes conferia um conjunto avultado de privilégios e deveres nos novos mundos descobertos. Legislavam em matéria religiosa, nomeavam bispos, abades e toda a hierarquia religiosa, autorizavam o envio de missionários, fundavam igrejas e capelas eclesiásticas. Na costa ocidental africana, no Império Português do Oriente, nas Filipinas, nas Antilhas e no continente americano, Portugueses e Espanhóis levaram a cabo a grandiosa tarefa de acrescentarem o rebanho de Cristo. Tal foi conseguido com a acção missionária empreendida por franciscanos, dominicanos, agostinhos, carmelitas, oratorianos e, especialmente, jesuítas. Na Ásia, coube a estes últimos um papel verdadeiramente hegemónico. Exercida de forma ostensiva e militante, a missionação ibérica revelar-se-ia uma poderosa estratégia de aculturação. Para o colonizador branco, portador de uma mentalidade eurocêntrica, pouco permeável à compreensão do Outro, a catequese revestia-se de uma dupla função: evangelizava e impunha padrões culturais. Na Índia, ao mesmo tempo que se procedia a solenes baptismos em massa de homens, mulheres e crianças, com evidentes fins propagandísticos, os templos locais eram invadidos, profanados e destruídos. A intolerância para com o hinduísmo levou a que os indianos não convertidos vissem interditos o acesso aos cargos públicos, a construção de templos e, até, a realização dos seus ritos gentílicos, como o da cremação. Na China, já nos séculos XVII e XVIII, a hostilidade europeia para com os ritos cívicos da veneração dos antepassados e o culto do Estado de Confúcio haveria de suscitar tensões e justificar a expulsão dos jesuítas. De nada lhes valeu o ascendente científico e técnico de que gozavam na corte de Pequim, em virtude dos seus conhecimentos de Matemática e Astronomia. Também no Japão os missionários seriam impiedosamente perseguidos a partir de 1614, não obstante o papel cultural que aí desempenharam na divulgação da imprensa e das línguas europeias. Quanto às reduções espanholas e portuguesas em território americano, são de louvar, sem dúvida, os esforços dos frades franciscanos, beneditinos, jesuítas, que defendiam os índios da escravidão. As reduções ou missões eram aldeamentos onde os indígenas recebiam educação religiosa, aprendiam a ler, a

escrever, música e canto, trabalhavam nos ofícios e na agricultura. Mas, dizem os críticos da colonização europeia, o tratamento paternalista prolongava o estatuto de menoridade e de inferioridade dos índios, isolando-os do mundo. Testemunhos, tão lúcidos como sentidos, dão-nos conta da frustração dos indígenas e dos limites da missionação. No Congo, o rei negro D. Afonso I que se convertera e estava profundamente empenhado na cristianização do seu Estado, lamentava, em 1517, que o rei de Portugal quisesse desistir de receber os seus parentes que, na metrópole, aprendiam a educação religiosa, preparando-se para o sacerdócio. Quer Portugueses, quer Espanhóis, mais tarde compreenderam, realmente a vantagem de formarem, nas terras colonizadas, um clero indígena. Da sua acção, junto dos nativos, esperava-se uma maior receptividade e um maior êxito na missionação. Acontece que a ordenação de sacerdotes indígenas e o ingresso nas ordens religiosas se viram progressivamente dificultados. Na Índia, o clero brâmane, apesar de recrutado entre as castas mais elevadas, era mantido numa posição subalterna, como catequistas e auxiliares dos padres europeus. No México, por sua vez, ameríndios e negros de raça pura jamais acediam ao sacerdócio. Subalternizados eram, igualmente, os mestiços e os mulatos, produto da miscigenação. Os primeiros resultavam da ligação com os índios e os Indianos, enquanto os últimos derivavam do cruzamento de brancos com negros. Apesar de as coroas, portuguesa e espanhola, incentivarem as uniões interraciais como meio de enraizamento da presença branca na Índia e na América, o facto é que, mal os jovens mestiços e mulatos cresciam e se mostravam concorrentes dos brancos no acesso a cargos e heranças, o preconceito racial ditava a discriminação. No caso da Índia, inclusive, era o próprio sistema de castas, ao recusar o casamento entre indivíduos de estatuto diferente, que impedia a integração da minoria mestiça na sociedade oriental.

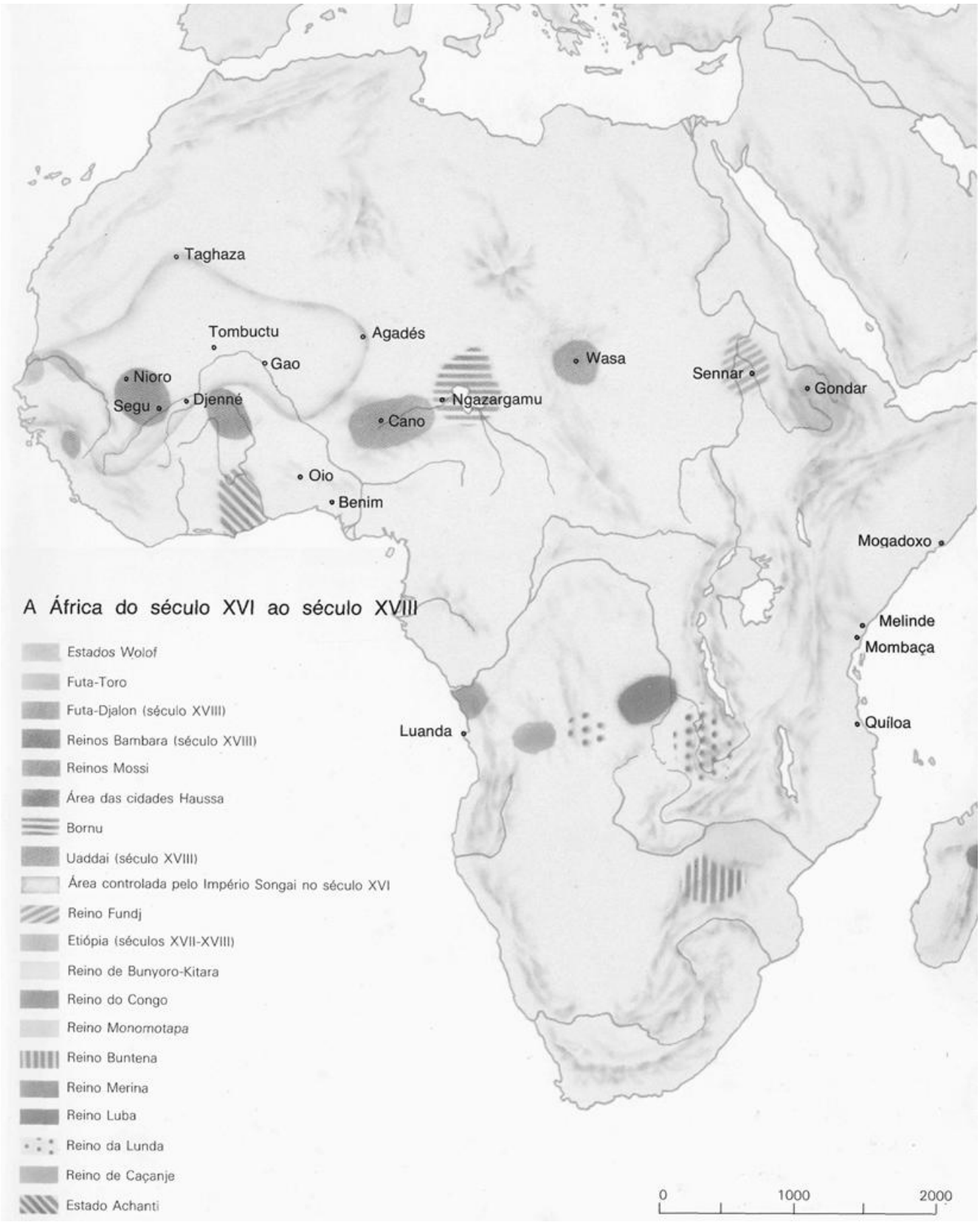
África - Povos e Civilizações

Mapas

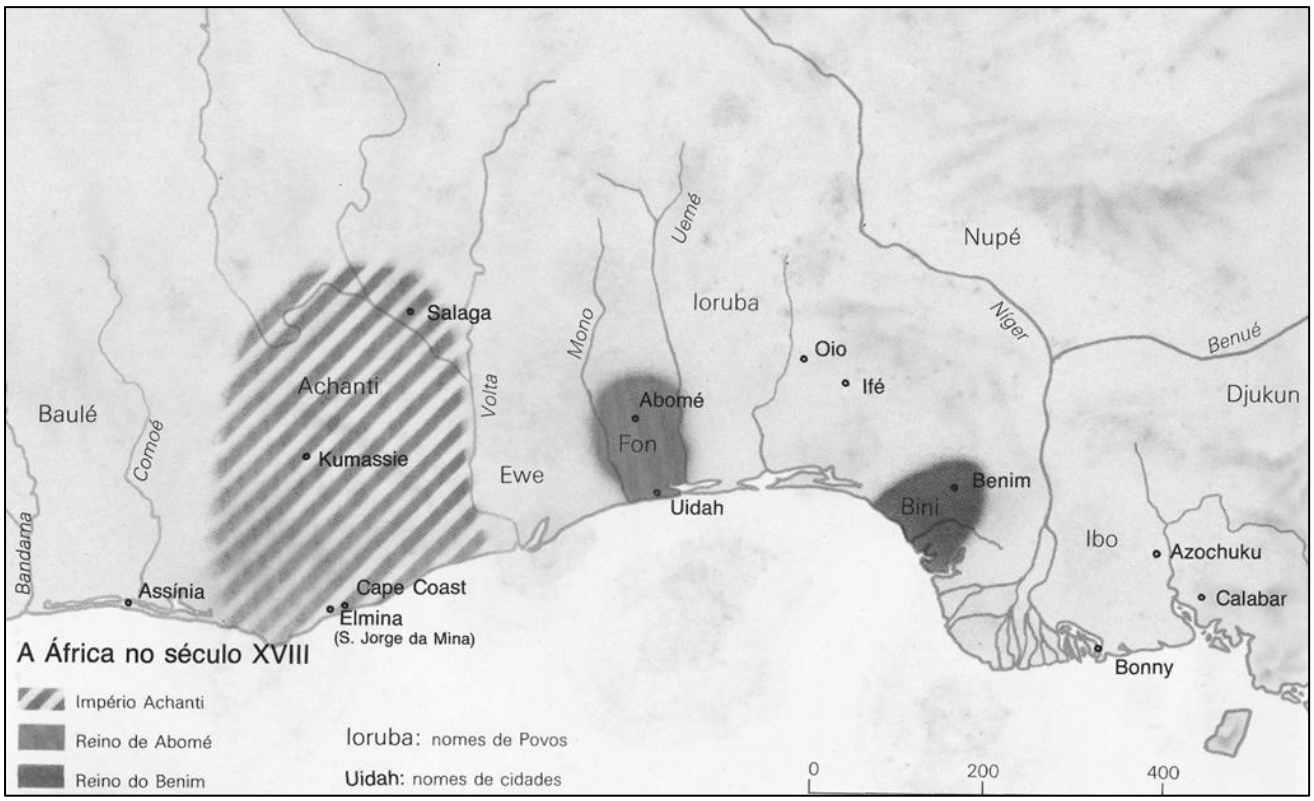
1. África do século VIII ao século XIV



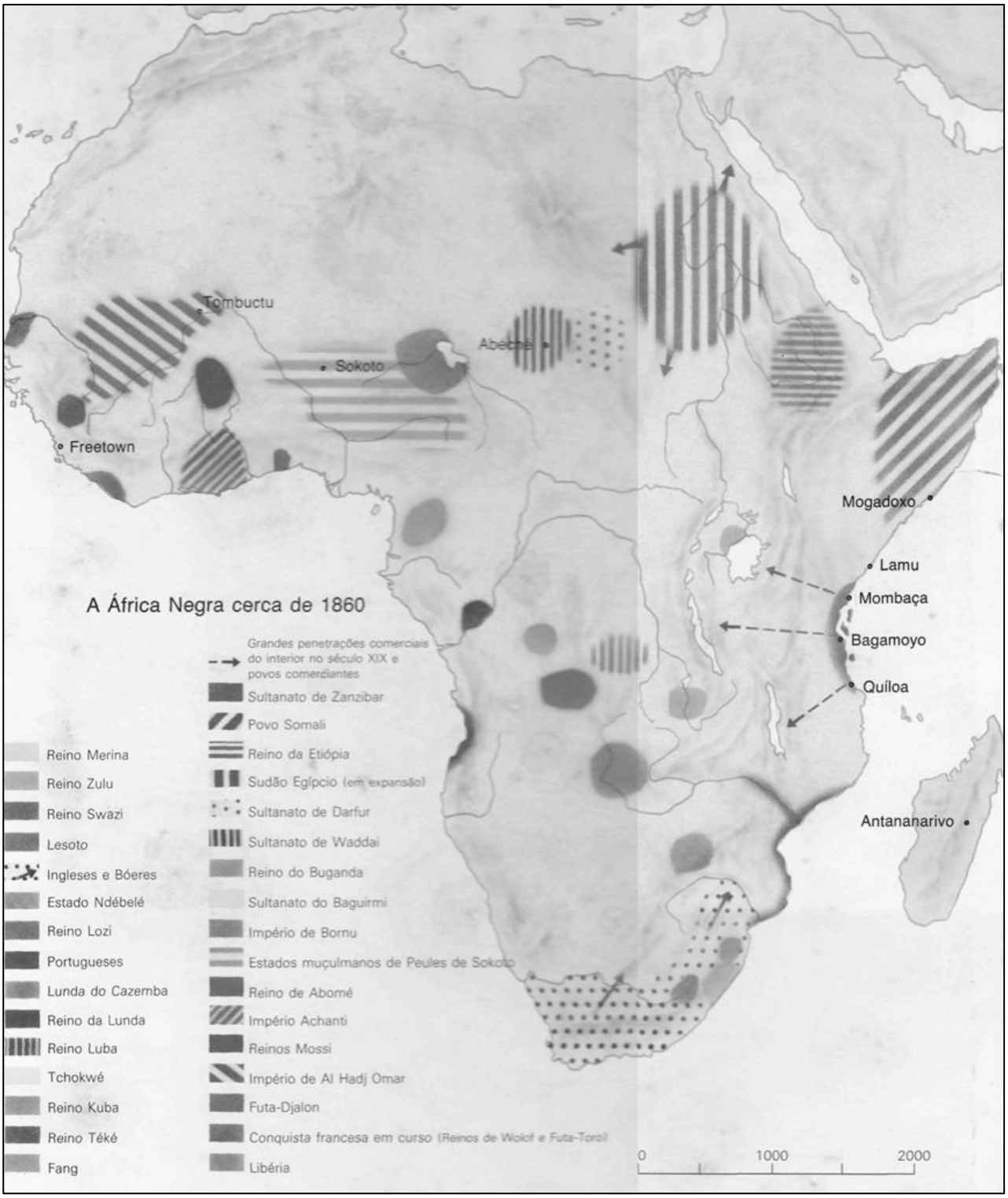
2. África do século XVI ao século XVIII



3. África no século XVIII



4. África no século XIX - 1860



Introdução

A África Negra, rodeada por dois oceanos e pelo Sara, é o mais tropical dos continentes. Perfilam-se aí zonas climáticas que vão do deserto mais seco à grande floresta húmida. Neste continente a Natureza é por vezes grandiosa e desumana. Um tal mundo significa muitas vezes isolamento, o desmembramento ou a concentração.

No entanto, a África conheceu deslocações de grandes grupos populacionais, difusão de técnicas e diferentes maneiras de viver. O pangaio (pequena embarcação africana e asiática a remos, com proa afilada e proa larga) do oceano Índico inicialmente, depois o dromedário do deserto alguns séculos antes de Cristo, e por fim a caravela europeia do século XV, tornaram a África interdependente dos outros continentes. Muito aberta às propostas mercantis e intelectuais do Islão, que vai permanecer em primeiro plano entre a Península Ibérica e a Indonésia do século VIII ao XVI, passa a ficar inserida, a partir de 1500, numa economia que a Europa começa a controlar e a liderar à escala mundial. No fim do século XIX, é a África inteira que sofre toda uma sujeição colonial. O desprezo global pelos Negros nos tempos da escravatura e da colonização, e depois a sua reabilitação neste século levaram os povos de cultura europeia a considerar a África Negra como um todo.

Mas estes acontecimentos maiores da história africana não devem fazer com que se negligencie a riqueza abundante das suas civilizações, com comportamentos sociais e culturais variados, estimulados pelos seus próprios recursos.

As sociedades africanas tradicionais (ou pré-coloniais) tinham em suas actividades económicas uma das formas de sobrevivência, de acordo com o meio ambiente em que viviam, de suas necessidades materiais e espirituais, e de toda uma tradição anterior de várias técnicas e tipos de produção. Havia muitos povos nómadas, que precisavam se deslocar periodicamente, e havia povos sedentários, que fundando seus territórios, chegaram a constituir grandes reinos, desenvolvendo actividades económicas produtivas, tanto de bens de consumo como de bens de prestígio (em que se destacam várias de suas artes de escultura e metalurgia).

Os africanos desenvolveram várias formas de governo muito complexas, baseando-se seja em uma **ordem genealógica** (clãs e linhagens), seja em **processos iniciáticos** (classes de idade), seja, ainda, por **chefias** (unidades políticas, sob várias formas). Algumas grandes chefias, consideradas Estados tradicionais, são conhecidas desde o século IV (como a primeira dinastia de Gana), mesmo assim posteriores a grandes civilizações, cuja existência pode ser testemunhada pela arte, como a cerâmica de Nok (Nigéria), datada do século V a.C. ao II século d.C. Aliás, ela é uma das produções mais atingidas pelo tráfico do mercado negro das artes na África que coloca em risco toda uma história ainda não completamente estudada.

Os impérios do Gana, Mali e outros se sucederam na África ocidental durante toda a Idade Média europeia; os reinos da África oriental e central (como os Lunda e Luba) rivalizavam entre si no decorrer dos séculos XVI e XIX, sendo considerados semelhantes aos estados de modelo monárquico ou imperial. Outros estados centralizados marcam relações de longa data com o exterior, como o reino Congo (a partir do século XIII).

12. O Golfo da Guiné nos séculos XIII a XV

12.1. Os Reinos do Golfo da Guiné até ao século XV

12.1.1. Os Reinos Africanos da Idade do Ferro (breve apontamento)

O Reino de Axum

O **Império de Axum** ou **Aksum** (também chamado de Reino de Axum/Aksum) foi um reino africano que se tornou conhecido pelos povos da região, incluindo o Mediterrâneo, por volta do século I. Tinha a sua capital na cidade de Axum, na actual Etiópia, embora as cidades mais prósperas fossem os portos do Mar Vermelho de Adulis e Matara, na actual Eritreia. Tal como, mais tarde, os reis da Etiópia acreditavam ser descendentes do rei Salomão e da Rainha de Sabá, os monarcas axumitas tinham a mesma crença.

Aparentemente, este reino começou a estabelecer-se nesta região no século V a.C., uma vez que muitos dos monumentos de Aksum são dessa altura. No entanto, não há muita informação sobre esses tempos antigos, até Axum atingir o seu apogeu. No século II, Axum adquiriu estados na Península Arábica, conquistou o norte da Etiópia e, finalmente, o estado de Kush, cerca do ano 350. Os axumitas controlavam uma das mais importantes rotas comerciais do mundo e ocupavam uma das mais férteis regiões no Mundo. Aksum encontrava-se directamente no caminho das crescentes rotas comerciais entre a África, a Arábia e a Índia e, como resultado, tornou-se fabulosamente rica e as suas maiores cidades tornaram-se centros cosmopolitas, com populações de judeus, núbios, cristãos e até budistas.

No século IV, o rei Ezana adoptou o cristianismo e foi baptizado como Abriha. O reino de Axum foi o primeiro estado africano a cunhar a sua própria moeda, aparentemente começando no reinado de Endubis (cerca de 270) até ao de Armah (aproximadamente 610). Este estado criou igualmente, também no século III o seu próprio alfabeto, denominado ge'ez (que corresponde igualmente a uma língua ainda falada na região).

O Reino De Cush (Kush) - Meroé

Os cushitas, em épocas mais recentes, ocupavam o sul do Nilo com seu impressionante exército de arqueiros.

Segundo muitos, Cush foi o local do Jardim do Éden. Gen. 2: 11-14 –

> ***"Um rio saía do Éden para regar o jardim, e de lá se dividia em quatro braços. O primeiro chama-se Fison: é aquele que rodeia toda terra de Hévila, onde existe ouro; e o ouro dessa terra é puro, e nela se encontram também o bdélio e a pedra de ônix. O segundo rio chama-se Geon: ele rodeia toda a terra de Cush. O terceiro rio chama-se Tigre e corre pelo oriente da Assíria. O quarto rio é o Eufrates."***

Nos escritos do Antigo Testamento, Cush é conhecido também por Núbia e muitas vezes citado como Etiópia.

Os historiadores gregos **Homero** e **Heródoto** deixaram registados que os **cushitas povoaram o Egipto, a Arábia, a Palestina, a Ásia Ocidental e a Índia**. Foram considerados, por Heródoto, como os mais altos, os mais bonitos; de maior longevidade entre as raças humanas e os mais

justos dos homens. São citados nos anais de todas as civilizações. A arte da mumificação, pelo qual são famosos os faraós egípcios, teve sua origem na civilização Cushita.

O Império de Cush construiu três vezes mais pirâmides que os egípcios e possuíram a cerâmica mais bela do mundo, assim considerada por todos os povos, inclusive os gregos.

A economia cushita era baseada em pedras preciosas, madeira de ébano, marfim, e também diversos produtos que contribuíram decisivamente para a manutenção e crescimento da civilização egípcia.

A 25ª dinastia do Egipto é conhecida como dinastia etíope, em 712 a.C., porque o Egipto foi conquistado pelo Império Cushita que governava o Egipto e a Núbia.

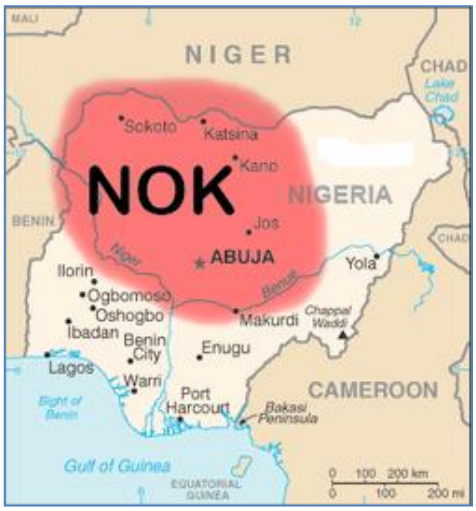
A primeira capital do Império Cushita foi à cidade de **Kerma**, anterior a 5.000 a.C., **considerada a cidade mais antiga da África**, cujo tamanho compreendia 62 acres e possuindo mais de 200 casas, e edifícios maciços do tijolo que foram devotados ao comércio e às artes, com um templo e um palácio.

A segunda capital foi **Napata**, um centro sagrado e devotado aos deuses. O templo fundado em Jebal Barkal, uma montanha sagrada, transformou-se na fonte de reivindicações de Núbia ao trono egípcio.

Os reis de Núbia invadiram o Egipto e estabeleceram a 25ª dinastia. O império de Núbia abrangeu a Síria no norte à Núbia no sul. Os reis de Núbia ajudaram o estado de Israel em seu esforço de guerra contra os Assírios. A terceira capital foi **Meroé**, a sua linhagem real durou mil anos. A cultura de Núbia em Meroé combinou tradições egípcias.

As mulheres tiveram papel proeminente na sociedade cushita, ocupando posições de poder e prestígio. Ao contrário das rainhas do Egipto que possuíam o poder derivado dos seus maridos, as rainhas de Cush eram governantes independentes. Cush era uma **sociedade matriarcal** no período de Meroé. Os historiadores acreditam que em Meroé, uma das capitais do império cushita, nunca um homem reinou. O título de Candances para as rainhas foi originado do vocábulo 'kentace', e existiu por mais de quinhentos anos. Quatro dessas rainhas: Shanakdakete, Amanirenas, Amamishakete, Amamitere foram guerreiras temidas e comandaram seus bravos exércitos.

O Reino de Nok



Nok era uma civilização existente no norte da Nigéria que, no século V a.C. dominava a metalurgia.

O seu extenso legado constitui aquilo que se chama a Cultura Nok.

Por razões desconhecidas, esta cultura desvaneceu-se por volta do século II ou III da nossa era.

Eram principalmente agricultores sedentarizados que cultivavam o inhame (para alimentação) e produziam óleo de palma, sendo provável que não criavam gado. Parecem ter sido pioneiros também na metalurgia, já que foram os primeiros ao sul do Sara a fundir o ferro. "A língua Nok estava possivelmente ligada à dos Protobantos, que enxameavam toda a África Central e Meridional. (...)

Precedendo de vários séculos a cultura de Ifé, a civilização de Nok constitui um elo essencial para o conhecimento da antiquíssima história do continente africano. Nada se sabe sobre como terá desaparecido esta cultura, se de forma brutal ou na sequência de um progressivo declínio." Os

Nok habitaram uma ampla área de "480 quilómetros por 160 quilómetros" a norte da confluência do rio Níger com o Benué, entre cerca de 500 e 200 a.C.

A civilização de **Nok** é sucedida pela **Ioruba**, que a partir da cidade de Ifé fundaram várias **cidades-estado**.

Cultura Nok - Desenvolveu-se durante a Idade do Ferro no período de 500 a.C. e 200 d.C. Na Idade do Ferro usavam cobre, estanho, bronze e ferro para produzirem seus artefactos com mais resistência, na Civilização Nok não foi diferente, fabricavam lanças, machados, artefactos de metais, vasos, esculturas, estátuas e outros de barro e cerâmica. Demonstravam toda a arte africana em seus adereços.

Arte Nok - A sua arte tem algumas características que se devem assinalar. Os Nok representaram pessoas e animais. As cabeças humanas são modeladas segundo as formas geométricas em uso: esféricas, cónicas e cilíndricas; são em tamanho quase natural e as feições são estilizadas. "As cabeças humanas, mesmo quando mostram alguma tendência para o naturalismo, nunca são retratos. Em contrapartida, os animais são tratados de forma realista, o que leva a pensar que as representações humanas se afastam da realidade voluntariamente e não por falta de habilidade dos artistas." De facto, há estudiosos que sugerem que existia uma recusa em fabricar retratos, pois o modelo poderia ficar exposto à acção de forças maléficas. Ainda assim, há uma preferência pela representação humana, embora tenham aparecido elefantes, macacos, serpentes e carraças.

12.1.2. Os Primeiros Impérios Africanos no período da Islamização

O Reino do Gana

Império de Gana localizou-se na região Sahelo-sudanesa. O Sahel é uma área entre o deserto do Sara e as florestas tropicais. No século IV, o período em que se formaram os Estados Nacionais, era uma área maior. Os soninqués, por exemplo, habitavam uma área saheliana que hoje já foi tomada pelo deserto. Isso porque, há 10 mil anos, uma parte relativamente pequena de deserto começou a expandir-se e tomar as proporções gigantescas que o Sara tem hoje.

A adopção do dromedário permitiu que os berberes se tornassem senhores do deserto no século III. Com este meio de locomoção, o deserto deixou de ser um "mar" que separava, para unir o Mediterrâneo à África.

O Império de Gana surgiu por volta do século IV como Estado centralizado. As fronteiras ocidentais seguem a linha do rio Senegal; as orientais perto de Tombuctu; embaixo são delimitadas pelo rio Níger e acima pela linha de Tebferilla.C.ostuma-se dizer que a origem do Império Gana remonta aos soninqués. O soninqué é um povo que habitou o Sara Ocidental antes dessas áreas se desertificarem - antes de Cristo.

Enquanto Monarquia seria uma forma de governo na qual o poder supremo é exercido por apenas um monarca. Por não possuir vontade de se expandir territorialmente, não ter tentado unificar todos os povos dentro de seus domínios, de acordo com a visão romana não podemos considerar Gana um Império. Era um reino por ter um soberano, um sistema monárquico, mas também um Estado, por possuir governo próprio. Havia uma esfera de influências, vários povos próximos à Gana não respondiam directamente ao rei, mas lhe pagavam tributo. A soberania não era exercida sobre a terra, mas sobre os homens. O monarca não estava interessado em ampliar seu poder pela adição de novos territórios, mas em submeter números crescentes de grupos humanos que lhe pagassem tributo e pudessem fornecer soldados.

Quanto à sucessão ao trono, esta era matrilinear: era o filho da irmã do rei que lhe sucedia. Permitindo assim assegurar que o sucessor fosse sempre de sangue real, já que seu filho poderia não ser realmente seu filho. O sistema matrilinear, foi prática comum nos povos africanos e está ligada ao seu carácter agrícola e sedentário.

Estima-se que na segunda metade do século IX os azenegues tenham conquistado Audagoste, facto de extrema importância para compreender os motivos que levaram Gana ao seu apogeu. Os azenegues figuravam entre os berberes. Dividiam-se em grandes grupos e controlavam rotas comerciais. Enquanto isso, Audagoste era uma pequena cidade, segundo o Costa e Silva, fundada por volta do século sete. Apesar de recente, era um centro agrícola, artesanal e mercantil. Os azenegues conquistaram Audagoste na segunda metade do século nove. O grande chefe azenegue vivia no deserto e ia de vez em quando a Audagoste. Esta e Gana se completavam. Audagoste controlava o comércio de sal e a saída para o deserto e Gana o ouro e as trilhas para a savana e o cerrado. No início do século XI os soninqués subiram até Audagoste e lá puseram seu rei. Assim, o poderio de Gana atingiu seu apogeu, com seu soberano dispondo de grandes forças militares.

Os arqueiros militares eram em torno de 40 mil durante o apogeu. Usavam arcos pequenos e flechas com bico de ferro. O alcance da arma era curto, mas os arqueiros eram temidos e decisivos nas batalhas. O desconhecimento da sela, do estribo e do freio reduzia o impacto do cavalo como animal de guerra. Mas não os excluía das batalhas, já que a montaria fornecia certa mobilidade. O cavalo aparecia como sinal de prestígio. É também provável a existência de tropas camaleiras, inclusive o uso do dromedário para a captura de escravos. A infantaria era a força básica do Exército de Gana, sendo mais de 100 mil soldados, a qual demonstra, portanto, a força militar alcançada pelo Império.

O cavalo, visto que era ligado à pompa do estado, era o transporte do soberano. O *gana* só montava a cavalo e percorria a cidade, duas vezes entre cada levantar e pôr-do-sol, acompanhado pelos grandes do reino. A comitiva era precedida por tambores e pífaros, sendo os tambores utilizados em rituais ligados à religião e à corte, como mais tarde seria comum em quase todos os desfiles reais por África. Parece certo que havia tambores especiais para cultos religiosos e cerimónias da corte.

Quando morria o gana, erguia-se uma grande cabana de madeira para acolher seu corpo. Ali se colocavam suas vestes, suas armas, os objectos que usara para comer e beber, e comida e bebidas. Conduziam-se para dentro do que seria o túmulo os criados que tinham servido ao rei. Vedava-se a porta. O povo jogava terra sobre a cabana, até que houvesse uma espécie de colina. Ao redor, cavava-se um fosso. Ao morto, eram oferecidos sacrifícios humanos e bebidas fermentadas.

O ouro era taxado em forma de tributos ao *gana*, para manter sua numerosa corte. O minério refinado era para o rei, já o ouro em pó era de quem encontrasse. O ouro viria ali ter não só de Bambuk e Buré, mas também de Lobi. Os zanatas controlavam o comércio na cidade de Sijilmessa e também alguns entrepostos em Audagoste. Com o desejo de também ter por seu domínio estes entrepostoso, os Almorávidas se lançam cada vez mais ao sul do Marrocos e passam a ter um controle mais eficiente nos comerciantes zanatas de Audagoste.

Os almorávidas deixaram grande contribuição para a islamização de grande parte das populações do norte do Sudão Ocidental, sobretudo os soninqués que se iriam transformar em fervorosos catequistas, além de um rompimento com o equilíbrio entre a agricultura e a pecuária existentes no Sahel, substituindo terras que eram cuidadosamente lavradas por campos de pastoreio e a conversão pelos azenegues a seu modo de vida de alguns núcleos que abandonaram a lavoura pela criação de gado e aderiram ao nomadismo. Com os rebanhos numerosos, cedo desertificaram o que então era o Sael. Certos reis e nobres sudaneses começaram a usar até mesmo o véu sobre o rosto, o litham.

Em 1203 ou 1204, os Sossos tomaram militarmente Gana e muitos mercadores soninqués emigraram para outras terras, especialmente para um lugarejos que crescerá com o nome de Ualata e se transformará no mais importante porto caravaneiro do Sudão Ocidental.

O Reino do Mali

O **Império Mali** foi um estado da África Ocidental, perto do rio Níger, que dominou esta região nos séculos XIII e XIV. De três impérios consecutivos, este foi o mais extenso territorialmente, comparado com o de Songai e do Gana.

O antigo Reino de Gana, na África Ocidental, desapareceu em 1076 e aí ergueu-se o maior de todos os impérios medievais africanos, o Império Mali. Gana foi-se mantendo sob o governo dos berberes e dos muçulmanos até 1240 quando o rei do Mali, Sundiata Keita, acabou por conquistá-lo. Sundiata era um mandingo, um dos grupos de povos negros que ainda vivem no Mali dos nossos dias.

Depois de um período durante o qual o reino dos Mossinos, da região do Alto Volta, dominou parte do Mali e saqueou a sua capital, o Mali recuperou o seu poderio sob a chefia de Suleimã, que governou de cerca de 1341 a 1360.

O império alcançou o auge no início do século XIV, durante o governo de Mansa Musa, que se converteu ao Islão. Em sua peregrinação a Meca, esse soberano fez-se acompanhar de uma comitiva com 15 mil servos, cem camelos e expressiva quantidade de ouro.

Em seu retorno, determinou a construção de escolas islâmicas na capital, a cidade de Tombuctu, que de próspero centro comercial, tornou-se também um centro de estudos religiosos.

O império controlava as rotas comerciais transarianas da costa sul ao norte. Os principais produtos comercializados eram: ouro, sal, peixe, cobre, escravos, couro de animais, noz de cola e cavalos.

O Império Mali sucumbiu finalmente ante o assalto combinado das tribos tuaregues do Norte e dos Mossinos, do Sul, durante os anos de 1400.

12.2. Os Reinos do Golfo da Guiné depois do século XIV

O reino do Benin

O Reino do Benim, como todas as cidades Iorubas, está ligado à cidade sagrada de Ifé e à descendência de Oduduwa.

Este reino desenvolveu-se, porém, no seio dum povo vizinho, os Bini. No século XV o Benim atingiu o seu apogeu, no flanco do delta do rio Níger. O seu soberano mais célebre, o oba Ewaré, o Grande, subiu ao poder em 1440, engrandeceu o reino, mandou construir estradas e embelezar a sua capital, que iria suscitar a admiração dos viajantes durante séculos.

O que espantava igualmente esses visitantes era a cerimónia durante a qual, uma única vez no ano, o rei aparecia perante o seu povo. Um geógrafo holandês, O. Dapper, relatou em 1668 os rituais que rodeavam esta saída do soberano:

> ***"O Rei aparece a cavalo coberto com as suas insígnias reais, acompanhado por um séquito de quatrocentos nobres e uma banda de música. Trazem leopardos encadeados e um certo número de anões e surdos-mudos que servem de bobos para distrair o Rei, A seguir estrangulam-se ou decapitam-se doze ou quinze escravos."***

Na governação do Estado, o soberano era servido por três grupos de dignitários. Uma hierarquia complexa de títulos e funções estava aberta aos homens livres que davam provas de capacidade e valor. As rendas do reino provinham dum tributo de bens alimentares cobrado por povoação, e o rei dispunha também do trabalho dos seus escravos e do monopólio das exportações. As corporações de artesãos estavam debaixo da sua alçada, pois ele era o seu principal e único cliente, e controla-as por intermédio dum delegado. Cada quarteirão da capital tinha a sua

actividade especializada — fabricação de tambores, fundição de bronze, curtumes, escultura em madeira — e tinha as suas obrigações relativamente ao oba.

A partir do século XV, o Benim estabeleceu relações regulares com Portugal e depois com outros países europeus, a quem passou a vender escravos, e também manilhas em ouro. Em finais do século XIX, os Ingleses tentaram impor o seu protectorado sobre a região do Benim, mas, depois de o seu cônsul ter sido assassinado, enviaram um exército em expedição punitiva contra o Benim.

Em 1897 a capital foi tomada, pilhada e praticamente arrasada. Os soldados apoderaram-se de milhares de obras-primas da escultura do Benim, objectos que se encontram hoje em numerosos museus e galerias de arte do Ocidente.

Os povos do Senegal e da Gâmbia

Do curso inferior do rio Senegal até ao rio da Gâmbia estende-se uma savana seca que se torna cada vez mais verde e arborizada para o sul, mas que se mantém uniformemente plana, baixa e sem relevos naturais. É um mundo de camponeses, de campos e de celeiros, sem cidades.

Do baixo Senegal às falésias do promontório de Cabo Verde, face ao Oceano, estende-se o país dos Wolof, com vida política intensa e uma rica literatura de tradição oral.

Em direcção ao Sul, até Salum, sucede-lhe o país dos Sereres, agricultores e bons utilizadores do estrume animal. Contrariamente aos seus vizinhos do Norte, mantinham-se refractários ao Islão.

No interior das terras, no vale médio do Senegal, o Futa-Toro é um oásis linear numa região árida, semelhante ao vale do Nilo. As terras baixas (*walo*) são fertilizadas pelas cheias anuais do rio, e as terras altas (*dierí*) só ocasionalmente são atingidas e fertilizadas por essas cheias e pelas chuvas de Verão. Este celeiro de milho-miúdo da região, islamizado há longa data, é o país dos Tuculeur, que partilhavam a mesma língua com os Peules. Estes últimos, pastores, apascentavam os seus rebanhos no Ferio, uma estepe no centro da região, e juntamente com esses rebanhos guardavam os dos Tuculeur. A montante dos rios encontravam-se os Soninqué, cujos antepassados tinham fundado o reino do Gana, quanto aos Mandingas, povoavam o vale do rio Gâmbia.

Todos estes povos tão diversos tinham um ponto comum, formavam sociedades hierarquizadas, em ordens sociais.

No topo, o poder estava entre as mãos dos nobres, dominados pelas famílias dos príncipes, entre as quais se escolhia o pretendente ao trono. Depois vinha a grande massa dos camponeses. Ao lado deles viviam os feiticeiros, mestres da "palavra", e os artesãos que trabalhavam o couro, o metal, a madeira, os tecelões... castas fechadas, vítimas dum certo desprezo social, que se casavam entre si. Por fim os escravos, cuja condição variava conforme tivessem nascido em casa do seu senhor ou adquiridos recentemente, ou conforme o seu senhor era rei ou um homem comum.

A partir do século XVI e durante mais de dois séculos o tráfico de escravos (para fora de África, em barcos negreiros) favoreceu príncipes e nobres, dando-lhes proventos e armas. O fim deste tráfico privou-os destas vantagens e precipitou toda a região numa grave crise social. A tudo isto juntou-se a conquista colonial do país pelos Franceses, que já vinham ocupavam São Luís do Senegal e a ilha de Gorée desde o século XVII.

A Expansão do reino Mossi na bacia do Níger

Entre a bacia do Níger e o golfo da Guiné, o planalto onde nasce o Volta Branco (Muhun) é o país dos Mossi.

Os cavaleiros Mossi aparecem neste território no século XV. Vinham do Sul, do Gana actual. Os seus cavalos asseguravam-lhes uma superioridade temível. Impuseram-se às populações locais. Pouco a pouco ergueu-se uma nova sociedade, onde passam a viver as "gentes do Poder", descendentes dos Mossi e do seu antepassado Ouedraogo, a par das chamadas "gentes da terra''.

Estes últimos continuam a cultivar a terra e a valorizá-la. Nas suas fileiras estão também os sacerdotes que procedem a rituais a fim de que sejam asseguradas boas colheitas. As "gentes da terra" e as "gentes do Poder" formam entretanto uma civilização única, ligadas que são por uma língua comum, ritos comuns e uma organização em povoações e reinos. A partir do século XV até ao século XIX os Mossi fundam uma vintena de reinos cujos limites e fronteiras variam muitas vezes. A maioria destes reinos reconhece a suserania do Moro-Naba, o "rei do mundo", chefe do reino central: o de Uagadugu.

Personalidade sagrada, o Moro-Naba não era no entanto um potentado autónomo, pois devia obedecer a um regulamento muito estrito, uma verdadeira Constituição, que ele não podia modificar. Numerosos conselheiros velavam pela aplicação desta legislação e davam o seu parecer sobre assuntos importantes. Formavam uma espécie de "conselho do Império", no qual cada membro estava especializado num domínio particular, a guerra, o comércio, a justiça. Uma administração centralizada permitia manter a autoridade do rei no conjunto do reino, que estava dividido em feudos confiados a príncipes da família real.

Os reinos Mossi tinham uma excelente reputação graças aos seus guerreiros, e muito poucos invasores se atreviam a enfrentá-los. O temor que inspiravam aos vizinhos e, durante muito tempo, a sua recusa em aceitar o credo islâmico, deram-lhes uma originalidade marcante e uma autonomia ao abrigo das reviravoltas da História. E embora as lutas dinásticas fossem por vezes violentas, o país Mossi conheceu ao longo dos séculos a paz e a segurança favoráveis à circulação de bens e à ordem sempre renovada dos campos de cultivo...

A caminhada dos Ashanti

Os Europeus chamavam à região que orla o golfo da Guiné de "Costa do Ouro". A partir do século XV, os Portugueses descobrem esses lugares, fundando aí, em 1481, o forte de São Jorge da Mina.

A seguir, todas as nações europeias que se atrevem a navegar pelo Atlântico vêm até aí estabelecer fortalezas e feitorias, a fim de negociar os metais preciosos e os escravos. Seguindo os Portugueses, mercadores franceses, holandeses, suecos, dinamarqueses, ingleses e alemães frequentam esta costa, que em breve fica assinalada de trinta e cinco fortes de várias nacionalidades.

Os Den Kyira compram armas aos Europeus, com as quais capturam e escravizam os seus vizinhos e lhes impõem tributo. É para quebrar este estado de coisas que em 1700 os Achanti unem-se.

Esta iniciativa é levada a cabo pela acção dum príncipe, Osei Tutu, que reina na sua cidade de Kumasi. A tradição conta que sete reis se reuniram nesta cidade graças à iniciativa do mágico Okomfo Enokyé, que lhes deu a beber a todos uma poção mágica. E todos viram então um céu tempestuoso, riscado por relâmpagos, donde saiu uma nuvem branca, e dela surgiu um tamborete de ouro que veio pousar delicadamente sobre os joelhos de Osei Tutu, tornado assim, por protecção divina, chefe de todos os Achanti.

Se este episódio pode parecer lendário, os reis Achanti conservavam uma cadeira de ouro, sinal do seu poder, símbolo do reino, objecto venerado por todos. Originalmente instalados na floresta, no interior, os Achanti estendem pouco a pouco os seus domínios: para o Norte até à savana, para Oriente até ao vale do Oti, e para Ocidente até ao vale do Comoé. Para eles, comerciar com o Norte é tão importante como negociar com a costa. Gozam dessa posição vantajosa que não os prende ao tráfico atlântico, como é o caso de outros Estados africanos.

Um exército importante, uma administração apta a fazer recenseamentos e discriminação nos impostos, um conjunto de correios, porta-vozes, embaixadores, intérpretes e espiões fazem deles uma grande potência. Asseguram assim o controle da costa, não hesitando em atacar com sucesso fortes guarnecidos de europeus, forçando mesmo os Ingleses a fazer tratados com eles, no século XVIII.

Um século mais tarde, porém, esses mesmos Ingleses implantam-se solidamente na Costa do Ouro e acabam por impor o seu protectorado sobre o país Achanti.

O Potentado De Abomé (DAOMÉ)

As chamadas "indumentárias" representavam um tempo alto e animado no reino de Abomé (Abomey). Eram as festas anuais em honra dos antepassados e dedicadas particularmente ao último rei falecido. Entre o brilho das indumentárias festivas, dos guarda-sóis, por entre cenários construídos provisoriamente, ornamentados com panejamentos, espingardas e crânios, sucediam-se paradas, combates simulados, recitativos, sacrifícios de animais e seres humanos... A generosidade do rei como que explodia: dava presentes aos dignitários e aos estrangeiros, e lançava ao povo, do alto do seu estrado, tecidos, tabaco... Fazia desfilar os tesouros retirados dos seus armazéns, nos quais a prataria feita pelos artesãos locais seguia lado a lado com todo o género de bricabraque comprado aos Europeus na costa: canhões, relógios, cadeirinhas do século XVIII e XIX.

Exprimia-se assim, uma vez por ano, a riqueza dum reino que construíra a sua fortuna no século XVIII com o comércio da escravatura.

Povoado pelos Fon, povo aparentado com os lombas, ganhara identidade graças à acção guerreira dos seus soberanos, que tinham conquistado Uidah, na costa atlântica. Neste porto, o rei era representado pelo Yevoghan, o "chefe dos brancos", e pelos agentes que controlavam a saída dos escravos e a entrada das armas, tecidos, bebidas alcoólicas e artigos de pacotilha. Todo este comércio estava nas mãos dum pequeno grupo de mercadores composto por personagens notáveis locais, mestiços portugueses e sobretudo por "brasileiros", escravos libertos que tinham regressado das Américas e se devotavam ao tráfico.

A par desta economia virada para o exterior e dirigida pelo rei, o trabalho da terra e os pequenos negócios constituíam a actividade dos seus súbditos. No século XIX, quando os países europeus impuseram o fim do tráfico de escravos os soberanos de Abomé tiveram de modificar a sua política. Devido à grande procura do óleo de palma, eles organizaram a sua produção, conjugando uma boa manutenção das suas palmeiras com o trabalho dos seus cativos.

"Os homens trepam às palmeiras para cortar os grandes cachos e as mulheres tratam os caroços para extrair deles o óleo. Uma rede fechada escoa a seguir a produção de óleo para Uidah, onde o rei cobra taxas sobre o seu comércio."

Os Senufo da Costa do Martfim até Burkina Faso

Grandes povoações fechadas sobre si mesmas, um bosque sagrado nas proximidades, campos sem vedações onde cresce o inhame, o milho-miúdo, o sorgo, o milho, o algodão, arrozais inundados próximos dos leitos dos ribeiros, tal foi o enquadramento de vida dos Senufo, que criaram uma civilização de povoações e camponeses nos confins do país que constitui hoje a Costa do Marfim, o Mali e o Burkina Faso.

O *Korogho* tornou-se no último século a sua região mais povoada. Eles cultivavam os seus campos fazendo montículos com terra adubada por decomposição de matérias orgânicas. Isso permitia aos tubérculos de inhame desenvolver-se em comprimento, e aos caules de cereais enraizar-se profundamente e resistir aos tornados.

A vivência Senufo tinha dois quadros essenciais, o da família e o da povoação. Havia inicialmente a família num sentido largo, um grupo que reunia vários lares e ainda os celibatários com essa mesma ascendência. Residiam e trabalhavam em conjunto sob a égide dum patriarca da família, senhor do solo, gestor dos bens e intermediário entre os vivos e os defuntos.

Depois havia a povoação cuja coesão resultava do poro, sociedade iniciática cujos chefes resolviam os problemas e assuntos comuns, organizavam os funerais e velavam por que se respeitasse a tradição. A iniciação ao poro, para os homens, desenrolava-se entre os dez e os trinta anos de idade, em três fases de sete anos cada uma.

O bem guardado segredo e as numerosas variantes tornaram os pormenores desta iniciação mal conhecidos. Devia comportar vários ensinamentos, retiros, provas, com uma aprendizagem gradual de ritos, relatos da história do grupo, a descoberta do sentido simbólico dos gestos e das estatuetas. Este progresso no conhecimento culminava no momento da iniciação dos adultos, que tinha lugar no bosque sagrado onde havia altares cónicos de terra batida e estátuas de animais venerados. As máscaras tinham um lugar destacado nas cerimónias, compassadas pelo toque de tambores grandes, assentes em suportes, e de outros tambores mais pequenos levados ao pescoço ou mantidos entre as pernas, tocados por músicos dançarinos. As mulheres tinham também rituais de iniciação, mais simples, menos estritos, mas que lhes davam grandes conhecimentos do mundo da adivinhação.

O Reino do Congo

Os Congoleses devem a origem do seu reino a um imigrante, Nimi a Lukeni. Ele e os seus companheiros teriam casado com jovens dos clãs que detinham os direitos sobre aquela terra onde tinham chegado. Estas alianças aceleraram a aceitação deste novo soberano conquistador e civilizador. Outras províncias reuniram-se a esta quando se acabou de constituir este conjunto político, datado do fim do século XIV.

Debaixo da autoridade do rei, o ManiCongo, os representantes dos habitantes submetidos conservavam os seus poderes e o encargo de proceder aos ritos oficiais. Na base do sistema permaneciam as

povoações, ligadas por uma "matrilinhagem", constituídas por grupos que descendiam por via feminina dum antepassado comum.

Numa tal sociedade, onde a identidade familiar era transmitida por linha feminina, eram os tios maternos, os irmãos das mães, que detinham o poder e a autoridade. O rei reservava para si os *nzimbu*, conchas trazidas do fundo do mar por mergulhadores, e mandava verificar e calibrar essas colheitas, pois os *nzimbu* serviam de moeda.

As despesas do Estado, os impostos e as compras pagavam-se principalmente com *nzimbu*. Os Portugueses entram em contacto com o reino do Congo em 1482, e estabelecem-se relações entre os dois povos. O rei do Congo converteu-se ao Cristianismo e passou a ser conhecido como Afonso I (1506-1543). Pediu artífices e padres, abriu escolas e esperou o apoio do rei de Portugal, para fazer uma modernização no seu país, que queria dirigir livremente. Para satisfazer o intuito do novo mercado comercial que se instaura tem de vender muitos escravos, que o arrastam para guerras, desordens e intrigas de traficantes.

O Congo fica cada vez mais ligado aos Portugueses. Por esta razão em 1568, um dos sucessores de Afonso I não pode vencer uma rebelião interna senão com a ajuda dos Portugueses; estes instalam-se em Angola, tornando-se num vizinho colonial, que busca minérios onde os não há. Chega-se ao confronto militar. A 29 de Outubro de 1665, perto de Ambuíla, dois exércitos opõem-se (o do rei do Congo rebelde e o dos portugueses e chefes africanos fiéis aos acordos firmados). Ambos usam cruzes nas bandeiras. A batalha dura seis horas e termina pela derrota do reino do Congo e morte do seu soberano.

Reino do Congo (Séc XV-XIX)

"Congo era o nome utilizado pelos portugueses, desde os finais do século XV, para designarem o território do Zaire, descoberto pelo navegador Diogo Cão que, ao atingir esta região, pensou que a Índia estaria próxima. Ao longo dos tempos este nome tem um conteúdo abrangente, de tipo etnológico, geográfico e político. Com efeito, aplica-se a certos povos africanos da grande família banta, às extensas e imprecisas regiões que esses povos ocuparam e que o rio Zaire de alguma forma estrutura, e, ainda, aos senhorios que esses povos criaram e mantiveram. O âmbito de aplicação do vocábulo alargou-se mais tarde a territórios fora dos domínios do rei do Congo e o próprio rio chegou a ser assim chamado. O Congo, com o seu rei, o "Manicongo", foi visto pelo poder político português dos inícios da Modernidade como uma potência com quem valia a pena estabelecer relações de amizade, pois isso poderia ser proveitoso para as causas comerciais e evangelizadoras portuguesas. O acolhimento inicial não podia ser mais favorável. A tal ponto que, com a conversão dos povos, os portugueses procuraram dar uma feição europeia a este reino africano e a este príncipe negro da época quinhentista: língua, títulos de nobreza, cerimónias palacianas e costumes passaram a ser exactamente como em Portugal. Mas o entusiasmo inicial, deixado para a posteridade por João de Barros, cedo arrefeceu. Com excepção das lucrativas expedições de comerciantes e missionários, esta assimilação poucos frutos deu, com uma ou outra excepção ao nível do vestuário (alguns africanos passaram a vestir "à portuguesa") e a adopção de algumas regras de direito português. Mesmo a nível das relações de Estado a Estado, Portugal viu-se na perante a eventualidade de fazer despesas pouco compensadoras. Com efeito, foi graças ao auxílio militar que os congoleses conseguiram aguentar durante certo tempo a violenta invasão dos Jagas. Por outro lado, esta invasão e outros problemas regionais desgastaram o território. Além disso, desde finais do século XVI, os portugueses já não estavam sós naquelas paragens, tendo de sofrer a concorrência de outros europeus. Por isso, pareceu mais proveitoso desviar a atenção para sul, para o reino do N'Gola (futura Angola) que, com o tempo, virá a dominar o antigo Congo. No século XIX, quando a movimentação imperialista europeia obrigou os portugueses a defrontar ingleses, franceses e belgas, do projecto inicial português para o Congo só restava uma recordação, mantida pelo contacto esporádico do comércio de escravos e marfim. Na Conferência de Berlim (1884-1885) Portugal perdeu a maior parte da vasta região que percorria desde há quatro séculos e nem as inscrições gravadas em Ielala pelos homens de Diogo Cão foram suficientes para colocar esse local sob o domínio português. Cabinda acabou por ser a excepção, entre as zonas a norte do Zaire."

Reino do Congo (Séc XV-XIX). In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2011. [Consult. 2011-03-26]. Disponível na www: <URL: http://www.infopedia.pt/$reino-do-congo-(sec-xv-xix)>.

13. A Arte Africana – manifestações artísticas

13.1. Danças de África

A dança é a arte mais intimamente ligada à vida africana. Aparece representada nas pinturas rupestres do Sara e da África do Sul. Dançarinos e instrumentistas não são raros na estatuária nem nos relatos de viajantes estrangeiros que por lá andaram outrora. Muitas actividades recebem um acompanhamento rítmico e musical.

A mestria tão generalizada e tão abundante de danças requintadamente executadas de acordo com regras ancestrais é sinal duma excepcional civilização da arte de expressão corporal. A dança é quase sempre uma manifestação de grupo. Mesmo quando as dançarinas dispostas em linha se separam, umas atrás das outras, os seus movimentos permanecem idênticos. A única dança individual concebível numa cerimónia é a de um mascarado, para movimentações de resto modestas, complementares por vezes doutras intervenções individuais. A maior parte das danças em grupo desenham figuras no solo.

O local também não é indiferente. Nos rituais de fertilidade, os dançarinos dançam pisando um campo escolhido. As danças de iniciados fazem-se muitas vezes na orla da povoação, num espaço livre. As danças de funerais podem ocupar o largo principal da povoação. Os dançarinos chegam em fila indiana e permanecem nessa posição ou desdobram-se em duas filas paralelas. Descrevem depois um círculo, simples ou duplo.

Há também danças mais coreografadas que podem inclusivamente imitar o comportamento dos animais. É mais raro quando os dançarinos se alinham em várias filas, formando uma massa cujos movimentos são limitados. Conhecem-se também danças executadas pelos dançarinos sentados no solo, onde os homens e as mulheres estão de tal maneira agrupados que não movem senão os braços e a cabeça. E existem as danças nas quais o dançarino, de pé, move apenas uma parte do corpo — ombros, ventre ou ancas.

Danças de possessão

No caso da "possessão", um actuante na cerimónia, homem ou mulher, ou mesmo um espectador, é “penetrado”, “habitado”, "cavalgado" por um antepassado, um deus, um génio, que assim encarna nele, fala pela boca dele e movimenta-se por intermédio do seu corpo.

Este facto tem sido atestado em numerosas regiões de África. Dão-se exemplos: nas civilizações do Benim, onde a vida religiosa assenta largamente nestes cultos, e o adepto duma divindade — dum Orixá entre os lorubas ou dum Vodun entre os Fon — deve estar sempre pronto a recebê-la. Ou ainda o culto dos Bori, no país dos Haussa (Níger e Nigéria): uma multidão de génios, agrupados hierarquicamente, que tem cada um deles sexo, a sua cor, a sua personalidade, qualidades ou defeitos, prestígio, e uma relação com o próprio universo... e são evocados para vir junto dos homens em cerimónias muito intensas.

A incorporação da divindade no homem traduz-se por uma violenta crise nervosa. Este transe, uma vez dominado através de orações, gestos e absorção de poções adequadas, faz do possesso o suporte da divindade, com a perda da sua consciência normal. Acontece por vezes que a divindade escolha, sem pré-aviso, a sua encarnação passageira, ainda assim na maioria das vezes, porém, os homens prepararam esta recepção.

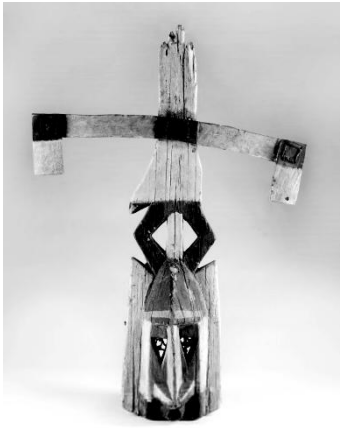
O adepto dum Vodun ou dum Orixá torna-se possesso dessa divindade voluntariamente, ou pela indicação dum feiticeiro ou obedecendo à chamada directa da própria divindade. Segue uma longa iniciação religiosa que o prepara intimamente para a maneira de dançar, de dar passos, de cantar, dos ritmos do seu deus, da maneira como ele se comporta e se exprime, das suas particularidades físicas. Desta maneira está habilitado aos sinais rítmicos que anunciam a presença do seu deus e o seu desejo de possessão, e ele insinua-se naturalmente em toda a cerimónia, no reportório das danças e das atitudes que dão a conhecer o deus. O adepto, o iniciado tem como que duas vidas, duas personalidades, duas consciências.

Danças Dogon

Entre os Dogon, no Mali, o falecimento dum homem importante pode dar lugar, depois dos seus funerais, a um *dama*, cerimonial e festa do levantamento do luto. Quando o *dama* é anunciado, fora da povoação, no mato ou em abrigos entre rochas, máscaras são esculpidas ou repintadas por aqueles que, circuncidados e membros da sociedade dos mascarados, irão usá-las. Entrançam-se e tingem-se as fibras das cogulas e dos saiotes, fixam-se os *cauris*, conchas de molusco, muito valorizadas.

Com a sua chegada à povoação, mulheres e crianças entram nas suas habitações. Duas máscaras são particularmente importantes:

- *Kanaga* é uma máscara que tem no topo uma haste com duas lâminas e duas réguas, munida duma cimeira de fibras vermelhas e amarelas. Para os não-iniciados, parece uma ave com as asas abertas. Para os que têm o "conhecimento", simboliza o homem, eixo do mundo, e o céu e a terra. Outras interpretações são perceptíveis. Quando o dançarino, rodando bruscamente o busto, aproxima a máscara do solo, evoca a vibração interna da matéria original.
- *Sirigé* é uma máscara com a forma dum rectângulo, com dois vazamentos verticais. Tem sobreposta uma lâmina com vários metros, pintada e perfurada, com triângulos opostos e linhas paralelas. É uma "casa de andares", o que tem vários sentidos:
    - as etapas da criação do mundo,
    - os vários planos que separam a terra doutros planos de existência,
    - a sequência das gerações,
    - a hierarquia da família humana



Kanaga

Os passos do portador, as genuflexões e os movimentos do seu busto marcam os limites do horizonte, as orientações, o curso do Sol à volta da Terra, a criação do Universo.

Tambores

Os tambores são instrumentos privilegiados da música africana, e têm por isso um uso muito particular e importante. É o que sucede com o *tambor de chamada*, utilizado destacadamente no mundo dos Akan (Gana e Costa do Marfim). Esculpido num tronco de madeira, tornado oco previamente, decorado, era provido com uma pele onde se tocava. Estava colocado, inclinado, no pátio da residência do soba. Era usado para fazer apelos sonoros aos habitantes, aos dignitários da corte, para anunciar um visitante, um falecimento ou o princípio de festividades. Outros tambores serviam para transmissão de mensagens: asseguravam assim a "língua tamborilada", mais ou menos decalcada directamente na intensidade e altura dos sons da língua falada e de acordo com a melodia da entoação das frases conforme um sistema de correspondência preciso. Os tambores têm habitualmente os mais variados usos, profanos ou em rituais religiosos. Existem tambores estáticos, imponentes, decorados, esculpidos, personalizados e por vezes venerados. Há tambores mais pequenos, com a forma de barril, que o tocador traz ao ombro ou entre as pernas, tocando-o com as mãos enquanto executa passos de dança. Há também tambores de

trazer debaixo do braço, rente à axila, que os tamborileiros-cantores tocam com uma baqueta curva que seguram na mão direita.

13.2. Os Deuses e os Homens

Em África há tantas religiões como sociedades africanas. Desejamos muitas vezes classificá-las e descrevê-las globalmente, mas trata-se dum empreendimento esgotante. "Animismo" ou "paganismo" são simplesmente palavras cómodas para satisfazer a nossa ansiedade em classificar e etiquetar tudo, e também para servir de comparação ao mundo do Cristianismo e do Islão — duas religiões reveladas com vocação universalista que se definiram com grande cuidado.

Das religiões africanas, podemos afirmar a título generalista que estão ligadas à Natureza, não para lhe prestar culto, mas porque aí o homem está inserido no seu todo:

- Têm o seu lugar num conjunto de forças hierarquizadas onde divindades, homens, animais e vegetais, minerais e atmosfera estão incluídos.
- Não se subjuga a Natureza, vive-se nela; podem fazer-se com ela alianças e aprende-se a lidar assim com as forças que a animam.

Em religiões tão realistas e concretas, o proselitismo, a conversão, a intolerância não têm simplesmente sentido. A estes credos podem-se porém acrescentar divindades e mitos alheios, que podem assim vir a enriquecer o que já se detém. As religiões africanas prendem fortemente o homem à sociedade, à dos vivos, à dos antepassados e dos deuses... Dão a sua coesão e as suas justificações à vida social, por meio de numerosos rituais, importantes, ligados a todo o género de actividades, por meio de cosmogonias e mitos, e também interdições. Não existe um bem ou um mal classificados por uma moral, um pecado, mas há a ordem que se mantém e respeita, e a desordem provocada ou sofrida, as ofensas feitas aos antepassados ou aos deuses, e as constatações do que é eficaz.

A força vital habita o Universo. Os deuses, os antepassados, o homem, pelo ritual e pelos sacrifícios, podem actuar sobre a sua repartição e sobre os seus efeitos. Pode-se acumular esta Força em suportes (altares, máscaras, estátuas...) onde se pode colhê-la quando é necessário. Essa Força tem de ser guardada, fixada. Livre, sem controlo, é uma ameaça.

Magia e feitiçaria

A magia é uma capacidade particular de captar e manipular essa tal Força que habita o Universo. As técnicas são variadas:

- Recitação de fórmulas,
- Fabrico de feitiços e rituais.

Médico, homem que faz chover, ou fornecedor de filtros de amor, o feiticeiro é temido, mas também é positivamente apreciado. É um protector. Objectos como os que ele confecciona e consagra podem surgir como portadores da própria virtude do feiticeiro, sendo resistentes, utilizáveis em muitos contextos e situações:

- pedras,
- conchas,
- chifres de animais cheios de ingredientes,
- estatuetas...

A palavra "*feitiço*" vem do português fictício, e designa um objecto com poderes ilusórios, no contexto de cepticismo dos primeiros Portugueses face às crenças africanas.

O feiticeiro é aquele através de quem nos atinge quer a desgraça, quer um sucesso excepcional; é-o pelas suas qualidades parapsicológicas (das quais não estará muitas vezes consciente) e não por técnicas adquiridas: mesmo se empregar meios físicos ou eflúvios ou evocando criaturas fantasmagóricos. É preciso, com a ajuda de especialistas, procurar os maus feiticeiros, a fim de os eliminar ou regenerar, e contrabalançar assim os seus poderes com outros mais fortes. Tensões sociais fortes exprimem-se neste género de feitiçarias e alimentam-se delas.

A adivinhação

Se o Mundo está cheio de forças, é essencial decifrar o sentido das suas manifestações, perceber porque é que sucede o que sucede (casamentos, falecimentos...) e quais as medidas a tomar, ter notícias dum familiar ausente, fazer uma boa escolha para um empreendimento, para a data duma viagem ou entre os pretendentes a um trono...

O adivinho é um homem essencial: todos o podem consultar, e os soberanos têm os seus adivinhos titulares. Ser adivinho pressupõe conhecimentos técnicos, por vezes também mitológicos, e de psicologia. Pode-se ser adivinho hereditariamente, mas também por vocação.

As técnicas de adivinhação são variadas: vidência, exame das entranhas de animais, ou seus estremecimentos nervosos, estudo de palhinhas... Existe a adivinhação pela interpretação das pegadas deixadas por um animal: um rato metido numa panela perturba uns pauzinhos cuidadosamente depostos no fundo, previamente. Há a interpretação do quadro formado por objectos caídos depois de terem sido lançados ao ar livremente…

Entre os Tonga do Sudoeste Africano lançam-se assim pequenos ossos de animais domésticos — que representam os habitantes da povoação — e de animais selvagens que representam as divindades; cada pequeno osso pode cair em quatro posições diferentes... Entre os lorubas e povos seus vizinhos o adivinho faz passar rapidamente nozes de palma duma mão para a outra oito vezes e, conforme as que agarra com a sua mão esquerda de cada vez, faz um quadro de oito sinais; existem 256 possibilidades, que são os sinais do destino. Cada homem nasce debaixo dum signo específico e assim o cenário de consulta multiplica-se em combinações possíveis e referências mitológicas. Nesta região os estudos para se ser adivinho duram vários anos.

14. Contactos entre Africanos e Europeus

14.1. Contactos entre povos Africanos

(revisão de conteúdos leccionados na 7ª classe pela revisão curricular)

Entre 1100 e 1500, a África foi um parceiro privilegiado nas relações intercontinentais do Velho Mundo. Tanto através do Mediterrâneo como através do oceano Indico, um comércio intenso, grandemente frequentado pelos muçulmanos, ligava a Europa e a Ásia ao continente africano. Deve-se enfatizar que vários tipos de comércio organizado no interior da África já existiam desde a pré-história.

No plano económico e comercial, África estava em plena expansão nos séculos XIV e XV; mas os contactos com o Ocidente abertos pelo tráfico de escravos significaram a interrupção de um impulso vigoroso, que teria mudado o curso da história da África, caso o comércio se tivesse desenvolvido com mercadorias de facto. Grandes correntes de intercâmbios culturais atravessaram o continente em todas as direcções, confundindo-se por vezes com as correntes de comércio. Não havia mais regiões isoladas, pois nem florestas nem desertos constituíam barreiras intransponíveis. Hoje, as escavações arqueológicas, o estudo das línguas africanas e das tradições orais abrem novas perspectivas para a pesquisa histórica e já começam a esclarecer o problema das migrações, da transferência de tecnologia e das relações entre regiões bastante afastadas.

O papel do Islão, tanto na difusão de ideias como no comércio, foi de extrema importância para a época. Os actuais conhecimentos sobre as populações no período que estudamos muito se devem aos trabalhos dos geógrafos, viajantes e historiadores muçulmanos.

O Sara e o Sahel: um espaço privilegiado para a pesquisa no estudo das relações exteriores

Em meados deste século, historiadores europeus tentaram explicar o actual atraso tecnológico da África pela existência do Sara, que, segundo diziam, teria isolado a África negra do mundo mediterrâneo.

Na realidade, mesmo quando se tornou desértico, o Sara nunca constituiu uma barreira. Afinal, não era desabitado. Era a terra dos nómadas, que mantinham contactos estreitos com os povos sedentários do norte e do sul. **Entre 1100 e 1500, o Sara serviu como zona de passagem privilegiada e pode-se dizer que esse período correspondeu à idade de ouro do comércio transariano**.

A partir do século X, o comércio de ouro da África ocidental com a África setentrional desenvolveu-se com regularidade. O Sara foi comparado, com o mar: o Sahel sudanês e as fronteiras meridionais da África setentrional seriam seu litoral. No sul, Tichit, Walata, Tombuctu, Tirekka e Gao eram os terminais mais importantes das caravanas de Tamdult, Sidjilmasa, Tlemcen, Wargla e Ghadames.

Só o dromedário se prestava para a travessia do deserto, que levava dois meses, senão três. Isso explica a importância das grandes pastagens ao norte e ao sul do Sara, reservadas à alimentação e à criação de dromedários, e também às disputas, por vezes violentas, entre os nómadas pelo controle desses pastos.

As mais recentes pesquisas realizadas no Burkina Fasso e nas Repúblicas do Gana e da Nigéria sugerem que se desenvolveram relações comerciais entre a África ao sul do Sara e o Magreb. A área em questão situa-se na savana, e há muitas evidências arqueológicas de que era bem frequentada. No norte da actual República Federal da Nigéria, essa corrente de circulação certamente encontrava a que vinha da actual República do Chade.

Os nómadas, senhores do deserto, foram muito beneficiados pelo comércio transariano, pois as caravanas levavam-lhes cereais e tecidos em troca de carne, sal e água. Assim, os nómadas e os povos sedentários complementavam-se. As caravanas necessitavam de guias na imensidão do Sara; estes eram fornecidos pelos nómadas, que conheciam as rotas e eram pagos a preço de ouro.

O comércio do ouro

No século X, o rei do Gana era, segundo Ibn Hawkal,"o soberano mais rico da terra […] possui grande riqueza e reservas de ouro, que tem sido extraído desde tempos remotos em proveito dos reis que o antecederam e em seu próprio benefício".

No Sudão acumular ouro era uma antiga tradição, ao passo que no Gana o rei tinha o monopólio sobre as pepitas encontradas nas minas:"Quando são descobertas pepitas de ouro nas minas do país, o rei reserva-as para si, deixando o pó de ouro para seus súbditos. Se não fizesse isso, o ouro seria abundante e se depreciaria.

No entanto os sudaneses sempre mantiveram os muçulmanos na mais completa ignorância quanto à localização das minas de ouro e à forma de explorá-lo. O *mansa* Musa I, sem mentir e fornecendo várias explicações, inclusive sobre a exploração das minas, não deu maiores esclarecimentos aos habitantes do Cairo que lhe fizeram perguntas sobre seu fabuloso império. Isso explicaria como o rei do Mali manteve sua reputação de riqueza extraordinária. Pouco mais de uma geração após sua peregrinação, o *mansa* apareceu segurando na mão sua pepita de ouro no famoso atlas de Maiorca feito para Carlos V da França. Os maiorquinos só poderiam ter sabido

dessa história pelos muçulmanos. Hoje está praticamente estabelecido que, além das conhecidas jazidas de Galam, Burem e Bambuku, o ouro das regiões pré-florestais e florestais - actuais Repúblicas da Costa do Marfim, de Gana e da Nigéria - alimentava o comércio setentrional daquela época. É sabido que o comércio de ouro do Mali foi muito importante na Idade Média, mas seria arriscado adiantar estimativas sobre a quantidade do metal exportada. A generosidade dos mansas leva à suposição de que o montante de ouro acumulado era considerável. No Sudão, o ouro era tido como "sagrado", ou, ao menos, dotado de poder misterioso. No pensamento tradicional, apenas o rei podia dominar o "espírito" do ouro. A mesma concepção prevalecia nas regiões florestais do sul, onde os chefes possuíam muito ouro.

O sal e outras mercadorias

O sal teve um papel preponderante no comércio transariano, bem como no de outras regiões africanas. Muitos chefes da África ocidental constantemente tentaram baixar o seu preço. Oficiais alfandegários controlavam rigorosamente as exportações e importações de sal. As minas de Teghazza supriam os mercados do Sudão ocidental; as regiões do rio Senegal obtinham sal-gema em Awlil, mas a distribuição desse sal dificilmente ultrapassava o interior da curva do Níger.

Grande parte das rendas das coroas provinha da taxação do sal, e isso se manteve ao longo do século XIV. Ibn Battiita, que visitou Teghazza, dá-nos informações precisas: "Os sudaneses vêm até aqui [Teghazza] para se abastecer de sal. O carregamento vem de Iwalatan (Walata) ao preço de 8 a 10 mithkal e é vendido na cidade de Malli [Niani] por 20 ou 30 e às vezes até 40 mithkal".

O sal servia de moeda comercial para os sudaneses, assim como o ouro e a prata.C.ortavam-no em pedaços para negociá-lo. Apesar de o burgo de Teghazza ser de pouca importância, ali se comercializava grande quantidade de pó de ouro.

O sal era muito caro no Sudão. O preço era quatro vezes maior em Niani e Walata; provavelmente os povos da floresta pagavam-no ainda mais caro. O sal-gema, cortado em pequenos pedaços; servia de brinde ou dinheiro miúdo para os comerciantes itinerantes. Da mesma forma, as nozes-de-cola provenientes da floresta serviam de moeda nos mercados das aldeias. Começa a parecer provável que os povos da floresta obtivessem sal por outros meios, como, por exemplo, pela queima de plantas salíferas. O sal também vinha da costa, embora em pequena quantidade.

> ***"Falta sal no interior do Sudão; alguns indivíduos trazem-no em segredo, e as pessoas trocam-no por um monte equivalente de ouro".***

O cobre também era artigo importante no comércio da África ocidental e de outras partes do continente. Pesquisas de anos recentes começam a revelar as formas mais antigas do comércio do cobre na África ocidental.

Os soberanos sudaneses também importavam escravos, sobretudo do Cairo, para formar sua guarda pessoal.

O que mais interessava aos árabes no Sudão era o ouro, cuja, necessidade para cunhagem se fazia urgente ao redor do Mediterrâneo.

O tráfico transariano de escravos, foi permanente no século VIII ao XVI, ainda que nunca ultrapassando certo limite. Para alimentar esse comércio, os soberanos guerreavam com o sul, preferindo poupar as reservas disponíveis em seus Estados.

Os árabe-berberes não só procuravam ouro, como também marfim. As presas de elefantes africanos eram muito valorizadas na Arábia e na Índia por serem mais moles e, portanto, mais fáceis de esculpir do que as dos elefantes da Ásia, extremamente duras. O Sudão também vendia peles, ónix, couro e cereais para os oásis do Sara. No século XIV, aquando do apogeu do Mali, a

rota mais frequentada era a que foi utilizada por Ibn Battuta; uma outra rota, bastante usada pelos peregrinos do Mali, ia de Tombuctu a Kayrawãn (Kairuan), passando por Wargla.

Provavelmente os mercadores *manden* (mandingo) e *Haussa* organizavam seus negócios e casas de comércio baseados nas suas relações com os centros comerciais da savana e da floresta. É bem provável que o papel das comunidades judaicas nesse comércio tenha sido muito importante. A pesquisa de T. Lewicki revelou a participação dos judeus de Tuat já desde os séculos VIII e IX. Deve-se acreditar no Ta'rik al-fattash quando menciona fazendeiros judeus na região de Tendirma, no Níger? Em todo caso, há muitas referências a judeus: no início do século XVI, o português Valentim Fernandes fala dos "judeus" ricos, mas oprimidos, de Walata.

No século XV, com a ofensiva da Reconquista, os cristãos estabeleceram-se no Magreb. Muitos comerciantes italianos foram atraídos para o Sudão, pois sua riqueza em ouro tornara-se lendária. Benedetto Dei, viajante e escrivão florentino, afirma ter errado pela região até Tombuctu entre 1469 e 1470. O genovês António Malfante é conhecido pela famosa carta que enviou do Tuat a sua casa comercial em Génova. Malfante visitou o Tuat e recolheu valiosas informações sobre o Sudão nigeriano e sobre o Tuat enquanto encruzilhada de comércio. Mas o contacto directo entre a Europa e o Sudão deu-se pelo Atlântico, no século XV, com os navegadores portugueses.

Ibn Kaldün informa-nos que havia caravanas de 12 mil camelos que iam na direcção do Sudão ao Egipto. A travessia do Sara em linha recta era difícil devido às tempestades de areia na diagonal Níger-Nilo; assim, era raro as caravanas irem directamente para o Egipto. Nas rotas normais do Níger ao Magreb, as caravanas tinham em média mil camelos.

A difusão de ideias e técnicas

Como resultado do comércio transariano, muitos árabe-berberes se estabeleceram nas cidades do Sudão (região sudanesa) - Walata, Niani, Tombuctu e Gao, entre outras; a maioria dessas cidades tinha um bairro árabe. Os casamentos criavam laços de parentesco que os genealogistas sudaneses adoravam deslindar. Os historiadores ainda discutem se foi pelo contacto com os árabe-berberes que se introduziu a filiação patrilinear no Sudão.

Na época do Império do Gana, a sucessão ao trono não era por linha directa, mas colateral; o herdeiro era sempre o sobrinho do rei (o filho de sua irmã). Foi difícil para o Mali do século XV aceitar a sucessão directa (de pai para filho). A influência muçulmana não foi um factor decisivo nesse caso em particular. Se examinarmos as regiões florestais do sul, vamos encontrar dois tipos de descendência, e é difícil falar de influência islâmica no Congo nesta altura.

A islamização da África negra nesse período não se deu pela violência, mas pacificamente, pela influência dos comerciantes árabe-berberes, os Wangara e os Haussa. Além do episódio belicoso dos Almorávidas, houve poucas guerras com o objectivo de propagar o islamismo. A nova religião levava em conta as antigas práticas das sociedades tradicionais.

Na cidade, o árabe tornou-se a língua dos letrados e cortesãos; segundo al-'Umari, o *mansa* Musã I falava correctamente o árabe; este governante pode ser considerado o responsável pela introdução da cultura muçulmana no Mali. Nasceu uma literatura africana de expressão árabe, que floresceu na curva do Níger, principalmente no século XVI, sob os *askiyas*. Do século XIV ao XVI, houve intercâmbios constantes entre as Universidades do Sudão e do Magreb. No século XIV, porém, o Cairo foi o grande centro de atracção para os sudaneses.

O papel cultural e económico dos muçulmanos foi mais notável no sul do Sara. Ao voltar de sua peregrinação, o *mansa* Musã I trouxe na sua comitiva escritores e um arquitecto que empregou para construir a famosa sala de audiência, onde Ibn Battuta foi recebido em 1353 pelo mansa Solimão, irmão e sucessor de Musã I.

As relações entre o Chade e o Mediterrâneo

Ao estudar as relações entre a África ao sul do Sara e o Mediterrâneo, os historiadores concentraram-se particularmente no Sudão ocidental, devido às numerosas fontes naquela parte do continente. Muitos viajantes árabes, entre os quais Ibn Hawkal e Ibn Battuta, foram ao Sudão pelas rotas ocidentais. No entanto o Sudão central e os países da bacia do lago Chade também estabeleceram relações activas com o Magreb, a Líbia e o Egipto. Durante este período, nessa região encontravam-se grandes conglomerados políticos, como o reino do Kanem-Bornu, enquanto as cidades Haussa conduziam um comércio florescente entre o lago Chade e o Níger.

No século XIV, o reino do *Kanem* estendia-se de Fezzãn, ao norte, a Wadai, a leste. A política dos soberanos do Kanem era de abertura para o norte, a cujos reis enviavam embaixadas com ricos presentes.

Havia muitas rotas importantes do Chade para o norte.

- A primeira era a do Kanem para o Egipto; ia do lago Chade ao Fezzãn, após cruzar Kawãr e suas minas de sal; depois de Zawila, no Fezzãn, a rota cruzava os oásis líbios (sokna) e alcançava o Cairo margeando a costa.
- A segunda rota, procedente do lago, passava por Bilma, indo para leste através do Tibesti, onde se exploravam pedras preciosas no século XV, para alcançar Aswan e finalmente o Cairo.
- A terceira rota saía do Kanem para Ghãt e Ghadames; dali, um ramo ia para Túnis e outro para Tripoli.

Essas rotas eram tão frequentadas quanto as ocidentais. Foram mais movimentadas nos séculos XV e XVI com a ascensão das cidades Haussa e do Bornu, mas, quando grupos árabes se estabeleceram em Darfur (actual Sudão) para iniciar o tráfico de escravos, as relações comerciais deterioraram-se.

Nas regiões entre o Níger e o lago Chade e nos arredores do lago, os principais itens de exportação eram o couro, os escravos e as presas de elefante. Os Haussa foram os animadores do comércio no Sudão central, onde actuavam como intermediários entre a savana e a floresta, como os Manden (Mandingo) no oeste.

É bem possível que os Haussa muito cedo tenham estabelecido relações comerciais com os reinos e cidades do delta do Níger: Oyo, Ife, Benin e até Igbo-ikwu; cada vez mais pesquisadores acreditam que grande parte do cobre usado tanto em Ife como em Igbo-ikwu vinha do Sahel (Takedda). Os Haussa estavam envolvidos no comércio de longa distância nessas regiões. Zaria, a cidade mais meridional, era a cabeça-de-ponte em direcção às regiões florestais.

A savana e a floresta

Até há pouco tempo, a floresta era considerada meio hostil para todas as formas de estabelecimento humano; particularmente densa, a floresta equatorial era descrita como uma barreira semelhante ao Sara, senão mais hostil. Agora se sabe que a floresta não deteve nem os povos em migração nem as técnicas e ideias.

África ocidental

O cobre do Mali era trocado nas regiões florestais por ouro, marfim, nozes-de-cola e também escravos. Esse comércio entre os impérios do Sudão e a floresta meridional começa a ser objecto de sérios estudos.

Rotas comerciais atravessavam a floresta em todas as direcções; torna-se cada vez mais claro pelas pesquisas arqueológicas, linguísticas e antropológicas que, no passado, a savana e a floresta complementavam-se.

Os povos da floresta designam os Manden (Mandingo) como lula (Costa do Marfim) ou Wangara (Gana), os dois termos significando "comerciante". As rotas de nozes-de-cola eram salpicadas de cidades, habitadas parcial ou totalmente por lula ou Haussa.

É muito provável que os Mandingo já tivessem estabelecido contacto com os povos da floresta antes do século XIV. Os reinos de Kongo e de Begho, localizados na savana arborizada, eram postos avançados dos mercados de nozes-de-cola e de ouro das regiões florestais. A floresta é descontínua ao redor do golfo da Guiné; nas Repúblicas de Gana e da Nigéria. Amplas clareiras se abrem em toda a sua extensão, do norte ao oceano Atlântico. Nessas áreas, os contactos com o Sudão eram mais fáceis e mais constantes. Os comerciantes Wangara e Haussa tinham alcançado, já nessa época, o território Ashanti e também o Ioruba, passando pelo Bono Manso.

Nesse caso também, não nos é possível precisar a quantidade de mercadorias vindas da savana, nem o quanto era mandado das regiões florestais ao Sudão. No entanto, até recentemente, os Mandingo e os Haussa costumavam vender contas, sal, âmbar, bacias de cobre e peixe fumado ou seco de Djenné e Mopti nas feiras das aldeias florestais. A floresta da África ocidental não é densa, podendo ser facilmente penetrada; os Wangara percorriam-na em suas caravanas de jumentos. Mas era mais frequente o estabelecimento dos Wangara e Haussa em grandes aldeias nas bordas da floresta; havia outros povos, intermediários entre eles e o extremo sul, que tinham o monopólio do comércio de nozes-de-cola.

As nozes-de-cola tinham um importante papel, que mantêm ainda hoje, na vida social do oeste africano. São encontradas até no Congo. O seu comércio envolvia vários grupos étnicos. Apesar de ainda não conhecermos o mecanismo dessa actividade, a descrição de Zunon Gnobo é bastante sugestiva; relata que a zona das nozes-de-cola era dividida em sectores de acordo com a qualidade da fruta.

> ***"Ao norte, a savana arborizada, pobre em cola; ao sul, os setores de Gbalo, Bogube, Yokolo, Nekedi, Ndri, que se destacavam pela qualidade de sua cola. Era o ponto de convergência dos circuitos norte-sul e dos do interior do Bete. O anteparo guro impedia relações comerciais diretas entre os lula e os Zebuo. Estes comerciantes malinke só podiam alcançar os mercados guro, onde se abasteciam com a cola do sul. Os fornecedores guro desciam para encontrar as mulheres zebuo, que colhiam a cola nas áreas das etnias bete e guro do sul".***

Podemos assim observar que estamos diante de um comércio muito antigo entre a savana e a floresta; os Mandingo estavam mais interessados no ouro do que nas nozes-de-cola; foi a procura desse artigo que os levou a criar pontos de paragem na savana arborizada, que mais tarde se tornaram grandes centros comerciais. O ouro era abundante nas regiões meridionais; as pesquisas aos poucos nos permitem descobrir os circuitos do ouro dessas regiões.

A floresta, portanto, não actuou como uma barreira, mas sim como filtro das correntes económicas, ideológicas e técnicas. Nota-se também, pelo estudo das tradições orais, que muitos povos da floresta eram originários da savana; as correntes de comércio vêm da antiguidade. Deve-se observar que muitos povos da savana reconheciam a superioridade, senão a profundidade, do conhecimento das populações florestais no campo da farmacêutica e no da arte esotérica da linguagem dos tambores.

A parte setentrional da floresta tropical sofreu constantes invasões de agricultores; recuou também em muitas frentes nas Repúblicas da Guiné, da Costa do Marfim, da Libéria e do Gana. Na República Federal da Nigéria, as principais rotas de comunicação iam de Nupe ao delta, onde, em várias localidades em que a população procedeu a desmantelamentos, abrindo clareiras, floresceram e cresceram as cidades Ioruba.

A África oriental e central

Podem-se distinguir nitidamente algumas rotas comerciais pelo interior, da Etiópia ao Zambeze. Um exemplo é o do comércio do sal. Vimos acima a importância dos vários tipos de sal no comércio transaariano. Todos os tipos de produção, de Idjil a Bilma, de Taudeni ao Air, competiam para suprir a África de sal. O sal de Danakil era um dos produtos das exportações axumitas desde os séculos III e IV da era cristã; é muito improvável que não o fosse nos séculos seguintes. Embora a produção desse sal provavelmente nunca tenha adquirido maiores proporções, é bem possível que o produto tenha sido distribuído ao menos pelas regiões vizinhas durante os séculos seguintes.

Vasco da Gama, por exemplo, explica no relato da sua primeira viagem que os africanos com os quais seus homens tiveram contacto no sul do continente carregavam cabaças com água do mar para obter sal por evaporação. Há muitas evidências de que métodos de produção de sal semelhantes existiam há muito tempo na costa atlântica, pelo menos ao redor do golfo da Guiné, mas não houve um estudo sistemático para fundamentar esta informação precisamente datada por Vasco da Gama. Na mesma passagem, o navegador conta que os homens tinham lanças de ferro e adagas com cabo de marfim; mas também essas informações, de grande significado para a história do transporte do ferro e do marfim, nunca foram exploradas. Aqui está pelo menos um caso típico em que parece indispensável o recurso às tradições orais relativas aos intercâmbios comerciais.

Os pesquisadores concordam com que o sal era exportado para regiões distantes e que permitiu um comércio regular.

Com o progresso das pesquisas, poderemos descobrir como o comércio de média e de longa distância, além das dádivas e dos intercâmbios locais, garantiam a circulação de valiosos bovinos pela África oriental. Também seria interessante pesquisar, nessa área, a circulação de pedras preciosas, objecto de comércio florescente, Seria interessante ainda tentar levantar os vários tipos de "moeda" que vieram facilitar as actividades de troca, as quais, de antemão, consideramos intensas e bastante difundidas; o exemplo das conchas do Kongo, cuja produção era monopólio real quando da chegada dos portugueses, não é provavelmente único.

A densa floresta equatorial, por muito tempo considerada impenetrável, barreira intransponível, não impediu as relações entre as savanas setentrionais e meridionais, principalmente onde as mudanças climáticas e o trabalho do homem abriram grandes brechas. Em seu estudo sobre sinos - uma das prerrogativas dos reis da savana -, Jan Vansina mostrou que estes cruzavam a floresta equatorial de norte a sul. Assim, foram encontrados sinos em Ife e, bem mais tarde, após 1400, no Zimbabué. Os especialistas em mensagens usavam os sinos para reproduziam os tons do discurso oral. Pesquisas ulteriores revelaram que os punhais de arremesso foram transmitidos aos povos meridionais pelos do norte através da grande floresta equatorial. Enfim, técnicas, objectos e ideias puderam cruzar a floresta do norte para o sul e do sul para o norte. Os povos migravam em todas as direcções sem que a floresta impedisse esses movimentos.

Nas regiões florestais, os rios constituíam eixos de circulação permanente; apesar de cada grande sector ser controlado por grupos étnicos coesos e dominadores, as vias fluviais contribuíram em grande parte, graças aos pescadores, para a difusão de técnicas e ideias.

Na costa atlântica, da desembocadura do rio Zaire (Congo) até a República Popular de Angola, as populações locais dedicavam-se à cabotagem. Especialistas acham que algumas influências se difundiram pelo mar. Assim, segundo J, Vânsina, as estatuetas policromadas encontradas na área que vai da República Federal da Nigéria até a República Popular de Angola testemunhariam a disseminação por mar de determinada técnica. De fato, é bem possível que o tráfego marítimo tenha sido bem mais activo do que se pensa hoje.

O cobre e o ouro, bases dos intercâmbios na África meridional

Hoje sabemos com certeza que a exploração do cobre em algumas regiões da África meridional começou nos primeiros séculos da era cristã. O metal era extraído principalmente de sítios de Shaba, no noroeste da actual República de Zâmbia, no planalto central do Zimbabué e, em menor escala, no alto Limpopo. As descobertas arqueológicas e as datações obtidas nos últimos anos não deixam dúvidas a respeito do comércio de longa distância de barras, cruzetas ou ligas de cobre.

O primeiro nome que os portugueses deram ao Limpopo, quando começaram a explorá-lo, foi "rio do cobre"; a necessidade de encontrar minas de cobre a qualquer preço para se libertar da dependência dos produtores europeus do metal e a importância, em termos quantitativos, de suas exportações de cobre a partir do final do século XV para a África, onde a demanda era grande, explicam porque a perspectiva de encontrar cobre na África meridional era tão atraente.

Há numerosas evidências de que, por muito tempo, o cobre também foi bastante apreciado pelos africanos. Primeiramente era usado como jóia: muito cedo, o Compêndio de maravilhas observava que as mulheres usavam *"argolas de cobre nos pulsos e orelhas" e que enfeitavam seus cabelos "com aros de cobre e com conchas"*. Provavelmente devemos pensar em termos de jóias de cobre quando Ibn Battuta descreve o povo que ocasionalmente vinha à corte do *mansa* *"usando grandes brincos de meio palmo de largura"*. O uso comum do cobre e de suas ligas como marca de prestígio político em várias regiões dó continente é, provavelmente; também muito antigo.

Estes factos bastam para nos convencer de que havia um comércio de longa distância desse 'metal semiprecioso'. Não se pode também descartar a ideia de que as cruzetas de cobre podem ter servido de moeda na África meridional, da mesma forma que as pequenas barras de cobre produzidas em Takedda, de que fala Ibn Battuta.

Ao sul da floresta equatorial, na savana arborizada, as riquezas minerais de Shaba provavelmente atraíram inúmeros povos. Não há dúvida de que foi ali que se desenvolveu a técnica de trabalhar metais ferrosos e não-ferrosos. Como consequência, o comércio de longa distância expandiu-se rapidamente naquela região. Os reinos luba e o império lunda floresceram na área de Shaba antes de 1500. Estudos sobre as línguas e as migrações de populações, a análise dos mitos de origem e do sistema de parentesco já possibilitam ter ideia dos problemas socioculturais da região. Parece cada vez mais claro que os homens viajavam em todas as direcções, tanto na floresta como na savana. Essa pesquisa revela que Shaba foi um pólo cultural de onde partiram vastas correntes de intercâmbio; a influência luba fez-se sentir até nas províncias do Zambeze.

Já no século X, al-Mas'udi fala do lugar que o ouro ocupava na África meridional nestes termos: *"Os limites do mar de Zanguebar situam-se nos territórios de SofaIa e de al-Wakwak, terras que produzem ouro em abundância"*. Já no século X os muçulmanos tinham conhecimento do ouro da África meridional, que então era explorado e provavelmente exportado.

A mineração parece ter começado por volta do século VII, imediatamente ao sul do Zambeze, e ter-se-á expandido entre os séculos IX e XI por todo o planalto, de onde alcançou a região do Limpopo somente no século XV. A maior parte das exportações ia para a costa através do vale do Sabi em direção a Sofala; mas os dois outros eixos desse comércio passavam pelo Zambeze e pelo Limpopo. A prosperidade do Zimbabué nos séculos XIV e XV pode ser explicada pela concentração do comércio no Sabi nas mãos de uma minoria rica, e as profundas transformações na navegação no Sabi após o século XV explicariam a decadência do comércio através do Zimbabué e o enfraquecimento de Sofala.

Não convém, portanto, como é frequente, ligar a exploração e o comércio do ouro ao destino do Zimbabué apenas. Como na África ocidental, onde as rivalidades pelo controle da produção e da exportação do ouro explicam muitos pontos da história do século X ao XV, é provável que o ouro

do sul alcançasse seus compradores muçulmanos por diversas vias, apesar dos esforços dos dirigentes do Zimbabué para estabelecer o monopólio, principalmente nos séculos XIV e XV.

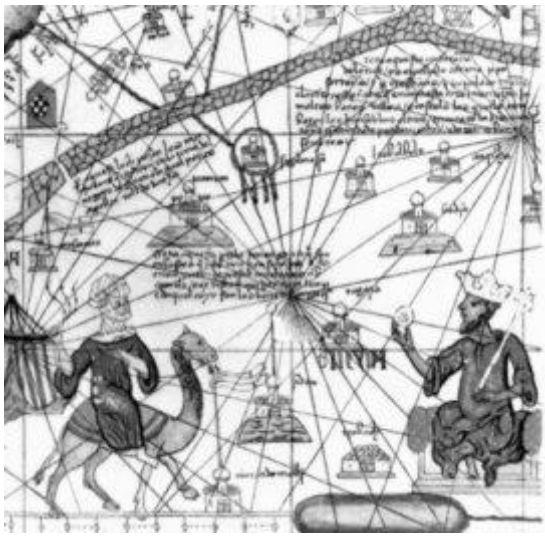
Os navegantes muçulmanos praticavam a cabotagem até Sofala já nessa época; ela só foi interrompida com a chegada dos portugueses, apesar das rivalidades entre as cidades costeiras terem-na tornado talvez mais difícil. A cabotagem, que chegava a Aden, gerou correntes de exportação dos produtos do interior da África para os mundos muçulmanos, indiano e chinês e criou estaleiros.

Apesar da extensão do comércio do ouro no século XI ser discutível, ninguém questiona a sua importância nos séculos XIII e XIV. As estimativas do seu volume aquando da chegada dos portugueses a Sofala, permitem pensar que, durante esses séculos, muitos milhares de toneladas de ouro viajavam todo ano do sul para o norte.

Nos séculos XIV e XV, o ouro teve um papel predominante entre as mercadorias exportadas do planalto dos Shona e entre os produtos vendidos para a aristocracia governante do Zimbabué. No entanto actualmente a maioria dos historiadores concorda que o ouro não era a principal fonte de riqueza do Zimbabué, mas sim o desenvolvimento da criação de gado no planalto não infestado pela mosca tsé-tsé.

14.2. Contactos entre Africanos e Europeus

Mesmo antes das Grandes Navegações europeias, o continente africano já era conhecido pelos europeus, principalmente a parte que hoje chamamos de "África Branca". Os primeiros contactos entre cristãos e negros ocorreram por intermédio dos muçulmanos, que realizavam trocas de mercadorias entre os dois "povos". Esse papel de intermediário assumido pelos muçulmanos deveu-se principalmente à grande expansão árabe não só para a África, como também para a região mediterrânea da Europa e Oriente. Depois da morte de Maomé em 632, os muçulmanos iniciaram uma espécie de "Guerra Santa" em quase todo o norte e oeste do continente africano, tornando-se os grandes senhores da região.



Dominaram durante algum tempo boa parte do Mediterrâneo, detendo em suas mãos as principais rotas comerciais que ligavam Europa, África e Ásia. Junto com essa "guerra", os muçulmanos iriam estabelecer comércio entre todas as partes onde tinham contacto.

"*Eles iriam ser o elo que atravessava o deserto: as trocas aumentaram sem cessar sob a influência religiosa, cultural e política do Magrebe, influência tanto mais decisiva quanto foi a única a exercer-se durante séculos; ela favoreceu a formação progressiva de uma elite negra de letrados muçulmanos, capazes de adaptarem às sociedades agrícolas preexistentes um sistema político e comercial eficaz, organizado segundo o modelo árabe, que tornou possível a grandeza dos impérios do Sudão até a chegada dos portugueses.*" (Vidrovitch, 1965: 33,34)

Através dos muçulmanos a zona subsariana entraria indirectamente em contacto com a Europa. Reinos como o Sudão, Mali, Songai e Tombuctu têm as suas mercadorias a circular e não só nos mercados africanos de Sidjilamasa ou Ualata (de extrema importância para a economia desses reinos), mas em todo o Mediterrâneo.

O principal elemento que possibilitou o início desse intercâmbio por parte dos muçulmanos foi a descoberta de ouro em algumas regiões da África já conquistadas por eles (como o Sudão).

O metal explorado se transformava em matéria-prima para a moeda em circulação. A partir do século X, a Europa entra efectivamente no comércio com os muçulmanos - uma das provas mais importantes é a quantidade de ouro africano que passa a circular entre os europeus nesse momento - e desde então o seu comércio com o continente intensifica-se cada vez mais.

Agora já não era só o ouro que interessava aos europeus: o comércio de escravos africanos começa a aparecer e a mostrar-se altamente lucrativo. Com o passar do tempo, os europeus começaram a realizar uma forte pressão militar na região mediterrânea, tornando-se fortes concorrentes dos muçulmanos ao buscar a obtenção de uma balança comercial mais vantajosa possível. Além disso, a "sede de ouro" passa a motivar os europeus para a conquista e dominação do mundo, que se iniciaria com a expansão marítima.

Com o advento das navegações, que têm Portugal como pioneiro, a África Negra que até então mantinha contacto com o resto do mundo por meio dos muçulmanos, rompe o seu isolamento e passa a constituir uma importante praça de trocas.

É importante lembrar que essas trocas que consistiam principalmente em ferro, pano, aguardente, cavalos e armas acabaram por se tornar de extrema importância para o continente africano. A partir 1440, tal comércio de escravos passa a ser muito lucrativo, sendo que em 1448 se estabelece em Arguin um "comércio regular" que consistia na troca de bens por escravos. Em 1474, Portugal tem o monopólio sobre o tráfico de escravos. (Devisse, 1988)

Os africanos constituíam uma mão-de-obra de grande valor. Exemplo disso é o que aconteceu na Ilha de São Tomé, colonizada pelos portugueses e que se tornou um laboratório tropical, servindo, para os escravos, como adaptação ao meio ambiente tropical na produção esclavagista de açúcar (Devisse, 1988). No entanto, a escravidão africana e o tráfico negreiro vão ganhar, com a colonização da América, uma dimensão nunca antes vista.

15. A Expressão Plástica em África

As artes plásticas da África que vemos nos livros e colecções são produtos desenvolvidos ao longo de séculos. Sejam esculpidos, fundidos, modelados, pintados, trançados ou tecidos, os objectos de África mostram-nos a diversidade de técnicas artísticas que eram usadas nesse continente imenso, e dão-nos a dimensão da quantidade de estilos criados pelos povos africanos.

Tais estilos são a marca da origem dos objectos, isto é, cada estilo ou grupo de estilos corresponde a um produtor (sociedade, ateliê, artista) e localidade (região, reino, aldeia). Mesmo assim, devemos lembrar que os grupos sociais não podem ser considerados no seu isolamento, e, portanto, é natural que a estética de cada sociedade africana compreenda elementos de contacto.

Além disso, cada objecto é apenas uma parte da manifestação estética a que pertence, constituída por um conjunto de atitudes (gestos, palavras), danças e músicas. Isso pode determinar as diferenças entre a arte de um grupo e de outro, tendo-se em vista também o lugar e a época ou período em que o objecto estético-artístico era visto ou usado, de acordo com a sua função.

Portanto, a primeira coisa a reter é que, na África, cada estátua, cada máscara, tinha uma função estabelecida, e não eram expostas em vitrinas, nem em conjunto, nem separadamente, como os vemos actualmente nos museus. Outra coisa deve ser lembrada: a arte africana é um termo criado por estrangeiros na interpretação da cultura material estética dos povos africanos tradicionais.

Não seria difícil encontrarmos nessa arte africana alguns elementos de aproximação com os de correntes da arte ocidental, do naturalismo ao abstraccionismo. Mas esse tipo de comparação não é capaz de nos desvendar o verdadeiro sentido da arte africana tradicional, porque esta não foi feita para ser realista ou cubista, isto é, ***ela não era um exercício de reflexão sobre a forma, ou sobre a matéria, como nas artes plásticas para os ocidentais***. ***A estética africana busca, ao contrário, uma síntese do objecto ou do tema construído materialmente, plena de objectivo, inspiração e conteúdo.***

> ***Uma estátua não representa, normalmente, um Homem, mas um Ser Humano integral, que tem uma parte física e espiritual - do passado e do futuro. Tem, por isso, um lado sagrado, ligado às forças da Natureza e do Universo. Uma máscara ou uma estátua concentram forças inerentes do próprio material de que são constituídas, ou que comportam em seu interior ou superfície, além de sua própria força estética. Elas não têm, portanto, uma função meramente formal.***

Ainda assim, podemos observar que algumas produções são mais realistas ou mais geométricas. O realismo ocorre com frequência nas estátuas, talvez pelo seu carácter representativo (de uma figura humana, da imagem onírica de um antepassado), enquanto o geometrismo aparece muito nas máscaras, principalmente naquelas que representam espíritos e seres sobrenaturais, melhor dizendo, o desconhecido (mas existente no plano consciente e inconsciente). Mesmo assim, nada disso permite afirmar ode reside a linha divisória entre uma forma e outra, ou um estilo e outro.

Mas podemos distinguir a arte produzida na África ocidental da produzida na África central. E dentro dessas grandes áreas geográficas podem distinguir-se estilos seja pelos detalhes, seja pelo tema ou tipo do objecto produzido.

Por exemplo, as produções artísticas dos Dogon e Bambara são muito distintas ainda que situadas dentro de uma mesma faixa estilística (chamada de "sudanesa"), já que elas apresentam uma certa continuidade formal ou temática, além do facto de que tais sociedades ocupam territórios contíguos permeados por identidades históricas, geográficas e ambientais.

A estatuária africana está concentrada na chamada África ocidental e na África central, regiões onde predominava a floresta equatorial e tropical, e onde se conservam apenas partes dela hoje em dia.

O uso do metal, embora tenha sido corrente em todo o continente, caracterizou as produções artísticas da savana, onde floresceram grandes reinos, tanto na África ocidental quanto na central, onde a arte era fundamentalmente ligada à organização social e política, a serviço de mandatários, através de ateliês oficiais - caso da chamada "arte de corte" de Ifé e Benin ou da escultura da associação *Ogboni* feita pelo sofisticado processo de fundição pela cera perdida.

Junto a essas produções de metal devemos mencionar a escultura em marfim, conhecida não apenas entre povos do Golfo da Guiné e do Benin (como os ioruba) mas também entre os da embocadura do Rio Congo (como os Bakongo), que desde o século XV era requerida pelos "gabinetes de curiosidade" da Europa. Bruto ou trabalhado, o marfim, assim como o cobre, era considerado precioso em todas as sociedades africanas, desde muito antes do tráfico (desde a antiguidade, pelo Vale do Nilo e pelo Sara), mas é certo que o contacto com o mundo ocidental, desde o Renascimento europeu, promoveu um desenvolvimento de uma arte africana em marfim já voltada para o comércio e turismo como a da actualidade.

Outras artes, como a cerâmica, cestaria, adornos corporais, eram feitas tradicionalmente por todas as sociedades, respondendo às necessidades quotidianas e rituais, sendo que podemos destacar algumas em que essas técnicas eram mais usadas do que a escultura, de acordo com o modelo de organização social e as formas de expressão estética. Nesses casos, os recursos gráficos eram mais aplicados do que os recursos representativos da escultura. Aqui podem ser compreendidos, particularmente, os produtos de sociedades situadas em regiões semi-áridas, que, em busca periódica de novos territórios, não podiam transportar com facilidade bens móveis de grande porte. Mas às vezes esses modelos de análise se mostram arbitrários, pois a arte decorativa pode imperar também onde as figurativas e realistas são muito destacadas, e onde a produção estética está voltada à legitimação de um poder monárquico e centralizado como dos Bakuba, e que também comporta uma importante estatuária.

Assim, o material nem sempre era usado pela sua abundância ecológica e a escolha do material não era arbitrária: como o objecto que iria ser produzido, o material tinha um valor simbólico em cada centro de produção. Algumas máscaras e estátuas deveriam ser esculpidas em madeira de árvores determinadas; a confecção de adornos implicava no uso de determinadas fibras e sementes e em alguns casos, de tipos diferentes de contas, se não de um tipo de liga metálica, de marfim e outros materiais de origem inorgânica e animal.

Certos detalhes morfológicos dos objectos, como a posição, o tamanho, a distribuição de cores, entre outros, são características diferenciais do estilo com que cada sociedade representa uma forma e um tema. Mas existe uma série de características culturais comuns entre os povos da África e diversas das de sociedades de outros continentes que permeiam suas artes tradicionais de uma forma singular: seus sistemas de pensamento e de crenças.

15.1. Os rituais e a comunicação

Antes de mais nada, devemos lembrar que a dissociação entre Religião e outras esferas da Cultura existente no Ocidente e na Modernidade, não faz parte da natureza da Humanidade. E como vimos as sociedades da África pertencem a complexos culturais muito antigos, reciclando valores arraigados pela tradição, caracterizando-se por uma maneira de produzir bens espirituais e materiais de acordo com sua história e com o meio ambiente onde se formaram.

Cada cultura africana tinha a sua forma de conceber o mundo, de explicar as suas origens, conforme nos mostra os mitos e lendas, bem como o discurso das pessoas mais antigas, que viveram antes ou durante a situação colonial. Isso demonstra a grande diversidade cultural no continente, correspondente à diversidade de formas e estilos na arte tradicional.

Apesar disso, no plano filosófico, podemos assinalar um aspecto que dá unidade aos povos da África tradicional:

- O indivíduo é considerado vivo porque tem um ascendente (é filho, neto de alguém), e quem vai lhe garantir a finalidade e memória de sua vida e existência é a perspectiva de seu descendente (seu futuro filho e neto). ***Portanto a noção de morte está concretamente ligada à de vida: morrer significa não procriar***. Sem filhos, a linhagem familiar se extingue - ***vida e morte não são apenas biológicas***, ***mas principalmente sociais***. A existência do indivíduo se traduz através do seu ***ser-estar*** (o que implica em tempo e espaço ou lugar) no mundo, através do quotidiano, no trabalho ou no lazer, sempre conectado ao universo social, cósmico, natural e sobrenatural ao mesmo tempo, sendo impossível separar o que é concreto e espiritual, ou determinar o que é sagrado ou profano, na vida desses povos.

Nesse contexto, o exercício da existência volta-se para questões que vão além do poder económico, o que não exclui a preocupação social e individual com o status (disputado e atribuído a indivíduos de prestígio como sábios e dirigentes), já que ele é uma das chaves para que o grupo tenha uma estrutura para permanecer unido e forte visando ao advento de futuras gerações.

Daí, a profusão de imagens antropomórficas esculpidas a que se chama de "ancestrais", já que normalmente, mas nem sempre como se divulga através de publicações, eram relacionadas, e usadas, no culto de antepassados. Os chamados "fetiches", aí colocados em oposição aos "ancestrais", são objectos, esculpidos ou não, constituídos de vários materiais agregados. O conceito de fetiche é discutível, pois significando "coisa feita", é relacionado sempre à magia e a feitiçaria num sentido distorcido.

Na verdade, os materiais dos "fetiches" entre os quais são também classificadas estatuetas dos Bateke - simbolizam partes do mundo animal, vegetal e mineral, aludindo a uma ideia de totalidade construída pelos africanos, baseada no seu conhecimento sobre as forças da Natureza (muitas vezes relacionados à cura medicinal) e do Cosmo. Isso explica porque muitas das estatuetas chamadas de "fetiches", em contrapartida, tinham relações directas com o culto de antepassados, fundado na ideia de acúmulo de forças através de gerações sucessivas e da apropriação do território.

Outras duas características dos sistemas: filosófico e de crenças das sociedades africanas tradicionais, é a consciência de periodicidade e infinitude, isto é, ***a ideia de que o descendente vem do ascendente e a ideia, que vem em decorrência disso, de que o passado está intimamente ligado ao futuro, passando pelo presente***.

Um indivíduo vivendo em sociedade num determinado período histórico supõe a existência de outro ou outros indivíduos (filho, neto, bisneto, etc.) em períodos subsequentes, graças à existência daqueles que vieram antes dele e criaram regras para que seus contemporâneos e conterrâneos pudessem seguir vivendo, articulando-se conforme as condições de sobrevivência. Há um provérbio de origem africana em que podemos constatar essa característica de infinitude, de que a vida é infinita: ***"uma vez que é dia, depois noite, qual será o fim deles?"***.

Esse tipo de pensamento comporta uma perspectiva dinâmica que não corresponde à ideia de que esses povos não teriam história antes de os europeus chegarem, e que eles viviam sempre do mesmo modo que seus avós e bisavós. Outro provérbio africano permite-nos constatar essa característica de periodicidade, de que a vida é periódica - e histórica: ***"as coisas de amanhã estão na conversação das pessoas de amanhã"***.

Vemos aqui uma preocupação em regrar o que acontece no presente, o que é uma responsabilidade dos que vivem para garantir a existência do futuro, e que não há nada de estático nisso, ao contrário, há uma previsão de mudança, uma consciência de que há um dinamismo na vida, na existência, não apenas por modificações ambientais naturais, mas também modificações técnicas e filosóficas determinadas pela sucessão de gerações.

Desse modo, os africanos preservavam as regras da sua Cultura, modificando-as quando necessário, sem precisar de outras normas vindas de fora, coisa que os Europeus não podiam entender, pois eles consideravam-se superiores a todos os povos não-europeus.

Esse sentimento de superioridade vem da constatação da diferença. Na visão judaico-cristã, por exemplo, os africanos foram tidos como povos animistas, isto é, aqueles que atribuem vida às coisas e seres inanimados, e acreditando que plantas e animais são dotados de "alma", sendo portanto capazes de agir como seres humanos. Isso não é verdade e deturpa as formas autênticas de concepção do mundo dos africanos, colocando-os como inferiores, ou "primitivos".

O que ocorre, na verdade, é que na África tradicional a concepção de mundo é uma concepção de relação de forças naturais, sobrenaturais, humanas e cósmicas.

Tudo que está presente para o Homem tem uma força relativa à força humana, que é o princípio da "força vital". As árvores, as pedras, as montanhas, os astros e planetas, exercem influência sobre a Terra e a vida dos humanos, e vice-versa. Enquanto os europeus queriam dominar as coisas indiscriminadamente, os africanos davam importância a essas mesmas coisas, pois tinham consciência de que elas faziam parte de um ecossistema necessário à sua própria sobrevivência.

As preces e orações feitas a uma árvore, antes de ela ser derrubada, era uma atitude simbólica de respeito à existência daquela árvore, e não a manifestação de uma crença de que ela tinha um espírito como dos humanos. Ainda que se diga de um "espírito da árvore", trata-se de uma força da Natureza, própria dos vegetais, e mais especificamente das árvores. ***Assim, os humanos e os animais, os vegetais e os minerais enquadravam-se dentro de uma hierarquia de forças, necessária à Vida, passíveis de serem manipuladas apenas pelo Homem***. Isso contrasta com a ideia de que os povos africanos mantinham-se sujeitos às forças naturais e portanto, sem cultura. Os povos tradicionais da África admitem a existência de forças desconhecidas, que os europeus chamaram de mágicas, num sentido pejorativo. ***Mas a "mágica", entre os africanos, era, na verdade, uma forma inteligente - de conhecimento - de se lidar com as forças da Natureza e do Cosmo, integrando parte de suas ciências e sobretudo sua Medicina***.

Esses elementos filosóficos podem ser vistos expressados graficamente nas decorações de superfície de esculturas, na tecelagem e no trançado, e na própria arquitectura, através de figuras geométricas (ziguezagues, linhas onduladas, espirais - contínuas e infinitas), de figuras zoomorfas (cobras, lagartos, tartarugas - que, além de sua forma, estão associadas à ideia de vitalidade e longevidade).

Trata-se de uma linguagem gráfica simbólica, equivalente à da figura antropomórfica em estátuas e estatuetas, onde ressaltam cabeças, mãos e pés, seios, ventre, órgãos sexuais (todos considerados, de um modo geral, centros de força vitais). Elas expressam, do mesmo modo que os grafismos, aspectos ***relacionados ao tema da reprodução humana e à capacidade de produção do conhecimento necessário à perpetuação da espécie humana***, mesmo que individualmente, venham a desempenhar funções e a expressar significados específicas.

Temas como a fertilidade da mulher e fecundidade dos campos são frequentes e quase que indissociáveis na expressão artística, estabelecendo a relação entre a abundância de alimento e a multiplicação da prole, um factor concreto em sociedades agrárias. O tema do duplo remete à relação de factores complementares ou antagónicos (dia-noite, homem-mulher). Todas essas formas gráficas e representativas são um recurso para apresentar, sob forma material, um conjunto de ideias sobre a existência concebida visando ao equilíbrio e à perpetuação biológica e espiritual do grupo social.

Muitas vezes afirma-se que os africanos não tinham Deus, ou que tinham vários deuses, o que não parece ser muito preciso. Em quase todas as populações da África foram registados depoimentos da criação do mundo, em que existe apenas um único "Deus".

> ***Trata-se de uma força primordial, um Criador que criou o Mundo e os Homens, colocou-os na Terra, e deixou-os ao seu Destino.***

Essas histórias sobre a origem do Homem, podem ser chamadas de mitos porque se trata de seres não conhecidos em vida (que estão na memória colectiva), sendo por isso míticos, sem que se caia no erro de desconsiderá-los, como fizeram os ocidentais, como ideias sem valor científico

e histórico. Tais mitos de origem comportam frequentemente o relato de pares primordiais, de gémeos ou duplas, que vieram para cultivar e povoar o mundo e muitas vezes, seres zoo-antropomorfos que, dotados da tecnologia (instrumentos agrários ou de caça), vieram para ensinar os Homens a produzir e obter alimento, para se multiplicarem, zelando, eles - os Homens -, pela sua própria permanência em vida.

Uma das diferenças em relação às ideias de mundo cristãs é a consciência de que cada ser que está presente no mundo tem o seu papel, e que a força dos Homens é humana, e não divina. Daí a necessidade de uma relação constante com os antepassados, visando as futuras gerações. Esse pode ser apontado como um significativo substantivo das várias formas de culto de ancestrais.

Para concluir, grande parte da escultura antropomórfica seja da África ocidental, seja da central, é uma "presentificação" desses personagens míticos ou mesmo conhecidos em vida - antepassados fundadores de territórios, chefes de linhagem ou chefes eleitos relembrados por feitos realizados durante seus governos. Em peças desse tipo transparece a grande relação entre política e religião, motivo pelo qual estátuas, bustos e cabeças, tendo uma força acumulada de vários níveis, não podiam ser vistas por todas as pessoas, se não os altos iniciados nos cultos, ou seja, aqueles que tinham status social e religioso, sendo que em muitas sociedades, o chefe político era também o sacerdote supremo.

Grande parte da arte africana, que tanto nos mobiliza o olhar pelo impacto estético, era feita, antes de ser tirada do seu contexto, para não ser vista, a menos que houvesse uma ocasião precisa para isso. Aqui está a demonstração da grandeza e do poder de uma cultura material, depositária não de segredos, mas de fundamentos, a serviço da história e cultura dos povos africanos.

Os rituais são elementos fundamentais da cultura humana. Aparecem em absolutamente todas as sociedades da terra. Em algumas, seus integrantes, por vezes, não se dão conta de sua participação nos rituais (como a nossa sociedade ocidental). Em outras, todos os actos diários e quotidianos estão ligados aos aspectos religiosos e mágicos.

Os rituais são caracterizados por um conjunto de procedimentos práticos cuja função é marcar determinado acontecimento ou materializar o sagrado. Podem estar também ligados à evocação de eventos mitológicos por meio de uma liturgia. Aos condutores dos ritos normalmente são-lhes atribuídos poder e prestígio.

Os mitos, constantemente relembrados pelos ritos, podem ser definidos como um corpo teórico que se expressa sob a forma de narrativas, carregadas de conceitos éticos e morais. Podem ser tanto a maneira como o grupo compreende sua origem na terra, bem como a explicação de eventos com base no sobrenatural.

Neste contexto, os rituais de iniciação e de passagem poderiam ser definidos como a figuração simbólica de uma transformação de personalidade. Estes rituais têm por função materializar a passagem de um indivíduo para outro estado. Apresentam a relação com a morte e ressurreição (de um novo indivíduo), tendo em vista que o iniciado, concluído o rito, assume uma nova identidade.

A utilização de máscaras em cerimoniais é prática comum há milhares de anos. As máscaras são de fundamental importância nos rituais sejam de iniciação, de passagem, ou de evocação de entidades espirituais. As máscaras apresentam-se, também, como elementos de afirmação étnica, expondo características particulares de cada grupo. Assim, existe uma enorme diversidade de formas, modelos, técnicas de confecção e aplicações.

Normalmente, a máscara é apenas um dos elementos utilizados nas cerimónias e rituais, havendo a combinação com outras manifestações, como dança, música e instrumentos musicais. Aparece ainda o uso de máscaras associado a objectos de cunho animista, como amuletos.

Na África Negra, o artífice, antes de começar a esculpir uma máscara, passa por um processo de purificação, com reza aos espíritos ancestrais e às forças divinas. Tal prática faria com que a força divina fosse transferida para a máscara durante o processo de manufactura.

Se no passado era prática generalizada, o uso de máscaras rituais teve um enorme declínio nas últimas décadas. Entretanto, a manufactura e o emprego destes objectos continua sendo um aspecto fundamental na identidade de vários grupos étnicos africanos. Por isso, já existem pessoas que trabalham pela preservação deste hábito milenar.

As máscaras são empregadas, basicamente, em eventos sociais e religiosos. Além de representarem os espíritos ancestrais, em alguns casos objectivam o controlo de forças espirituais das comunidades para um determinado fim, sejam estas forças benéficas ou malignas.

A matéria-prima utilizada na elaboração das máscaras é diversificada. Entretanto, é a madeira a matéria-prima mais comum. Isso porque: os artífices acreditam que as árvores possuem uma alma, um espírito. A madeira seria interpretada como um receptáculo espiritual, sendo que parte dessa essência animista é transferida para a máscara, conferindo ao seu portador alguma espécie de poder. Na visão de muitos antropólogos, se trataria de um conjunto de forças invisíveis que actuam directamente no controle social.

15.2. A função mágica das máscaras

Conhecemos as máscaras africanas através dos museus, das colecções e dos livros de Arte. Achamo-las belas ou sonhamos com o seu mistério inquietante.

Nas sociedades africanas, as máscaras são criadas para serem vistas em movimento, muitas vezes em cerimónias onde o ritmo, a dança, a palavra e a música, o cenário e a montagem ordenam e englobam a sua presença.

São deliberadamente belas, mas são criadas em primeiro lugar para terem expressão forte. Se certas máscaras se limitam a um rosto, isso não é mais que um fragmento — o qual, mostrado fora do seu contexto e do seu ambiente, isoladamente, se apresenta incompleta.

Sempre que uma máscara é utilizada é complementada com atilhos, fibras, e acessórios por vezes volumosos. Quem usa essa máscara veste indumentárias especiais que por vezes nem sequer deixam ver o corpo. Por exemplo, a *Korobla*, uma das numerosas máscaras *Senufo*, de fabrico muito simples, é munida para as suas apresentações cerimoniais com atributos tais como uma coroa de plumas, um feixe de espinhos de porco-espinho e cadáveres mumificados de ouriços. Quem usa tal máscara e tal indumentária e cuja cabeça já está completamente escondida, veste também um fato sarapintado cujo corte lhe protege toda a anatomia do contacto com os mencionados adereços.

Uma outra máscara Senufo, *Nassolo*, apresenta-se como um semicilindro de mais de três metros de altura, feito em produtos vegetais, decorado com desenhos brancos, vermelhos e pretos. Dois homens nus escondem-se aí dentro, suportam-na e animam-na habilmente. O que está por detrás imita os mugidos do búfalo tamborilando com as mãos humedecidas um possante repercutidor feito com um cilindro de madeira.

A força divina das máscaras

Pode dizer-se que as máscaras, nos seus usos cerimoniais, são antes de mais suportes temporários duma força divina. Ela acaba por se manifestar visivelmente pelo objecto de fibra e de madeira, e pelo corpo que está dentro que depois faz mover o conjunto. Sabe-se que os seus portadores são conhecidos, familiares (mesmo que as mulheres e as crianças o ignorem ou pretendam ignorar); porém, não são mais eles próprios, mas sim seres penetrados por essa tal força.

Depois da cerimónia a máscara permanece carregada com uma energia perigosa, e é por isso que a encerram ou a destroem. Avistar certas máscaras, nas suas deambulações, pode ser fatal às mulheres ou a indivíduos não iniciados. Mas as máscaras podem ter também outras funções: iniciáticas — pois são portadoras de ensinamentos, ou expressivas, quando encaradas num registo mais descontraído.

Os membros de associações secretas, em certas sociedades, não aparecem nunca com a cara descoberta. Não lhes é possível fazer reinar a sua ordem senão pelo anonimato através do uso da máscara e na crença do invisível. Entretanto, se a máscara não é apenas uma "obra de arte" em primeiro lugar, a invenção estética tem na sua criação um curso muito livre. A variedade de estilos e de temas é superabundante e faz da arte das máscaras, uma das mais altas expressões das civilizações africanas.

As máscaras Guelede

No país dos lorubas, a sociedade Guelede tem por finalidade combater as influências sobrenaturais maléficas que perturbam as aldeias, espalham as epidemias, destroem as colheitas pelas secas prolongadas ou pelas invasões de ratos.

A sociedade Guelede deve apaziguar as "Mães". Entre as mulheres há feiticeiras que envenenam as crianças, e tornam as outras mulheres doentes ou estéreis. As "Mães", por outro lado, são também a força benéfica feminina, generosa e progenitora. Esta força é o aspecto duplo do poder espiritual das mulheres, a que o culto Guelede se devota, embora todos os intervenientes actuantes sejam homens. Este culto tem duas fases. A noite é a altura para as evocações e para as orações. A "Mãe Grande" aparece, mascarada de mulher barbuda ou de pássaro. E principalmente Efé, um ser mascarado vindo do Além, aparece e canta acompanhado por um trio de tocadores de tambores e membros da sociedade, o qual tem o poder de neutralizar os malefícios dos feiticeiros. No dia seguinte, na fase diurna, os mascarados Guelede saem e dançam em grande número. Desta vez é o divertimento dos espectadores que conta e a atmosfera é de descontracção. A fecundidade e a maternidade inspiram muitas destas máscaras, e também uma galeria de retratos típicos, com expressões fisionómicas realistas: o jovem, a rapariga galante, o sedutor, o comerciante, o iniciado no culto do deus Xangu... As sociedades Guelede mantêm assim uma produção importante e sempre renovada de máscaras em madeira.

Bibliografia

Mello, Luiz Gonzaga de. “Antropologia Cultural: iniciação, teoria e temas”.

Harris, Marvin. “Antropologia Cultural”.

Espina Barrio, Angel B. “Manual de Antropologia Cultural”.

Vários; O Tempo da História – História A*10ºAno – Partes I, II e III; Porto Editora, 1ª edição, 2010.